PROC. 01
FLS 315
RUB.

Processo / Protocolo: 315/2025 **Entrada:** 20/10/2025

Origem: Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Destino: Gabinete da Prefeitura Municipal
Assunto: Contratação de Serviços Técnicos Especializados de Natureza Predominantemente Intelectual de Consultoria Ambiental para obtenção de Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO) relativas ao empreendimento de Aterro Sanitário no município de Alto Alegre do Pindaré/MA.

Wualdren dos Santos Machado

Autuação
Wualdren dos Santos Machado
Matrícula nº 202721
Assessor de Gabinete

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

PROC. 02
FLS 315
RUB.

Alto Alegre do Pindaré/MA, 20 de outubro de 2025.

A Sua Excelência, o Senhor,
JOSÉ FRANCINETE BENTO LUNA
Prefeito da Cidade de Alto Alegre do Pindaré/MA
Av. João XXIII, S/N - Centro,
Alto Alegre do Pindaré/MA

Assunto: Contratação de Serviços Técnicos Especializados de Natureza Predominantemente Intelectual de Consultoria Ambiental para obtenção de Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO) relativas ao empreendimento de Aterro Sanitário no município de Alto Alegre do Pindaré/MA.

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

Excelentíssimo Senhor,

A necessidade da contratação decorre da implantação de um Aterro Sanitário no município de Alto Alegre do Pindaré/MA e para que este empreendimento se concretize, é indispensável a regularização ambiental perante os órgãos competentes.

O interesse público está em viabilizar e manter a atividade administrativa municipal, garantindo que a implantação do Aterro Sanitário cumpra a legislação ambiental federal, estadual e municipal em vigor, promovendo, assim, a eficiência e a probidade administrativa.

O serviço deve abranger todo o ciclo de licenciamento ambiental, desde a Licença Prévia até a Licença de Operação, incluindo a elaboração de peças técnicas específicas e o acompanhamento processual, conforme quadro abaixo:

ITEM	Especificação = Fase de Licenciamento e Peças Técnicas/Atividades Essenciais (Escopo)	Quant.	Valor Total
01	Licença Prévia (LP) = Elaboração de Diagnóstico de Avaliação Preliminar, Relatório Ambiental Simplificado (RAS), Mapas Temáticos, e processos secundários como a Ficha de Caracterização de Atividade (FCA/IPHAN). Acompanhamento do processo e atendimento a exigências técnicas junto à SEMA/MA.	Und.	
02	Licença de Instalação (LI) = Elaboração do Plano de Controle Ambiental (PCA), Inventário Florestal, Relatório Florestal, Mapas Temáticos, incluindo Parecer Técnico (IPHAN) e Autorização de Supressão Vegetal e Limpeza da Área.	Und.	
03	Licença de Operação (LO) = Elaboração do Relatório de Desempenho	Und.	

PROC. 03
FLS 315
RUB.

PREFEITURA DE
Alto Alegre do Pindaré
Juntos para fazer muito mais

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

	Ambiental (RDA), Plano de Encerramento e Recuperação de Área Degradada, Mapas Temáticos, e Anuência Final (IPHAN). Acompanhamento e participação em reuniões/audiências para agilização do licenciamento.		

O resultado pretendido é a obtenção das licenças ambientais (LP, LI, LO) e a Autorização de Limpeza de Área no menor prazo possível, com garantia de celeridade e eficácia na regularização.

Assim sendo, vem-se através deste expediente solicitar vossa autorização e determinação que seja dada início à contratação pública responsável para a prestação dos serviços acima descritos para atender todos os órgãos subscritores, solicitando de antemão o auxílio do Setor de Pesquisa de Preços para elaborar a pesquisa preliminar, a fim de que seja utilizada para subsidiar a elaboração do Estudo Técnico Preliminar por esta Secretaria demandante.

Cleomar Ferro Silva

CLEOMAR FERRO SILVA
Secretário Municipal de Meio Ambiente de Alto Alegre do Pindaré/MA

PROC. 04
FLS 315
RUB.

Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré – MA
Av. João XXIII, S/N - Centro, CEP nº 65.398-000,
CNPJ nº 01.612.832/0001-21

Processo nº 315/2025

De acordo com as informações constantes neste processo administrativo autuado, AUTORIZO o envio dos autos à Assessoria Administrativa para auxiliar a Secretaria ora solicitante no levantamento de mercado, de que trata o art. 18, § 1º, inciso V, primeira parte, da Lei nº 14.133/2021.

Ato contínuo, retornem os autos à Secretaria de origem para elaboração do Estudo Técnico Preliminar e demais atos subsequentes, em conformidade com a legislação pertinente.

Alto Alegre do Pindaré/MA, 23 de outubro de 2025.

José Francinete Bento Luna
Prefeito do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA

PROC. 05
FLS 315
RUB.

Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré – MA
Av. João XXIII, S/N - Centro, CEP nº 65.398-000,
CNPJ nº 01.612.832/0001-21

Processo / Protocolo: 315/2025
Origem: Sec. Municipal de Meio Ambiente
Assunto: Contratação de Serviços Técnicos Especializados de Natureza Predominantemente Intelectual de Consultoria Ambiental para obtenção de Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO) relativas ao empreendimento de Aterro Sanitário no município de Alto Alegre do Pindaré/MA.

DESPACHO

Em atenção à determinação do Excelentíssimo Senhor Prefeito de Alto Alegre do Pindaré, e, em consonância com o que disciplina o art. 18, § 1º, inciso V, primeira parte, da Lei nº 14.133/2021, informamos que o procedimento de cotação de preços (metodologia) nesta municipalidade é realizado a partir de consultas a tabelas oficiais, pesquisas de mercado através de propostas físicas, por e-mail, telefone, internet, outros contratos administrativos, outros Órgãos, ou pessoalmente.

Tudo é realizado de modo a obter o preço médio e também o menor preço estimado mais vantajoso à Administração, respeitando-se, assim, a Lei de Licitações e as orientações dos Tribunais de Contas.

No presente caso, a busca por preços de mercado, se deu através de pesquisas feitas por e-mail, após consulta a três diferentes empresas do ramo, o que se logrou êxito, conforme é demonstrado na planilha com o Mapa de Cotações a seguir.

Por conseguinte, identificamos o preço médio global estimado em **R$ 113.804,99 (cento e treze mil, oitocentos e quatro reais e noventa e nove centavos)**.

Alto Alegre do Pindaré/MA, 06 de novembro de 2025.

Leniza de Oliveira Botelho
Assessora Administrativa

PROC. 06
FLS 315
RUB.

Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré – MA
Av. João XXIII, S/N - Centro, CEP nº 65.398-000,
CNPJ nº 01.612.832/0001-21

PROCESSO: 315/2025
DATA: 06/11/2025

PLANILHA DE PREÇOS PROPOSTOS

			GEOMAP ENGENHARIA E AGRIMENSURA LTDA CNPJ:25.358.764/0001-84		J de Sousa Filho CNPJ:47.583.878/0001-60		A3 TOPOGRAFIA CNPJ:40.650.252/0001-80		VALOR ESTIMADO	
Nº	ITEM	QTD MÊS	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL	Unitário	Total
01	Licença Prévia (LP) = Elaboração de Diagnóstico de Avaliação Preliminar, Relatório Ambiental Simplificado (RAS), Mapas temáticos, e processos secundários como a Ficha de Caracterização de Atividade (FCA/IPHAN). Acompanhamento do processo e atendimento a exigências técnicas junto à SEMA/MA.	1	**R$ 27.200,00**	R$ 27.200,00	**R$ 32.200,00**	R$ 32.200,00	**R$ 30.415,00**	R$ 30.415,00	**R$ 29.938,33**	**R$ 29.938,33**
02	Licença de Instalação (LI) = Elaboração do Plano de Controle Ambiental (PCA), Inventário Florestal, Relatório Florestal, Mapas Temáticos, incluindo Parecer Técnico (IPHAN) e Autorização de Supressão Vegetal e Limpeza da Área.	1	**R$ 60.000,00**	R$ 60.000,00	**R$ 58.800,00**	R$ 58.800,00	**R$ 61.300,00**	R$ 61.300,00	**R$ 60.033,33**	**R$ 60.033,33**
03	Licença de Operação (LO) = Elaboração do Relatório de Desempenho Ambiental (RDA), Plano de Encerramento e Recuperação de Área Degradada, Mapas Temáticos, e Anuência Final (IPHAN). Acompanhamento e participação em reuniões/audiências para agilização do licenciamento.	1	**R$ 24.500,00**	R$ 24.500,00	**R$ 24.500,00**	R$ 24.500,00	**R$ 22.500,00**	R$ 22.500,00	**R$ 23.833,33**	**R$ 23.833,33**
			TOTAL :	**R$ 111.700,00**	TOTAL :	**R$ 115.500,00**	TOTAL :	**R$ 114.215,00**		
									VALOR TOTAL ESTIMADO	**R$ 113.804,99**

Lenisa de Oliveira Botelho
Assessora Administrativa

PROC. 07
FLS 315
RUB.

Gmail

Cotação Alto Alegre do Pindaré <cotacao.altoalegredopindare@gmail.com>

CONSULTORIA AMBIENTAL

Cotação Alto Alegre do Pindaré <cotacao.altoalegredopindare@gmail.com>
Para: jslogistica.js@gmail.com

4 de novembro de 2025 às 13:23

Solicito proposta comercial, utilizar como referência o ofício em anexo, para a elaboração da sua proposta comercial

Ele precisa está em seu papel timbrado e nele precisa constar :
CNPJ, ENDEREÇO DA EMPRESA , VALIDADE DA PROPOSTA, DATA E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL.

Não contém vírus.www.avast.com

01.1. Ofício - DFD.docx
630K

PROC. 08
FLS 315
RUB.

Gmail

Cotação Alto Alegre do Pindaré <cotacao.altoalegredopindare@gmail.com>

CONSULTORIA AMBIENTAL

Cotação Alto Alegre do Pindaré <cotacao.altoalegredopindare@gmail.com>
para: admgeomap@gmail.com

4 de novembro de 2025 às 13:22

Solicito proposta comercial, utilizar como referência o ofício em anexo, para a elaboração da sua proposta comercial.

Ela precisa está em seu papel timbrado e nele precisa constar :
CNPJ, ENDEREÇO DA EMPRESA , VALIDADE DA PROPOSTA, DATA E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL.

Não contem vírus.www.avast.com

01.1. Ofício - DFD.docx
630K

PROC. 09
FLS 315
RUB.

Gmail

Cotação Alto Alegre do Pindaré <cotacao.altoalegredopindare@gmail.com>

CONSULTORIA AMBIENTAL

Cotação Alto Alegre do Pindaré <cotacao.altoalegredopindare@gmail.com>
para: administracao@a3topografiageo.com.br

4 de novembro de 2025 às 13:22

Solicito proposta comercial, utilizar como referência o ofício em anexo, para a elaboração da sua proposta comercial.

Ela precisa está em seu papel timbrado e nele precisa constar :
CNPJ, ENDEREÇO DA EMPRESA , VALIDADE DA PROPOSTA, DATA E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL.

Não contém vírus. www.avast.com

01.1. Ofício - DFD.docx
630K

PROC. 40
FLS 318
RUB.

Gmail

Cotação Alto Alegre do Pindaré <cotacao.altoalegredopindare@gmail.com>

CONSULTORIA AMBIENTAL

a3[illegible]ografia_adm <administracao@a3topografiageo.com.br>
Pa[illegible]otação Alto Alegre do Pindaré <cotacao.altoalegredopindare@gmail.com>

5 de novembro de 2025 às 10:32

Bom dia.

Encaminhamento de proposta.

Atenciosamente,

Augusto Aranha

[Texto das mensagens anteriores oculto]

2 anexos

01.1. Oficio - DFD.docx
630K

AD PROPOSTA COMERCIAL EXECUTIVA 02.pdf
240K

PROC. 18
FLS 359
RUB.

PROPOSTA COMERCIAL EXECUTIVA

Soluções em Licenciamento Ambiental – Aterro Sanitário

Dados da Empresa: A3 TOPOGRAFIA
Razão Social: A3 TOPOGRAFIA, ARQUITETURA & SERVIÇOS LTDA.
CNPJ: 40.650.252/0001-80
Endereço: AVENIDA GONÇALVES DIAS, 428-A, SANTUÁRIO, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR, CEP.: 65.100-083
Responsável Técnico: ANTONIO AUGUSTO COSTA ARANHA – CFT/MA 25070339320

1. INTRODUÇÃO

O licenciamento ambiental é um dos instrumentos mais relevantes da política pública de proteção ambiental. Além de garantir conformidade com a legislação vigente, ele representa segurança jurídica, viabilidade técnica e credibilidade institucional para o empreendimento.

Com base em nossa experiência em gestão ambiental, apresentamos a seguir uma proposta executiva de consultoria especializada, voltada ao licenciamento ambiental do **Aterro Sanitário** abrangendo todas as etapas – da Licença Prévia à Licença de Operação.

2. SOLUÇÃO OFERECIDA

O serviço proposto foi estruturado para oferecer agilidade, qualidade técnica e acompanhamento integral do processo, em todas as fases de licenciamento junto ao órgão ambiental competente.

Etapa 1 – Licença Prévia (LP)

- Diagnóstico de Avaliação Preliminar;
- Elaboração do Relatório Ambiental Simplificado (RAS);
- Mapas temáticos;
- Ficha de Caracterização de Atividade (FAC/IPHAN)
- Protocolo junto ao órgão ambiental.

Etapa 2 – Licença de Instalação (LI)

PROC. 12
FLS 375
RUB.

- Desenvolvimento do Plano de Controle Ambiental (PCA);
- Inventário Florestal;
- Relatório Florestal;
- Produção de mapas temáticos;
- Parecer IPHAN;
- Autorização de Supressão Vegetal ou Limpeza de Área;
- Suporte para o cumprimento de condicionantes.

Etapa 3 – Licença de Operação (LO)

- Elaboração do Relatório de Desempenho Ambiental (RDA);
- Plano de Encerramento e Recuperação de Área Degradada (PRAD);
- Mapas Temáticos;
- Anuência Final (IPHAN);
- Apoio técnico e acompanhamento em reuniões/audiências públicas.

3. RESULTADOS ESPERADOS

- Regularização completa do empreendimento perante o órgão ambiental competente;
- Prevenção de riscos legais e administrativos;
- Celeridade na tramitação dos processos de licenciamento;
- Fortalecimento da imagem institucional junto à sociedade e aos órgãos fiscalizadores.

4. VALORES DOS SERVIÇOS

- **01 Licença Prévia: R$ 30.415,00**
- **01 Licença de Instalação: R$ 61.300,00**
- **01 Licença de Operação: R$ 22.500,00**

O valor total pelos serviços apresentados é de **R$ 114.215,00 (cento e quatorze mil, duzentos e quinze reais).**

PROC. 13
FLS 318
RUB.

5. CONDIÇÕES COMERCIAIS

- O pagamento será realizado conforme estabelecido em edital do ente Contratante.
- Caso haja **necessidade de estudos complementares**, estes serão previamente orçados.
- Todas as atividades seguirão rigorosamente as exigências dos órgãos ambientais competentes.

6. DIFERENCIAIS DA CONSULTORIA

- Atendimento personalizado e acompanhamento técnico direto;
- Profissionais com experiência em processos de licenciamento em todo o Estado do Maranhão;
- Entregas digitais padronizadas e compatíveis com os sistemas do órgão licenciador;
- Comunicação transparente e ágil durante todo o processo.

7. VALIDADE DA PROPOSTA

Essa proposta possui validade de 30 dias. Em caso de aceite, este deverá ocorrer através do e-mail institucional.

Município de São José de Ribamar-MA, 05 de novembro de 2025.

ANTONIO AUGUSTO COSTA ARANHA:25070339320

Assinado de forma digital por ANTONIO AUGUSTO COSTA ARANHA:25070339320
Dados: 2025.11.05 10:13:37 -03'00'

A3 TOPOGRAFIA, ARQUITETURA & SERVICOS LTDA:40650252000180

Assinado de forma digital por A3 TOPOGRAFIA, ARQUITETURA & SERVICOS LTDA:40650252000180
Dados: 2025.11.05 10:13:58 -03'00'

Assinatura / Responsável

PROC. 121
FLS 315
RUB.

Gmail

Cotação Alto Alegre do Pindaré <cotacao.altoalegredopindare@gmail.com>

CONSULTORIA AMBIENTAL

JS [redacted]istica <jslogistica.js@gmail.com>
P[redacted]tação Alto Alegre do Pindaré <cotacao.altoalegredopindare@gmail.com>

5 de novembro de 2025 às 16:29

Boa tarde, Senhores.

Encaminho, em anexo, a proposta e o cartão do CNPJ, conforme solicitado.

Atenciosamente,

[Texto das mensagens anteriores oculto]

2 anexos

PROPOSTA TÉCNICA - COMERCIAL 03.pdf
222K

cartão cnpj.pdf
284K

PROPOSTA TÉCNICO-COMERCIAL

Etapas e Investimentos – Licenças de Aterro Sanitário

PROC. 15
FLS 315
RUB.

1. DADOS DA EMPRESA

Razão Social: J de Sousa Filho

CNPJ: 47.583.878/0001-60

Inscrição Municipal: 1000000004707

Endereço: Rua 15, n° 155, Sala A, Flora Rica, Balsas - MA, 65.800-000

Responsável Legal: João de Sousa Filho

2. OBJETIVO DA PROPOSTA

O objeto da presente proposta é a prestação de serviços técnicos especializados pela JS Logistica para obtenção das Licenças Ambientais (Licença Prévia - LP, Licença de Instalação - LI e Licença de Operação - LO) junto aos órgãos ambientais competentes.

3. ESCOPO DO SERVIÇO

ETAPA	ENTREGAS PRINCIPAIS
Licença Prévia (LP)	Licença Prévia (LP) = Elaboração de Diagnóstico de Avaliação Preliminar, Relatório Ambiental Simplificado (RAS), Mapas Temáticos, e processos secundários como a Ficha de Caracterização de Atividade (FCA/IPHAN). Acompanhamento do processo e atendimento a exigências técnicas junto à SEMA/MA.
Licença de Instalação (LI)	Licença de Instalação (LI) = Elaboração do Plano de Controle Ambiental (PCA), Inventário Florestal, Relatório Florestal, Mapas Temáticos, incluindo Parecer Técnico (IPHAN) e Autorização de Supressão Vegetal e Limpeza da Área.
Licença de Operação (LO)	Licença de Operação (LO) = Elaboração do Relatório de Desempenho Ambiental (RDA), Plano de Encerramento e Recuperação de Área Degradada, Mapas Temáticos, e Anuência Final (IPHAN). Acompanhamento e participação em reuniões/audiências para agilização do licenciamento.

PROC. 16
FLS 345
RUB.

IS LOGISTICA
TRANSPORTE E CONSULTORIA
SINCE - 2022

4. VALORES

PRODUTO	Valores	Qtde.	Valor Total (R$)
Licença Prévia	32.200,00	01	32.200,00
Licença de Instalação	58.800,00	01	58.800,00
Licença de Operação	24.500,00	01	24.500,00
TOTAL GERAL			**R$ 115.500,00**

5. CRONOGRAMA ESTIMADO

Etapa	Prazo Estimado
Licença Prévia	60 dias
Licença de Instalação	90 dias
Licença de Operação	60 dias
Prazo Total Estimado	**210 dias corridos** (podendo variar conforme exigências do órgão ambiental)

6. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- O pagamento será realizado **de formal integral quando da assinatura do contrato**
- Valores fixos, não sujeitos a reajuste durante o prazo de vigência da proposta.

7. VALIDADE DA PROPOSTA

A validade desta proposta é de sessenta dias.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta proposta foi elaborada considerando os padrões técnicos exigidos pelos órgãos ambientais estaduais e federais. O objetivo é oferecer **um processo de licenciamento completo, célere e transparente**, assegurando o cumprimento da legislação e o sucesso na implantação do Aterro Sanitário.

Município de São Luis - MA, 05 de Novembro de 2025.

J DE SOUSA FILHO:47583878000160

Assinado de forma digital por J DE SOUSA FILHO:47583878000160
Dados: 2025.11.05 16:26:58 -03'00'

JS LOGISTICA

PROC. 17
FLS 315
RUB.

PROC. 18
FLS 315
RUB.

Gmail

Cotação Alto Alegre do Pindaré <cotacao.altoalegredopindare@gmail.com>

CONSULTORIA AMBIENTAL

Geomap Engenharia e Agrimensura LTDA <admgeomap@gmail.com>
P[illegible]tação Alto Alegre do Pindaré <cotacao.altoalegredopindare@gmail.com>

6 de novembro de 2025 às 08:30

Bom dia, Prezado.

Segue conforme solicitado, proposta técnica comercial
[Texto das mensagens anteriores oculto]
--

Favor confirmar recebimento deste!
Att,

Geomap
Agrimensura e Topografia
(91) 99322-9434

Proposta_Geomap_Assinado.pdf
257K

GEOMAP®

PROC. 19
FLS 15
RUB.

PROPOSTA TÉCNICA COMERCIAL
Licenciamento Ambiental do Aterro Sanitário

1. APRESENTAÇÃO

Dados da Empresa:
Razão Social: GEOMAP ENGENHARIA E AGRIMENSURA LTDA
CNPJ: 25.358.764/0001-84
Endereço: AV. ANTÔNIO PEREIRA ARAGÃO, 1173, CENTRO, SÃO MATEUS DO MARANHÃO - MA
Responsável Técnico: EDSON ANCHIETA DE JESUS

Visando atender às exigências legais e garantir a regularidade ambiental do empreendimento de **Aterro Sanitário** localizado no Município de Alto Alegre do Pindaré, a presente proposta técnica institucional tem por finalidade apresentar as etapas, metodologias e valores referentes à execução dos estudos e procedimentos necessários à obtenção das Licenças Ambientais: **Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO).**
A execução dos serviços propostos observa integralmente a legislação ambiental federal, estadual e municipal aplicável, bem como as diretrizes dos órgãos licenciadores competentes.

2. OBJETO

A presente proposta tem por objeto a **prestação de serviços técnicos especializados de consultoria ambiental**, destinados à condução do processo de **licenciamento ambiental do Aterro Sanitário**, compreendendo a elaboração dos estudos, planos e relatórios técnicos exigidos para cada fase do licenciamento, até a emissão das respectivas licenças.

3. METODOLOGIA DE EXECUÇÃO

3.1 Licença Prévia (LP)

Nesta etapa serão desenvolvidas as atividades de diagnóstico ambiental e avaliação preliminar do local, considerando as características físicas, biológicas e socioeconômicas da área.
Serão elaboradas as seguintes peças técnicas:

- Diagnóstico de Avaliação Preliminar;
- Relatório Ambiental Simplificado (RAS);
- Ficha de Caracterização de Atividade (FCA/IPHAN);
- Acompanhamento do processo e atendimento a exigências técnicas junto à SEMA/MA.

3.2 Licença de Instalação (LI)

Etapa destinada à elaboração dos estudos complementares necessários à implantação do empreendimento, incluindo medidas de controle e mitigação dos impactos ambientais.
Peças técnicas a serem elaboradas:

- Plano de Controle Ambiental (PCA);

PROC. 20
FLS 315
RUB.

- Inventário Florestal;
- Relatório Florestal;
- Mapas temáticos específicos incluindo Parecer Técnico (IPHAN)
- Autorização de Supressão Vegetal e Limpeza da Área.

3.3 Licença de Operação (LO)

Visa autorizar o início das operações do empreendimento, mediante comprovação do cumprimento das condicionantes estabelecidas.

Peças técnicas:

- Relatório de Desempenho Ambiental (RDA);
- Plano de Encerramento e Recuperação de Área Degradada.
- Mapas temáticos e relatórios de campo e Anuência Final (IPHAN).
- Acompanhamento e participação em reuniões/audiências para agilização do licenciamento.

4. QUADRO DE INVESTIMENTO

Descrição do Serviço e Produto	Valor Unitário	Valor Total
Licença Prévia (LP) = Elaboração de Diagnóstico de Avaliação Preliminar, Relatório Ambiental Simplificado (RAS), Mapas temáticos, e processos secundários como a Ficha de Caracterização de Atividade (FCA/IPHAN). Acompanhamento do processo e atendimento a exigências técnicas junto à SEMA/MA.	**R$ 27.200,00**	**R$ 27.200,00**
Licença de Instalação (LI) = Elaboração do Plano de Controle Ambiental (PCA), Inventário Florestal, Relatório Florestal, Mapas Temáticos, incluindo Parecer Técnico (IPHAN) e Autorização de Supressão Vegetal e Limpeza da Área.	**R$ 60.000,00**	**R$ 60.000,00**
Licença de Operação (LO) = Elaboração do Relatório de Desempenho Ambiental (RDA), Plano de Encerramento e Recuperação de Área Degradada, Mapas Temáticos, e Anuência Final (IPHAN). Acompanhamento e participação em reuniões/audiências para agilização do licenciamento.	**R$ 24.500,00**	**R$ 24.500,00**
TOTAL FINAL		**R$ 111.700,00**

5. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

- O contratante deverá fornecer, em tempo hábil, todas as informações e documentos necessários à elaboração dos estudos;
- A execução dos serviços observará as normas técnicas e ambientais vigentes;
- As visitas técnicas e reuniões presenciais, quando necessárias, deverão ser previamente agendadas;
- Caso haja necessidade de estudos adicionais não previstos nesta proposta, estes serão orçados à parte.

PROC. 21
FLS 315
RUB.

6. FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento ocorrerá **por fase de licenciamento**, conforme cronograma abaixo:

- 50% do valor da respectiva fase na assinatura do contrato;
- 50% restantes na entrega dos produtos técnicos e protocolo junto ao órgão ambiental.

7. DO ACEITE

O aceite da proposta será feito por meio do e-mail institucional.

8. DA VALIDADE DA PROPOSTA

A presente proposta terá validade de **60 dias corridos**, contados a partir da data de sua emissão.

Município de Paragominas, 06 de outubro de 2025.

EDSON ANCHIETA DE JESUS:05751794907

Assinado de forma digital por EDSON ANCHIETA DE JESUS:05751794907
Dados: 2025.11.05 14:44:29 -03'00'

GEOMAP ENGENHARIA E AGRIMENSURA LTDA
EDSON ANCHIETA DE JESUS

PREFEITURA DE
Alto Alegre do Pindaré
Juntos para fazer muito mais

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

PROC. 22
FLS 314
RUB.

Processo nº 315/2025

DESPACHO

Foi proferido despacho pelo Prefeito Municipal determinando o retorno dos autos a esta Secretaria, após o levantamento de mercado, de que trata o art. 18, § 1º, inciso V, primeira parte, da Lei nº 14.133/2021, para que fosse elaborado o Estudo Técnico Preliminar e demais atos subsequentes, em conformidade com a legislação pertinente.

Dito isto, junta-se aos autos o Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, determinando assim o encaminhamento dos autos ao Prefeito Municipal para que seja dada início à contratação pública.

Alto Alegre do Pindaré/MA, 11 de novembro de 2025.

Cleomar Ferro Silva

CLEOMAR FERRO SILVA
Secretário Municipal de Meio Ambiente de Alto Alegre do Pindaré/MA

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

PROC. 23
FLS 345
RUB.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

Unidade Requisitante
Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Alinhamento com o Planejamento Anual
A necessidade objeto do presente estudo não possui previsão no plano de contratações anual da Organização.

Equipe de Planejamento
Cleomar Ferro Silva

Problema Resumido
A necessidade da contratação decorre da urgência na implantação do Aterro Sanitário no Município de Alto Alegre do Pindaré, exigindo-se, para tanto, a regularização ambiental completa junto aos órgãos competentes (SEMA/MA e IPHAN, se aplicável). A ausência das licenças ambientais (LP, LI, LO) impede o início legal da obra e da operação do aterro, comprometendo a gestão de resíduos sólidos e a conformidade legal do município.

Em atendimento ao inciso I do art. 18 da Lei 14.133/2021, o presente instrumento caracteriza a primeira etapa do planejamento do processo de contratação e busca atender o interesse público envolvido e buscar a melhor solução para atendimento da necessidade aqui descrita.

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O presente ETP visa subsidiar a elaboração do Termo de Referência (TR) ou Projeto Básico para a contratação de Serviços Técnicos Especializados de Natureza Predominantemente Intelectual de Consultoria Ambiental. Tais serviços são essenciais para a elaboração de todos os estudos técnicos, o acompanhamento processual e o atendimento a exigências junto aos órgãos licenciadores, objetivando a obtenção da Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO) do Aterro Sanitário.

O interesse público está em viabilizar uma infraestrutura pública essencial (Aterro Sanitário) em conformidade com a legislação, garantindo a proteção do meio ambiente e a eficiência na gestão pública.

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

PROC. 24
FLS 318
RUB.

JUSTIFICATIVA

A contratação dos serviços de Consultoria Ambiental é imprescindível para a Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré, pois está diretamente vinculada à viabilidade legal de um empreendimento de infraestrutura essencial: o Aterro Sanitário.

A necessidade de contratação é fundamentada na busca pela regularização ambiental, que exige a obtenção sequencial da Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO). Sem esses atos administrativos, a Administração fica impedida de iniciar a obra e operar o aterro, comprometendo o interesse público e o cumprimento das normas de gestão de resíduos sólidos.

Em conclusão, a contratação de Serviços Técnicos Especializados de Consultoria Ambiental se mostra uma medida estratégica inexorável para a Administração e a formalização desta demanda, por meio do ETP, atende ao dever de planejamento da fase preparatória do processo licitatório (ou de contratação direta).

REQUISITOS DA FUTURA CONTRATAÇÃO

Os serviços devem abranger o ciclo completo de licenciamento, incluindo a elaboração e protocolo das seguintes peças e atividades:

Fase	Peças Técnicas/Atividades Essenciais
Licença Prévia (LP)	Elaboração de Diagnóstico de Avaliação Preliminar, Relatório Ambiental Simplificado (RAS), Mapas Temáticos e Ficha de Caracterização de Atividade (FCA/IPHAN). Protocolo e acompanhamento processual junto à SEMA/MA, incluindo atendimento a exigências técnicas.
Licença de Instalação (LI)	Elaboração do Plano de Controle Ambiental (PCA), Inventário Florestal, Relatório Florestal, Mapas Temáticos, e processos secundários como Parecer Técnico (IPHAN) e Autorização de Supressão Vegetal.
Licença de Operação (LO)	Elaboração do Relatório de Desempenho Ambiental (RDA), Plano de Encerramento e Recuperação de Área Degradada, Mapas Temáticos e Anuência Final (IPHAN).
Produto Final	Entrega da Licença Prévia, Instalação, Operação e Autorização de Limpeza de área devidamente emitidas pelo órgão ambiental competente.

Além das especificações acima, os serviços devem abranger o acompanhamento do processo junto aos órgãos ambientais; atendimento a exigências técnicas e diligências periódicas; realização de reuniões técnicas com os responsáveis pelo licenciamento; e monitoramento e atualização constante do status do processo.

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

PROC. 25
FLS 365
RUB.

SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO - LEVANTAMENTO DE MERCADO - ANÁLISE DE CENÁRIOS

Soluções disponíveis para aquisição de livros didáticos pela Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré:

1. Execução Própria (Interna):

Inviável, pois a Administração Pública municipal não possui corpo técnico (profissionais de notória especialização ou equipe) com a expertise e aparelhamento necessários para elaboração dos complexos estudos ambientais (RAS, PCA, RDA, Inventário Florestal, etc.) e o acompanhamento diligente do licenciamento em todas as suas fases

2. Contratação de Terceiros (Por Inexigibilidade):

- Vantagens:

Garante a execução por profissionais especializados, com o objetivo de obter as licenças no menor prazo possível, mediante diligências integradas, sendo que o principal benefício é a capacidade de selecionar um profissional ou empresa cujo conceito, decorrente de desempenho anterior, estudos ou experiência, permite inferir que seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado para a plena satisfação do objeto do contrato. Isso é crucial para serviços de alta complexidade, como o licenciamento de um Aterro Sanitário, onde erros podem gerar grandes prejuízos ambientais e legais.

Além disso, a celeridade da contratação, também é uma vantagem da contratação, ao eliminar a fase competitiva do processo licitatório, a Administração pode potencialmente agilizar a contratação e o início da execução dos estudos (LP, LI, LO), o que é vital quando há necessidade de celeridade na regularização do empreendimento.

- Desvantagens:

Maior Risco de Questionamento Legal: O processo de inexigibilidade exige que a Administração demonstre rigorosamente a inviabilidade de competição e justifique a razão da escolha do contratado. Se a comprovação de notória especialização for deficiente, a contratação pode ser alvo de questionamentos por parte dos órgãos de controle, como o Tribunal de Contas.

Rigor na Justificativa de Preço: É obrigatório instruir o processo com a justificativa de preço [208, VII]. Caso não seja possível estimar o valor com base nos parâmetros usuais de mercado (Art. 23, §§1° a 3°), o contratado deve comprovar que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de mesma natureza no último ano [101, §4°].

Ausência de Competitividade: Não há competição de mercado, o que, em tese, pode levar a um preço mais elevado do que o que seria obtido em um processo licitatório transparente e competitivo [62, I].

3. Contratação de Terceiros (Por Licitação):

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

PROC. 26
FLS 348
RUB.

- Vantagens:

Seleção da Proposta Mais Vantajosa e Competitividade: O principal objetivo da licitação é assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado mais vantajoso para a Administração Pública, por meio da justa competição.

Transparência e Isonomia: Garante a observância dos princípios da publicidade, transparência e igualdade, assegurando que todos os licitantes tenham tratamento isonômico.

Equilíbrio entre Qualidade e Preço: O critério de Técnica e Preço permite que a Administração atribua maior peso à qualidade técnica da proposta (o critério técnico pode ter valoração de até 70%), garantindo que a escolha não seja feita apenas pelo menor preço, mas sim pelo equilíbrio entre o custo e a excelência da solução.

Maior Rastreabilidade e Planejamento: O processo competitivo força a Administração a detalhar minuciosamente o objeto no Termo de Referência/Projeto Básico e a motivar as condições do edital, como as exigências de qualificação técnica, o que fortalece o planejamento da contratação.

- Desvantagens:

Maior Duração do Processo: O rito procedimental do Pregão ou da Concorrência, inclui várias fases (preparatória, divulgação, apresentação, julgamento, habilitação, recursal e homologação). O prazo mínimo para apresentação de propostas resulta em um tempo total de contratação mais longo.

Risco de Atrasos e Recursos: O processo licitatório está sujeito a impugnações, pedidos de esclarecimento e recursos, que podem atrasar significativamente a contratação, especialmente quando se exige a avaliação de propostas técnicas complexas.

Foco em Requisitos Mínimos (Risco): Embora os critérios fixados em eventual edital valorizem a qualidade, o risco de se contratar uma empresa que atenda apenas aos requisitos mínimos da habilitação e que ofereça um preço baixo, mas não seja a de excelência desejada, ainda existe.

≡ SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO

A Administração Pública, ao buscar a contratação de serviços, tem como regra a obrigatoriedade de realizar o processo licitatório, visando garantir a seleção da proposta apta a gerar o resultado mais vantajoso para a Administração, além de assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes e a justa competição.

Diante da necessidade de contratar Serviços Técnicos Especializados de Consultoria Ambiental para o Licenciamento do Aterro Sanitário, a Administração opta pela Licitação, por entender que a competição é plenamente viável e mais vantajosa do que a Inexigibilidade, neste caso.

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

PROC. 27
FLS 315
RUB.

O objeto da contratação – Serviços Técnicos Especializados de Natureza Predominantemente Intelectual [22, XVIII] para a elaboração de estudos ambientais (RAS, PCA, RDA) e obtenção de licenças (LP, LI, LO) – embora seja complexo e exija alta qualificação, não se enquadra necessariamente em uma situação de inviabilidade de competição (singularidade), que é o pressuposto fundamental para a Inexigibilidade (Art. 74).

O mercado de Consultoria Ambiental no Maranhão possui diversas empresas aptas a realizar os estudos exigidos, como a elaboração de projetos básicos e estudos técnicos. Ao permitir a competição, o município maximiza as chances de obter um serviço de alta qualidade pelo menor preço ou pela melhor combinação de técnica e custo, em consonância com os princípios da economicidade e da competitividade.

A escolha pela Licitação, portanto, otimiza o investimento estimado e fortalece a segurança jurídica da Administração, mitigando os riscos de questionamentos futuros por ausência de competitividade.

Embora o processo licitatório exija um prazo mínimo para apresentação das propostas, este tempo é um custo aceitável para assegurar a seleção transparente e técnica da proposta que garantirá a regularização eficaz e célere do empreendimento, alcançando os objetivos pretendidos de interesse público.

QUANTITATIVOS E VALORES

ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO E DOS CUSTOS

ITEM	Especificação = Fase de Licenciamento e Peças Técnicas/Atividades Essenciais (Escopo)	Quant.	Valor Total
01	Licença Prévia (LP) = Elaboração de Diagnóstico de Avaliação Preliminar, Relatório Ambiental Simplificado (RAS), Mapas Temáticos, e processos secundários como a Ficha de Caracterização de Atividade (FCA/IPHAN). Acompanhamento do processo e atendimento a exigências técnicas junto à SEMA/MA.	Und.	**R$ 29.938,33**
02	Licença de Instalação (LI) = Elaboração do Plano de Controle Ambiental (PCA), Inventário Florestal, Relatório Florestal, Mapas Temáticos, incluindo Parecer Técnico (IPHAN) e Autorização de Supressão Vegetal e Limpeza da Área.	Und.	**R$ 60.033,33**
03	Licença de Operação (LO) = Elaboração do Relatório de Desempenho Ambiental (RDA), Plano de Encerramento e Recuperação de Área Degradada, Mapas Temáticos, e Anuência Final (IPHAN). Acompanhamento e participação em reuniões/audiências para agilização do licenciamento.	Und.	**R$ 23.833,33**
Valor Total			**R$ 113.804,99**

A estimativa dos custos da contratação do objeto pretendido se deu através de pesquisas feitas por e-mail, após consulta a três diferentes empresas do ramo, tendo sido constatado o valor estimado da contratação com base nos quantitativos exigidos não excederá o valor de **R$ 113.804,99 (cento e treze mil, oitocentos e quatro reais e noventa e nove centavos)**.

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

PROC. 28
FLS 315
RUB.

PRAZOS E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Cronograma de Desembolso:

A gestão eficiente de recursos na contratação requer um cronograma de desembolso que seja não apenas claro e transparente. Dito isto, tendo em vista que a contratação se dará de uma única vez, propomos um cronograma de desembolso unitário.

Prazo de Pagamento:

O pagamento dos serviços ocorrerá por fases de licenciamento, de forma parcelada, observando-se:
- 50% no início da fase de licenciamento correspondente;
- 50% quando da entrega das licenças referentes àquela fase.

Deverá ser apresentada a competente Nota Fiscal ou Fatura. Esse compromisso demonstra responsabilidade financeira e fortalece parcerias sustentáveis, além de proporcionar aos fornecedores um ambiente favorável para a continuidade e qualidade dos serviços prestados.

Benefícios da Abordagem Proposta:

Parcerias Sólidas: O pagamento dentro do prazo fortalece as relações com os fornecedores, incentivando parcerias duradouras e garantindo a continuidade do fornecimento.

A proposta de um cronograma de desembolso fixo, associado a pagamentos dentro do prazo estabelecido, representa uma abordagem equilibrada e eficaz para a gestão financeira. Essa estratégia não apenas otimiza o uso dos recursos públicos, mas também fortalece a transparência, a eficiência e as relações colaborativas com os fornecedores.

Duração do Contrato: O prazo de vigência será definido no contrato, mas vinculado à **conclusão do escopo predefinido** (obtenção das licenças LP, LI e LO)

JUSTIFICATIVAS PARA O NÃO PARCELAMENTO

Nos termos do art. 18, §1º, inciso VIII da Lei nº 14.133/2021, é necessário justificar a decisão sobre o parcelamento ou não da contratação.

No presente caso, a contratação **não será parcelada**, pois o objeto (obtenção das Licenças LP, LI e LO) constitui um **sistema técnico indivisível e interdependente**. A execução sequencial das licenças (LP, LI, LO) e a elaboração das peças técnicas (RAS, PCA, RDA) formam um projeto coeso de regularização ambiental para o mesmo empreendimento (Aterro Sanitário).

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

PROC. 29
FLS 365
RUB.

O parcelamento do serviço em fases de licenciamento separadas (por diferentes contratados) geraria incompatibilidade técnica, fragmentação da responsabilidade (responsabilidade técnica [157, I]), perda de economia de escala e aumento do risco administrativo, logístico e técnico. Portanto, a contratação integral é justificada pela necessidade de garantir a entrega de uma solução funcional e coesa, em consonância com os princípios da eficiência e economicidade

RESULTADOS PRETENDIDOS

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) busca demonstrar os resultados pretendidos da contratação dos Serviços Técnicos Especializados de Consultoria Ambiental em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

Resultados Primários (Conclusão do Escopo):

O resultado principal esperado da contratação é o cumprimento integral do escopo predefinido e a consequente regularização do empreendimento Aterro Sanitário. Isso se traduz na obtenção, no menor prazo possível, dos seguintes produtos essenciais:

1. Licença Prévia (LP): Documento que atesta a viabilidade ambiental do projeto do Aterro Sanitário.
2. Licença de Instalação (LI): Documento que autoriza o início da construção da obra, após a elaboração de peças técnicas detalhadas como o Plano de Controle Ambiental (PCA) e Inventário Florestal.
3. Licença de Operação (LO): Documento final que autoriza o início das atividades de manejo de resíduos, após a entrega do Relatório de Desempenho Ambiental (RDA).
4. Autorização de Limpeza de Área: Documento secundário, mas operacionalmente crítico, relativo ao Inventário Florestal.

Resultados em Termos de Economicidade e Melhor Aproveitamento de Recursos:

A contratação externa de Consultoria Ambiental especializada, em regime de licitação, visa alcançar os seguintes resultados vantajosos para a Administração Pública:

Evitar Custos de Paralisação e Sanções: O resultado mais importante em termos de economicidade é a redução drástica do risco de paralisação ou de extinção do contrato de obra devido ao atraso ou à impossibilidade de obtenção da licença ambiental. A Consultoria garante a celeridade e a eficácia na regularização, prevenindo multas e a aplicação de outras sanções decorrentes da inexecução contratual por falhas ambientais.

Aproveitamento Ótimo dos Recursos Humanos (Especialização): A contratação permite que o município utilize o conhecimento e a notória especialização de terceiros, liberando o corpo técnico municipal para atuar em suas funções rotineiras. Isso representa um melhor aproveitamento dos

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

PROC. 30
FLS 315
RUB.

recursos humanos disponíveis, que não precisariam ser capacitados ou realocados para executar estudos complexos de natureza predominantemente intelectual.

Controle e Mitigação de Riscos Ambientais e Legais: O serviço de consultoria, ao elaborar e acompanhar o licenciamento (LP, LI, LO), é a principal medida mitigadora dos riscos ambientais e legais inerentes à implantação de um aterro. O resultado esperado é a segurança jurídica e ambiental para o início e a operação do empreendimento, conforme as diretrizes legais.

Resultado Estratégico:

O resultado final é o desenvolvimento nacional sustentável, proporcionado pela viabilização de uma infraestrutura pública essencial (Aterro Sanitário) que atenda às normas ambientais, garantindo que o investimento resulte em um benefício funcional e perene para a população de Alto Alegre do Pindaré.

≡ DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Considerando que o serviço é essencial para a viabilidade da obra pública (Aterro Sanitário), e que a contratação por terceiros especializados é a única forma de garantir a conformidade legal e a qualidade dos estudos exigidos, esta contratação é declarada viável.

≡ PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Possíveis providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato:

1. Elaboração de Termo de Referência (TR) detalhando o escopo dos serviços.
2. Abertura de Procedimento Licitatório – Escolha da modalidade mais adequada com base na Lei nº 14.133/2021, assegurando a competitividade, legalidade e eficiência da seleção do fornecedor.
3. Verificação da Disponibilidade Orçamentária e Financeira, comprovando a compatibilidade da previsão de recursos.
4. Realização de análise de riscos que possam comprometer a boa execução contratual (ex: atraso na entrega de informações pelo contratante).
5. Definição de critérios de acompanhamento e fiscalização do contrato (Gestão Contratual).

Essas são algumas das providências operacionais e estruturais que devem ser consideradas antes da contratação. É importante garantir que todos os passos sejam seguidos corretamente para assegurar uma aquisição eficiente e dentro das normas legais.

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

PROC. 31
FLS 318
RUB.

IMPACTOS AMBIENTAIS

Em conformidade com o artigo 11, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, este estudo contempla a análise dos possíveis impactos ambientais.

Em se tratando de contratação de serviços intelectuais (Consultoria Ambiental), os impactos ambientais diretos são baixos. No entanto, a contratação é crucial para o controle dos impactos ambientais do empreendimento principal (Aterro Sanitário).

O objetivo direto do serviço é garantir que a implantação do aterro e sua operação sejam conduzidas com a devida mitigação e compensação ambiental, conforme as exigências do procedimento de licenciamento ambiental.

A elaboração de documentos como o Plano de Controle Ambiental (PCA) e o Plano de Encerramento e Recuperação de Área Degradada são as medidas mitigadoras previstas e inerentes ao próprio objeto contratual.

CONCLUSÃO

Após avaliar as alternativas, a recomendação é a realização de uma licitação para selecionar fornecedores. Essa alternativa permite que o município tenha acesso a um leque maior de opções, garantindo a qualidade, segurança e preço competitivo.

Recomenda-se que a licitação seja conduzida de acordo com os dispositivos da Lei 14.133/21, estabelecendo critérios objetivos de seleção, como capacidade técnica, preço, prazo de entrega e garantia dos produtos.

Além disso, é importante estabelecer cláusulas contratuais que garantam a conformidade com as normas de segurança e qualidade estabelecidas.

Alto Alegre do Pindaré (MA), 07 de novembro de 2025.

Cleomar Ferro Silva

CLEOMAR FERRO SILVA
Secretário Municipal de Meio Ambiente de Alto Alegre do Pindaré/MA

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

PROC. 37
FLS 375
RUB.

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO.

1.1. O presente Termo de Referência visa a Contratação de Serviços Técnicos Especializados de Natureza Predominantemente Intelectual de Consultoria Ambiental para obtenção de Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO) relativas ao empreendimento de Aterro Sanitário no município de Alto Alegre do Pindaré/MA.

2. JUSTIFICATIVA.

2.1. A contratação é essencial e decorre da urgência na implantação do Aterro Sanitário, exigindo-se a completa regularização ambiental junto aos órgãos competentes (SEMA/MA e IPHAN, se aplicável). A ausência das licenças impede o início legal da obra e da operação do aterro, comprometendo a gestão de resíduos sólidos e a conformidade legal do município.

2.2. O interesse público é viabilizar uma infraestrutura pública essencial em conformidade com a legislação, garantindo a proteção do meio ambiente e a eficiência na gestão pública.

2.3. A escolha da solução de contratação de terceiros é justificada no Estudo Técnico Preliminar (ETP) anexo, pois a Administração Pública municipal não possui corpo técnico com a expertise e o aparelhamento necessários para a elaboração dos complexos estudos ambientais e o acompanhamento diligente do licenciamento. A Consultoria Ambiental se mostra uma medida estratégica inexorável para a Administração.

3. ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DE CUSTOS.

O contratado deverá executar o ciclo completo de licenciamento, abrangendo a elaboração das peças técnicas, o protocolo, o acompanhamento processual e o atendimento a todas as exigências dos órgãos licenciadores (SEMA/MA e IPHAN), conforme detalhado no ETP, na Proposta Técnica e especificações abaixo:

ITEM	Especificação = Fase de Licenciamento e Peças Técnicas/Atividades Essenciais (Escopo)	Quant.	Valor Total
01	Licença Prévia (LP) = Elaboração de Diagnóstico de Avaliação Preliminar, Relatório Ambiental Simplificado (RAS), Mapas Temáticos, e processos secundários como a Ficha de Caracterização de Atividade (FCA/IPHAN). Acompanhamento do processo e atendimento a exigências técnicas junto à SEMA/MA.	Und.	RS 29.938,33
02	Licença de Instalação (LI) = Elaboração do Plano de Controle Ambiental (PCA), Inventário Florestal, Relatório Florestal, Mapas Temáticos, incluindo Parecer Técnico (IPHAN) e Autorização de Supressão Vegetal e Limpeza da Área.	Und.	RS 60.033,33
03	Licença de Operação (LO) = Elaboração do Relatório de Desempenho Ambiental (RDA), Plano de Encerramento e Recuperação de Área Degradada, Mapas Temáticos, e Anuência Final (IPHAN). Acompanhamento	Und.	RS 23.833,33

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

PROC. 53
FLS 365
RUB.

e participação em reuniões/audiências para agilização do licenciamento.		
Valor Total		RS 113.804,99

4. REGIME, MODALIDADE E CRITÉRIO DE SELEÇÃO

O processo de contratação é regido pela Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos). A escolha da modalidade, do regime e do critério de seleção foi fundamentada no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e visa a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

4.1. Classificação do Objeto e Regime de Execução.

Classificação: O objeto da contratação é a Contratação de Serviços Técnicos Especializados de Natureza Predominantemente Intelectual de Consultoria Ambiental, essenciais para a obtenção das Licenças Prévia, de Instalação e de Operação do Aterro Sanitário.

• Tais serviços enquadram-se na definição de bens e serviços especiais (Art. 6º, XIV), devido à sua complexidade e alta heterogeneidade, não podendo ser descritos por especificações usuais de mercado.

• Especificamente, o objeto se alinha aos serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual (Art. 6º, XVIII), abrangendo estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos (RAS, PCA, RDA), e assessorias e consultorias técnicas (Art. 6º, XVIII, alíneas "a" e "c").

Regime de Execução: O regime adotado é de Prestação de Serviços por Escopo (Art. 6º, XVII), o qual impõe ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico (o ciclo completo de licenciamento) em um período predeterminado, vinculado à conclusão do escopo predefinido (obtenção das licenças LP, LI e LO).

4.2. Modalidade de Licitação.

A modalidade de licitação adotada é a Concorrência (Art. 6º, XXXVIII).

• Fundamentação da Concorrência: A Concorrência é a modalidade cabível para a contratação de bens e serviços especiais.

• Vedação do Pregão: A modalidade Pregão é expressamente vedada para a contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual (Art. 29, Parágrafo único), o que confirma a adequação da Concorrência. A Administração optou pela licitação por entender que a competição é plenamente viável e mais vantajosa que a inexigibilidade.

4.3. Critério de Julgamento (Seleção).

O critério de julgamento a ser utilizado é o de Menor Preço (Art. 33, I), conforme alínea "a" do inciso XXXVIII do Art. 6º.

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

PROC. 34
FLS 315
RUB.

• Justificativa para o Menor Preço em Serviço Intelectual: Embora a Lei nº 14.133/2021 estabeleça que o critério Técnica e Preço deve ser preferencialmente empregado para serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual (Art. 36, §1º, I), o julgamento por Melhor Técnica ou Técnica e Preço (com proporção de 70% para a técnica) é obrigatório (Art. 37, § 2º) apenas quando o valor estimado da contratação for superior a R$ 324.122,46.

• O valor total estimado desta contratação é de R$ 113.804,99, sendo este valor inferior ao limite que imporia a obrigatoriedade do julgamento por Técnica e Preço. Desta forma, é legalmente permitida a adoção do critério de Menor Preço, otimizando o investimento estimado e fortalecendo a segurança jurídica da Administração.

5. DO VALOR ESTIMADO

5.1. O valor total estimado para o objeto solicitado será orçado pelo setor competente, e será estabelecido em função dos preços médios praticados no mercado, mediante cotação de preços realizadas junto às empresas do ramo pertinente ao objeto da solicitação, a qual estará disponível para consulta dos interessados juntamente com o edital de licitação.

5.2. Os preços apresentados serão considerados completos e deverão abranger todas as despesas relativas a prestação dos serviços, tais como: tributos, deslocamentos e quaisquer despesas acessórias e/ou necessárias ao regular cumprimento do objeto, não especificadas neste Termo.

6. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município, e a referida dotação será informada em momento posterior e pelo Setor Contábil.

7. DO ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ORGANIZAÇÃO

7.1. A Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré optou pela não elaboração do Plano Anual de Contratações, por essa razão a presente demanda não possui alinhamento com o planejamento da organização.

8. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO.

8.1. **Critério de Pagamento:** O pagamento dos serviços ocorrerá por fases de licenciamento, de forma parcelada.

8.2. **Condições:**
• **50% (cinquenta por cento)** no início da fase de licenciamento correspondente (LP, LI ou LO);
• **50% (cinquenta por cento)** quando da entrega da licença referente àquela fase.

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

PROC. 35
FLS 315
RUB.

8.3. O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a data da entrega e do recebimento definitivo do produto referente à fase, mediante a apresentação da competente Nota Fiscal ou Fatura.

8.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil e ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATUAL

9.1. O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, mas vinculado à conclusão do escopo predefinido (obtenção das licenças LP, LI e LO).

9.2. Prorrogação: O prazo de vigência será prorrogado quando o objeto não for concluído no período firmado no contrato, salvo se a não conclusão decorrer de culpa do contratado, sujeitando-o às sanções.

10. EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO

A licitante deverá atender aos requisitos de Habilitação Jurídica, Fiscal, Social e Trabalhista, e Econômico-Financeira, conforme o Capítulo VI da Lei nº 14.133/2021. Adicionalmente, são exigidos requisitos de Qualificação Técnica:

10.1. **Qualificação Técnica:**

a) Certidão de Registro ou Inscrição da Pessoa Jurídica, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA da sua sede em ramo de atividade compatível com objeto da licitação do Estado do domicílio ou sede do licitante, quando for o caso;

b) Comprovação de aptidão da contratada (empresa) para desempenho de atividade/execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior (Licenciamento Ambiental completo – LP, LI, LO) e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, através de certidão(ões) e/ou atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado. O atestado deverá ser impresso em papel timbrado do emitente, constando seu CNPJ, endereço completo e assinados por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função;

c) Comprovação de que possui em sua Equipe Técnica (para ser indicado como responsável técnico dos serviços), profissional de nível superior com graduação em Engenharia Ambiental ou Agronômica, **detentor de atestado de responsabilidade técnica** e execução de serviço de características semelhantes ao objeto (Licenciamento Ambiental de Aterro Sanitário ou empreendimento de alta complexidade ambiental), devidamente registrado no CREA.

c.1) A comprovação exigida para o profissional poderá ser feita com a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS), em que conste a licitante como contratante, do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio, do contrato de trabalho, contrato civil de

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

PROC. 36
FLS 3/5
RUB.

prestação de serviços ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, acompanhada de declaração de anuência do profissional.

d) Declaração de Conhecimento Local: Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

11. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração, que serão auxiliados pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno.

11.2. O Contratado deverá manter Preposto aceito pela Administração no local da execução do serviço (sede do Contratante) para representá-lo.

11.3. O fiscal anotará em registro próprio todas as ocorrências e informará aos seus superiores o que demandar decisão que ultrapasse sua competência.

11.4. O Contratado deverá manter, durante toda a execução, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

12. CESSÃO DE DIREITOS PATRIMONIAIS

12.1. Nas contratações de serviços técnicos especializados (incluindo estudos, planejamentos e projetos básicos), o contratado deverá ceder todos os direitos patrimoniais a eles relativos para a Administração Pública.

12.2. A Administração Pública poderá livremente utilizar e alterar esses projetos (RAS, PCA, RDA) em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do autor.

13. DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS.

13.1. Em conformidade com a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, em seu artigo 48, incisos I e III, alterados pela Lei Complementar 147, de 07 de agosto de 2014, esta licitação terá:

13.1.1. Os itens com valor estimado de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), deverão ser de participação exclusiva de Microempresas – ME, Empresas de pequeno porte – EPP, inclusive Microempreendedor Individual – MEI;

13.1.2. Reserva de Cota de até 25% (vinte e cinco por cento) para Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, inclusive Microempreendedor Individual – MEI.

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

13.1.3. Na licitação, deverá ser assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, que ofertar lance até 5% (cinco por cento) superior ao melhor lance, nos termos do §2° do art. 44 da LC 123/2006;

13.1.4. Na licitação, deverá ser assegurado a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no ÂMBITO LOCAL ou REGIONAL, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, nos termos do §3° do art. 48 da LC 123/2006, para fomento do comércio local/regional e promoção do desenvolvimento econômico e social.

14. PROPOSTA DE PREÇOS.

14.1. Os preços propostos deverão incluir todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer fretes, impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscal e previdenciário a que estiver sujeito, e demais custos que incidam, direta ou indiretamente, na execução do objeto a ser contratado.

14.2. A proposta de preço deverá conter a discriminação detalhada dos produtos ofertados, marca, modelo e fabricante, quando for o caso, quantidade solicitada, o valor unitário (numérico), valor total (numérico e por extenso), prazo de validade da proposta de no mínimo 90 (noventa) dias e prazo de entrega dos produtos.

15. DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

15.1. O objeto será recebido:

• Provisoriamente: Pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico (e.g., entrega dos estudos técnicos RAS, PCA ou RDA).

• Definitivamente: Por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, o que deverá ocorrer após a efetiva emissão da licença ambiental correspondente.

15.2. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil ou ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

16. RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

16.1. Deveres e Responsabilidades da Contratante, além de outras que poderão ser previstas no Edital e Contrato:

16.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnicos, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos.

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

PROC. 38
FLS 315
RUB.

16.1.2. Vetar o emprego de qualquer produto que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da CONTRATADA, que possa ser inadequado, nocivo ou danificar seus bens patrimoniais, ou:

16.1.3. ser prejudicial à saúde dos usuários/consumidores.

16.1.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA nas condições pactuadas.

16.1.5. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.

16.1.6. Preencher e enviar a Ordem de Fornecimento de Bens/serviços de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

16.1.7. Receber o objeto entregue pela CONTRATADA, que estejam em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções a serem realizadas, devendo assinar ao final o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

16.1.8. Solicitar a substituição imediata de produtos que julgar insuficientes, inadequados ou prejudiciais.

16.1.9. Recusar com a devida justificativa o objeto entregue fora das especificações constantes na proposta da CONTRATADA.

16.1.10. Assumir a responsabilidade pelos prejuízos eventualmente causados à CONTRATADA, decorrentes do mau uso ou operação imprópria, a partir do ato da recepção do produto fornecido para teste até a sua aceitação final, desde que, na sua apresentação, objeto não tenha apresentado defeitos.

16.1.11. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento da fatura da emitida pela CONTRATADA dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato.

16.1.12. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento dos produtos.

16.1.13. Promover o acompanhamento e a fiscalização do objeto contratado, sob os aspectos quantitativos e qualificativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando por escrito à CONTRATADA, as ocorrências de imperfeições, falhas ou irregularidades, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades constatados no fornecimento dos produtos.

16.2. Deveres e Responsabilidades da CONTRATADA, além de outras que poderão ser previstas no Edital e Contrato.

16.2.1. Fornecer os produtos e os serviços conforme especificações definidas no presente Termo de Referência, não podendo nunca ser inferior a esta.

16.2.2. Manter capacidade mínima de entrega para atender as demandas contratadas.

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

PROC. 39
FLS 315
RUB.

16.2.3. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo Órgão Gerenciador da Ata, relacionados com as características dos produtos.

16.2.4. Entregar, nos locais determinados pelo CONTRATANTE nas Ordens de Fornecimento, os produtos e serviços objeto da presente contratação, às suas expensas, dentro do prazo de entrega estabelecido.

16.2.5. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente em relação aos produtos que forem objetos do Contrato e prestar os esclarecimentos necessários.

16.2.6. Indicar, formalmente, preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do Contrato.

16.2.7. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências dos Fiscais dos Contatos e/ou dos Gestores dos Contratos inerentes à execução do objeto contratual.

16.2.8. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do objeto pela CONTRATANTE.

a) Apurado o dano e caracterizada sua autoria por qualquer empregado da CONTRATADA, esta pagará à CONTRATANTE o valor correspondente, mediante o pagamento de Documento de Arrecadação Municipal - DAM, a ser emitida pelo Gestor do Contrato no valor correspondente ao dano, acrescido das demais penalidades constantes do instrumento convocatório e do contrato.

16.2.9. Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização da execução do objeto pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcialmente, a qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária, e recusar os materiais empregados que julgar inadequados.

16.2.10. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

16.2.11. Emitir fatura no valor pactuado e nas condições do Contrato, apresentando à CONTRATANTE para pagamento.

16.2.12. Substituir os produtos reprovados na aceitação, dentro do prazo estabelecido neste Termo de Referência, sem ônus para a CONTRATANTE.

16.2.13. Substituir os produtos que apresentarem defeitos, sem ônus para a CONTRATANTE, no prazo de demais condições previstas neste Termo de Referência.

16.2.14. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

16.2.15. A contratante poderá solicitar, a qualquer momento, amostras para análise, a fim de comprovar a qualidade do produto contratado. A DETENTORA DO REGISTRO deverá arcar com os custos da análise, caso o produto ofertado apresente suspeita de irregularidade. Os laudos emitidos serão considerados suficientes para exigir a substituição do produto quando o resultado da análise for desfavorável, ou seja, diferente das especificações prometidas pelo fabricante. Todo produto considerado impróprio ao uso será devolvido para a inutilização nos termos legais.

16.2.16. Entregar, nos locais determinados pelo CONTRATANTE na Ordem de Fornecimento de Bens, objeto da presente contratação, às suas expensas, dentro do prazo de entrega estabelecido.

16.2.17. Arcar com todas as despesas relacionadas à entrega do objeto, tais como frete, seguro, impostos, taxas e outros, inclusive em caso de troca, se houver.

16.2.18. Os Produtos deverão ser de primeira qualidade, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor. Deverão, ainda, conter especificações do INMETRO e outros Órgãos de controle de qualidade, quando houver, bem como as características peculiares de cada item e, quando for o caso, possuir em suas embalagens unitárias, especificações de peso, medida, quantidade, orientações de armazenamento, manuais de utilização, quando for o caso, prazo de validade de acordo com o fabricante, contado da data de entrega e demais informações que se fizerem necessárias para a perfeita utilização dos mesmos.

16.2.19. A contratada estará obrigada a comparecer, sempre que solicitada, à sede da Unidade Requisitante, a fim de receber instruções, participar de reuniões ou para qualquer outra finalidade relacionada ao cumprimento de suas obrigações.

16.2.20. Substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o(s) produtos/serviços, cuja qualidade, finalidade, eficácia procedência e eficiência, apresentem qualquer nível de desatendimento ao fim a que se presta, ou suspeita em relação a sua procedência, ou ainda, aquele em que se verificarem vícios, defeitos de fabricação, violação, transporte inadequado, incorreções ou falhas resultantes do fornecimento e fabricação.

17. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) Der causa à inexecução parcial do contrato;

b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) Der causa à inexecução total do contrato;

d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste termo de referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
d) Multa Moratória de 0,6% (seis décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento) dias,

17.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

17.4. Todas as sanções previstas neste Termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

17.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

17.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE a CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

17.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
b) As peculiaridades do caso concreto;
c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) Os danos que dela provierem para o Contratante.

17.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. A CONTRATADA garantirá o comportamento moral e profissional de seus empregados, quando estiverem procedendo a entrega, cabendo-lhe responder integral e incondicionalmente por todos os

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

PROC. 42
FLS 315
RUB.

danos e/ou atos ilícitos resultante de ação ou omissão destes, inclusive por inobservância de ordens e normas da contratante.

18.2. A CONTRATADA manterá a CONTRATANTE livre de quaisquer reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação ou omissão.

18.3. Não será admitida proposta parcial, nem descrição incompleta, ou seja, não será aceita proposta em desconformidade com as especificações constantes deste Termo.

19. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

19.1 – O cronograma de desembolso será realizado por fases de licenciamento, de forma parcelada.

Alto Alegre do Pindaré (MA), 11 de novembro de 2025.

CLEOMAR FERRO SILVA
Secretário Municipal de Meio Ambiente de Alto Alegre do Pindaré/MA

PROC. 43
FLS 315
RUB.

Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré – MA
Av. João XXIII, S/N - Centro, CEP nº 65.398-000,
CNPJ nº 01.612.832/0001-21

Processo nº 315/2025

De acordo com as informações constantes neste Processo, autorizo a solicitação para **Contratação de Serviços Técnicos Especializados de Natureza Predominantemente Intelectual de Consultoria Ambiental para obtenção de Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO) relativas ao empreendimento de Aterro Sanitário no município de Alto Alegre do Pindaré/MA** e encaminho ao Agente de Contratação para providenciar a execução do procedimento de contratação em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal que regulamenta a matéria.

Após a tramitação de toda fase interna, retorne os autos ao ordenador de despesa respectivo para fins de apreciação dos custos e viabilidade técnica e legal de eventual processo de contratação.

Alto Alegre do Pindaré/MA, 12 de Novembro de 2025.

José Francinete Bento Luna
Prefeito do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA

PROC. 44
FLS 315
RUB.

Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré – MA
Av. João XXIII, S/N - Centro, CEP nº 65.398-000,
CNPJ nº 01.612.832/0001-21

DESPACHO

Processo nº 315/2025

Tendo em vista a instrução dos autos, segue anexa a Portaria nº 75/2025, a qual nomeia os agentes de contratação, pregoeiro, membros da comissão de contratação e equipe de apoio nos procedimentos regidos pela Lei nº 14.133/2021.

Ademais, tendo em vista a autorização de encaminhamento do Prefeito do pleito conforme a lei, determino os seguintes encaminhamentos com a finalidade impulsionar o feito:

a) Ao Departamento do Setor de Cotação de Preços para a realização da pesquisa de mercado para juntar o mapa de cotações com propostas comerciais, nos termos da lei;

b) Ao Setor de Contabilidade para informar se despesa possui adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual, sendo compatível com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias. E, a depender do caso, já providenciar a reserva orçamentária e informar a rubrica que correrá a despesa;

c) Retornem os autos a este setor para manifestar-se sobre a modalidade de contratação e juntar minuta edital e anexos;

d) à Procuradoria Geral para emissão de parecer jurídico;

e) À autoridade superior decidir sobre a autorização da deflagração do procedimento licitatório;

f) Retornem os autos para esse Setor para providências;

Alto Alegre do Pindaré/MA, 13 de Novembro de 2025.

EDIVAN PINHO PEREIRA
Agente de Contratação

PORTARIA Nº 075/2025

Em 09 de janeiro de 2025.

DESIGNA SERVIDORES E SERVIDORAS PARA, SEM PREJUÍZO DAS ATRIBUIÇÕES EM SUAS RESPECTIVAS UNIDADES DE LOTAÇÃO, ATUAREM COMO AGENTES DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIRO E COMO MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO (CPC) E DA EQUIPE DE APOIO NOS PROCEDIMENTOS REGIDOS PELA LEI Nº 14.133/2021.

JOSÉ FRANCINETE BENTO LUNA, Prefeito Municipal de Alto Alegre do Pindaré, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica,

CONSIDERANDO o disposto nos incisos L e LX do art. 6º, bem como no artigo 8º, da Lei 14.133/2021;

CONSIDERANDO que o agente de contratação é a pessoa designada por ato específico da autoridade competente, entre servidores efetivos do quadro permanente da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação;

CONSIDERANDO que a comissão de contratação é o conjunto de agentes públicos indicados pela Administração, em caráter permanente ou especial, com a função de receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares;

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo para, sem prejuízo das atribuições laborais em suas respectivas unidades de lotação, atuarem como Agente de Contratação nos procedimentos regidos pela Lei nº 14.133/2021:

I - EDIVAN PINHO PEREIRA, servidor efetivo, portador da cédula de identidade RG nº 000030264194-7 SSP/MA, e do CPF nº 713.015.423-34;

II - MARCIO HENRIQUE PIMENTA SOARES, servidor efetivo, portador da cédula de identidade RG nº 0289389320105 SSP/MA, e do CPF nº 550.726.153-91;

III – MARIA ALICE NASCIMENTO DOS SANTOS, servidora efetiva, portadora da cédula de identidade RG nº 000075265197-8, e do CPF nº CPF nº 815.343.963-49.

Parágrafo único. Os agentes de contratação designados serão responsáveis, entre outras atribuições, pela operacionalização, condução e julgamento das dispensas eletrônicas no Portal de Compras do Governo Federal.

Art. 2º. Designar o Agente de Contratação indicado no art. 1º, **EDIVAN PINHO PEREIRA**, para atuar como Pregoeiro, conforme o disposto no art. 8º, §5º da Lei 14.133/21.

Parágrafo único. Designar os servidores os seguintes servidores relacionados no art. 1º: **MARCIO HENRIQUE PIMENTA SOARES** e **MARIA ALICE NASCIMENTO DOS SANTOS** para, sob a presidência de **EDIVAN PINHO PEREIRA**, comporem a Comissão Permanente de Contratação (CPC) e equipe de apoio da Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré - MA, na qualidade de membros titulares.

Art. 3º. Os servidores indicados no art. 2º, parágrafo único, desta portaria, serão responsáveis pelas contratações de saldos de Atas de Registro de Preços, rescisões e prorrogações contratuais decorrente de processos licitatórios que foram registrados e contratados, sob a égide das antigas Leis 8.666/93 e 10.520/2002,

Art. 4º. As designações em epígrafe terão caráter permanente, até que outro ato as modifique ou as revogue.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 33/2025, datada de 1º de Janeiro de 2025 e Publicada no Diário Oficial do Município em 2 de Janeiro de 2025.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
Em 09 de janeiro de 2025.

JOSE FRANCINETE BENTO LUNA
Prefeito Municipal

Certidão de Publicação

Certifico para os devidos fins nos termos da Lei Orgânica Municipal e da Lei nº 004/2018 de 15/05/2018, que a presente Portaria foi publicada no Quadro de Avisos da Prefeitura em 01 de janeiro de 2025 e no Diário Oficial do Município, D.O.M.

Marcelo Coêlho Sousa
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PROC. 471
FLS 315
RUB.

Art. 21. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Alto Alegre do Pindaré-MA, 02 de Dezembro de 2024.

Rivaldo Pereira Santos
Presidente

Eliete Assis Bezerra
1° Secretária

ANEXO 01
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

ORD	DENOMINAÇÃO	QTD	SALÁRIO
01	Assessor Legislativo	13	R$ 1.412,00
02	Assessoria Contábil	1	R$ 3.500,00
03	Assessoria de Comunicação	1	R$ 2.000,00
04	Assessoria Jurídica	1	R$ 4.237,20
05	Chefe de Gabinete	1	R$ 3.000,00
06	Controlador Geral	1	R$ 4.697,00
07	Diretor da Câmara	1	R$ 1.412,00
08	Secretário Geral	1	R$ 2.098,00
09	Tesoureiro	1	R$ 3.500,00

ANEXO 02
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

ORD	DENOMINAÇÃO	QTD	SALÁRIO
01	Auxiliar de Serviços Gerais	2	R$ 1.412,00
02	Vigia	2	R$ 1.412,00
03	Motorista	1	R$ 1.412,00

PORTARIAS DE NOMEAÇÕES

PORTARIA Nº 034/2025
Em 01 de janeiro de 2025.

NOMEIA COORDENADOR DE RECURSOS HUMANOS DAS-1/2/3, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ FRANCINETE BENTO LUNA, Prefeito do Município de Alto Alegre do Pindaré, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em especial o Art. 44 da Lei Orgânica do Município, pela presente.

R E S O L V E:
Art. 1°: Designar o servidor **FRANCIVAL VELOSO FERNANDES** – CPF nº 471.197.723-68 para exercer a função de para exercer o Cargo em Comissão de COORDENADOR DE RECURSOS HUMANOS DAS-1/2/3 da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a partir desta data.
Art. 2°: Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3°: Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Dê-se ciência e publique-se na imprensa oficial – em conformidade com o art. 48, da Lei Orgânica de ALTO ALEGRE DO PINDARÉ (MA), para que surta seus legais e efeitos jurídicos.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
Em 01 de janeiro de 2025.

JOSE FRANCINETE BENTO LUNA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 075/2025
Em 09 de janeiro de 2025.

DESIGNA SERVIDORES E SERVIDORAS PARA, SEM PREJUÍZO DAS ATRIBUIÇÕES EM SUAS RESPECTIVAS UNIDADES DE LOTAÇÃO, ATUAREM COMO AGENTES DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIRO E COMO MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO (CPC) E DA EQUIPE DE APOIO NOS PROCEDIMENTOS REGIDOS PELA LEI Nº 14.133/2021.

JOSÉ FRANCINETE BENTO LUNA, Prefeito Municipal de Alto Alegre do Pindaré, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica,

CONSIDERANDO o disposto nos incisos L e LX do art. 6º, bem como no artigo 8º, da Lei 14.133/2021;

CONSIDERANDO que o agente de contratação é a pessoa designada por ato específico da autoridade competente, entre servidores efetivos do quadro permanente da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação;

CONSIDERANDO que a comissão de contratação é o conjunto de agentes públicos indicados pela Administração, em caráter permanente ou especial, com a função de receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares;

R E S O L V E:

Art. 1° - Designar os servidores abaixo para, sem prejuízo das atribuições laborais em suas respectivas unidades de lotação, atuarem como Agente de Contratação nos procedimentos regidos pela Lei nº 14.133/2021:

I - EDIVAN PINHO PEREIRA, servidor efetivo, portador da cédula de identidade RG nº 000030264194-7 SSP/MA, e do CPF nº 713.015.423-34;

II - MARCIO HENRIQUE PIMENTA SOARES, servidor efetivo, portador da cédula de identidade RG nº 0289389320105 SSP/MA, e do CPF nº 550.726.153-91;

III – MARIA ALICE NASCIMENTO DOS SANTOS, servidora efetiva, portadora da cédula de identidade RG nº 000075265197-8, e do CPF nº CPF nº 815.343.963-49.

Parágrafo único. Os agentes de contratação designados serão responsáveis, entre outras atribuições, pela operacionalização, condução e julgamento das dispensas eletrônicas no Portal de Compras do Governo Federal.

Art. 2°. Designar o Agente de Contratação indicado no art. 1º, **EDIVAN PINHO PEREIRA**, para atuar como Pregoeiro, conforme o disposto no art. 8º, §5º da Lei 14.133/21.

Parágrafo único. Designar os servidores os seguintes servidores relacionados no art. 1°: **MARCIO HENRIQUE PIMENTA SOARES e MARIA ALICE NASCIMENTO DOS SANTOS** para, sob a presidência de **EDIVAN PINHO PEREIRA**, comporem a Comissão Permanente de Contratação (CPC) e equipe de apoio da Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré - MA, na qualidade de membros titulares.

Art. 3°. Os servidores indicados no art. 2°, parágrafo único, desta portaria, serão responsáveis pelas contratações de saldos de Atas de Registro de Preços, rescisões e prorrogações contratuais decorrente de processos licitatórios que foram registrados e contratados, sob a égide das antigas Leis 8.666/93 e 10.520/2002.

Art. 4°. As designações em epígrafe terão caráter permanente, até que outro ato as modifique ou as revogue.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 33/2025, datada de 1° de Janeiro de 2025 e Publicada no Diário Oficial do Município em 2 de Janeiro de 2025.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL. Em 09 de janeiro de 2025. JOSE FRANCINETE BENTO LUNA Prefeito Municipal.

Assinado digitalmente por CLAY REGAZZONI RIBEIRO TORRES:72023597234
DN: cn=CLAY REGAZZONI RIBEIRO TORRES:72023597234, c=BR, o=ICP-Brasil, ou=videoconferencia, email=REGAZZONI31@GMAIL.COM
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: 2025.01.09 17:31:02 -03'00'

PROC. 48
FLS 315
RUB.

Estado do Maranhão
Município de Alto Alegre do Pindaré

DIÁRIO OFICIAL
Poder Executivo

Secretaria de Administração e Finanças
Coordenação do Diário Oficial - DOM
Avenida João XIII, s/n, Centro
edomaap@gmail.com

José Francinete Bento Luna
Prefeito

Clay Regazzoni Ribeiro Torres
Coordenador do e-DOM

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Ao elaborar o seu texto para publicação no Diário Oficial Eletrônico, observe atentamente as instruções abaixo:

a) Edição dos textos enviados ao Diário por email;
b) Medida da página – 17cm de largura e 25cm de altura;
c) Editor de texto padrão: Word for Windows – Versão 6 ou Superior;
d) Tipo de fonte: Times New Roman;
e) Tamanho da letra: 8;
f) Entrelinhas: simples;
g) Excluir linhas em branco;
h) Tabelas/quadrados sem linhas de grade ou molduras;
i) Havendo erro na publicação, o usuário poderá manifestar reclamação por escrito até 30 dia após a circulação do Diário Oficial Eletrônico;
j) Se o erro for proveniente de falha do setor de publicação, a matéria será republicada sem ônus para o cliente, em caso de erro proveniente do email enviado, o ônus da retificação ficará a cargo do cliente;
k) As matérias que não atenderem as exigências acima serão devolvidas.

Informações: (98) 98612 – 9344

Assinado digitalmente por CLAY REGAZZONI RIBEIRO TORRES:72023597234
DN: cn=CLAY REGAZZONI RIBEIRO TORRES:72023597234, c=BR, o=ICP-Brasil, ou=videoconferencia, email=REGAZZONI31@GMAIL.COM
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: 2025.01.09 17:31:20 -03'00'

PROC. 49
FLS 315
RUB.

Processo / Protocolo: 315/2025
Origem: Sec. Municipal de Meio Ambiente
Assunto: Contratação de Serviços Técnicos Especializados de Natureza Predominantemente Intelectual de Consultoria Ambiental para obtenção de Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO) relativas ao empreendimento de Aterro Sanitário no município de Alto Alegre do Pindaré/MA.

DESPACHO

Vieram os autos a esta Assessoria Administrativa para realização de pesquisa de preços visando subsidiar o presente procedimento licitatório, com obtenção da média de preço praticada no mercado para o objeto acima descrito.

Ocorre que, recentemente, em atenção à determinação do Excelentíssimo Senhor Prefeito de Alto Alegre do Pindaré, e, em consonância com o que disciplina o art. 18, § 1º, inciso V, primeira parte, da Lei nº 14.133/2021, realizamos pesquisa de preços.

Nota-se que o objeto constante do Estudo Técnico Preliminar – ETP e do Termo de Referência – TR, não sofreu alteração em sua especificação e quantidade, sendo o mesmo discriminado no Documento de Formalização de Demanda – DFD, o qual serviu de parâmetro para a Pesquisa de Mercado inicial, elaborada por este setor.

Ressalta-se que o preço médio estimado obtido está em consonância com a Lei de Licitações e as orientações dos Tribunais de Contas.

Com efeito, o Decreto nº 26, de 19 de fevereiro de 2024, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré/MA, com nova redação dada pelo Decreto Municipal nº 040, de 07 de março de 2024, prevê em seu art. 5º, §§ 7ª e 8º, a possibilidade de dispensa, mediante justificativa expressa, da pesquisa de que trata o § 2º, quando a pesquisa de preços realizada por ocasião do ETP contiver elementos suficientes para que seja definido o valor estimado da contratação, observado o art. 23 da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

Por oportuno, cite-se os §§ 2º, 7º e 8º do art. art. 5º do Decreto nº. 26, de 19 de fevereiro de 2024, bem como o art. 23 da Lei Federal n. 14.133/2021, conforme segue:

Decreto Municipal nº 026/2024 - PMAAP	"Art. 5º. .....*omissis*..... (...) § 2º A estimativa do valor da contratação, nesta fase, poderá ser

Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré – MA
Av. João XXIII, S/N - Centro, CEP nº 65.398-000,
CNPJ nº 01.612.832/0001-21

	paramétrica, não sendo, necessariamente, a pesquisa preliminar de preços que constará do Projeto Básico ou Termo de Referência. (...) § 7º Será dispensada, mediante justificativa expressa, a pesquisa de que trata o § 2º, quando a pesquisa de preços realizada por ocasião do ETP contiver elementos suficientes para que seja definido o valor estimado da contratação, observado o art. 23 da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021. § 8º A opção pela dispensa da pesquisa de preços nos termos do parágrafo anterior, não exime da necessidade de atualização dos valores estimados da contratação, caso a realização da pesquisa de preços ou os seus parâmetros adotados tenham excedido o prazo de 6 (seis) meses.

Lei Federal n. 14.133/2021	Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto. § 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não: I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP); II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente; III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso; IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento. (...)

PROC. 51
FLS 318
RUB.

Desse modo, considerando que a pesquisa inicial atente aos ditames do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, bem como, diante da possibilidade legal de dispensa de nova pesquisa, com supedâneo no Decreto Municipal nº 26, de 19 de fevereiro de 2024, art. 5º, §§ 7º e 8º, pois a referida pesquisa foi realizada há menos de 06 (seis) meses e o objeto a ser cotado, constante do Estudo Técnico Preliminar – ETP e do Termo de Referência – TR, não sofreu alteração em sua especificação e quantidade, sendo o mesmo discriminado no Documento de Formalização de Demanda – DFD, que serviu de parâmetro para a pesquisa inicial.

Alto Alegre do Pindaré/MA, 13 de Novembro de 2025.

Léniza de Oliveira Botelho
Assessora Administrativa

DECRETO Nº 026, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2024.

Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré/MA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ/MA, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP no âmbito do Poder Executivo Municipal de Alto Alegre do Pindaré (MA).

Parágrafo primeiro. Para os efeitos deste Decreto, considera-se ETP o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, que caracteriza determinada necessidade, descreve as análises realizadas em termos de requisitos, alternativas, escolhas, resultados pretendidos e demais características, dando base ao anteprojeto, ao Termo de Referência ou ao Projeto Básico, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

Parágrafo segundo. A obrigação de elaborar os ETP aplica-se à aquisição de bens e à contratação de serviços e obras, inclusive aluguéis e contratações de soluções de Tecnologia de Informação e Comunicação – TIC, ressalvado o disposto no art. 2º.

Art. 2º A elaboração dos ETP **não** é obrigatória nos seguintes casos:

I - contratação de obras, serviços, compras e aluguéis, cujos valores se enquadrem nos limites dos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, independentemente da forma de contratação;

II - dispensas de licitação previstas nos incisos III, VII e VIII do art. 75 e do § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021;

III - contratações de soluções que repliquem modelagem já adotada em contratos anteriores e recentes do órgão, e considerada satisfatória pela Administração;

FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO:12576131387 Assinado de forma digital por FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO:12576131387 Dados: 2024.02.19 17:05:50 -03'00'

IV - contratações de baixa complexidade cuja modelagem adotada siga o padrão majoritariamente adotado por outros órgãos públicos no Estado do Maranhão, inclusive quanto à técnica construtiva empregada, se for o caso, ou que decorra de documento técnico específico elaborado por profissional habilitado, como, por exemplo, o Cardápio da Alimentação Escolar, elaborado por Nutricionista;

V - contratações cujos itens constem do Catálogo Eletrônico de Padronização Estadual ou Federal, nos termos do art. 19, II, da Lei nº 14.133/2021, como, por exemplo, no caso dos itens constantes do Catálogo Federal no sítio https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao/itens-padronizados;

VI - quando se tratar de obra ou serviço de engenharia objeto de transferência voluntária celebrada com a União, ou objeto de termo de cooperação ou instrumento congênere firmado com entidade privada, em que haja anteprojeto ou projeto básico pré-aprovado ou padronizado, disponibilizado pelo órgão ou entidade concedente;

VII - quando se tratar de aquisição, serviço ou obra objeto de empréstimo, financiamento ou instrumento congênere firmado com banco ou instituição de fomento, quando houver detalhamento suficiente do objeto a executar no próprio compromisso firmado;

VIII - contratações de elaboração de projetos básico e/ou executivo tomados isoladamente, isto é, quando não acompanhada da execução dos serviços ou obras correspondentes;

IX - quaisquer alterações contratais realizadas por meio de Termo Aditivo ou Apostilamento, inclusive acréscimos contratais e prorrogações contratuais relativas a serviços contínuos.

§ 1º Os autos do processo deverão ser instruídos com a justificativa e a indicação do dispositivo a autorizar a não elaboração do respectivo ETP.

§ 2º O disposto neste artigo também se aplica à elaboração de Mapa de Riscos da contratação.

Art. 3º Os ETP deverão evidenciar o problema a ser resolvido e a melhor solução dentre as possíveis, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental da contratação.

Art. 4º Os ETP serão elaborados conjuntamente por servidores da área técnica e requisitante ou, quando houver, pela equipe de planejamento da contratação.

Art. 5º Os ETP deverão ser elaborados considerando a necessidade da Prefeitura, as soluções

FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO:12576131387 Assinado de forma digital por FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO:12576131387 Dados: 2024.02.19 17:06:10 -03'00'

disponíveis no mercado e a solução a adotar, sendo sugerida a seguinte ordem de elaboração do artefato:

I – Eixo da necessidade:

a) descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;
b) estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;
c) requisitos necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade; e
d) resultados pretendidos, em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável.

II – Eixo das soluções:

a) levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, podendo, entre outras opções, ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, ou produtos/serviços comumente utilizados e facilmente disponíveis no mercado, além de audiências públicas ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições;
b) estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado;
c) contratações correlatas e/ou interdependentes;
d) providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; e
e) possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento.

III – Eixo da solução a adotar:
a) descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso, acompanhada das justificativas técnica e econômica da escolha do tipo de solução;
b) justificativas para o parcelamento ou não da solução, se aplicável;
c) posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação; e
d) considerações a propósito do alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade, identificando a previsão no Plano Anual de Contratações ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão.

FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO:12576131387 Assinado de forma digital por FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO:12576131387 Dados: 2024.03.19 17:06:22 -03'00'

§ 1º Quanto ao levantamento de mercado visando à obtenção de informações técnicas e comerciais relevantes à definição do objeto e elaboração do projeto básico ou termo de referência, os responsáveis pela elaboração dos ETP poderão promover comunicações formais com potenciais interessados durante a fase de planejamento das contratações, as quais serão registradas no processo administrativo, não impedindo o particular colaborador de participar de eventual licitação pública, ou mesmo de celebrar o respectivo contrato, ainda que decorrente de dispensa ou inexigibilidade, tampouco lhe conferindo a autoria do ETP, Projeto Básico ou Termo de Referência.

§ 2º A estimativa do valor da contratação, nesta fase, poderá ser paramétrica, não sendo, necessariamente, a pesquisa preliminar de preços que constará do Projeto Básico ou Termo de Referência.

§ 3º Os responsáveis pela elaboração dos ETP poderão elaborar artefatos simplificados, desde que reste caracterizada, ainda que de forma genérica, a necessidade do Município, as soluções disponíveis no mercado e a solução a adotar.

§ 4º Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, poderá ser elaborado ETP simplificado quando for adotada modelagem preconizada nos Cadernos de Logística do Ministério da Economia, disponíveis em https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/cadernos-de-logistica, ou em diretrizes oficiais do Governo Federal, como, por exemplo, constantes das seguintes regulamentações:

a) Instrução Normativa Seges/ME nº 05/2017, para serviços terceirizados;
b) Portaria SGD/MGI nº 370/2023, para outsourcing de impressão;
c) Portaria SGD/MGI nº 750/2023, para contratação visando ao desenvolvimento, manutenção e à sustentação de software;
d) Portaria SGD/MGI nº 1.070/2023, para serviços de operação de infraestrutura e atendimento a usuários de TIC;
e) Instrução Normativa Secon/PR nº 01/2023, para serviços de publicidade, promoção, comunicação institucional e comunicação digital; e
f) Portaria SGD/MGI nº 2.715/2023, para contratação e gestão de estações de trabalho.

§ 5º Nas contratações que utilizam especificações padronizadas estabelecidas nos Cadernos de Logística divulgados pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, os responsáveis pela elaboração dos ETP poderão aproveitar elementos estabelecidos como padrão.

§ 6º Em se tratando de ETP para a realização de licitações, sempre que, quando da elaboração

FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO:12576131387 Assinado de forma digital por FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO:12576131387 Dados: 2026.02.19 17:08:37 -03'00'

dos ETP, a quantidade de fornecedores aptos a atenderem à demanda da Administração for considerada restrita, deve-se verificar se os requisitos inicialmente necessários e suficientes à escolha da solução, ou outros aspectos dos ETP, limitam ou não a sua participação, e em caso positivo, se são realmente indispensáveis, flexibilizando-os sempre que possível.

Art. 6º Os responsáveis pela elaboração dos ETP poderão elaborá-los por meio do Sistema ETP Digital, ferramenta informatizada, disponibilizada pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, no Portal de Compras do Governo Federal, para elaboração dos ETP.

Parágrafo único. Caso os responsáveis pela elaboração dos ETP decidam disponibilizar os artefatos para consulta dos demais órgãos no Sistema ETP Digital, sempre que se tratar de licitação, a publicação, no Sistema ETP Digital, deve ocorrer concomitantemente à publicação do aviso de licitação no DOM e à divulgação do certame na plataforma de disputa, ou antes, quando da divulgação da Intenção de Registro de Preços, se for o caso.

Art. 7º Os ETP são públicos e devem integrar o Projeto Básico ou Termo de Referência, os quais poderão trazer referências à melhor forma de acessar o seu conteúdo, inclusive pela Internet.

Parágrafo único. Excepcionalmente, mediante justificativa, a Administração pode classificar os ETP como documentos preparatórios sigilosos termos do § 3º do art. 7º da Lei nº 12.527, de 2011, e do art. 20 do Decreto nº 7.724, de 2012.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, publique-se, cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Em 19 de fevereiro de 2024.

FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO:12576131387

Assinado de forma digital por FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO:12576131387
Dados: 2024.02.19 17:06:51 -03'00'

FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO
Prefeito Municipal

técnico-operacional sobre o objeto demandado.

Art. 3º Até a **primeira quinzena de maio de cada exercício**, os órgãos e as entidades elaborarão os seus planos de contratações anual, os quais conterão todas as contratações que pretendem realizar no exercício subsequente [...].

§ 2º O período de que trata o caput compreenderá a elaboração **(até 1º de abril)**, a consolidação **(02 a 30 de abril)** e a aprovação **(01 a 15 de maio)** do Plano de Contratações Anual pelos órgãos e pelas entidades.

Art. 4º Ficam dispensadas de registro no Plano de Contratações Anual:

I - as informações classificadas como sigilosas, nos termos do disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, ou abrangidas pelas demais hipóteses legais de sigilo;
II - as contratações realizadas por meio do regime de adiantamento, ou suprimento de fundos, previsto nos art. 65 a 69 da Lei nº 4.320/1964;
III - as hipóteses previstas nos incisos VI, VII e VIII do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, os quais se referem a objetos que envolvam comprometimento da segurança nacional, nos casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal, grave perturbação da ordem, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública; e
IV - as pequenas compras e a prestação de serviços de pronto pagamento, de que trata o § 2º do art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 5º Para elaboração do Plano de Contratações Anual, o requisitante encherá o documento de formalização de demanda com as seguintes informações:

I - justificativa da necessidade da contratação;
II - descrição sucinta do objeto;
III - quantidade a ser contratada, quando couber, considerada a expectativa de consumo anual;
IV - estimativa preliminar do valor da contratação, por meio de procedimento simplificado, o qual ainda não se constituirá na Pesquisa Preliminar de Preços propriamente dita;
V - indicação da data pretendida para a contratação, a fim de não gerar prejuízos ou descontinuidade das atividades do órgão ou da entidade;
VI - grau de prioridade da compra ou da contratação em baixo, médio ou alto, de acordo com a metodologia estabelecida pelo órgão ou pela entidade contratante;
VII - indicação de vinculação ou dependência com o objeto de outro documento de formalização de demanda para a sua execução, com vistas a determinar a sequência em que as contratações serão realizadas; e
VIII - nome da área requisitante com a identificação do responsável.
§ 1º. Os documentos de formalização de demanda devem ser aprovados pelas autoridades setoriais.

§ 2º. Para cumprimento do disposto no caput, os órgãos e as entidades observarão, no mínimo, o nível referente à classe dos materiais ou ao grupo dos serviços e das obras dos Sistemas de Catalogação de Material, de Serviços ou de Obras do Governo federal.

Art. 6º. As informações de que trata o art. 5º serão formalizadas até **1º de abril do ano de elaboração do Plano de Contratações Anual.**

Art. 7º. Encerrado o prazo previsto no art. 6º, o setor de contratações consolidará as demandas encaminhadas pelos requisitantes ou pelas áreas técnicas e adotará as medidas necessárias para:

I - agregar, sempre que possível, os documentos de formalização de demanda com objetos de mesma natureza com vistas à racionalização de esforços de contratação e à economia de escala;

II - adequar e consolidar o Plano de Contratações Anual, observado o disposto no art. 5º; e

III - elaborar o calendário de contratação, por grau de prioridade da demanda, consideradas a data estimada para o início do processo de contratação e a disponibilidade orçamentária e financeira.

§ 1º O setor de contratações concluirá a consolidação do Plano de Contratações Anual até **30 de abril do ano de sua elaboração** e o encaminhará para aprovação da autoridade competente.

Art. 8º. Até a primeira quinzena de maio do ano de elaboração do Plano de Contratações Anual, a autoridade competente aprovará as contratações nele previstas.

§ 1º A autoridade competente poderá reprovar itens do Plano de Contratações Anual ou devolvê-lo ao setor de contratações, se necessário, para realizar adequações junto às áreas requisitantes ou técnicas, observado o prazo previsto no caput.

PROC. 57
FLS 315
RUB.

§ 2º O Plano de Contratações Anual aprovado pela autoridade competente e suas eventuais versões atualizadas, serão disponibilizados no Portal Nacional de Contratações Públicas e no sítio eletrônico do ente público, no prazo de quinze dias, contados da data de sua aprovação, revisão ou alteração.
§ 3º Deverão ficar disponíveis para consulta pública, sítio eletrônico do ente público, todas as versões do documento.

Art. 9º. Durante o ano de sua elaboração, após aprovado, bem como durante o ano de sua execução, o Plano de Contratações Anual poderá ser revisado e alterado a qualquer tempo, por meio de inclusão, exclusão ou redimensionamento de itens, seguindo-se o mesmo rito procedimental previsto nos arts. 5º a 8º quanto às alçadas de autorização.

Art. 10. As demandas constantes do Plano de Contratações Anual serão formalizadas pelo setor requisitante em processo de contratação, o qual deverá conter os artefatos básicos de planejamento da contratação, tais como, conforme o caso, estudo técnico preliminar, termo de referência, anteprojeto ou projeto básico, para encaminhamento ao setor de contratações **pelo menos 60 (sessenta) dias antes** da data pretendida para a contratação a que se refere o inciso V do art. 5º.

Parágrafo único. Sempre que um processo de contratação for instaurado no setor requisitante, este deverá verificar se a demanda já foi incluída no Plano de Contratações Anual para que, caso não conste do plano, proceda-se à sua revisão e alteração.

Art. 11. A fase externa do procedimento de contratação cabe ao setor de contratações, e deve ser iniciada, no caso de licitações, pelo **menos 30 (trinta) dias antes** da data pretendida para a contratação a que se refere o inciso V do art. 5º.

§ 1º No caso de procedimentos de contratação direta, a autorização prevista no art. 72, VIII da Lei nº 14.133/2021, deve ocorrer **pelo menos uma semana antes** da data pretendida para a contratação a que se refere o inciso V do art. 5º.

§ 1º No caso de adesões a Atas de Registro de Preços a aquiescência formal do órgão gerenciador da Ata, bem como da empresa detentora da Ata, deve ocorrer **pelo menos uma semana antes** da data pretendida para a contratação a que se refere o inciso V do art. 5º.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, publique-se, cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
Em 19 de fevereiro de 2024.
FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 026, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2024.

Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré/MA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ/MA, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP no âmbito do Poder Executivo Municipal de Alto Alegre do Pindaré (MA).

Parágrafo primeiro. Para os efeitos deste Decreto, considera-se ETP o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, que caracteriza determinada necessidade, descreve as análises realizadas em termos de requisitos, alternativas, escolhas, resultados pretendidos e demais características, dando base ao anteprojeto, ao Termo de Referência ou ao Projeto Básico, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

Parágrafo segundo. A obrigação de elaborar os ETP aplica-se à aquisição de bens e à contratação de serviços e obras, inclusive aluguéis e contratações de soluções de Tecnologia de Informação e Comunicação – TIC, ressalvado o disposto no art. 2º.

Documento assinado eletronicamente. Verificação em https://www.gualisign.com.br/portal/dc-validar através do código MRLHH-IHGZP-U6HQP-68HVD enquanto armazenado no Portal oficial em https://validar.iti.gov.br conforme instruções lá colocadas

PROC. 38
FLS 315
RUB.

Art. 2º A elaboração dos ETP **não** é obrigatória nos seguintes casos:

I - contratação de obras, serviços, compras e aluguéis, cujos valores se enquadrem nos limites dos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, independentemente da forma de contratação;

II - dispensas de licitação previstas nos incisos III, VII e VIII do art. 75 e do § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021;

III - contratações de soluções que repliquem modelagem já adotada em contratos anteriores e recentes do órgão, e considerada satisfatória pela Administração;

IV - contratações de baixa complexidade cuja modelagem adotada siga o padrão majoritariamente adotado por outros órgãos públicos no Estado do Maranhão, inclusive quanto à técnica construtiva empregada, se for o caso, ou que decorra de documento técnico específico elaborado por profissional habilitado, como, por exemplo, o Cardápio da Alimentação Escolar, elaborado por Nutricionista;

V - contratações cujos itens constem do Catálogo Eletrônico de Padronização Estadual ou Federal, nos termos do art. 19, II, da Lei nº 14.133/2021, como, por exemplo, no caso dos itens constantes do Catálogo Federal no sítio https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao/itens-padronizados;

quando se tratar de obra ou serviço de engenharia objeto de transferência voluntária celebrada com a União, ou objeto de termo de cooperação ou instrumento congênere firmado com entidade privada, em que haja anteprojeto ou projeto básico pré-aprovado ou padronizado, disponibilizado pelo órgão ou entidade concedente;

VII - quando se tratar de aquisição, serviço ou obra objeto de empréstimo, financiamento ou instrumento congênere firmado com banco ou instituição de fomento, quando houver detalhamento suficiente do objeto a executar no próprio compromisso firmado;

VIII - contratações de elaboração de projetos básico e/ou executivo tomados isoladamente, isto é, quando não acompanhada da execução dos serviços ou obras correspondentes;

IX - quaisquer alterações contratais realizadas por meio de Termo Aditivo ou Apostilamento, inclusive acréscimos contratais e prorrogações contratuais relativas a serviços contínuos.

§ 1º Os autos do processo deverão ser instruídos com a justificativa e a indicação do dispositivo a autorizar a não elaboração do respectivo ETP.

§ 2º O disposto neste artigo também se aplica à elaboração de Mapa de Riscos da contratação.

3º Os ETP deverão evidenciar o problema a ser resolvido e a melhor solução dentre as possíveis, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental da contratação.

Art. 4º Os ETP serão elaborados conjuntamente por servidores da área técnica e requisitante ou, quando houver, pela equipe de planejamento da contratação.

Art. 5º Os ETP deverão ser elaborados considerando a necessidade da Prefeitura, as soluções disponíveis no mercado e a solução a adotar, sendo sugerida a seguinte ordem de elaboração do artefato:

I – Eixo da necessidade:

a) descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;
b) estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;
c) requisitos necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade; e
d) resultados pretendidos, em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável.

II – Eixo das soluções:

a) levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, podendo, entre outras opções, ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, ou produtos/serviços comumente utilizados e facilmente disponíveis no mercado, além de audiências públicas ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições;
b) estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado;
c) contratações correlatas e/ou interdependentes;
d) providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; e
e) possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento.

III – Eixo da solução a adotar:
a) descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso, acompanhada das justificativas técnica e econômica da escolha do tipo de solução;
b) justificativas para o parcelamento ou não da solução, se aplicável;
c) posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação; e
d) considerações a propósito do alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade, identificando a previsão no Plano Anual de Contratações ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão.

§ 1º Quanto ao levantamento de mercado visando à obtenção de informações técnicas e comerciais relevantes à definição do objeto e elaboração do projeto básico ou termo de referência, os responsáveis pela elaboração dos ETP poderão promover comunicações formais com potenciais interessados durante a fase de planejamento das contratações, as quais serão registradas no processo administrativo, não impedindo o particular colaborador de participar de eventual licitação pública, ou mesmo de celebrar o respectivo contrato, ainda que decorrente de dispensa ou inexigibilidade, tampouco lhe conferindo a autoria do ETP, Projeto Básico ou Termo de Referência.

§ 2º A estimativa do valor da contratação, nesta fase, poderá ser paramétrica, não sendo, necessariamente, a pesquisa preliminar de preços que constará do Projeto Básico ou Termo de Referência.

§ 3º Os responsáveis pela elaboração dos ETP poderão elaborar artefatos simplificados, desde que reste caracterizada, ainda que de forma genérica, a necessidade do Município, as soluções disponíveis no mercado e a solução a adotar.

§ 4º Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, poderá ser elaborado ETP simplificado quando for adotada modelagem preconizada nos Cadernos de Logística do Ministério da Economia, disponíveis em https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/cadernos-de-logistica, ou em diretrizes oficiais do Governo Federal, como, por exemplo, constantes das seguintes regulamentações:

a) Instrução Normativa Seges/ME nº 05/2017, para serviços terceirizados;
b) Portaria SGD/MGI nº 370/2023, para outsourcing de impressão;
c) Portaria SGD/MGI nº 750/2023, para contratação visando ao desenvolvimento, manutenção e à sustentação de software;
d) Portaria SGD/MGI nº 1.070/2023, para serviços de operação de infraestrutura e atendimento a usuários de TIC;
e) Instrução Normativa Secon/PR nº 01/2023, para serviços de publicidade, promoção, comunicação institucional e comunicação digital; e
f) Portaria SGD/MGI nº 2.715/2023, para contratação e gestão de estações de trabalho.

§ 5º Nas contratações que utilizam especificações padronizadas estabelecidas nos Cadernos de Logística divulgados pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, os responsáveis pela elaboração dos ETP poderão aproveitar elementos estabelecidos como padrão.

§ 6º Em se tratando de ETP para a realização de licitações, sempre que, quando da elaboração dos ETP, a quantidade de fornecedores aptos a atenderem à demanda da Administração for considerada restrita, deve-se verificar se os requisitos inicialmente necessários e suficientes à escolha da solução, ou outros aspectos dos ETP, limitam ou não a sua participação, e em caso positivo, se são realmente indispensáveis, flexibilizando-os sempre que possível.

Art. 6º Os responsáveis pela elaboração dos ETP poderão elaborá-los por meio do Sistema ETP Digital, ferramenta informatizada, disponibilizada pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, no Portal de Compras do Governo

Documento assinado eletronicamente. Verificação em https://www.qualisign.com.br/portal/dc-validar
através do código MRLHH-IHG2P-U6HQF-G8F7D enquanto armazenado no Portal do em https://validar.iti.gov.br conforme instruções lá colocadas

PROC. 59
FLS 3 18
RUB

Federal, para elaboração dos ETP.

Parágrafo único. Caso os responsáveis pela elaboração dos ETP decidam disponibilizar os artefatos para consulta dos demais órgãos no Sistema ETP Digital, sempre que se tratar de licitação, a publicação, no Sistema ETP Digital, deve ocorrer concomitantemente à publicação do aviso de licitação no DOM e à divulgação do certame na plataforma de disputa, ou antes, quando da divulgação da Intenção de Registro de Preços, se for o caso.

Art. 7º Os ETP são públicos e devem integrar o Projeto Básico ou Termo de Referência, os quais poderão trazer referências à melhor forma de acessar o seu conteúdo, inclusive pela Internet.

Parágrafo único. Excepcionalmente, mediante justificativa, a Administração pode classificar os ETP como documentos preparatórios sigilosos termos do § 3º do art. 7º da Lei nº 12.527, de 2011, e do art. 20 do Decreto nº 7.724, de 2012.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, publique-se, cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
Em 19 de fevereiro de 2024.
FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 027, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2024.

Regulamenta a Lei nº 14.133/2021, no âmbito da Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré/MA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ/MA, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto regulamenta a Lei nº 14.133/2021, no âmbito do Poder Executivo Municipal de Alto Alegre do Pindaré (MA).

Art. 2º Tendo em vista o disposto no art. 187 da Lei nº 14.133/2021, adotar-se-á como parâmetro normativo em âmbito municipal, no que couber, os seguintes regulamentos editados pela União:

a) Decreto nº 10.818/2021, para estabelecer o enquadramento dos bens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da administração pública municipal nas categorias de qualidade comum e de luxo (art. 20 da Lei nº 14.133/2021);
b) Decreto nº 11.246/2022, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional (§ 3º do art. 8º da Lei nº 14.133/2021);
c) Decreto nº 11.430/2023, para dispor sobre a exigência, em contratações públicas, de percentual mínimo de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica e sobre a utilização do desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho como critério de desempate em licitações, no âmbito da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional (no art. 25, § 9º, inciso I, e no art. 60, caput, inciso III, da Lei nº 14.133/2021);
d) Decreto nº 11.461/2023, para dispor sobre os procedimentos operacionais da licitação na modalidade leilão, na forma eletrônica, para alienação de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos, no âmbito da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional (art. 31 da Lei nº 14.133/2021);
e) Decreto nº 11.462/2023, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional (art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133/2021);
f) Decreto nº 7.983/2013, e Instruções Normativas Seges nºs 05/2017, 65/2021 e 91/2022, para dispor sobre o procedimento administrativo de pesquisa de preços para aquisição de bens, contratação de serviços em geral, bem como para obras e serviços de engenharia, no âmbito da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional (art. 23 da Lei nº 14.133/2021);
g) Instrução Normativa Seges/ME nº 77/2022, para dispor sobre a observância da ordem cronológica de pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, prestação de serviços e realização de obras, no âmbito da Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional;
h) Instrução Normativa Seges/ME nºs 81/2022, para dispor sobre a elaboração do Termo de Referência - TR, para a aquisição de bens e a contratação de serviços, no âmbito da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional;
i) Instruções Normativas Seges/MPDG nº 05/2017, e Seges/ME nºs 75/2021 e 98/2022, para designação e atuação de fiscais e gestores dos contratos, incluindo condições de subcontratação e regras de recebimento provisório e definitivo do objeto;
j) Instruções Normativas Seges/ME nºs 73/2022 e 96/2022, e Seges/MGI nºs 02/2023 e 12/2023, para dispor sobre os critérios de julgamento por menor preço ou maior desconto, por maior retorno econômico, técnica e preço, e melhor técnica ou conteúdo artístico, todos na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional;

§ 1º A adoção da regulamentação federal citada acima não obriga o município a utilizar-se das plataformas eletrônicas disponibilizadas pelo Governo Federal, podendo ainda a Administração valer-se de interfaces disponíveis no mercado, ressalvadas as publicações no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e a utilização do registro cadastral unificado de fornecedores.

§ 2º Na condução de procedimentos licitatórios realizados de forma eletrônica, a interface utilizada pela Prefeitura deve estar integrada ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 175, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

§ 3º Nas dispensas de licitação que não envolverem recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, a obtenção de propostas poderá ocorrer de forma eletrônica ou não eletrônica, a critério da Administração, sem prejuízo da divulgação a que se refere o §3º do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

§ 4º Em licitações ou em procedimentos de contratação direta de dispensa em função do valor visando à execução de recursos provenientes de transferências voluntárias celebradas com a União, a interface utilizada deve estar integrada à plataforma de operacionalização das modalidades de transferências voluntárias, atualmente denominada Transferegov.br, sem prejuízo do disposto no § 2º acima.

§ 5º A gestão das autorizações para adesão às Atas de Registro de Preços da Prefeitura poderá, a critério da Administração, ocorrer de forma eletrônica ou não eletrônica.
§ 6º A intenção de registro de preços (IRP) prevista no art. 9º do Decreto nº 11.462/2023 poderá, a critério da Administração, ser disponibilizada apenas para órgãos e entidades vinculadas à Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré/MA.

§ 7º A abertura do prazo de oito dias úteis para a intenção de registro de preços (IRP), quando ocorrer, será divulgada no Diário Oficial do Município.

§ 8º A identificação dos órgãos gerenciador, participantes e caronas em âmbito municipal ocorrerá por Unidade Gestora, seguindo-se o disposto no art. 5º deste Decreto.

§ 9º Como critério de exequibilidade para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, adotar-se-á, na aplicação do disposto no caput do art. 34 da Instrução Normativa Seges/ME nºs 73/2022, o percentual de 70%.

§10. Na adoção da Instrução Normativa Seges/MPDG nº 05/2017 para contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração não estará obrigada a adotar a conta-depósito vinculada nem o pagamento pelo fato gerador, podendo adotar outras medidas visando a assegurar o cumprimento de obrigações trabalhistas pelo contratado, inclusive as previstas nos incisos I, II e IV do §3º do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

Art. 3º A elaboração do Plano de Contratações Anual seguirá o disposto no Decreto Municipal nº 025/2024.

Art. 4º A elaboração do Estudo Técnico Preliminar seguirá o disposto no Decreto Municipal nº 026/2024.

Art. 5º Para efeito do disposto no inciso I do §1º do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, considerar-se-á como Unidade Gestora cada uma das Secretarias Municipais criadas pela Lei Orgânica do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA.

Art. 6º Para efeito do disposto no inciso II do §1º do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, considerar-se-á como mesmo ramo de atividade a hierarquia de "Classe de Material", constante das Planilhas Catmat e Catserv do Sistema de Catalogação de Serviços ou de Obras do Governo Federal.

Documento assinado eletronicamente. Verificação em https://www.gualisign.com.br/portal/dc-validar
através do código MRLHH-IHG2P-U5HQP-G5HVD enquanto armazenado no Portal do em https://validar.iti.gov.br conforme instruções lá colocadas

MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ
01.612.832/0001-21
Av. João XXXIII, s/n – Centro
Estado do Maranhão

DECRETO Nº 040, DE 07 DE MARÇO DE 2024.

Altera o Decreto nº 26, de 19 de fevereiro de 2024, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré/MA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ/MA, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

DECRETA:

Art. 1º O art. 5° do Decreto nº. 26, de 19 de fevereiro de 2024 passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 7º e 8º:

"Art. 5°. .....
.....

§ 7º Será dispensada, mediante justificativa expressa, a pesquisa de que trata o § 2°, quando a pesquisa de preços realizada por ocasião do ETP contiver elementos suficientes para que seja definido o valor estimado da contratação, observado o art. 23 da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

§ 8º A opção pela dispensa da pesquisa de preços nos termos do parágrafo anterior, não exime da necessidade de atualização dos valores estimados da contratação, caso a realização da pesquisa de preços ou os seus parâmetros adotados tenham excedido o prazo de 6 (seis) meses." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, publique-se, cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Em 07 de março de 2024.

FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO:12576131387

Assinado de forma digital por FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO:12576131387
Dados: 2024.03.07 11:53:42 -03'00'

FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO
Prefeito Municipal

PROC. 61
FLS 315
RUB.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ

DIÁRIO OFICIAL

Caderno do Executivo

SUMÁRIO

EXTRATO
Comissão Permanene de Licitação – CPL.....1
PORTARIA
Gabinete do Prefeito – GABPREF.....1
DECRETO
Gabinete do Prefeito – GABPREF.....1

EXTRATO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 275/2023. REF: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 035/2024. **PARTES**: CONTRATANTE: MUNICIPÍO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ (MA), através da Sua SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA; CONTRATADA: **RENATA CRISTINA MACHADO SILVA. OBJETO**: 1º Termo Aditivo de prazo ao Contrato nº. 275/2023, no qual tem como objeto a locação de imóvel situado na Rua São Vicente, s/n, Centro, Alto Alegre do Pindaré (MA). **PRAZO**: Fica o prazo estendido de 15/02/2024 até 15/08/2024. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** *020900 SEC DE ASSIST. SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA 08 122 Administração Geral 0106 DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL 2034 0000 MANUT.E FUNC. DA SECRETARIA 3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA* **SIGNATÁRIOS**: ELZA MARIA SANTOS DO NASCIMENTO, Secretária Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania, LOCATÁRIA e **RENATA CRISTINA MACHADO SILVA**, LOCADORA. Alto Alegre do Pindaré/MA, 09 de fevereiro de 2024. Emanuel Diniz de Jesus Póvoas. Assessor Jurídico/PGM OAB/MA 21.553.

PORTARIA

PORTARIA Nº 121/2024 - GAB
Em 6 de março de 2024.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTES E LAZER E GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO-FUNDEB DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ-MA.

FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO, Prefeito Municipal de Alto Alegre do Pindaré, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear, nos termos da Lei Municipal nº 009/1997, o Senhor **ALTEMAR LIMA DE SOUSA**, RG 0679660968 SSP/MA, CPF nº 825.681.207-97, para o Cargo em Comissão de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTES E LAZER** e **GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO-FUNDEB DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ-MA,** a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
Em 6 de março de 2024.

FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO
Prefeito Municipal

DECRETO

DECRETO Nº 040, DE 07 DE MARÇO DE 2024

Altera o Decreto nº 26, de 19 de fevereiro de 2024, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré/MA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ/MA, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

DECRETA:

Art. 1º O art. 5º do Decreto nº. 26, de 19 de fevereiro de 2024 passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 7º e 8º:

"Art. 5º .....
§ 7º Será dispensada, mediante justificativa expressa, a pesquisa de que trata o § 2º, quando a pesquisa de preços realizada por ocasião do ETP contiver elementos suficientes para que seja definido o valor estimado da contratação, observado o art. 23 da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

§ 8º A opção pela dispensa da pesquisa de preços nos termos do parágrafo anterior, não exime da necessidade de atualização dos valores estimados da contratação, caso a realização da pesquisa de preços ou os seus parâmetros adotados tenham excedido o prazo de 6 (seis) meses." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, publique-se, cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Em 07 de março de 2024.

FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO
Prefeito Municipal

Documento assinado eletronicamente. Verificação em https://www.qualisign.com.br/portal/dc-validar
através do código VKC1T-COTGE-PXBAS-8LLNR enquanto armazenado no Portal ou em https://validar.iti.gov.br conforme instruções lá colocadas

PROC. 62
FLS 315
RUB.

Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré – MA
Av. João XXIII, S/N - Centro, CEP nº 65.398-000,
CNPJ nº 01.612.832/0001-21

Processo nº 315/2025
Requerente: Secretaria Municipal de Meio Ambiente

DESPACHO

Declaro para fins do disposto no art. 16, II, da lei complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e para efeito de realização de procedimentos licitatórios, que a despesa tem adequação, adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual, sendo compatível com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e deverá ocorrer por conta das dotações orçamentárias conforme abaixo:

022200 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
18 541 0017 2107 0000 MANUT. E FUNC. DESTE SETOR
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

Encaminhe os autos do processo ao Agente de Contratação.

Alto Alegre do Pindaré/MA, 14 de Novembro de 2025.

Antônio Amaro dos Santos Ayres
Contador Geral
CRC/MA 010691/0-2

PROC. 63
FLS 315
RUB.

Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré – MA
Av. João XXIII, S/N - Centro, CEP nº 65.398-000,
CNPJ nº 01.612.832/0001-21

DESPACHO

Processo nº 315/2025
Requisitante: Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Objeto da Contratação: Contratação de Serviços Técnicos Especializados de Natureza Predominantemente Intelectual de Consultoria Ambiental para obtenção de Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO) relativas ao empreendimento de Aterro Sanitário no município de Alto Alegre do Pindaré/MA.

I – RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo deflagrado pela **Secretaria Municipal de Meio Ambiente**, solicitando a Contratação de Serviços Técnicos Especializados de Natureza Predominantemente Intelectual de Consultoria Ambiental para obtenção de Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO) relativas ao empreendimento de Aterro Sanitário no município de Alto Alegre do Pindaré/MA, cujo valor estimado da despesa perfaz **R$ 113.804,99 (cento e treze mil, oitocentos e quatro reais e noventa e nove centavos)**.

A presente licitação se dará com fundamento legal estabelecido na Lei 14.133/2021, que dispõe sobre as normas gerais de licitação e contratação administrativa no âmbito da Administração Pública, considerando a necessidade de assegurar uma contratação eficiente, transparente e que promova a ampla competição entre os licitantes.

O artigo 18 e incisos da Lei nº 14.133/2021 estabelece todos os elementos que devem ser compreendidos nos autos do processo de contratação pública, senão vejamos:

> *Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:*
> *I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;*
> *II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;*
> *III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;*

Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré – MA
Av. João XXIII, S/N - Centro, CEP nº 65.398-000,
CNPJ nº 01.612.832/0001-21

> *IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação; V - a elaboração do edital de licitação;*
> *VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;*
> *VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;*
> *VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;*
> *IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;*
> *X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;*
> *XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.*

Portanto, o processo veio instruído com todos os documentos hábeis para deflagração da licitação, como Ofício/Documento de Formalização da despesa. Projeto Básico. Estudo Técnico Preliminar. Despacho de encaminhamento da Autoridade Competente, despacho da contabilidade com informações orçamentárias, dentre outros.

II – DA MINUTA DO EDITAL

A elaboração da minuta do edital é um dos elementos que devem ser observados na fase interna da licitação pública. Diante do apresentado, afere-se que os itens da minuta do Edital devem ser definidos de forma clara e com a devida observância do determinado no artigo 25 da Lei nº 14.133/2021, que assim dispõe:

> *Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.*

PROC. 65
FLS 315
RUB.

III – DA MINUTA DO CONTRATO

No presente caso se faz necessário que o acordo firmado seja devidamente instrumentalizado em contrato, visto não se enquadrar nas hipóteses de exceção quanto a obrigatoriedade do instrumento, conforme disposto no artigo 95 da Lei nº 14.133/2021.

A minuta do contrato deve conter as seguintes cláusulas: documentos, objeto, obrigações da Contratante e Contratada, preço, dotação orçamentária, pagamento, entrega e recebimento do objeto, alterações, sanções administrativas, vigência, extinção do contrato, casos omissos, publicações e eleição de foro, conforme as cláusulas mínimas devidamente amparadas na Lei nº 14.133/2021.

IV – DA ESCOLHA DA MODALIDADE

Sendo assim, a modalidade a ser escolhida é a Concorrência Eletrônica, nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, dada a natureza do objeto da contratação, maior competitividade entre os potenciais fornecedores, eficácia e a eficiência desse modelo de licitação, bem como pela agilidade proporcionada pela realização do certame de forma eletrônica, permitindo a participação de interessados de diversas localidades, fomentando a competitividade e, consequentemente, contribuindo para a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração Pública.

Ratifico a necessidade de observância rigorosa das disposições legais pertinentes à modalidade de **Concorrência Eletrônica**, visando assegurar a lisura, a transparência e a legalidade do processo licitatório.

Alto Alegre do Pindaré/MA, 17 de Novembro de 2025.

EDIVAN PINHO PEREIRA
Agente de Contratação

PROC. 66
FLS 315
RUB.

Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré – MA
Av. João XXIII, S/N - Centro, CEP nº 65.398-000,
CNPJ nº 01.612.832/0001-21

Processo nº 315/2025

DESPACHO

Em atenção ao despacho do Agente de Contratação, sirvo-me do presente para efetuar a juntada da minuta do Edital de Licitação, bem como remeter os autos à Procuradoria Geral para emissão de parecer jurídico;

Alto Alegre do Pindaré/MA, 17 de Novembro de 2025.

José Francinete Bento Luna
Prefeito do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
Av. João XXIII. S/N - Centro
CNPJ: 01.612.932/0001-21

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº ___/2025 – CPL/PMAAP

MINUTA DO EDITAL

PROCESSO Nº 315/2025/PMAAP/MA

DADOS DA LICITAÇÃO	
ORGÃO LICITANTE: Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré/MA	
OBJETO: Contratacao de Servicos Tecnicos Especializados de Natureza Predominantemente Intelectual de Consultoria Ambiental para obtenção de Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO) relativas ao empreendimento de Aterro Sanitário no município de Alto Alegre do Pindaré/MA.	
ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES: Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, através do Portal indicado.	
DATA E INÍCIO DA SESSÃO ELETRÔNICA: xx/xx/xxxx, às xx:xxhs	
Endereço Eletrônico: http://www.licitaaap.com.br/ **Endereço para retirada do Edital:** http://www.licitaaap.com.br/	
VALOR TOTAL ESTIMADO:	Valor Total: **R$ 113.804,99 (cento e treze mil, oitocentos e quatro reais e noventa e nove centavos).**
NATUREZA DO OBJETO:	Prestação de Serviços de Consultoria Ambiental
PARTICIPAÇÃO – MEI / ME / EPP	Licitação de Ampla Participação.
PRAZO PARA ENVIO DAS PROPOSTAS ADEQUADAS/DOCUMENTAÇÃO: até 02 (duas) horas	
CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO	Por valor global, observadas as condições definidas neste Edital e anexos.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO E INTERVALO DE LANCES	Menor Preço Global: Intervalo de R$ 500,00 (quinhentos reais)
MODO DE DISPUTA	Aberto
INFORMAÇÕES	
Ato de Designação do Agente de Contratação: Portaria nº 075/2025, publicada no Diário Oficial do município do dia 09 de janeiro de 2025.	
Autoridade Competente/Homologadora: José Francinete Bento Luna, Prefeito do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA	
Endereço: Av. João XXIII, S/N, Centro, Alto Alegre do Pindaré-MA, CEP 65.072-130.	

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
Av. João XXIII. S/N - Centro
CNPJ: 01.612.832/0001-21

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº ___/2025 – CPL/PMAAP

MINUTA DO EDITAL

PROCESSO Nº. 315/2025/PMAAP/MA

O **MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ/MA**, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.832/0001-21, sediada na Av. João XXIII, S/N - Centro, Alto Alegre do Pindaré/MA, CEP nº 65.398-000, por intermédio de sua **PREFEITURA MUNICIPAL**, e pelo seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº 75/2025, publicada no Diário Oficial do Município em 9 de Janeiro de 2025, leva ao conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA** na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO**, conforme descrito neste Edital e seus Anexos e em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, e demais normas pertinentes à espécie.

Data da sessão: xx/xx/xxxx
Horário: **xxhxxmin**
Local: http://www.licitaaap.com.br/
Critério de Julgamento: menor preço GLOBAL
Modo de disputa: ABERTO

1. DO OBJETO.

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para **Contratação de Serviços Técnicos Especializados de Natureza Predominantemente Intelectual de Consultoria Ambiental para obtenção de Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO) relativas ao empreendimento de Aterro Sanitário no município de Alto Alegre do Pindaré/MA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será pelo valor **MENOR PREÇO,** conforme tabela constante do Termo de Referência.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da prefeitura para o exercício corrente, na classificação abaixo:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no **PORTAL**, que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA CONCORRÊNCIA, em sua FORMA ELETRÔNICA.

3.2. O cadastro deverá ser feito na plataforma do PORTAL, no sítio: www.licitaaap.com.br.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA CONCORRÊNCIA.

4.1. Poderão participar desta Concorrência interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no **PORTAL.**

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e no artigo 4º da Lei nº 14.133/2021.

4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.4. Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021;

4.3.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.3.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.4. A pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as regras do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos nesse edital, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento;

5.3. Serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado;

5.4. O envio da proposta e dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha;

5.5. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/2006;

5.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do certame, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

5.7. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.8. Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.10. Para envio dos documentos de habilitação, o prazo de validade das certidões, será considerado a data de solicitação pelo Agente de Contratação e abertura no sistema.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

6.1. Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico //www.licitaaap.com.br/ e até a data e hora marcadas na página nº 02 desse edital para abertura da sessão, os licitantes deverão encaminhar proposta via sistema e proposta digitalizada e assinada com a descrição do objeto ofertado e preço, de acordo com anexo I, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

6.1.1.A licitante deverá elaborar a sua proposta com base no edital e seus anexos, sendo de sua exclusiva responsabilidade o levantamento de custos necessários para o cumprimento total das obrigações necessárias para a execução do objeto desta licitação.

6.1.2.Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares ao Termo de Referência, como planilha orçamentária resumida, planilha resumo dos trechos, memorial de cálculo, quadro de distribuição de material de jazida, cálculo da distância média, orçamento sintético, quadro de composições de investimentos, cronograma físico financeiro, encargos sociais, BDI, composição de custos unitários e planilha de levantamento de eventos PLE;

6.2. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

6.3. O licitante deverá enviar sua proposta, no idioma oficial do Brasil, mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.3.1. Valor unitário e total para cada item ou lote de itens (conforme o caso), em moeda corrente nacional;

6.3.2. Descrição detalhada do objeto indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada e, havendo divergência entre as condições da proposta e as cláusulas deste Edital, incluindo seus anexos, prevalecerão as últimas.

6.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. A Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham

vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preambulo deste Edital.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior ou percentual** de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R$ 500,00 (quinhentos reais).**

7.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.10. Será adotado para o envio de lances na **Concorrência o modo de disputa "ABERTO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

PROC. 73
FLS 315
RUB.

7.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Agente de Contratação, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Agente de Contratação.

7.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.18. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da Concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Agente de Contratação aos participantes do certame, publicada no //www.licitaaap.com.br/, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.

7.22. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.23. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.24. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.25. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.26. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.28. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

7.28.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.28.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

7.28.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.28.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

7.29. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.29.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.29.2. empresas brasileiras;

7.29.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.29.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

7.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Agente de Contratação deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.30.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.30.2. O Agente de Contratação solicitará ao licitante melhor classificado que, será aberto um prazo a ser definido pelo agente, para envio da proposta adequada ao último lance ofertado após a

PROC. 75
FLS 315
RUB.

negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.31. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7.32. O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.33. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.34. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.2. Para análise da exequibilidade dos preços a critério do agente de contratação poderá solicitação por diligencia a comprovação de exequibilidade do menor valor ofertado, sendo no mínimo aquele valor com desconto acima de trinta por cento do valor global do Termo de Referência.

8.3. Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.

8.4. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.4.1. Considera-se inexequível a proposta de preços ou menor lance que for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.5. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.7. A fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, bem como para a contagem da anualidade prevista no art. 3º, §1º da Lei n. 10.192/2001, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração.

8.8. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

8.9. O Agente de Contratação analisará a compatibilidade tomando como base o Termo de Referência em anexo desse edital.

8.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Agente de Contratação, desde que não haja majoração do preço.

8.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.10.3. O Agente de Contratação deverá verificar se a proposta apresenta o valor total dos custos da contratação, inclusive aqueles estimados para as ocorrências de fatos geradores.

8.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.12. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, e a ocorrência será registrada em ata;

8.13. O Agente de Contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo a ser definido pelo agente, sob pena de não aceitação da proposta.

8.14. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de Contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.15. Havendo necessidade, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

8.16. O Agente de Contratação poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.16.1. Também nas hipóteses em que o Agente de Contratação não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.16.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.17. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Agente de Contratação verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO.

9.1. COMO CONDIÇÃO PRÉVIA AO EXAME DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE DETENTOR DA PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR, O AGENTE DE CONTRATAÇÃO VERIFICARÁ O EVENTUAL DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE SANÇÃO QUE IMPEÇA A PARTICIPAÇÃO NO CERTAME OU A FUTURA CONTRATAÇÃO, MEDIANTE A CONSULTA AOS DOCUMENTOS INSERIDOS NO SISTEMA DO PORTAL, E AINDA NOS SEGUINTES CADASTROS:

9.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

9.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

9.1.3. Lista de inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0

9.1.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.4.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.4.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.4.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.5. Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.6. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do **PORTAL**, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

9.2.1. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do **PORTAL**, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Agente de Contratação lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

9.3. Em caso de participação de empresas em consórcio, será exigido o acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificação no processo licitatório. Essa regra não se aplica aos consórcios formados, em sua totalidade, por microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

9.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo a ser definido pelo agente horas sob pena de inabilitação.

9.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.5.2. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.6. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.6.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação de autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.6.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.6.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.6.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.6.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.6.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.6.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva e das certidões simplificada e especifica da junta comercial para confirmação dos arquivamentos;

9.7. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

9.7.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

9.7.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.7.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.7.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.7.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

9.7.6. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual (Débitos e Dívida Ativa), podendo ser através de Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

9.7.7. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal (Débitos e Dívida Ativa), podendo ser através de Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

9.7.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.8. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

9.8.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, datado dos últimos 60 (sessenta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

9.8.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

9.8.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício, termo de abertura e encerramento e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, bem como suas notas explicativas, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.8.3.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538/2015);

9.8.3.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.8.3.3. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

9.8.3.4. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

9.8.4. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.8.5. JUSTIFICATIVA DA EXIGÊNCIA DOS INDICES CONTÁBEIS:

a) Realizada pesquisa na legislação específica e em órgãos que promovem procedimentos licitatórios, constatou-se a utilização dos índices contábeis acima, conclusivamente, os mais adotados no segmento de licitações;

b) Portanto, o atendimento aos índices estabelecidos no Edital, demonstrará uma situação EQUILIBRADA da licitante. Caso contrário, o desatendimento dos índices, revelará uma situação DEFICITÁRIA da empresa, colocando em risco a execução do contrato;

c) Ante o exposto, a exigência do Edital nada mais faz que traduzir em critérios objetivos o disposto no art. 37, XXI, da Constituição Federal, uma vez que a contratação de empresas em situação EQUILIBRADA é o mínimo que o Município de ALTO ALEGRE DO PINDARÉ/MA deve cercar-se para assegurar o integral cumprimento do contrato. Ademais, os índices escolhidos foram democráticos, na medida em que estabelecem um "mínimo" de segurança na contratação.

9.8.5. Na hipótese de alteração do Capital Social, após a realização do Balanço Patrimonial, a licitante deverá apresentar documentação de alteração do Capital Social, devidamente registrada na Junta Comercial ou Entidade em que o Balanço foi arquivado.

9.8.6. A pessoa jurídica optante do Sistema de Lucro Real e Presumido deverão apresentar juntamente com o Balanço Patrimonial, cópia do recibo de entrega da escrituração contábil digital - SPED CONTÁBIL, nos termos da IN RFB 1.420/2013, alterada pela IN RFB nº 1.594/2015, e 1.422/2013.

9.8.7. O balanço deverá ser apresentado em conformidade com o estabelecido na Resolução CFC 1255/2009 e Resolução CFC 1.418/2012.

9.9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

9.9.1. A empresa licitante deverá comprovar qualificação técnica para a execução dos serviços através do atendimento dos itens que seguem:

a) Certidão de Registro ou Inscrição da Pessoa Jurídica, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA da sua sede em ramo de atividade compatível com objeto da licitação do Estado do domicílio ou sede do licitante, quando for o caso;

b) Comprovação de aptidão da contratada (empresa) para desempenho de atividade/execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior (Licenciamento Ambiental completo – LP, LI, LO) e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, através de certidão(ões) e/ou atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado. O atestado deverá ser impresso em papel timbrado do emitente, constando seu CNPJ, endereço completo e assinados por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função;

c) Comprovação de que possui em sua Equipe Técnica (para ser indicado como responsável técnico dos serviços), profissional de nível superior com graduação em Engenharia Ambiental ou Agronômica, **detentor de atestado de responsabilidade técnica** e execução de serviço de características semelhantes ao objeto (Licenciamento Ambiental de Aterro Sanitário ou empreendimento de alta complexidade ambiental), devidamente registrado no CREA.

c.1) A comprovação exigida para o profissional poderá ser feita com a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS), em que conste a licitante como contratante, do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio, do contrato de trabalho, contrato civil de prestação de serviços ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, acompanhada de declaração de anuência do profissional.

d) Declaração de Conhecimento Local: Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

9.10. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.10.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.11. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.12. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.13. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.14. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.15. Os licitantes arrematantes no ato de apresentação de seus documentos de habilitação com prazo estipulado pelo pregoeiro, deverão apresentar as declarações em anexo deste instrumento convocatório, em obediência aos artigos nº 63, 67, 68 e 69 da Lei Federal de nº 14.133/2021.

9.16. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.17. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

9.18. OUTROS DOCUMENTOS.

9.18.1. Declarações em conformidade com os ANEXOS deste edital;

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA.

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo a ser estipulado pelo agente de Contratação no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

10.1.2. Apresentar projeto executivo, devidamente ajustado ao lance vencedor, em conformidade com o anexo do Termo de Referência deste Edital,

10.1.3. Apresentar as exigências do item 6.2.1, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo anexo a este Edital

10.1.4. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. O projeto executivo contendo a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS.

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, deverá o licitante interessado manifestar, imediatamente, a sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.

11.2. O recorrente terá, a partir de então, o prazo 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias úteis, que começarão a contar

do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **CADASTRO DO PORTAL**, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

13.1. Julgados os recursos, constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Superior adjudicará e homologará a licitação.

14. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

14.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

14.1. O adjudicatário terá o prazo a ser estipulado pela autoridade competente em dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo a ser estipulado pela autoridade competente em dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

14.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração

14.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

14.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

14.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

14.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência, anexo I, deste Edital.

14.5. Previamente à contratação a Administração realizará consultas para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 03/2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522/2002, consulta prévia ao CADIN.

14.6. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

14.6.1. Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

14.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

15. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL.

15.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual estão estabelecidas no contrato, anexo a este Edital.

16. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO.

16.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no contrato, anexo a este Edital.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

17.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no contrato, anexo a este Edital.

18. DO PAGAMENTO.

18.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no contrato, anexo a este Edital.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

19.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

19.1.1. Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;

19.1.2. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

19.1.3. Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

19.1.4. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

19.1.5. Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

19.1.6. Apresentar declaração ou documentação falsa;

19.1.7. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

19.1.8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

19.1.9. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

19.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

19.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência por escrito;

b) Multa;

c) Impedimento de licitar e contratar;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

19.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a autoridade que tiver proferido o ato reconsiderar sua decisão ou, no prazo de 05 (cinco) dias encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

19.5. Serão publicadas na Imprensa Oficial do Município conforme caso, as sanções administrativas previstas no ITEM 21.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

19.6. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO - Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

19.6.1. PARA OS PROPÓSITOS DESTA CLÁUSULA, DEFINEM-SE AS SEGUINTES PRÁTICAS:

a) PRÁTICA CORRUPTA: Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;

b) PRÁTICA FRAUDULENTA: A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;

c) PRÁTICA CONCERTADA: Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) PRÁTICA COERCITIVA: Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) PRÁTICA OBSTRUTIVA: Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.

20.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.

20.2. A **IMPUGNAÇÃO e/ou PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DEVERÃO ser feitos EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA** no sistema //www.licitaaap.com.br/.

20.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no sistema do PORTAL no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

20.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

20.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amoldarem ao art. 55 parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021.

20.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

20.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

20.7. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio //www.licitaaap.com.br/, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

20.8. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

21.1. Da sessão pública da Concorrência divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

21.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

21.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

21.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

21.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.10. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

21.10.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

21.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

21.12. As certidões que não possuem data de validade em seu corpo, não poderão ter data superior a 30 (trinta) dias de emissão.

21.13. A Secretaria responsável através de sua autoridade competente poderá revogar este Concorrência por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

21.13.1. A anulação da Concorrência induz à do contrato.

24.13.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

21.14. É facultado à Autoridade Superior, em qualquer fase deste Concorrência, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

21.15. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: //www.licitaaap.com.br/ e por meio do PNCP e site institucional do município, bem como poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço

que está no papel timbrado deste documento, nos dias úteis, no horário das 08h00min às 14h00min, no mesmo endereço e período em que os autos do processo administrativo permanecerão com acesso e vista franqueada aos interessados.

21.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo De Referência;
Apêndice ao Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços;
ANEXO III – Modelo de Declaração Conjunta;
ANEXO IV – Modelo de Declaração de Conhecimento do Local e Condições;
ANEXO V – Minuta do Contrato;

Alto Alegre do Pindaré/MA, ___ de _____ de 2025.

_____
José Francinete Bento Luna
Prefeito do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
Av. João XXIII, S/N - Centro
CNPJ: 01.612.932/0001-21

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO.

1.1. O presente Termo de Referência visa a Contratação de Serviços Técnicos Especializados de Natureza Predominantemente Intelectual de Consultoria Ambiental para obtenção de Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO) relativas ao empreendimento de Aterro Sanitário no município de Alto Alegre do Pindaré/MA.

2. JUSTIFICATIVA.

2.1. A contratação é essencial e decorre da urgência na implantação do Aterro Sanitário, exigindo-se a completa regularização ambiental junto aos órgãos competentes (SEMA/MA e IPHAN, se aplicável). A ausência das licenças impede o início legal da obra e da operação do aterro, comprometendo a gestão de resíduos sólidos e a conformidade legal do município.

2.2. O interesse público é viabilizar uma infraestrutura pública essencial em conformidade com a legislação, garantindo a proteção do meio ambiente e a eficiência na gestão pública.

2.3. A escolha da solução de contratação de terceiros é justificada no Estudo Técnico Preliminar (ETP) anexo, pois a Administração Pública municipal não possui corpo técnico com a expertise e o aparelhamento necessários para a elaboração dos complexos estudos ambientais e o acompanhamento diligente do licenciamento. A Consultoria Ambiental se mostra uma medida estratégica inexorável para a Administração.

3. ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DE CUSTOS.

O contratado deverá executar o ciclo completo de licenciamento, abrangendo a elaboração das peças técnicas, o protocolo, o acompanhamento processual e o atendimento a todas as exigências dos órgãos licenciadores (SEMA/MA e IPHAN), conforme detalhado no ETP, na Proposta Técnica e especificações abaixo:

ITEM	Especificação = Fase de Licenciamento e Peças Técnicas/Atividades Essenciais (Escopo)	Quant.	Valor Total
01	Licença Prévia (LP) = Elaboração de Diagnóstico de Avaliação Preliminar, Relatório Ambiental Simplificado (RAS), Mapas Temáticos, e processos secundários como a Ficha de Caracterização de Atividade (FCA/IPHAN). Acompanhamento do processo e atendimento a exigências técnicas junto à SEMA/MA.	Und.	R$ 29.938,33
02	Licença de Instalação (LI) = Elaboração do Plano de Controle Ambiental (PCA), Inventário Florestal, Relatório Florestal, Mapas Temáticos, incluindo Parecer Técnico (IPHAN) e Autorização de Supressão Vegetal e Limpeza da Área.	Und	R$ 60.033,33
03	Licença de Operação (LO) = Elaboração do Relatório de Desempenho Ambiental (RDA), Plano de Encerramento e Recuperação de Área Degradada, Mapas Temáticos, e Anuência Final (IPHAN). Acompanhamento e participação em reuniões/audiências para agilização do licenciamento.	Und.	R$ 29.933,33
Valor Total			R$

	113.804,99

4. REGIME, MODALIDADE E CRITÉRIO DE SELEÇÃO

O processo de contratação é regido pela Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos). A escolha da modalidade, do regime e do critério de seleção foi fundamentada no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e visa a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

4.1. Classificação do Objeto e Regime de Execução.

Classificação: O objeto da contratação é a Contratação de Serviços Técnicos Especializados de Natureza Predominantemente Intelectual de Consultoria Ambiental, essenciais para a obtenção das Licenças Prévia, de Instalação e de Operação do Aterro Sanitário.

• Tais serviços enquadram-se na definição de bens e serviços especiais (Art. 6º, XIV), devido à sua complexidade e alta heterogeneidade, não podendo ser descritos por especificações usuais de mercado.

• Especificamente, o objeto se alinha aos serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual (Art. 6º, XVIII), abrangendo estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos (RAS, PCA, RDA), e assessorias e consultorias técnicas (Art. 6º, XVIII, alíneas "a" e "c").

Regime de Execução: O regime adotado é de Prestação de Serviços por Escopo (Art. 6º, XVII), o qual impõe ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico (o ciclo completo de licenciamento) em um período predeterminado, vinculado à conclusão do escopo predefinido (obtenção das licenças LP, LI e LO).

4.2. Modalidade de Licitação.

A modalidade de licitação adotada é a Concorrência (Art. 6º, XXXVIII).

• Fundamentação da Concorrência: A Concorrência é a modalidade cabível para a contratação de bens e serviços especiais.

• Vedação do Pregão: A modalidade Pregão é expressamente vedada para a contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual (Art. 29, Parágrafo único), o que confirma a adequação da Concorrência. A Administração optou pela licitação por entender que a competição é plenamente viável e mais vantajosa que a inexigibilidade.

4.3. Critério de Julgamento (Seleção).

O critério de julgamento a ser utilizado é o de Menor Preço (Art. 33, I), conforme alínea "a" do inciso XXXVIII do Art. 6º.

• Justificativa para o Menor Preço em Serviço Intelectual: Embora a Lei nº 14.133/2021 estabeleça que o critério Técnica e Preço deve ser preferencialmente empregado para serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual (Art. 36, §1º, I), o julgamento por Melhor

Técnica ou Técnica e Preço (com proporção de 70% para a técnica) é obrigatório (Art. 37, § 2º) apenas quando o valor estimado da contratação for superior a R$ 324.122,46.

• O valor total estimado desta contratação é de R$ 113.804,99, sendo este valor inferior ao limite que imporia a obrigatoriedade do julgamento por Técnica e Preço. Desta forma, é legalmente permitida a adoção do critério de Menor Preço, otimizando o investimento estimado e fortalecendo a segurança jurídica da Administração.

5. DO VALOR ESTIMADO

5.1. O valor total estimado para o objeto solicitado será orçado pelo setor competente, e será estabelecido em função dos preços médios praticados no mercado, mediante cotação de preços realizadas junto às empresas do ramo pertinente ao objeto da solicitação, a qual estará disponível para consulta dos interessados juntamente com o edital de licitação.

5.2. Os preços apresentados serão considerados completos e deverão abranger todas as despesas relativas a prestação dos serviços, tais como: tributos, deslocamentos e quaisquer despesas acessórias e/ou necessárias ao regular cumprimento do objeto, não especificadas neste Termo.

6. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município, e a referida dotação será informada em momento posterior e pelo Setor Contábil.

7. DO ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ORGANIZAÇÃO

7.1. A Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré optou pela não elaboração do Plano Anual de Contratações, por essa razão a presente demanda não possui alinhamento com o planejamento da organização.

8. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO.

8.1. **Critério de Pagamento:** O pagamento dos serviços ocorrerá por fases de licenciamento, de forma parcelada.

8.2. **Condições:**
• **50% (cinquenta por cento)** no início da fase de licenciamento correspondente (LP, LI ou LO);
• **50% (cinquenta por cento)** quando da entrega da licença referente àquela fase.

8.3. O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a data da entrega e do recebimento definitivo do produto referente à fase, mediante a apresentação da competente Nota Fiscal ou Fatura.

8.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil e ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATUAL

9.1. O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, mas vinculado à conclusão do escopo predefinido (obtenção das licenças LP, LI e LO).

9.2. Prorrogação: O prazo de vigência será prorrogado quando o objeto não for concluído no período firmado no contrato, salvo se a não conclusão decorrer de culpa do contratado, sujeitando-o às sanções.

10. EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO

A licitante deverá atender aos requisitos de Habilitação Jurídica, Fiscal, Social e Trabalhista, e Econômico-Financeira, conforme o Capítulo VI da Lei nº 14.133/2021. Adicionalmente, são exigidos requisitos de Qualificação Técnica:

10.1. **Qualificação Técnica:**

a) Certidão de Registro ou Inscrição da Pessoa Jurídica, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA da sua sede em ramo de atividade compatível com objeto da licitação do Estado do domicílio ou sede do licitante, quando for o caso;

b) Comprovação de aptidão da contratada (empresa) para desempenho de atividade/execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior (Licenciamento Ambiental completo – LP, LI, LO) e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, através de certidão(ões) e/ou atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado. O atestado deverá ser impresso em papel timbrado do emitente, constando seu CNPJ, endereço completo e assinados por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função;

c) Comprovação de que possui em sua Equipe Técnica (para ser indicado como responsável técnico dos serviços), profissional de nível superior com graduação em Engenharia Ambiental ou Agronômica, **detentor de atestado de responsabilidade técnica** e execução de serviço de características semelhantes ao objeto (Licenciamento Ambiental de Aterro Sanitário ou empreendimento de alta complexidade ambiental), devidamente registrado no CREA.

c.1) A comprovação exigida para o profissional poderá ser feita com a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS), em que conste a licitante como contratante, do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio, do contrato de trabalho, contrato civil de prestação de serviços ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, acompanhada de declaração de anuência do profissional.

d) Declaração de Conhecimento Local: Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

11. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração, que serão auxiliados pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno.

11.2. O Contratado deverá manter Preposto aceito pela Administração no local da execução do serviço (sede do Contratante) para representá-lo.

11.3. O fiscal anotará em registro próprio todas as ocorrências e informará aos seus superiores o que demandar decisão que ultrapasse sua competência.

11.4. O Contratado deverá manter, durante toda a execução, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

12. CESSÃO DE DIREITOS PATRIMONIAIS

12.1. Nas contratações de serviços técnicos especializados (incluindo estudos, planejamentos e projetos básicos), o contratado deverá ceder todos os direitos patrimoniais a eles relativos para a Administração Pública.

12.2. A Administração Pública poderá livremente utilizar e alterar esses projetos (RAS, PCA, RDA) em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do autor.

13. DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS.

13.1. Em conformidade com a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, em seu artigo 48, incisos I e III, alterados pela Lei Complementar 147, de 07 de agosto de 2014, esta licitação terá:

13.1.1. Os itens com valor estimado de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), deverão ser de participação exclusiva de Microempresas – ME, Empresas de pequeno porte – EPP, inclusive Microempreendedor Individual – MEI;

13.1.2. Reserva de Cota de até 25% (vinte e cinco por cento) para Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, inclusive Microempreendedor Individual – MEI.

13.1.3. Na licitação, deverá ser assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, que ofertar lance até 5% (cinco por cento) superior ao melhor lance, nos termos do §2º do art. 44 da LC 123/2006;

13.1.4. Na licitação, deverá ser assegurado a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no ÂMBITO LOCAL ou REGIONAL, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, nos termos do §3º do art. 48 da LC 123/2006, para fomento do comércio local/regional e promoção do desenvolvimento econômico e social.

14. PROPOSTA DE PREÇOS.

14.1. Os preços propostos deverão incluir todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer fretes, impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscal e previdenciário a que estiver sujeito, e demais custos que incidam, direta ou indiretamente, na execução do objeto a ser contratado.

14.2. A proposta de preço deverá conter a discriminação detalhada dos produtos ofertados, marca, modelo e fabricante, quando for o caso, quantidade solicitada, o valor unitário (numérico), valor total (numérico e por extenso), prazo de validade da proposta de no mínimo 90 (noventa) dias e prazo de entrega dos produtos.

15. DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

15.1. O objeto será recebido:

• Provisoriamente: Pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico (e.g., entrega dos estudos técnicos RAS, PCA ou RDA).

• Definitivamente: Por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, o que deverá ocorrer após a efetiva emissão da licença ambiental correspondente.

15.2. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil ou ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

16. RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

16.1. Deveres e Responsabilidades da Contratante, além de outras que poderão ser previstas no Edital e Contrato:

16.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnicos, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos.

16.1.2. Vetar o emprego de qualquer produto que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da CONTRATADA, que possa ser inadequado, nocivo ou danificar seus bens patrimoniais, ou:

16.1.3. ser prejudicial à saúde dos usuários/consumidores.

16.1.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA nas condições pactuadas.

16.1.5. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.

16.1.6. Preencher e enviar a Ordem de Fornecimento de Bens/serviços de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

PROC. 97
FLS 318
RUB.

16.1.7. Receber o objeto entregue pela CONTRATADA, que estejam em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções a serem realizadas, devendo assinar ao final o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

16.1.8. Solicitar a substituição imediata de produtos que julgar insuficientes, inadequados ou prejudiciais.

16.1.9. Recusar com a devida justificativa o objeto entregue fora das especificações constantes na proposta da CONTRATADA.

16.1.10. Assumir a responsabilidade pelos prejuízos eventualmente causados à CONTRATADA, decorrentes do mau uso ou operação imprópria, a partir do ato da recepção do produto fornecido para teste até a sua aceitação final, desde que, na sua apresentação, objeto não tenha apresentado defeitos.

16.1.11. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento da fatura da emitida pela CONTRATADA dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato.

16.1.12. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento dos produtos.

16.1.13. Promover o acompanhamento e a fiscalização do objeto contratado, sob os aspectos quantitativos e qualificativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando por escrito à CONTRATADA, as ocorrências de imperfeições, falhas ou irregularidades, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades constatados no fornecimento dos produtos.

16.2. Deveres e Responsabilidades da CONTRATADA, além de outras que poderão ser previstas no Edital e Contrato.

16.2.1. Fornecer os produtos e os serviços conforme especificações definidas no presente Termo de Referência, não podendo nunca ser inferior a esta.

16.2.2. Manter capacidade mínima de entrega para atender as demandas contratadas.

16.2.3. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo Órgão Gerenciador da Ata, relacionados com as características dos produtos.

16.2.4. Entregar, nos locais determinados pelo CONTRATANTE nas Ordens de Fornecimento, os produtos e serviços objeto da presente contratação, às suas expensas, dentro do prazo de entrega estabelecido.

16.2.5. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente em relação aos produtos que forem objetos do Contrato e prestar os esclarecimentos necessários.

16.2.6. Indicar, formalmente, preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do Contrato.

16.2.7. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências dos Fiscais dos Contatos e/ou dos Gestores dos Contratos inerentes à execução do objeto contratual.

16.2.8. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do objeto pela CONTRATANTE.

a) Apurado o dano e caracterizada sua autoria por qualquer empregado da CONTRATADA, esta pagará à CONTRATANTE o valor correspondente, mediante o pagamento de Documento de Arrecadação Municipal - DAM, a ser emitida pelo Gestor do Contrato no valor correspondente ao dano, acrescido das demais penalidades constantes do instrumento convocatório e do contrato.

16.2.9. Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização da execução do objeto pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcialmente, a qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária, e recusar os materiais empregados que julgar inadequados.

16.2.10. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

16.2.11. Emitir fatura no valor pactuado e nas condições do Contrato, apresentando à CONTRATANTE para pagamento.

16.2.12. Substituir os produtos reprovados na aceitação, dentro do prazo estabelecido neste Termo de Referência, sem ônus para a CONTRATANTE.

16.2.13. Substituir os produtos que apresentarem defeitos, sem ônus para a CONTRATANTE, no prazo de demais condições previstas neste Termo de Referência.

16.2.14. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.

16.2.15. A contratante poderá solicitar, a qualquer momento, amostras para análise, a fim de comprovar a qualidade do produto contratado. A DETENTORA DO REGISTRO deverá arcar com os custos da análise, caso o produto ofertado apresente suspeita de irregularidade. Os laudos emitidos serão considerados suficientes para exigir a substituição do produto quando o resultado da análise for desfavorável, ou seja, diferente das especificações prometidas pelo fabricante. Todo produto considerado impróprio ao uso será devolvido para a inutilização nos termos legais.

16.2.16. Entregar, nos locais determinados pelo CONTRATANTE na Ordem de Fornecimento de Bens, objeto da presente contratação, às suas expensas, dentro do prazo de entrega estabelecido.

16.2.17. Arcar com todas as despesas relacionadas à entrega do objeto, tais como frete, seguro, impostos, taxas e outros, inclusive em caso de troca, se houver.

16.2.18. Os Produtos deverão ser de primeira qualidade, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor. Deverão, ainda, conter especificações do INMETRO e outros Órgãos de controle de qualidade, quando houver, bem como as características peculiares de cada item e, quando for o caso, possuir em suas embalagens unitárias, especificações de peso, medida, quantidade, orientações de armazenamento, manuais de utilização, quando for o caso, prazo de validade de acordo com o fabricante, contado da data de entrega e demais informações que se fizerem necessárias para a perfeita utilização dos mesmos.

16.2.19. A contratada estará obrigada a comparecer, sempre que solicitada, à sede da Unidade Requisitante, a fim de receber instruções, participar de reuniões ou para qualquer outra finalidade relacionada ao cumprimento de suas obrigações.

16.2.20. Substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o(s) produtos/serviços, cuja qualidade, finalidade, eficácia procedência e eficiência, apresentem qualquer nível de desatendimento ao fim a que se presta, ou suspeita em relação a sua procedência, ou ainda, aquele em que se verificarem vícios, defeitos de fabricação, violação, transporte inadequado, incorreções ou falhas resultantes do fornecimento e fabricação.

17. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) Der causa à inexecução total do contrato;
d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste termo de referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021),
c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
d) Multa Moratória de 0,6% (seis décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento) dias,

17.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

17.4. Todas as sanções previstas neste Termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

17.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

17.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE a CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

17.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
b) As peculiaridades do caso concreto;
c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) Os danos que dela provierem para o Contratante.

17.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. A CONTRATADA garantirá o comportamento moral e profissional de seus empregados, quando estiverem procedendo a entrega, cabendo-lhe responder integral e incondicionalmente por todos os danos e/ou atos ilícitos resultante de ação ou omissão destes, inclusive por inobservância de ordens e normas da contratante.

18.2. A CONTRATADA manterá a CONTRATANTE livre de quaisquer reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação ou omissão.

18.3. Não será admitida proposta parcial, nem descrição incompleta, ou seja, não será aceita proposta em desconformidade com as especificações constantes deste Termo.

19. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

19.1 – O cronograma de desembolso será realizado por fases de licenciamento, de forma parcelada.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

Unidade Requisitante
Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Alinhamento com o Planejamento Anual
A necessidade objeto do presente estudo não possui previsão no plano de contratações anual da Organização.

Equipe de Planejamento
Cleomar Ferro Silva

Problema Resumido
A necessidade da contratação decorre da urgência na implantação do Aterro Sanitário no Município de Alto Alegre do Pindaré, exigindo-se, para tanto, a regularização ambiental completa junto aos órgãos competentes (SEMA/MA e IPHAN, se aplicável). A ausência das licenças ambientais (LP, LI, LO) impede o início legal da obra e da operação do aterro, comprometendo a gestão de resíduos sólidos e a conformidade legal do município.

Em atendimento ao inciso I do art. 18 da Lei 14.133/2021, o presente instrumento caracteriza a primeira etapa do planejamento do processo de contratação e busca atender o interesse público envolvido e buscar a melhor solução para atendimento da necessidade aqui descrita.

DESCRIÇAO DA NECESSIDADE

O presente ETP visa subsidiar a elaboração do Termo de Referência (TR) ou Projeto Básico para a contratação de Serviços Técnicos Especializados de Natureza Predominantemente Intelectual de Consultoria Ambiental. Tais serviços são essenciais para a elaboração de todos os estudos técnicos, o acompanhamento processual e o atendimento a exigências junto aos órgãos licenciadores, objetivando a obtenção da Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO) do Aterro Sanitário.

O interesse público está em viabilizar uma infraestrutura pública essencial (Aterro Sanitário) em conformidade com a legislação, garantindo a proteção do meio ambiente e a eficiência na gestão pública.

JUSTIFICATIVA

A contratação dos serviços de Consultoria Ambiental é imprescindível para a Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré, pois está diretamente vinculada à viabilidade legal de um empreendimento de infraestrutura essencial: o Aterro Sanitário.

A necessidade de contratação é fundamentada na busca pela regularização ambiental, que exige a obtenção sequencial da Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO). Sem esses atos administrativos, a Administração fica impedida de iniciar a obra e operar o aterro, comprometendo o interesse público e o cumprimento das normas de gestão de resíduos sólidos.

Em conclusão, a contratação de Serviços Técnicos Especializados de Consultoria Ambiental se mostra uma medida estratégica inexorável para a Administração e a formalização desta demanda, por meio do ETP, atende ao dever de planejamento da fase preparatória do processo licitatório (ou de contratação direta).

REQUISITOS DA FUTURA CONTRATAÇAO

Os serviços devem abranger o ciclo completo de licenciamento, incluindo a elaboração e protocolo das seguintes peças e atividades:

Fase	Peças Técnicas/Atividades Essenciais
Licença Prévia (LP)	Elaboração de Diagnóstico de Avaliação Preliminar, Relatório Ambiental Simplificado (RAS), Mapas Temáticos e Ficha de Caracterização de Atividade (FCA/IPHAN). Protocolo e acompanhamento processual junto à SEMA/MA, incluindo atendimento a exigências técnicas.
Licença de Instalação (LI)	Elaboração do Plano de Controle Ambiental (PCA), Inventário Florestal, Relatório Florestal, Mapas Temáticos, e processos secundários como Parecer Técnico (IPHAN) e Autorização de Supressão Vegetal.
Licença de Operação (LO)	Elaboração do Relatório de Desempenho Ambiental (RDA), Plano de Encerramento e Recuperação de Área Degradada, Mapas Temáticos e Anuência Final (IPHAN).
Produto Final	Entrega da Licença Prévia, Instalação, Operação e Autorização de Limpeza de área devidamente emitidas pelo órgão ambiental competente.

Além das especificações acima, os serviços devem abranger o acompanhamento do processo junto aos órgãos ambientais; atendimento a exigências técnicas e diligências periódicas; realização de reuniões técnicas com os responsáveis pelo licenciamento; e monitoramento e atualização constante do status do processo.

SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO - LEVANTAMENTO DE MERCADO - ANÁLISE DE CENÁRIOS

Soluções disponíveis para aquisição de livros didáticos pela Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré:

1. Execução Própria (Interna):

Inviável, pois a Administração Pública municipal não possui corpo técnico (profissionais de notória especialização ou equipe) com a expertise e aparelhamento necessários para elaboração dos complexos estudos ambientais (RAS, PCA, RDA, Inventário Florestal, etc.) e o acompanhamento diligente do licenciamento em todas as suas fases

2. Contratação de Terceiros (Por inexigibilidade):

- Vantagens:

Garante a execução por profissionais especializados, com o objetivo de obter as licenças no menor prazo possível, mediante diligências integradas, sendo que o principal benefício é a capacidade de selecionar um profissional ou empresa cujo conceito, decorrente de desempenho anterior, estudos ou experiência, permite inferir que seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado para a plena satisfação do objeto do contrato. Isso é crucial para serviços de alta complexidade, como o licenciamento de um Aterro Sanitário, onde erros podem gerar grandes prejuízos ambientais e legais.

Além disso, a celeridade da contratação, também é uma vantagem da contratação, ao eliminar a fase competitiva do processo licitatório, a Administração pode potencialmente agilizar a contratação e o início da execução dos estudos (LP, LI, LO), o que é vital quando há necessidade de celeridade na regularização do empreendimento.

- Desvantagens:

Maior Risco de Questionamento Legal: O processo de inexigibilidade exige que a Administração demonstre rigorosamente a inviabilidade de competição e justifique a razão da escolha do contratado. Se a comprovação de notória especialização for deficiente, a contratação pode ser alvo de questionamentos por parte dos órgãos de controle, como o Tribunal de Contas.

Rigor na Justificativa de Preço: É obrigatório instruir o processo com a justificativa de preço [208, VII]. Caso não seja possível estimar o valor com base nos parâmetros usuais de mercado (Art. 23, §§1º a 3º), o contratado deve comprovar que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de mesma natureza no último ano [101, §4º].

Ausência de Competitividade: Não há competição de mercado, o que, em tese, pode levar a um preço mais elevado do que o que seria obtido em um processo licitatório transparente e competitivo [62, I].

3. Contratação de Terceiros (Por Licitação):

- Vantagens:

Seleção da Proposta Mais Vantajosa e Competitividade: O principal objetivo da licitação é assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado mais vantajoso para a Administração Pública, por meio da justa competição.

Transparência e Isonomia: Garante a observância dos princípios da publicidade, transparência e igualdade, assegurando que todos os licitantes tenham tratamento isonômico.

Equilíbrio entre Qualidade e Preço: O critério de Técnica e Preço permite que a Administração atribua maior peso à qualidade técnica da proposta (o critério técnico pode ter valoração de até 70%), garantindo que a escolha não seja feita apenas pelo menor preço, mas sim pelo equilíbrio entre o custo e a excelência da solução.

Maior Rastreabilidade e Planejamento: O processo competitivo força a Administração a detalhar minuciosamente o objeto no Termo de Referência/Projeto Básico e a motivar as condições do edital, como as exigências de qualificação técnica, o que fortalece o planejamento da contratação.

- Desvantagens:

Maior Duração do Processo: O rito procedimental do Pregão ou da Concorrência, inclui várias fases (preparatória, divulgação, apresentação, julgamento, habilitação, recursal e homologação). O prazo mínimo para apresentação de propostas resulta em um tempo total de contratação mais longo.

Risco de Atrasos e Recursos: O processo licitatório está sujeito a impugnações, pedidos de esclarecimento e recursos, que podem atrasar significativamente a contratação, especialmente quando se exige a avaliação de propostas técnicas complexas.

Foco em Requisitos Mínimos (Risco): Embora os critérios fixados em eventual edital valorizem a qualidade, o risco de se contratar uma empresa que atenda apenas aos requisitos mínimos da habilitação e que ofereça um preço baixo, mas não seja a de excelência desejada, ainda existe.

SOLUÇOES DISPONIVEIS NO MERCADO

A Administração Pública, ao buscar a contratação de serviços, tem como regra a obrigatoriedade de realizar o processo licitatório, visando garantir a seleção da proposta apta a gerar o resultado mais vantajoso para a Administração, além de assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes e a justa competição.

Diante da necessidade de contratar Serviços Técnicos Especializados de Consultoria Ambiental para o Licenciamento do Aterro Sanitário, a Administração opta pela Licitação, por entender que a competição é plenamente viável e mais vantajosa do que a Inexigibilidade, neste caso.

O objeto da contratação – Serviços Técnicos Especializados de Natureza Predominantemente Intelectual [22, XVIII] para a elaboração de estudos ambientais (RAS, PCA, RDA) e obtenção de licenças (LP, LI, LO) – embora seja complexo e exija alta qualificação, não se enquadra necessariamente em uma situação de inviabilidade de competição (singularidade), que é o pressuposto fundamental para a Inexigibilidade (Art. 74).

O mercado de Consultoria Ambiental no Maranhão possui diversas empresas aptas a realizar os estudos exigidos, como a elaboração de projetos básicos e estudos técnicos. Ao permitir a competição, o município maximiza as chances de obter um serviço de alta qualidade pelo menor preço ou pela melhor combinação de técnica e custo, em consonância com os princípios da economicidade e da competitividade.

A escolha pela Licitação, portanto, otimiza o investimento estimado e fortalece a segurança jurídica da Administração, mitigando os riscos de questionamentos futuros por ausência de competitividade.

Embora o processo licitatório exija um prazo mínimo para apresentação das propostas, este tempo é um custo aceitável para assegurar a seleção transparente e técnica da proposta que garantirá a regularização eficaz e célere do empreendimento, alcançando os objetivos pretendidos de interesse público.

≡ QUANTITATIVOS E VALORES

ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO E DOS CUSTOS

ITEM	Especificação = Fase do Licenciamento e Peças Técnicas/Atividades Essenciais (Escopo)	Quant.	Valor Total
01	Licença Prévia (LP) = Elaboração de Diagnóstico de Avaliação Preliminar, Relatório Ambiental Simplificado (RAS), Mapas Temáticos, e processos secundários como a Ficha de Caracterização de Atividade (FCA/IPHAN). Acompanhamento do processo e atendimento a exigências técnicas junto à SEMA/MA.	Und.	**R$ 29.938,33**
02	Licença de Instalação (LI) = Elaboração do Plano de Controle Ambiental (PCA), Inventário Florestal, Relatório Florestal, Mapas Temáticos, incluindo Parecer Técnico (IPHAN) e Autorização de Supressão Vegetal e Limpeza da Área.	Und.	**R$ 60.033,33**
03	Licença de Operação (LO) = Elaboração do Relatório de Desempenho Ambiental (RDA), Plano de Encerramento e Recuperação de Área Degradada, Mapas Temáticos, e Anuência Final (IPHAN). Acompanhamento e participação em reuniões/audiências para agilização do licenciamento.	Und.	**R$ 23.833,33**
Valor Total			**R$ 113.804,99**

A estimativa dos custos da contratação do objeto pretendido se deu através de pesquisas feitas por e-mail, após consulta a três diferentes empresas do ramo, tendo sido constatado o valor estimado da contratação com base nos quantitativos exigidos não excederá o valor de **R$ 113.804,99 (cento e treze mil, oitocentos e quatro reais e noventa e nove centavos)**.

≡ PRAZOS E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Cronograma de Desembolso:

A gestão eficiente de recursos na contratação requer um cronograma de desembolso que seja não apenas claro e transparente. Dito isto, tendo em vista que a contratação se dará de uma única vez, propomos um cronograma de desembolso unitário.

Prazo de Pagamento:

O pagamento dos serviços ocorrerá por fases de licenciamento, de forma parcelada, observando-se:
- 50% no início da fase de licenciamento correspondente;
- 50% quando da entrega das licenças referentes àquela fase.

Deverá ser apresentada a competente Nota Fiscal ou Fatura. Esse compromisso demonstra responsabilidade financeira e fortalece parcerias sustentáveis, além de proporcionar aos fornecedores um ambiente favorável para a continuidade e qualidade dos serviços prestados.

Benefícios da Abordagem Proposta:

Parcerias Sólidas: O pagamento dentro do prazo fortalece as relações com os fornecedores, incentivando parcerias duradouras e garantindo a continuidade do fornecimento.

A proposta de um cronograma de desembolso fixo, associado a pagamentos dentro do prazo estabelecido, representa uma abordagem equilibrada e eficaz para a gestão financeira. Essa estratégia não apenas otimiza o uso dos recursos públicos, mas também fortalece a transparência, a eficiência e as relações colaborativas com os fornecedores.

Duração do Contrato: O prazo de vigência será definido no contrato, mas vinculado à **conclusão do escopo predefinido** (obtenção das licenças LP, LI e LO)

≡ JUSTIFICATIVAS PARA O NAO PARCELAMENTO

Nos termos do art. 18, §1º, inciso VIII da Lei nº 14.133/2021, é necessário justificar a decisão sobre o parcelamento ou não da contratação.

No presente caso, a contratação **não será parcelada**, pois o objeto (obtenção das Licenças LP, LI e LO) constitui um **sistema técnico indivisível e interdependente**. A execução sequencial das licenças (LP, LI, LO) e a elaboração das peças técnicas (RAS, PCA, RDA) formam um projeto coeso de regularização ambiental para o mesmo empreendimento (Aterro Sanitário).

O parcelamento do serviço em fases de licenciamento separadas (por diferentes contratados) geraria incompatibilidade técnica, fragmentação da responsabilidade (responsabilidade técnica [157, I]), perda de economia de escala e aumento do risco administrativo, logístico e técnico. Portanto, a contratação integral é justificada pela necessidade de garantir a entrega de uma solução funcional e coesa, em consonância com os princípios da eficiência e economicidade

RESULTADOS PRETENDIDOS

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) busca demonstrar os resultados pretendidos da contratação dos Serviços Técnicos Especializados de Consultoria Ambiental em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

Resultados Primários (Conclusão do Escopo):

O resultado principal esperado da contratação é o cumprimento integral do escopo predefinido e a consequente regularização do empreendimento Aterro Sanitário. Isso se traduz na obtenção, no menor prazo possível, dos seguintes produtos essenciais:

1. Licença Prévia (LP): Documento que atesta a viabilidade ambiental do projeto do Aterro Sanitário.
2. Licença de Instalação (LI): Documento que autoriza o início da construção da obra, após a elaboração de peças técnicas detalhadas como o Plano de Controle Ambiental (PCA) e Inventário Florestal.
3. Licença de Operação (LO): Documento final que autoriza o início das atividades de manejo de resíduos, após a entrega do Relatório de Desempenho Ambiental (RDA).
4. Autorização de Limpeza de Área: Documento secundário, mas operacionalmente crítico, relativo ao Inventário Florestal.

Resultados em Termos de Economicidade e Melhor Aproveitamento de Recursos:

A contratação externa de Consultoria Ambiental especializada, em regime de licitação, visa alcançar os seguintes resultados vantajosos para a Administração Pública:

Evitar Custos de Paralisação e Sanções. O resultado mais importante em termos de economicidade é a redução drástica do risco de paralisação ou de extinção do contrato de obra devido ao atraso ou à impossibilidade de obtenção da licença ambiental. A Consultoria garante a celeridade e a eficácia na regularização, prevenindo multas e a aplicação de outras sanções decorrentes da inexecução contratual por falhas ambientais.

Aproveitamento Ótimo dos Recursos Humanos (Especialização). A contratação permite que o município utilize o conhecimento e a notória especialização de terceiros, liberando o corpo técnico municipal para atuar em suas funções rotineiras. Isso representa um melhor aproveitamento dos recursos humanos disponíveis, que não precisariam ser capacitados ou realocados para executar estudos complexos de natureza predominantemente intelectual.

Controle e Mitigação de Riscos Ambientais e Legais. O serviço de consultoria, ao elaborar e acompanhar o licenciamento (LP, LI, LO), é a principal medida mitigadora dos riscos ambientais e legais inerentes à implantação de um aterro. O resultado esperado é a segurança jurídica e ambiental para o início e a operação do empreendimento, conforme as diretrizes legais.

Resultado Estratégico:

O resultado final é o desenvolvimento nacional sustentável, proporcionado pela viabilização de uma infraestrutura pública essencial (Aterro Sanitário) que atenda às normas ambientais, garantindo que o investimento resulte em um benefício funcional e perene para a população de Alto Alegre do Pindaré.

DECLARAÇAO DE VIABILIDADE

Considerando que o serviço é essencial para a viabilidade da obra pública (Aterro Sanitário), e que a contratação por terceiros especializados é a única forma de garantir a conformidade legal e a qualidade dos estudos exigidos, esta contratação é declarada viável.

PROVIDENCIAS A SEREM ADOTADAS

Possíveis providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato:

1. Elaboração de Termo de Referência (TR) detalhando o escopo dos serviços.
2. Abertura de Procedimento Licitatório – Escolha da modalidade mais adequada com base na Lei nº 14.133/2021, assegurando a competitividade, legalidade e eficiência da seleção do fornecedor.
3. Verificação da Disponibilidade Orçamentária e Financeira, comprovando a compatibilidade da previsão de recursos.
4. Realização de análise de riscos que possam comprometer a boa execução contratual (ex: atraso na entrega de informações pelo contratante).
5. Definição de critérios de acompanhamento e fiscalização do contrato (Gestão Contratual).

Essas são algumas das providências operacionais e estruturais que devem ser consideradas antes da contratação. É importante garantir que todos os passos sejam seguidos corretamente para assegurar uma aquisição eficiente e dentro das normas legais.

IMPACTOS AMBIENTAIS

Em conformidade com o artigo 11, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, este estudo contempla a análise dos possíveis impactos ambientais.

Em se tratando de contratação de serviços intelectuais (Consultoria Ambiental), os impactos ambientais diretos são baixos. No entanto, a contratação é crucial para o controle dos impactos ambientais do empreendimento principal (Aterro Sanitário).

O objetivo direto do serviço é garantir que a implantação do aterro e sua operação sejam conduzidas com a devida mitigação e compensação ambiental, conforme as exigências do procedimento de licenciamento ambiental.

A elaboração de documentos como o Plano de Controle Ambiental (PCA) e o Plano de Encerramento e Recuperação de Área Degradada são as medidas mitigadoras previstas e inerentes ao próprio objeto contratual.

CONCLUSAO

Após avaliar as alternativas, a recomendação é a realização de uma licitação para selecionar fornecedores. Essa alternativa permite que o município tenha acesso a um leque maior de opções, garantindo a qualidade, segurança e preço competitivo.

Recomenda-se que a licitação seja conduzida de acordo com os dispositivos da Lei 14.133/21, estabelecendo critérios objetivos de seleção, como capacidade técnica, preço, prazo de entrega e garantia dos produtos.

Além disso, é importante estabelecer cláusulas contratuais que garantam a conformidade com as normas de segurança e qualidade estabelecidas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
Av. João XXIII, S/N - Centro
CNPJ: 01.612.932/0001-21

ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº ***
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ***

SESSÃO PUBLICA: ----/----/20**, AS ----H----MIN (----) HORAS.
LOCAL: *** **ÓRGÃO LICITANTE**

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

NOME DE FANTASIA:	
RAZÃO SOCIAL:	
CNPJ:	
INSC. EST.:	
OPTANTE PELO SIMPLES? SIM ( ) NÃO( )	
ENDEREÇO:	
BAIRRO:	**CIDADE:**
CEP.	**E-MAIL.**
TELEFONE:	**FAX:**
CONTATO DA LICITANTE:	**TELEFONE:**
BANCO DA LICITANTE:	**CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE:**
Nº DA AGÊNCIA.	

ITENS	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO R$	VALOR TOTAL R$
1.						
TOTAL POR EXTENSO:						

A EMPRESA: ..... DECLARA QUE:

1 ESTÃO INCLUSAS NO VALOR COTADO TODAS AS DESPESAS COM MÃO DE OBRA E, BEM COMO, TODOS OS TRIBUTOS E ENCARGOS FISCAIS, SOCIAIS, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E COMERCIAIS E, AINDA, OS GASTOS COM TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO DOS PRODUTOS EM EMBALAGENS ADEQUADAS.

2 VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS.

3 PRAZO DE INICIO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERENCIA (ANEXO I) DO EDITAL DESSE PROCESSO.

4 QUE NÃO INCIDE NAS VEDAÇÕES PREVISTAS NA LEI Nº 14.133/2021.

5 QUE O PRAZO DE INICIO DA ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS SERÁ DE ACORDO COM OS TERMOS ESTABELECIDOS NO ANEXO I, DESTE EDITAL A CONTAR DO RECEBIMENTO, POR PARTE DA CONTRATADA, DA ORDEM DE COMPRA OU DOCUMENTO SIMILAR, NA *** endereço, TODOS OS BENS SERÃO AVALIADOS, SOB PENA DE DEVOLUÇÃO DE NÃO ACEITE, CASO NÃO ATENDA A DESCRIMINAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA DO REFERIDO EDITAL OU DE MÁ QUALIDADE.

LOCAL E DATA

_____
CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

OBS. SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS QUE APRESENTAREM COTAÇÕES CONTENDO PREÇOS EXCESSIVOS, SIMBÓLICOS, DE VALOR ZERO OU INEXEQUÍVEIS, NA FORMA DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, OU AINDA, QUE OFEREÇAM PREÇOS OU VANTAGENS BASEADAS NAS OFERTAS DOS DEMAIS LICITANTES.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
Av. João XXIII, S/N - Centro
CNPJ: 01.612.932/0001-21

ANEXO III – DECLARAÇÃO CONJUNTA

Ilmo. Sr.
Pregoeiro
Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré/MA

DECLARAÇÃO CONJUNTA

CONCORRÊCIA ELETRÔNICA Nº ***
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ***

Prezado Senhor,

A empresa ....., inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a)....., portador (a) da CI nº..... e do CPF nº ....., DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

1) Quanto a inexistência de fato impeditivo de licitar; nos termos do artigo 156, inciso IV, da Lei Federal n.º 14.133/21, que até a presente data nenhum fato ocorreu que a inabilite a participar do PREGÃO em epígrafe, e que contra ela não existe nenhum pedido de falência ou concordata. Declara, outrossim, conhecer na íntegra o Edital e que se submete a todos os seus termos.

a) Declara ainda, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/21, que não possui em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

b) Declara também, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/21, que não incide em suas hipóteses vedadas.

c)Declara ainda, para fins do disposto na Lei Federal 14.133/21, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz

2) Quanto à elaboração independente de proposta:

a) A proposta anexa foi elaborada de maneira independente (pelo licitante), e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) A intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;

d) Que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

e) Que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas;

f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Local e data

Nome e assinatura do representante legal

[Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima - Esta declaração deverá ser emitida em papel que identifique o órgão (ou empresa) emissor]

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
Av. João XXIII. S/N - Centro
CNPJ: 01.612.932/0001-21

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E CONDIÇÕES (MODELO)

CONCORRÊCIA ELETRÔNICA Nº ***
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ***

A .....(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), CNPJ Nº....., LOCALIZADA À ....., DECLARA, que o licitante tomou conhecimento do local e das condições onde será executado os serviços, CONFORME INCISO VI DO ART. 67 DA LEI 14.133/2021 PARA ESTE CERTAME LICITATÓRIO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE _____/ UF – CONCORRÊCIA ELETRÔNICA Nº _____/_____.

....., ... DE ..... DE .....

_____
REPRESENTANTE LEGAL

_____
RESPONSÁVEL TÉCNICO

ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO Nº xxx/xxx/PMAAP
PROCESSO Nº 315/2025

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº ...../...., QUE FAZEM ENTRE SI * ENTE PÚBLICO LICITANTE E A EMPRESA *****

O MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ/MA, através da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ/MA**, sediada na ..... inscrito(a) no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado pelo ....., Secretário Municipal de Educação, nomeado(a) pela Portaria nº ....., de ..... de ..... de 20..., publicada no de ..... de ..... de ....., inscrito(a) no CPF nº ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., doravante denominada **CONTRATANTE** e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo nº ..... **RESOLVEM** celebrar o presente Contrato decorrente da licitação na modalidade **Concorrência Eletrônica nº. ___/2025 – CPL/PMAAP** e do **Processo Administrativo n.º 315/2025,** com fundamento da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, mediante as seguintes cláusulas e condições.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a **Contratação de Serviços Técnicos Especializados de Natureza Predominantemente Intelectual de Consultoria Ambiental para obtenção de Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO) relativas ao empreendimento de Aterro Sanitário no município de Alto Alegre do Pindaré/MA**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital da Concorrência, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

2.1. O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, mas vinculado à conclusão do escopo predefinido (obtenção das licenças LP, LI e LO).

2.2. O prazo de vigência será prorrogado quando o objeto não for concluído no período firmado no contrato, salvo se a não conclusão decorrer de culpa do contratado, sujeitando-o às sanções.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO.

3.1. O valor global do presente Termo de Contrato é de R$ ..... (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20****, na classificação abaixo:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO E CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA.

5.1. **Critério de Pagamento:** O pagamento dos serviços ocorrerá por fases de licenciamento, de forma parcelada.

5.2. **Condições:**
- **50% (cinquenta por cento)** no início da fase de licenciamento correspondente (LP, LI ou LO);
- **50% (cinquenta por cento)** quando da entrega da licença referente àquela fase.

5.3. O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a data da entrega e do recebimento definitivo do produto referente à fase, mediante a apresentação da competente Nota Fiscal ou Fatura.

6. CLÁUSULA SÉTIMA – REPACTUAÇÃO E REEQUILÍBRIO

6.1. O prazo para resposta ao pedido do Contratado de repactuação de preços será de 10 dias úteis.

6.2. O prazo para resposta ao pedido do Contratado de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de preços será de 10 (dez) dias úteis.

7. CLÁUSULA OITAVA – EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO.

7.1. Os serviços devem ser iniciados no prazo improrrogável de 5 (cinco) dias úteis, contados da assinatura do contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive de rescisão contratual.

7.2. As condições de entrega e recebimento complementares do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

8. CLAÚSULA NONA – FISCALIZAÇÃO.

8.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração, que serão auxiliados pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno.

8.2. O Contratado deverá manter Preposto aceito pela Administração no local da execução do serviço (sede do Contratante) para representá-lo.

8.3. O fiscal anotará em registro próprio todas as ocorrências e informará aos seus superiores o que demandar decisão que ultrapasse sua competência.

8.4. O Contratado deverá manter, durante toda a execução, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

9. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E CONTRATADA

9.1. Deveres e Responsabilidades da Contratante, além de outras que poderão ser previstas no Edital e Contrato:

9.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnicos, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos.

9.1.2. Vetar o emprego de qualquer produto que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da CONTRATADA, que possa ser inadequado, nocivo ou danificar seus bens patrimoniais, ou:

9.1.3. ser prejudicial à saúde dos usuários/consumidores.

9.1.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA nas condições pactuadas.

9.1.5. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.

9.1.6. Preencher e enviar a Ordem de Fornecimento de Bens/serviços de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

9.1.7. Receber o objeto entregue pela CONTRATADA, que estejam em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções a serem realizadas, devendo assinar ao final o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

9.1.8. Solicitar a substituição imediata de produtos que julgar insuficientes, inadequados ou prejudiciais.

9.1.9. Recusar com a devida justificativa o objeto entregue fora das especificações constantes na proposta da CONTRATADA.

9.1.10. Assumir a responsabilidade pelos prejuízos eventualmente causados à CONTRATADA, decorrentes do mau uso ou operação imprópria, a partir do ato da recepção do produto fornecido para

teste até a sua aceitação final, desde que, na sua apresentação, objeto não tenha apresentado defeitos.

9.1.11. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento da fatura da emitida pela CONTRATADA dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato.

9.1.12. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento dos produtos.

9.1.13. Promover o acompanhamento e a fiscalização do objeto contratado, sob os aspectos quantitativos e qualificativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando por escrito à CONTRATADA, as ocorrências de imperfeições, falhas ou irregularidades, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades constatados no fornecimento dos produtos.

9.2. Deveres e Responsabilidades da CONTRATADA, além de outras que poderão ser previstas no Edital e Contrato.

9.2.1. Fornecer os produtos e os serviços conforme especificações definidas no presente Termo de Referência, não podendo nunca ser inferior a esta.

9.2.2. Manter capacidade mínima de entrega para atender as demandas contratadas.

9.2.3. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo Órgão Gerenciador da Ata, relacionados com as características dos produtos.

9.2.4. Entregar, nos locais determinados pelo CONTRATANTE nas Ordens de Fornecimento, os produtos e serviços objeto da presente contratação, às suas expensas, dentro do prazo de entrega estabelecido.

9.2.5. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente em relação aos produtos que forem objetos do Contrato e prestar os esclarecimentos necessários.

9.2.6. Indicar, formalmente, preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do Contrato.

9.2.7. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências dos Fiscais dos Contatos e/ou dos Gestores dos Contratos inerentes à execução do objeto contratual.

9.2.8. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do objeto pela CONTRATANTE.

a) Apurado o dano e caracterizada sua autoria por qualquer empregado da CONTRATADA, esta pagará à CONTRATANTE o valor correspondente, mediante o pagamento de Documento de Arrecadação Municipal - DAM, a ser emitida pelo Gestor do Contrato no valor correspondente ao dano, acrescido das demais penalidades constantes do instrumento convocatório e do contrato.

9.2.9. Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização da execução do objeto pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcialmente, a

qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária, e recusar os materiais empregados que julgar inadequados.

9.2.10. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.2.11. Emitir fatura no valor pactuado e nas condições do Contrato, apresentando à CONTRATANTE para pagamento.

9.2.12. Substituir os produtos reprovados na aceitação, dentro do prazo estabelecido neste Termo de Referência, sem ônus para a CONTRATANTE.

9.2.13. Substituir os produtos que apresentarem defeitos, sem ônus para a CONTRATANTE, no prazo de demais condições previstas neste Termo de Referência.

9.2.14. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.

9.2.15. A contratante poderá solicitar, a qualquer momento, amostras para análise, a fim de comprovar a qualidade do produto contratado. A DETENTORA DO REGISTRO deverá arcar com os custos da análise, caso o produto ofertado apresente suspeita de irregularidade. Os laudos emitidos serão considerados suficientes para exigir a substituição do produto quando o resultado da análise for desfavorável, ou seja, diferente das especificações prometidas pelo fabricante. Todo produto considerado impróprio ao uso será devolvido para a inutilização nos termos legais.

9.2.16. Entregar, nos locais determinados pelo CONTRATANTE na Ordem de Fornecimento de Bens, objeto da presente contratação, às suas expensas, dentro do prazo de entrega estabelecido.

9.2.17. Arcar com todas as despesas relacionadas à entrega do objeto, tais como frete, seguro, impostos, taxas e outros, inclusive em caso de troca, se houver.

9.2.18. Os Produtos deverão ser de primeira qualidade, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor. Deverão, ainda, conter especificações do INMETRO e outros Órgãos de controle de qualidade, quando houver, bem como as características peculiares de cada item e, quando for o caso, possuir em suas embalagens unitárias, especificações de peso, medida, quantidade, orientações de armazenamento, manuais de utilização, quando for o caso, prazo de validade de acordo com o fabricante, contado da data de entrega e demais informações que se fizerem necessárias para a perfeita utilização dos mesmos.

9.2.19. A contratada estará obrigada a comparecer, sempre que solicitada, à sede da Unidade Requisitante, a fim de receber instruções, participar de reuniões ou para qualquer outra finalidade relacionada ao cumprimento de suas obrigações.

9.2.20. Substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o(s) produtos/serviços, cuja qualidade, finalidade, eficácia procedência e eficiência, apresentem qualquer nível de desatendimento ao fim a que se presta, ou suspeita em relação à sua procedência, ou ainda, aquele em que se verificarem vícios, defeitos de fabricação, violação, transporte inadequado, incorreções ou falhas resultantes do fornecimento e fabricação.

10. CLÁUSULA DÉCIMA– EXTINÇÃO.

10.1. O PRESENTE TERMO DE CONTRATO PODERÁ SER EXTINTO:

10.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no inciso I do art. 138 da Lei nº 14.133/2021, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

10.1.2. Amigavelmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

10.2. A extinção contratual deverá ser formalmente motivada nos autos de processo administrativo assegurado à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa, verificada a ocorrência de um dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

10.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 115 da Lei nº 14.133/2021.

10.4. O TERMO DE RESCISÃO SERÁ PRECEDIDO DE RELATÓRIO INDICATIVO DOS SEGUINTES ASPECTOS, CONFORME O CASO:

10.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.4.3. Indenizações e multas.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – VEDAÇÕES.

11.1. É VEDADO À CONTRATADA:

11.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

11.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÕES.

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

12.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO.

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial, de acordo com o previsto na Lei nº 14.133/2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

15.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital e na Lei nº 14.133/2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO.

16.1. É eleito o Foro da Comarca de Santa Luzia/MA para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Alto Alegre do Pindaré/MA, ... de..... de 20XX.

_____
Responsável legal da CONTRATANTE

_____
Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____ CPF: _____
2. _____ CPF: _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
Av. João XXIII, S/N - Centro
CNPJ: 01.612.832/0001-21

PROCESSO N.º 315/2025

Requerente: Secretaria Municipal de Meio Ambiente.
Assunto: Direito Administrativo. Minuta de edital de Concorrência Eletrônica. Contratação de Serviços Técnicos Especializados de Natureza Predominantemente Intelectual de Consultoria Ambiental para obtenção de Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO) relativas ao empreendimento de Aterro Sanitário no município de Alto Alegre do Pindaré/MA.

PARECER JURÍDICO Nº 329/2025

Para melhor compreensão didática, este parecer divide-se em ***Relatório***, ***Análise da Demanda***, ***Dispositivo*** e ***Encaminhamento***.

RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo desencadeado pelo Ofício da Secretaria de Meio Ambiente solicitando Contratação de Serviços Técnicos Especializados de Natureza Predominantemente Intelectual de Consultoria Ambiental para obtenção de Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO) relativas ao empreendimento de Aterro Sanitário no município de Alto Alegre do Pindaré/MA.

De relevante, cumpre destacar que consta nos autos, além do ofício (DFD) supracitado, Despacho do Setor de Pesquisa de Mercado, Estudo Técnico Preliminar, Despacho do setor Contábil e relatório de disponibilidade de Dotação Orçamentária para viabilidade do pleito, Despacho do agente de contratação e Despacho de autorização do Prefeito.

Por fim, verifica-se que o Agente de Contratação juntou aos autos parecer e o Ordenador de Despesa juntou Minuta de Edital, para conhecimento, análise e emissão de parecer jurídico por parte desta Procuradoria Geral, de acordo com os ditames contidos na Lei nº 14.133/2021.

É o breve relatório.

✓ **ANÁLISE DA DEMANDA:**

1. Considerações Iniciais:

O presente parecer tem como objetivo analisar o Edital de Licitação na modalidade Concorrência Eletrônica referente a Contratação de Serviços Técnicos Especializados de Natureza Predominantemente Intelectual de Consultoria Ambiental para obtenção de Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO) relativas ao empreendimento de Aterro Sanitário no município de Alto Alegre do Pindaré/MA, considerando as disposições contidas na Lei 14.133/2021, que estabelece as novas normas gerais de licitações e contratos administrativos.

Trata-se de um ato insito à fase preparatória da licitação, cujo fundamento está previsto no art. 53 da Lei nº 14.133/2021:

> *Art. 53. Ao final da fase preparatória, a processa licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.*
> *1ª Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração devera:*
> *I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévias de atribuição de prioridade:*
> *II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de lodos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;*
> *2"(VETADO).*
> *3ª Encerrada a instrução do processo sob os aspectos técnico e jurídico, a autoridade determinará a divulgação do edital de licitação conforme disposto no art. 54.*
> *4ª Na forma deste artigo, o órgão de assessoramento jurídico da Administração também realizara controle prévio de legalidade de contratações diretas, acordos, termos de cooperação, convénios, ajuste, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos.*
> *5° É dispensável a análise jurídica nas hipóteses previamente definidas em ato da autoridade jurídica máxima competente, que deverá considerar o baixo valor. a baixa complexidade da contratação, a entrega imediata do bem ou a utilização de minutas de editais e instrumentos de contrato, convênio ou outros ajustes previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico.*

Ao dissertar sobre o dispositivo acima, José Anacleto extrai as seguintes deduções sobre o objeto de análise da Assessoria Jurídica:

> *"O parecer jurídico é instrumento de controle prévio de legalidade. (art. 53, caput. A manifestação jurídica deve versar sobre lodo o processo licitatório, e não apenas sobra a minuta do instrumento convocatório. Assim, todos os elementos indispensáveis à contratação devem ser avaliados (art. 53, $1°. II). São elementos indispensáveis à contratação, dentre outros: (os requisitos formais; (li) o estudo técnico preliminar; (III) o termo de referência: (iv) o projeto básico (v) o orçamento estimativo, (vil a aferição dos requisitos de validade dos atos administrativos praticados; e (vill a qualidade da motivação e das justificativas apresentadas no processo. A apreciação destes elementos indispensáveis não se dará sob o aspecto técnico, mas tão somente jurídico".*

Posto isto, a presente manifestação não se vinculará aos aspectos técnicos envolvidos no objeto/serviço solicitado pelo órgão demandante, mas aos aspectos jurídicos intrínsecos ao procedimento, motivo pelo qual os documentos apresentados na presente requisição terão seus conteúdos considerados como verossímeis, sem prejuízo de apuração de eventual responsabilidade caso não reflitam no real atendimento do interesse público.

Como se pode observar do dispositivo legal supra, o controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade.

De outro lado, cabe esclarecer que não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos, nem de atos já praticados. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

Finalmente, deve-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

2. Fundamentação

Preliminarmente, registra-se que o processo se encontra, até a presente data, com os seguintes documentos:

- Oficio de Formalização de Demanda;
- Despacho do Setor de Pesquisa de Preços;
- Estudo Técnico Preliminar;
- Termo de Referência;
- Despacho de encaminhamentos;
- Documentos orçamentários;
- Despacho do Agente de Contratações;
- Minuta de Edital e anexos;

Tais documentos fazem parte do da chamada fase preparatória da licitação, devendo, portanto, observar, na medida do possível, o art. 18, caput, da Lei n° 14.133/2021:

> *Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:*
> *I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;*
> *II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;*
> *III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;*
> *IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;*
> *V - a elaboração do edital de licitação;*
> *VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;*
> *VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;*
> *VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;*

> *IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;*
> *X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;*
> *XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.*

Pelo que consta nos documentos, as justificativas que motivam o pedido de contratação e os documentos mencionados no dispositivo acima se mostram presentes neste pleito.

3. Da Escolha da Modalidade

De acordo com o art. 25 da Lei nº 14.133/2021, [o] edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.

Para a adoção da modalidade Concorrência, conforme o art. 6º, XXXVIII da referida Lei, o objeto deve ser para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, o que se enquadra perfeitamente ao caso concreto.

A Lei n° 14.133/2021 consagra a preferência pelo procedimento sob a forma eletrônica, consoante disposição do $2° do art. 17:

> *Art. 17.*
> *(...)*
> *§2° As licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.*

Sobre a excepcionalidade da forma presencial da licitação, Ricardo Alexandre Sampaio argumenta:

> *Esta previsão legal não impede, em absoluto, a realização de licitações presenciais, mas deixa claro que, independentemente do Poder ou Ente da Federação a que se vincule o órgão ou entidade promotora do certame, a regra é que as licitações sejam processadas, preferencialmente, em ambiente eletrônico. Nesses termos, entende-se que a realização excepcional de licitação sob a forma presencial requer a demonstração de comprovada Inviabilidade de uso do meio eletrônico na situação fática. E, com base nessa ordem de ideias, eventual inviabilidade de adoção do meio eletrônico não pode ser confundida com simples opção discricionária da autoridade competente. Significa dizer que a norma elege, inicialmente, o meio eletrônico como o ideal (preferencial) para, depois, ao condicionar a adoção do meio presencial a motivação, tornar seu uso obrigatório, a não ser quando inviável.*

O uso e a aplicabilidade da licitação na forma eletrônica, proporcionam grandes vantagens aos entes públicos, notadamente em virtude de suas características de celeridade, desburocratização, economia, ampla divulgação, publicidade e eficiência na contratação, sendo mais vantajosa em relação à forma presencial, nos termos dispostos pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná:

> *A primeira delas é o potencial aumento da competitividade do certame, já que interessados que estejam localizados em qualquer lugar do país podem participar de forma remota. Com isso, aumentam as chances de a administração realizar uma contratação economicamente mais favorável, já que, além de uma possível ampliação do número de participantes - o que estimula a concorrência-, estes deixam de precisar realizar gastos com transporte ou diárias, por exemplo, para enviar um representante a um pregão presencial realizado em um local distante. Outro benefício oferecido pelo pregão eletrônico é a impessoalidade do procedimento, visto que os competidores participam do pregão de forma anônima, sendo identificado apenas o vencedor do certame, após o encerramento da disputa de lances, já na fase de habilitação da sessão pública digital. Dessa forma, diminui consideravelmente o risco de haver conluio entre os licitantes, prática comprovadamente prejudicial ao interesse público.*

A modalidade eletrônica oferece mais transparência e segurança, pois a maior parte dos atos da licitação é registrada automaticamente pelo sistema, o que elimina possíveis perdas que comumente ocorrem quando da transcrição de atas de sessões presenciais. Com isso, é possível aos órgãos de fiscalização e à própria sociedade a análise da integra do procedimento.

Desta forma, o objeto em questão se adequa perfeitamente nas hipóteses previstas acima, não havendo óbice quanto ao seu prosseguimento.

4. Da Análise da Minuta do Edital

A partir da análise minuciosa da Minuta do Edital de Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, destacam-se os seguintes pontos relevantes:

Objeto da licitação: O edital deve apresentar de forma clara e precisa a descrição do objeto da contratação, detalhando as especificações técnicas necessárias para o fornecimento dos serviços. Verificou-se que o objeto está adequadamente definido no edital em conformidade com as diretrizes da Lei 14.133/2021.

Documentação exigida: É imprescindível que o edital estabeleça quais são os documentos necessários para comprovação da habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e demais exigências previstas na legislação. Recomenda-se uma análise criteriosa das exigências documentais para garantir que sejam proporcionais e adequadas ao objeto da licitação, em conformidade com os princípios da isonomia, razoabilidade e proporcionalidade.

Critérios de julgamento: O edital deve estabelecer os critérios objetivos para seleção da proposta mais vantajosa, considerando a qualidade, o preço, o prazo de execução e outros elementos pertinentes. É fundamental que tais critérios estejam em conformidade com o disposto na Lei 14.133/2021, priorizando a busca pela melhor relação custo-benefício para a administração pública.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
Av. João XXIII, S/N - Centro
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Prazos e cronograma: O edital deve estabelecer prazos adequados e factíveis para todas as etapas do processo licitatório, desde a publicação do edital até a assinatura do contrato. Além disso, é necessário que seja apresentado um cronograma detalhado de execução dos serviços, considerando a complexidade do objeto e as necessidades da administração.

5. Das Considerações Finais

Por derradeiro, cumpre salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe.

Destarte, à luz da competência desta Procuradoria Geral, não lhe compete adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito da Prefeitura Municipal, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

DISPOSITIVO

Ante aos fatos expostos e análise jurídica realizada com base na Lei nº 14.133/2021 e normas correlatas, entende-se por opinar neste parecer que, diante da presente análise, verificamos que todo o procedimento administrativo até o presente momento, bem como a minuta, está em consonância com os ditames da Lei de Licitações, lembrando-se que as especificações técnicas e a estimativa de custo dizem respeito à análise de responsabilidade exclusiva dos setores competentes.

É o parecer, sub censura.

ENCAMINHAMENTO

Encaminhem-se os autos ao Ordenador de Despesas desta Municipalidade para conhecimento, providências e demais deliberações ao seu cargo.

Alto Alegre do Pindaré (MA), 18 de Novembro de 2025.

FRANCISCO TAVARES LEITE NETO:02860316396

Assinado de forma digital por FRANCISCO TAVARES LEITE NETO:02860316396
Dados: 2025.11.18 10:35:20 -03'00'

Francisco Tavares Leite Neto
OAB/MA 11.534
Assessor Jurídico do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA

PROC. 127
FLS 315
RUB.

Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré – MA
Av. João XXIII, S/N - Centro, CEP nº 65.398-000,
CNPJ nº 01.612.832/0001-21

Processo nº 315/2025

DESPACHO

De acordo com as informações constantes neste Processo, em especial o Parecer Jurídico, autorizo a deflagração da licitação para **Contratação de Serviços Técnicos Especializados de Natureza Predominantemente Intelectual de Consultoria Ambiental para obtenção de Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO) relativas ao empreendimento de Aterro Sanitário no município de Alto Alegre do Pindaré/MA**, e encaminho ao Agente de Contratação para execução do procedimento de contratação dentro das formalidades legais, nos termos do art. 53, §3º da Lei n. 14.133/2021.

Alto Alegre do Pindaré/MA, 19 de novembro de 2025.

José Francinete Bento Luna
Prefeito do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA

PROC. 128
FLS 318
RUB.

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 07/2025 – CPL/PMAAP

EDITAL

PROCESSO Nº. 315/2025/PMAAP/MA

DADOS DA LICITAÇÃO	
ÓRGÃO LICITANTE: Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré/MA	
OBJETO: Contratação de Serviços Técnicos Especializados de Natureza Predominantemente Intelectual de Consultoria Ambiental para obtenção de Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO) relativas ao empreendimento de Aterro Sanitário no município de Alto Alegre do Pindaré/MA.	
ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES: Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, através do Portal indicado.	
DATA E INÍCIO DA SESSÃO ELETRÔNICA: 05/01/2026, às 09:00hs	
Endereço Eletrônico: http://www.licitaaap.com.br/ **Endereço para retirada do Edital:** http://www.licitaaap.com.br/	
VALOR TOTAL ESTIMADO:	Valor Total: **R$ 113.804,99 (cento e treze mil, oitocentos e quatro reais e noventa e nove centavos).**
NATUREZA DO OBJETO:	Prestação de Serviços de Consultoria Ambiental
PARTICIPAÇÃO – MEI / ME / EPP	Licitação de Ampla Participação.
PRAZO PARA ENVIO DAS PROPOSTAS ADEQUADAS/DOCUMENTAÇÃO: até 02 (duas) horas	
CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO	Por valor global, observadas as condições definidas neste Edital e anexos.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO E INTERVALO DE LANCES	Menor Preço Global: Intervalo de R$ 500,00 (quinhentos reais)
MODO DE DISPUTA	Aberto
INFORMAÇÕES	
Ato de Designação do Agente de Contratação: Portaria nº 075/2025, publicada no Diário Oficial do Município do dia 09 de janeiro de 2025.	
Autoridade Competente/Homologadora: José Francinete Bento Luna, Prefeito do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA.	
Endereço: Av. João XXIII, S/N, Centro, Alto Alegre do Pindaré-MA, CEP 65.072-130.	

PROC. 129
FLS 315
RUB.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
Av. João XXIII, S/N - Centro
CNPJ: 01.612.832/0001-21

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 07/2025 – CPL/PMAAP

EDITAL

PROCESSO Nº. 315/2025/PMAAP/MA

O **MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ/MA**, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.832/0001-21, sediada na Av. João XXIII, S/N - Centro, Alto Alegre do Pindaré/MA, CEP nº 65.398-000, por intermédio de sua **PREFEITURA MUNICIPAL**, e pelo seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº 75/2025, publicada no Diário Oficial do Município em 9 de Janeiro de 2025, leva ao conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA** na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **Menor Preço**, conforme descrito neste Edital e seus Anexos e em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, e demais normas pertinentes à espécie.

Data da sessão: **05/01/2026**
Horário: **09h00min**
Local: http://www.licitaaap.com.br/
Critério de Julgamento: menor preço GLOBAL.
Modo de disputa: ABERTO

1. DO OBJETO.

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para **Contratação de Serviços Técnicos Especializados de Natureza Predominantemente Intelectual de Consultoria Ambiental para obtenção de Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO) relativas ao empreendimento de Aterro Sanitário no município de Alto Alegre do Pindaré/MA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será pelo valor **MENOR PREÇO,** conforme tabela constante do Termo de Referência.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor valor, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da prefeitura para o exercício corrente, na classificação abaixo:

022200 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
18 541 0017 2107 0000 MANUT. E FUNC. DESTE SETOR
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no **PORTAL,** que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA CONCORRÊNCIA, em sua FORMA ELETRÔNICA.

3.2. O cadastro deverá ser feito na plataforma do PORTAL, no sítio: www.licitaaap.com.br.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA CONCORRÊNCIA.

4.1. Poderão participar desta Concorrência interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no **PORTAL.**

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e no artigo 4º da Lei nº 14.133/2021.

4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.4. Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021;

4.3.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.3.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.4. A pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as regras do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos nesse edital, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento;

5.3. Serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado;

5.4. O envio da proposta e dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha;

5.5. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/2006;

5.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do certame, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

5.7. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.8. Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.10. Para envio dos documentos de habilitação, o prazo de validade das certidões, será considerado a data de solicitação pelo Agente de Contratação e abertura no sistema.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

6.1. Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico //www.licitaaap.com.br/ e até a data e hora marcadas na página nº 02 desse edital para abertura da sessão, os licitantes deverão encaminhar proposta via sistema e proposta digitalizada e assinada com a descrição do objeto ofertado e preço, de acordo com anexo I, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

6.1.1. A licitante deverá elaborar a sua proposta com base no edital e seus anexos, sendo de sua exclusiva responsabilidade o levantamento de custos necessários para o cumprimento total das obrigações necessárias para a execução do objeto desta licitação.

6.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares ao Termo de Referência, como planilha orçamentária resumida, planilha resumo dos trechos, memorial de cálculo, quadro de distribuição de material de jazida, cálculo da distância média, orçamento sintético, quadro de composições de investimentos, cronograma físico financeiro, encargos sociais, BDI, composição de custos unitários e planilha de levantamento de eventos PLE;

6.2. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

6.3. O licitante deverá enviar sua proposta, no idioma oficial do Brasil, mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.3.1. Valor unitário e total para cada item ou lote de itens (conforme o caso), em moeda corrente nacional;

6.3.2. Descrição detalhada do objeto indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada e, havendo divergência entre as condições da proposta e as cláusulas deste Edital, incluindo seus anexos, prevalecerão as últimas.

6.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. A Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham

vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preambulo deste Edital.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior ou percentual** de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R$ 500,00 (quinhentos reais).**

7.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.10. Será adotado para o envio de lances na **Concorrência o modo de disputa "ABERTO",** em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Agente de Contratação, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Agente de Contratação.

7.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.18. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da Concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Agente de Contratação aos participantes do certame, publicada no //www.licitaaap.com.br/, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.

7.22. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.23. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.24. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.25. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.26. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.28. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

7.28.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.28.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

7.28.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.28.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

7.29. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.29.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.29.2. empresas brasileiras;

7.29.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.29.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

7.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Agente de Contratação deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.30.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.30.2. O Agente de Contratação solicitará ao licitante melhor classificado que, será aberto um prazo a ser definido pelo agente, para envio da proposta adequada ao último lance ofertado após a

negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.31. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7.32. O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.33. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.34. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.2. Para análise da exequibilidade dos preços a critério do agente de contratação poderá solicitação por diligencia a comprovação de exequibilidade do menor valor ofertado, sendo no mínimo aquele valor com desconto acima de trinta por cento do valor global do Termo de Referência.

8.3. Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.

8.4. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.4.1. Considera-se inexequível a proposta de preços ou menor lance que for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.5. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.7. A fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, bem como para a contagem da anualidade prevista no art. 3º, §1º da Lei n. 10.192/2001, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração.

8.8. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

8.9. O Agente de Contratação analisará a compatibilidade tomando como base o Termo de Referência em anexo desse edital.

8.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Agente de Contratação, desde que não haja majoração do preço.

8.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.10.3. O Agente de Contratação deverá verificar se a proposta apresenta o valor total dos custos da contratação, inclusive aqueles estimados para as ocorrências de fatos geradores.

8.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.12. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, e a ocorrência será registrada em ata;

8.13. O Agente de Contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo a ser definido pelo agente, sob pena de não aceitação da proposta.

8.14. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de Contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.15. Havendo necessidade, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

8.16. O Agente de Contratação poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.16.1. Também nas hipóteses em que o Agente de Contratação não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.16.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.17. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Agente de Contratação verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO.

9.1. COMO CONDIÇÃO PRÉVIA AO EXAME DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE DETENTOR DA PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR, O AGENTE DE CONTRATAÇÃO VERIFICARÁ O EVENTUAL DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE SANÇÃO QUE IMPEÇA A PARTICIPAÇÃO NO CERTAME OU A FUTURA CONTRATAÇÃO, MEDIANTE A CONSULTA AOS DOCUMENTOS INSERIDOS NO SISTEMA DO PORTAL, E AINDA NOS SEGUINTES CADASTROS:

9.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

9.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

9.1.3. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0

9.1.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.4.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.4.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.4.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.5. Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.6. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do **PORTAL**, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

9.2.1. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do **PORTAL**, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Agente de Contratação lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

9.3. Em caso de participação de empresas em consórcio, será exigido o acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificação no processo licitatório. Essa regra não se aplica aos consórcios formados, em sua totalidade, por microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

9.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo a ser definido pelo agente horas sob pena de inabilitação.

9.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.5.2. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.6. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.6.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.6.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.6.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.6.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.6.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.6.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.6.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva e das certidões simplificada e especifica da junta comercial para confirmação dos arquivamentos;

9.7. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

9.7.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

9.7.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.7.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.7.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.7.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

9.7.6. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual (Débitos e Dívida Ativa), podendo ser através de Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

9.7.7. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal (Débitos e Dívida Ativa), podendo ser através de Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

9.7.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.8. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

9.8.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, datado dos últimos 60 (sessenta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

9.8.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

9.8.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício, termo de abertura e encerramento e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, bem como suas notas explicativas, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.8.3.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538/2015);

9.8.3.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.8.3.3. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

9.8.3.4. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

9.8.4. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.8.5. JUSTIFICATIVA DA EXIGÊNCIA DOS INDICES CONTÁBEIS:

a) Realizada pesquisa na legislação específica e em órgãos que promovem procedimentos licitatórios, constatou-se a utilização dos índices contábeis acima, conclusivamente, os mais adotados no segmento de licitações;

b) Portanto, o atendimento aos índices estabelecidos no Edital, demonstrará uma situação EQUILIBRADA da licitante. Caso contrário, o desatendimento dos índices, revelará uma situação DEFICITÁRIA da empresa, colocando em risco a execução do contrato;

c) Ante o exposto, a exigência do Edital nada mais fez que traduzir em critérios objetivos o disposto no art. 37, XXI, da Constituição Federal, uma vez que a contratação de empresas em situação EQUILIBRADA é o mínimo que o Município de ALTO ALEGRE DO PINDARÉ/MA deve cercar-se para assegurar o integral cumprimento do contrato. Ademais, os índices escolhidos foram democráticos, na medida em que estabelecem um "mínimo" de segurança na contratação.

9.8.5. Na hipótese de alteração do Capital Social, após a realização do Balanço Patrimonial, a licitante deverá apresentar documentação de alteração do Capital Social, devidamente registrada na Junta Comercial ou Entidade em que o Balanço foi arquivado.

9.8.6. A pessoa jurídica optante do Sistema de Lucro Real e Presumido deverão apresentar juntamente com o Balanço Patrimonial, cópia do recibo de entrega da escrituração contábil digital - SPED CONTÁBIL, nos termos da IN RFB 1.420/2013, alterada pela IN RFB nº 1.594/2015, e 1.422/2013.

9.8.7. O balanço deverá ser apresentado em conformidade com o estabelecido na Resolução CFC 1255/2009 e Resolução CFC 1.418/2012.

9.9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

9.9.1. A empresa licitante deverá comprovar qualificação técnica para a execução dos serviços através do atendimento dos itens que seguem:

a) Certidão de Registro ou Inscrição da Pessoa Jurídica, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA da sua sede em ramo de atividade compatível com objeto da licitação do Estado do domicílio ou sede do licitante, quando for o caso;

b) Comprovação de aptidão da contratada (empresa) para desempenho de atividade/execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior (Licenciamento Ambiental completo – LP, LI, LO) e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, através de certidão(ões) e/ou atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado. O atestado deverá ser impresso em papel timbrado do emitente, constando seu CNPJ, endereço completo e assinados por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função;

c) Comprovação de que possui em sua Equipe Técnica (para ser indicado como responsável técnico dos serviços), profissional de nível superior com graduação em Engenharia Ambiental ou Agronômica, **detentor de atestado de responsabilidade técnica** e execução de serviço de características semelhantes ao objeto (Licenciamento Ambiental de Aterro Sanitário ou empreendimento de alta complexidade ambiental), devidamente registrado no CREA.

c.1) A comprovação exigida para o profissional poderá ser feita com a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS), em que conste a licitante como contratante, do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio, do contrato de trabalho, contrato civil de prestação de serviços ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, acompanhada de declaração de anuência do profissional.

d) Declaração de Conhecimento Local: Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

9.10. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.10.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.11. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.12. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.13. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.14. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.15. Os licitantes arrematantes no ato de apresentação de seus documentos de habilitação com prazo estipulado pelo pregoeiro, deverão apresentar as declarações em anexo deste instrumento convocatório, em obediência aos artigos nº 63, 67, 68 e 69 da Lei Federal de nº 14.133/2021.

9.16. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.17. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

9.18. OUTROS DOCUMENTOS.

9.18.1. Declarações em conformidade com os ANEXOS deste edital;

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA.

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo a ser estipulado pelo agente de Contratação no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

10.1.2. Apresentar projeto executivo, devidamente ajustado ao lance vencedor, em conformidade com o anexo do Termo de Referência deste Edital;

10.1.3. Apresentar as exigências do item 6.2.1, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo anexo a este Edital

10.1.4. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. O projeto executivo contendo a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS.

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, deverá o licitante interessado manifestar, imediatamente, a sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.

11.2. O recorrente terá, a partir de então, o prazo 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias úteis, que começarão a contar

PROC. 165
FLS 315
RUB.

do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **CADASTRO DO PORTAL**, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

13.1. Julgados os recursos, constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Superior adjudicará e homologará a licitação.

14. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

14.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

14.1. O adjudicatário terá o prazo a ser estipulado pela autoridade competente em dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo a ser estipulado pela autoridade competente em dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

14.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração

14.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

14.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

14.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

14.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência, anexo I, deste Edital.

14.5. Previamente à contratação a Administração realizará consultas para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 03/2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522/2002, consulta prévia ao CADIN.

14.6. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

14.6.1. Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

14.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

15. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL.

15.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual estão estabelecidas no contrato, anexo a este Edital.

16. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO.

16.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no contrato, anexo a este Edital.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

17.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no contrato, anexo a este Edital.

18. DO PAGAMENTO.

18.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no contrato, anexo a este Edital.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

19.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

19.1.1. Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;

19.1.2. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

19.1.3. Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

19.1.4. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

19.1.5. Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

19.1.6. Apresentar declaração ou documentação falsa;

19.1.7. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

19.1.8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

19.1.9. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

19.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

19.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência por escrito;

b) Multa;

c) Impedimento de licitar e contratar;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

19.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a autoridade que tiver proferido o ato reconsiderar sua decisão ou, no prazo de 05 (cinco) dias encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

19.5. Serão publicadas na Imprensa Oficial do Município conforme caso, as sanções administrativas previstas no ITEM 21.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

19.6. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO - Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

19.6.1. PARA OS PROPÓSITOS DESTA CLÁUSULA, DEFINEM-SE AS SEGUINTES PRÁTICAS:

a) PRÁTICA CORRUPTA: Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;

b) PRÁTICA FRAUDULENTA: A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;

c) PRÁTICA CONCERTADA: Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) PRÁTICA COERCITIVA: Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) PRÁTICA OBSTRUTIVA: Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

PROC. 149
FLS 310
RUB.

20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.

20.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.

20.2. A **IMPUGNAÇÃO e/ou PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DEVERÃO ser feitos EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA no sistema //www.licitaaap.com.br/.**

20.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no sistema do PORTAL no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

20.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

20.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amoldarem ao art. 55 parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021.

20.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

20.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

20.7. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio //www.licitaaap.com.br/, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

20.8. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

21.1. Da sessão pública da Concorrência divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

21.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

21.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

21.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

21.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.10. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

21.10.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

21.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

21.12. As certidões que não possuem data de validade em seu corpo, não poderão ter data superior a 30 (trinta) dias de emissão.

21.13. A Secretaria responsável através de sua autoridade competente poderá revogar este Concorrência por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

21.13.1. A anulação da Concorrência induz à do contrato.

24.13.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

21.14. É facultado à Autoridade Superior, em qualquer fase deste Concorrência, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

21.15. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: //www.licitaaap.com.br/ e por meio do PNCP e site institucional do município, bem como poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço

que está no papel timbrado deste documento, nos dias úteis, no horário das 08h00min às 14h00min, no mesmo endereço e período em que os autos do processo administrativo permanecerão com acesso e vista franqueada aos interessados.

21.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo De Referência;
Apêndice ao Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços;
ANEXO III – Modelo de Declaração Conjunta;
ANEXO IV – Modelo de Declaração de Conhecimento do Local e Condições;
ANEXO V – Minuta do Contrato;

Alto Alegre do Pindaré/MA, 19 de novembro de 2025.

José Francinete Bento Luna
Prefeito do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
Av. João XXIII, S/N - Centro
CNPJ: 01.612.832/0001-21

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO.

1.1. O presente Termo de Referência visa a Contratação de Serviços Técnicos Especializados de Natureza Predominantemente Intelectual de Consultoria Ambiental para obtenção de Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO) relativas ao empreendimento de Aterro Sanitário no município de Alto Alegre do Pindaré/MA.

2. JUSTIFICATIVA.

2.1. A contratação é essencial e decorre da urgência na implantação do Aterro Sanitário, exigindo-se a completa regularização ambiental junto aos órgãos competentes (SEMA/MA e IPHAN, se aplicável). A ausência das licenças impede o início legal da obra e da operação do aterro, comprometendo a gestão de resíduos sólidos e a conformidade legal do município.

2.2. O interesse público é viabilizar uma infraestrutura pública essencial em conformidade com a legislação, garantindo a proteção do meio ambiente e a eficiência na gestão pública.

2.3. A escolha da solução de contratação de terceiros é justificada no Estudo Técnico Preliminar (ETP) anexo, pois a Administração Pública municipal não possui corpo técnico com a expertise e o aparelhamento necessários para a elaboração dos complexos estudos ambientais e o acompanhamento diligente do licenciamento. A Consultoria Ambiental se mostra uma medida estratégica inexorável para a Administração.

3. ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DE CUSTOS.

O contratado deverá executar o ciclo completo de licenciamento, abrangendo a elaboração das peças técnicas, o protocolo, o acompanhamento processual e o atendimento a todas as exigências dos órgãos licenciadores (SEMA/MA e IPHAN), conforme detalhado no ETP, na Proposta Técnica e especificações abaixo:

ITEM	Especificação = Fase de Licenciamento e Peças Técnicas/Atividades Essenciais (Escopo)	Quant.	Valor Total
01	Licença Prévia (LP) = Elaboração de Diagnóstico de Avaliação Preliminar, Relatório Ambiental Simplificado (RAS), Mapas Temáticos, e processos secundários como a Ficha de Caracterização de Atividade (FCA/IPHAN). Acompanhamento do processo e atendimento a exigências técnicas junto à SEMA/MA.	Und.	**R$ 29.938,33**
02	Licença de Instalação (LI) = Elaboração do Plano de Controle Ambiental (PCA), Inventário Florestal, Relatório Florestal, Mapas Temáticos, incluindo Parecer Técnico (IPHAN) e Autorização de Supressão Vegetal e Limpeza da Área.	Und.	**R$ 60.033,33**
03	Licença de Operação (LO) = Elaboração do Relatório de Desempenho Ambiental (RDA), Plano de Encerramento e Recuperação de Área Degradada, Mapas Temáticos, e Anuência Final (IPHAN). Acompanhamento e participação em reuniões/audiências para agilização do licenciamento.	Und.	**R$ 23.833,33**
Valor Total			**R$**

	113.804,99

4. REGIME, MODALIDADE E CRITÉRIO DE SELEÇÃO

O processo de contratação é regido pela Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos). A escolha da modalidade, do regime e do critério de seleção foi fundamentada no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e visa a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

4.1. Classificação do Objeto e Regime de Execução.

Classificação: O objeto da contratação é a Contratação de Serviços Técnicos Especializados de Natureza Predominantemente Intelectual de Consultoria Ambiental, essenciais para a obtenção das Licenças Prévia, de Instalação e de Operação do Aterro Sanitário.

• Tais serviços enquadram-se na definição de bens e serviços especiais (Art. 6º, XIV), devido à sua complexidade e alta heterogeneidade, não podendo ser descritos por especificações usuais de mercado.

• Especificamente, o objeto se alinha aos serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual (Art. 6º, XVIII), abrangendo estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos (RAS, PCA, RDA), e assessorias e consultorias técnicas (Art. 6º, XVIII, alíneas "a" e "c").

Regime de Execução: O regime adotado é de Prestação de Serviços por Escopo (Art. 6º, XVII), o qual impõe ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico (o ciclo completo de licenciamento) em um período predeterminado, vinculado à conclusão do escopo predefinido (obtenção das licenças LP, LI e LO).

4.2. Modalidade de Licitação.

A modalidade de licitação adotada é a Concorrência (Art. 6º, XXXVIII).

• Fundamentação da Concorrência: A Concorrência é a modalidade cabível para a contratação de bens e serviços especiais.

• Vedação do Pregão: A modalidade Pregão é expressamente vedada para a contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual (Art. 29, Parágrafo único), o que confirma a adequação da Concorrência. A Administração optou pela licitação por entender que a competição é plenamente viável e mais vantajosa que a inexigibilidade.

4.3. Critério de Julgamento (Seleção).

O critério de julgamento a ser utilizado é o de Menor Preço (Art. 33, I), conforme alínea "a" do inciso XXXVIII do Art. 6º.

• Justificativa para o Menor Preço em Serviço Intelectual: Embora a Lei nº 14.133/2021 estabeleça que o critério Técnica e Preço deve ser preferencialmente empregado para serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual (Art. 36, §1º, I), o julgamento por Melhor

Técnica ou Técnica e Preço (com proporção de 70% para a técnica) é obrigatório (Art. 37, § 2º) apenas quando o valor estimado da contratação for superior a R$ 324.122,46.

• O valor total estimado desta contratação é de R$ 113.804,99, sendo este valor inferior ao limite que imporia a obrigatoriedade do julgamento por Técnica e Preço. Desta forma, é legalmente permitida a adoção do critério de Menor Preço, otimizando o investimento estimado e fortalecendo a segurança jurídica da Administração.

5. DO VALOR ESTIMADO

5.1. O valor total estimado para o objeto solicitado será orçado pelo setor competente, e será estabelecido em função dos preços médios praticados no mercado, mediante cotação de preços realizadas junto às empresas do ramo pertinente ao objeto da solicitação, a qual estará disponível para consulta dos interessados juntamente com o edital de licitação.

5.2. Os preços apresentados serão considerados completos e deverão abranger todas as despesas relativas a prestação dos serviços, tais como: tributos, deslocamentos e quaisquer despesas acessórias e/ou necessárias ao regular cumprimento do objeto, não especificadas neste Termo.

6. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município, e a referida dotação será informada em momento posterior e pelo Setor Contábil.

7. DO ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ORGANIZAÇÃO

7.1. A Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré optou pela não elaboração do Plano Anual de Contratações, por essa razão a presente demanda não possui alinhamento com o planejamento da organização.

8. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO.

8.1. **Critério de Pagamento:** O pagamento dos serviços ocorrerá por fases de licenciamento, de forma parcelada.

8.2. **Condições:**
• **50% (cinquenta por cento)** no início da fase de licenciamento correspondente (LP, LI ou LO);
• **50% (cinquenta por cento)** quando da entrega da licença referente àquela fase.

8.3. O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a data da entrega e do recebimento definitivo do produto referente à fase, mediante a apresentação da competente Nota Fiscal ou Fatura.

8.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil e ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATUAL

9.1. O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, mas vinculado à conclusão do escopo predefinido (obtenção das licenças LP, LI e LO).

9.2. Prorrogação: O prazo de vigência será prorrogado quando o objeto não for concluído no período firmado no contrato, salvo se a não conclusão decorrer de culpa do contratado, sujeitando-o às sanções.

10. EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO

A licitante deverá atender aos requisitos de Habilitação Jurídica, Fiscal, Social e Trabalhista, e Econômico-Financeira, conforme o Capítulo VI da Lei nº 14.133/2021. Adicionalmente, são exigidos requisitos de Qualificação Técnica:

10.1. **Qualificação Técnica:**

a) Certidão de Registro ou Inscrição da Pessoa Jurídica, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA da sua sede em ramo de atividade compatível com objeto da licitação do Estado do domicílio ou sede do licitante, quando for o caso;

b) Comprovação de aptidão da contratada (empresa) para desempenho de atividade/execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior (Licenciamento Ambiental completo – LP, LI, LO) e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, através de certidão(ões) e/ou atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado. O atestado deverá ser impresso em papel timbrado do emitente, constando seu CNPJ, endereço completo e assinados por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função;

c) Comprovação de que possui em sua Equipe Técnica (para ser indicado como responsável técnico dos serviços), profissional de nível superior com graduação em Engenharia Ambiental ou Agronômica, **detentor de atestado de responsabilidade técnica** e execução de serviço de características semelhantes ao objeto (Licenciamento Ambiental de Aterro Sanitário ou empreendimento de alta complexidade ambiental), devidamente registrado no CREA.

c.1) A comprovação exigida para o profissional poderá ser feita com a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS), em que conste a licitante como contratante, do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio, do contrato de trabalho, contrato civil de prestação de serviços ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, acompanhada de declaração de anuência do profissional.

d) Declaração de Conhecimento Local: Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

11. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração, que serão auxiliados pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno.

11.2. O Contratado deverá manter Preposto aceito pela Administração no local da execução do serviço (sede do Contratante) para representá-lo.

11.3. O fiscal anotará em registro próprio todas as ocorrências e informará aos seus superiores o que demandar decisão que ultrapasse sua competência.

11.4. O Contratado deverá manter, durante toda a execução, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

12. CESSÃO DE DIREITOS PATRIMONIAIS

12.1. Nas contratações de serviços técnicos especializados (incluindo estudos, planejamentos e projetos básicos), o contratado deverá ceder todos os direitos patrimoniais a eles relativos para a Administração Pública.

12.2. A Administração Pública poderá livremente utilizar e alterar esses projetos (RAS, PCA, RDA) em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do autor.

13. DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS.

13.1. Em conformidade com a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, em seu artigo 48, incisos I e III, alterados pela Lei Complementar 147, de 07 de agosto de 2014, esta licitação terá:

13.1.1. Os itens com valor estimado de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), deverão ser de participação exclusiva de Microempresas – ME, Empresas de pequeno porte – EPP, inclusive Microempreendedor Individual – MEI;

13.1.2. Reserva de Cota de até 25% (vinte e cinco por cento) para Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, inclusive Microempreendedor Individual – MEI.

13.1.3. Na licitação, deverá ser assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, que ofertar lance até 5% (cinco por cento) superior ao melhor lance, nos termos do §2º do art. 44 da LC 123/2006;

13.1.4. Na licitação, deverá ser assegurado a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no ÂMBITO LOCAL ou REGIONAL, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, nos termos do §3º do art. 48 da LC 123/2006, para fomento do comércio local/regional e promoção do desenvolvimento econômico e social.

14. PROPOSTA DE PREÇOS.

14.1. Os preços propostos deverão incluir todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer fretes, impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscal e previdenciário a que estiver sujeito, e demais custos que incidam, direta ou indiretamente, na execução do objeto a ser contratado.

14.2. A proposta de preço deverá conter a discriminação detalhada dos produtos ofertados, marca, modelo e fabricante, quando for o caso, quantidade solicitada, o valor unitário (numérico), valor total (numérico e por extenso), prazo de validade da proposta de no mínimo 90 (noventa) dias e prazo de entrega dos produtos.

15. DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

15.1. O objeto será recebido:

• Provisoriamente: Pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico (e.g., entrega dos estudos técnicos RAS, PCA ou RDA).

• Definitivamente: Por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, o que deverá ocorrer após a efetiva emissão da licença ambiental correspondente.

15.2. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil ou ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

16. RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

16.1. Deveres e Responsabilidades da Contratante, além de outras que poderão ser previstas no Edital e Contrato:

16.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnicos, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos.

16.1.2. Vetar o emprego de qualquer produto que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da CONTRATADA, que possa ser inadequado, nocivo ou danificar seus bens patrimoniais, ou:

16.1.3. ser prejudicial à saúde dos usuários/consumidores.

16.1.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA nas condições pactuadas.

16.1.5. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.

16.1.6. Preencher e enviar a Ordem de Fornecimento de Bens/serviços de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

16.1.7. Receber o objeto entregue pela CONTRATADA, que estejam em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções a serem realizadas, devendo assinar ao final o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

16.1.8. Solicitar a substituição imediata de produtos que julgar insuficientes, inadequados ou prejudiciais.

16.1.9. Recusar com a devida justificativa o objeto entregue fora das especificações constantes na proposta da CONTRATADA.

16.1.10. Assumir a responsabilidade pelos prejuízos eventualmente causados à CONTRATADA, decorrentes do mau uso ou operação imprópria, a partir do ato da recepção do produto fornecido para teste até a sua aceitação final, desde que, na sua apresentação, objeto não tenha apresentado defeitos.

16.1.11. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento da fatura da emitida pela CONTRATADA dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato.

16.1.12. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento dos produtos.

16.1.13. Promover o acompanhamento e a fiscalização do objeto contratado, sob os aspectos quantitativos e qualificativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando por escrito à CONTRATADA, as ocorrências de imperfeições, falhas ou irregularidades, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades constatados no fornecimento dos produtos.

16.2. Deveres e Responsabilidades da CONTRATADA, além de outras que poderão ser previstas no Edital e Contrato.

16.2.1. Fornecer os produtos e os serviços conforme especificações definidas no presente Termo de Referência, não podendo nunca ser inferior a esta.

16.2.2. Manter capacidade mínima de entrega para atender as demandas contratadas.

16.2.3. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo Órgão Gerenciador da Ata, relacionados com as características dos produtos.

16.2.4. Entregar, nos locais determinados pelo CONTRATANTE nas Ordens de Fornecimento, os produtos e serviços objeto da presente contratação, às suas expensas, dentro do prazo de entrega estabelecido.

16.2.5. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente em relação aos produtos que forem objetos do Contrato e prestar os esclarecimentos necessários.

16.2.6. Indicar, formalmente, preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do Contrato.

16.2.7. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências dos Fiscais dos Contatos e/ou dos Gestores dos Contratos inerentes à execução do objeto contratual.

16.2.8. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do objeto pela CONTRATANTE.

a) Apurado o dano e caracterizada sua autoria por qualquer empregado da CONTRATADA, esta pagará à CONTRATANTE o valor correspondente, mediante o pagamento de Documento de Arrecadação Municipal - DAM, a ser emitida pelo Gestor do Contrato no valor correspondente ao dano, acrescido das demais penalidades constantes do instrumento convocatório e do contrato.

16.2.9. Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização da execução do objeto pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcialmente, a qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária, e recusar os materiais empregados que julgar inadequados.

16.2.10. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

16.2.11. Emitir fatura no valor pactuado e nas condições do Contrato, apresentando à CONTRATANTE para pagamento.

16.2.12. Substituir os produtos reprovados na aceitação, dentro do prazo estabelecido neste Termo de Referência, sem ônus para a CONTRATANTE.

16.2.13. Substituir os produtos que apresentarem defeitos, sem ônus para a CONTRATANTE, no prazo de demais condições previstas neste Termo de Referência.

16.2.14. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.

16.2.15. A contratante poderá solicitar, a qualquer momento, amostras para análise, a fim de comprovar a qualidade do produto contratado. A DETENTORA DO REGISTRO deverá arcar com os custos da análise, caso o produto ofertado apresente suspeita de irregularidade. Os laudos emitidos serão considerados suficientes para exigir a substituição do produto quando o resultado da análise for desfavorável, ou seja, diferente das especificações prometidas pelo fabricante. Todo produto considerado impróprio ao uso será devolvido para a inutilização nos termos legais.

16.2.16. Entregar, nos locais determinados pelo CONTRATANTE na Ordem de Fornecimento de Bens, objeto da presente contratação, às suas expensas, dentro do prazo de entrega estabelecido.

16.2.17. Arcar com todas as despesas relacionadas à entrega do objeto, tais como frete, seguro, impostos, taxas e outros, inclusive em caso de troca, se houver.

16.2.18. Os Produtos deverão ser de primeira qualidade, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor. Deverão, ainda, conter especificações do INMETRO e outros Órgãos de controle de qualidade, quando houver, bem como as características peculiares de cada item e, quando for o caso, possuir em suas embalagens unitárias, especificações de peso, medida, quantidade, orientações de armazenamento, manuais de utilização, quando for o caso, prazo de validade de acordo com o fabricante, contado da data de entrega e demais informações que se fizerem necessárias para a perfeita utilização dos mesmos.

16.2.19. A contratada estará obrigada a comparecer, sempre que solicitada, à sede da Unidade Requisitante, a fim de receber instruções, participar de reuniões ou para qualquer outra finalidade relacionada ao cumprimento de suas obrigações.

16.2.20. Substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o(s) produtos/serviços, cuja qualidade, finalidade, eficácia procedência e eficiência, apresentem qualquer nível de desatendimento ao fim a que se presta, ou suspeita em relação a sua procedência, ou ainda, aquele em que se verificarem vícios, defeitos de fabricação, violação, transporte inadequado, incorreções ou falhas resultantes do fornecimento e fabricação.

17. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) Der causa à inexecução total do contrato;
d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste termo de referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
d) Multa Moratória de 0,6% (seis décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento) dias,

17.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

17.4. Todas as sanções previstas neste Termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

17.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

17.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE a CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

17.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
b) As peculiaridades do caso concreto;
c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) Os danos que dela provierem para o Contratante.

17.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. A CONTRATADA garantirá o comportamento moral e profissional de seus empregados, quando estiverem procedendo a entrega, cabendo-lhe responder integral e incondicionalmente por todos os danos e/ou atos ilícitos resultante de ação ou omissão destes, inclusive por inobservância de ordens e normas da contratante.

18.2. A CONTRATADA manterá a CONTRATANTE livre de quaisquer reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação ou omissão.

18.3. Não será admitida proposta parcial, nem descrição incompleta, ou seja, não será aceita proposta em desconformidade com as especificações constantes deste Termo.

19. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

19.1 – O cronograma de desembolso será realizado por fases de licenciamento, de forma parcelada.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

Unidade Requisitante
Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Alinhamento com o Planejamento Anual
A necessidade objeto do presente estudo não possui previsão no plano de contratações anual da Organização.

Equipe de Planejamento
Cleomar Ferro Silva

Problema Resumido
A necessidade da contratação decorre da urgência na implantação do Aterro Sanitário no Município de Alto Alegre do Pindaré, exigindo-se, para tanto, a regularização ambiental completa junto aos órgãos competentes (SEMA/MA e IPHAN, se aplicável). A ausência das licenças ambientais (LP, LI, LO) impede o início legal da obra e da operação do aterro, comprometendo a gestão de resíduos sólidos e a conformidade legal do município.

Em atendimento ao inciso I do art. 18 da Lei 14.133/2021, o presente instrumento caracteriza a primeira etapa do planejamento do processo de contratação e busca atender o interesse público envolvido e buscar a melhor solução para atendimento da necessidade aqui descrita.

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O presente ETP visa subsidiar a elaboração do Termo de Referência (TR) ou Projeto Básico para a contratação de Serviços Técnicos Especializados de Natureza Predominantemente Intelectual de Consultoria Ambiental. Tais serviços são essenciais para a elaboração de todos os estudos técnicos, o acompanhamento processual e o atendimento a exigências junto aos órgãos licenciadores, objetivando a obtenção da Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO) do Aterro Sanitário.

O interesse público está em viabilizar uma infraestrutura pública essencial (Aterro Sanitário) em conformidade com a legislação, garantindo a proteção do meio ambiente e a eficiência na gestão pública.

JUSTIFICATIVA

A contratação dos serviços de Consultoria Ambiental é imprescindível para a Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré, pois está diretamente vinculada à viabilidade legal de um empreendimento de infraestrutura essencial: o Aterro Sanitário.

A necessidade de contratação é fundamentada na busca pela regularização ambiental, que exige a obtenção sequencial da Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO). Sem esses atos administrativos, a Administração fica impedida de iniciar a obra e operar o aterro, comprometendo o interesse público e o cumprimento das normas de gestão de resíduos sólidos.

Em conclusão, a contratação de Serviços Técnicos Especializados de Consultoria Ambiental se mostra uma medida estratégica inexorável para a Administração e a formalização desta demanda, por meio do ETP, atende ao dever de planejamento da fase preparatória do processo licitatório (ou de contratação direta).

REQUISITOS DA FUTURA CONTRATAÇÃO

Os serviços devem abranger o ciclo completo de licenciamento, incluindo a elaboração e protocolo das seguintes peças e atividades:

Fase	Peças Técnicas/Atividades Essenciais
Licença Prévia (LP)	Elaboração de Diagnóstico de Avaliação Preliminar, Relatório Ambiental Simplificado (RAS), Mapas Temáticos e Ficha de Caracterização de Atividade (FCA/IPHAN). Protocolo e acompanhamento processual junto à SEMA/MA, incluindo atendimento a exigências técnicas.
Licença de Instalação (LI)	Elaboração do Plano de Controle Ambiental (PCA), Inventário Florestal, Relatório Florestal, Mapas Temáticos, e processos secundários como Parecer Técnico (IPHAN) e Autorização de Supressão Vegetal.
Licença de Operação (LO)	Elaboração do Relatório de Desempenho Ambiental (RDA), Plano de Encerramento e Recuperação de Área Degradada, Mapas Temáticos e Anuência Final (IPHAN).
Produto Final	Entrega da Licença Prévia, Instalação, Operação e Autorização de Limpeza de área devidamente emitidas pelo órgão ambiental competente.

Além das especificações acima, os serviços devem abranger o acompanhamento do processo junto aos órgãos ambientais; atendimento a exigências técnicas e diligências periódicas; realização de reuniões técnicas com os responsáveis pelo licenciamento; e monitoramento e atualização constante do status do processo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
Av. João XXIII, S/N - Centro
CNPJ: 01.612.832/0001-21

SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO - LEVANTAMENTO DE MERCADO - ANÁLISE DE CENÁRIOS

Soluções disponíveis para aquisição de livros didáticos pela Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré:

1. Execução Própria (Interna):

Inviável, pois a Administração Pública municipal não possui corpo técnico (profissionais de notória especialização ou equipe) com a expertise e aparelhamento necessários para elaboração dos complexos estudos ambientais (RAS, PCA, RDA, Inventário Florestal, etc.) e o acompanhamento diligente do licenciamento em todas as suas fases

2. Contratação de Terceiros (Por Inexigibilidade):

- Vantagens:

Garante a execução por profissionais especializados, com o objetivo de obter as licenças no menor prazo possível, mediante diligências integradas, sendo que o principal benefício é a capacidade de selecionar um profissional ou empresa cujo conceito, decorrente de desempenho anterior, estudos ou experiência, permite inferir que seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado para a plena satisfação do objeto do contrato. Isso é crucial para serviços de alta complexidade, como o licenciamento de um Aterro Sanitário, onde erros podem gerar grandes prejuízos ambientais e legais.

Além disso, a celeridade da contratação, também é uma vantagem da contratação, ao eliminar a fase competitiva do processo licitatório, a Administração pode potencialmente agilizar a contratação e o início da execução dos estudos (LP, LI, LO), o que é vital quando há necessidade de celeridade na regularização do empreendimento.

- Desvantagens:

Maior Risco de Questionamento Legal: O processo de inexigibilidade exige que a Administração demonstre rigorosamente a inviabilidade de competição e justifique a razão da escolha do contratado. Se a comprovação de notória especialização for deficiente, a contratação pode ser alvo de questionamentos por parte dos órgãos de controle, como o Tribunal de Contas.

Rigor na Justificativa de Preço: É obrigatório instruir o processo com a justificativa de preço [208, VII]. Caso não seja possível estimar o valor com base nos parâmetros usuais de mercado (Art. 23, §§1º a 3º), o contratado deve comprovar que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de mesma natureza no último ano [101, §4º].

Ausência de Competitividade: Não há competição de mercado, o que, em tese, pode levar a um preço mais elevado do que o que seria obtido em um processo licitatório transparente e competitivo [62, I].

3. Contratação de Terceiros (Por Licitação):

- Vantagens:

Seleção da Proposta Mais Vantajosa e Competitividade: O principal objetivo da licitação é assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado mais vantajoso para a Administração Pública, por meio da justa competição.

Transparência e Isonomia: Garante a observância dos princípios da publicidade, transparência e igualdade, assegurando que todos os licitantes tenham tratamento isonômico.

Equilíbrio entre Qualidade e Preço: O critério de Técnica e Preço permite que a Administração atribua maior peso à qualidade técnica da proposta (o critério técnico pode ter valoração de até 70%), garantindo que a escolha não seja feita apenas pelo menor preço, mas sim pelo equilíbrio entre o custo e a excelência da solução.

Maior Rastreabilidade e Planejamento: O processo competitivo força a Administração a detalhar minuciosamente o objeto no Termo de Referência/Projeto Básico e a motivar as condições do edital, como as exigências de qualificação técnica, o que fortalece o planejamento da contratação.

- Desvantagens:

Maior Duração do Processo: O rito procedimental do Pregão ou da Concorrência, inclui várias fases (preparatória, divulgação, apresentação, julgamento, habilitação, recursal e homologação). O prazo mínimo para apresentação de propostas resulta em um tempo total de contratação mais longo.

Risco de Atrasos e Recursos: O processo licitatório está sujeito a impugnações, pedidos de esclarecimento e recursos, que podem atrasar significativamente a contratação, especialmente quando se exige a avaliação de propostas técnicas complexas.

Foco em Requisitos Mínimos (Risco): Embora os critérios fixados em eventual edital valorizem a qualidade, o risco de se contratar uma empresa que atenda apenas aos requisitos mínimos da habilitação e que ofereça um preço baixo, mas não seja a de excelência desejada, ainda existe.

SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO

A Administração Pública, ao buscar a contratação de serviços, tem como regra a obrigatoriedade de realizar o processo licitatório, visando garantir a seleção da proposta apta a gerar o resultado mais vantajoso para a Administração, além de assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes e a justa competição.

Diante da necessidade de contratar Serviços Técnicos Especializados de Consultoria Ambiental para o Licenciamento do Aterro Sanitário, a Administração opta pela Licitação, por entender que a competição é plenamente viável e mais vantajosa do que a Inexigibilidade, neste caso.

O objeto da contratação – Serviços Técnicos Especializados de Natureza Predominantemente Intelectual [22, XVIII] para a elaboração de estudos ambientais (RAS, PCA, RDA) e obtenção de licenças (LP, LI, LO) – embora seja complexo e exija alta qualificação, não se enquadra necessariamente em uma situação de inviabilidade de competição (singularidade), que é o pressuposto fundamental para a Inexigibilidade (Art. 74).

O mercado de Consultoria Ambiental no Maranhão possui diversas empresas aptas a realizar os estudos exigidos, como a elaboração de projetos básicos e estudos técnicos. Ao permitir a competição, o município maximiza as chances de obter um serviço de alta qualidade pelo menor preço ou pela melhor combinação de técnica e custo, em consonância com os princípios da economicidade e da competitividade.

A escolha pela Licitação, portanto, otimiza o investimento estimado e fortalece a segurança jurídica da Administração, mitigando os riscos de questionamentos futuros por ausência de competitividade.

Embora o processo licitatório exija um prazo mínimo para apresentação das propostas, este tempo é um custo aceitável para assegurar a seleção transparente e técnica da proposta que garantirá a regularização eficaz e célere do empreendimento, alcançando os objetivos pretendidos de interesse público.

≡ QUANTITATIVOS E VALORES

ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO E DOS CUSTOS

ITEM	Especificação = Fase de Licenciamento e Peças Técnicas/Atividades Essenciais (Escopo)	Quant.	Valor Total
01	Licença Prévia (LP) = Elaboração de Diagnóstico de Avaliação Preliminar, Relatório Ambiental Simplificado (RAS), Mapas Temáticos, e processos secundários como a Ficha de Caracterização de Atividade (FCA/IPHAN). Acompanhamento do processo e atendimento a exigências técnicas junto à SEMA/MA.	Und.	**R$ 29.938,33**
02	Licença de Instalação (LI) = Elaboração do Plano de Controle Ambiental (PCA), Inventário Florestal, Relatório Florestal, Mapas Temáticos, incluindo Parecer Técnico (IPHAN) e Autorização de Supressão Vegetal e Limpeza da Área.	Und.	**R$ 60.033,33**
03	Licença de Operação (LO) = Elaboração do Relatório de Desempenho Ambiental (RDA), Plano de Encerramento e Recuperação de Área Degradada, Mapas Temáticos, e Anuência Final (IPHAN). Acompanhamento e participação em reuniões/audiências para agilização do licenciamento.	Und.	**R$ 23.833,33**
Valor Total			**R$ 113.804,99**

A estimativa dos custos da contratação do objeto pretendido se deu através de pesquisas feitas por e-mail, após consulta a três diferentes empresas do ramo, tendo sido constatado o valor estimado da contratação com base nos quantitativos exigidos não excederá o valor de **R$ 113.804,99 (cento e treze mil, oitocentos e quatro reais e noventa e nove centavos)**.

≡ PRAZOS E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Cronograma de Desembolso:

A gestão eficiente de recursos na contratação requer um cronograma de desembolso que seja não apenas claro e transparente. Dito isto, tendo em vista que a contratação se dará de uma única vez, propomos um cronograma de desembolso unitário.

Prazo de Pagamento:

O pagamento dos serviços ocorrerá por fases de licenciamento, de forma parcelada, observando-se:
- 50% no início da fase de licenciamento correspondente;
- 50% quando da entrega das licenças referentes àquela fase.

Deverá ser apresentada a competente Nota Fiscal ou Fatura. Esse compromisso demonstra responsabilidade financeira e fortalece parcerias sustentáveis, além de proporcionar aos fornecedores um ambiente favorável para a continuidade e qualidade dos serviços prestados.

Benefícios da Abordagem Proposta:

Parcerias Sólidas: O pagamento dentro do prazo fortalece as relações com os fornecedores, incentivando parcerias duradouras e garantindo a continuidade do fornecimento.

A proposta de um cronograma de desembolso fixo, associado a pagamentos dentro do prazo estabelecido, representa uma abordagem equilibrada e eficaz para a gestão financeira. Essa estratégia não apenas otimiza o uso dos recursos públicos, mas também fortalece a transparência, a eficiência e as relações colaborativas com os fornecedores.

Duração do Contrato: O prazo de vigência será definido no contrato, mas vinculado à **conclusão do escopo predefinido** (obtenção das licenças LP, LI e LO)

≡ JUSTIFICATIVAS PARA O NÃO PARCELAMENTO

Nos termos do art. 18, §1º, inciso VIII da Lei nº 14.133/2021, é necessário justificar a decisão sobre o parcelamento ou não da contratação.

No presente caso, a contratação **não será parcelada**, pois o objeto (obtenção das Licenças LP, LI e LO) constitui um **sistema técnico indivisível e interdependente**. A execução sequencial das licenças (LP, LI, LO) e a elaboração das peças técnicas (RAS, PCA, RDA) formam um projeto coeso de regularização ambiental para o mesmo empreendimento (Aterro Sanitário).

O parcelamento do serviço em fases de licenciamento separadas (por diferentes contratados) geraria incompatibilidade técnica, fragmentação da responsabilidade (responsabilidade técnica [157, I]), perda de economia de escala e aumento do risco administrativo, logístico e técnico. Portanto, a contratação integral é justificada pela necessidade de garantir a entrega de uma solução funcional e coesa, em consonância com os princípios da eficiência e economicidade

RESULTADOS PRETENDIDOS

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) busca demonstrar os resultados pretendidos da contratação dos Serviços Técnicos Especializados de Consultoria Ambiental em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

Resultados Primários (Conclusão do Escopo):

O resultado principal esperado da contratação é o cumprimento integral do escopo predefinido e a consequente regularização do empreendimento Aterro Sanitário. Isso se traduz na obtenção, no menor prazo possível, dos seguintes produtos essenciais:

1. Licença Prévia (LP): Documento que atesta a viabilidade ambiental do projeto do Aterro Sanitário.
2. Licença de Instalação (LI): Documento que autoriza o início da construção da obra, após a elaboração de peças técnicas detalhadas como o Plano de Controle Ambiental (PCA) e Inventário Florestal.
3. Licença de Operação (LO): Documento final que autoriza o início das atividades de manejo de resíduos, após a entrega do Relatório de Desempenho Ambiental (RDA).
4. Autorização de Limpeza de Área: Documento secundário, mas operacionalmente crítico, relativo ao Inventário Florestal.

Resultados em Termos de Economicidade e Melhor Aproveitamento de Recursos:

A contratação externa de Consultoria Ambiental especializada, em regime de licitação, visa alcançar os seguintes resultados vantajosos para a Administração Pública:

Evitar Custos de Paralisação e Sanções: O resultado mais importante em termos de economicidade é a redução drástica do risco de paralisação ou de extinção do contrato de obra devido ao atraso ou à impossibilidade de obtenção da licença ambiental. A Consultoria garante a celeridade e a eficácia na regularização, prevenindo multas e a aplicação de outras sanções decorrentes da inexecução contratual por falhas ambientais.

Aproveitamento Ótimo dos Recursos Humanos (Especialização): A contratação permite que o município utilize o conhecimento e a notória especialização de terceiros, liberando o corpo técnico municipal para atuar em suas funções rotineiras. Isso representa um melhor aproveitamento dos recursos humanos disponíveis, que não precisariam ser capacitados ou realocados para executar estudos complexos de natureza predominantemente intelectual.

Controle e Mitigação de Riscos Ambientais e Legais: O serviço de consultoria, ao elaborar e acompanhar o licenciamento (LP, LI, LO), é a principal medida mitigadora dos riscos ambientais e legais inerentes à implantação de um aterro. O resultado esperado é a segurança jurídica e ambiental para o início e a operação do empreendimento, conforme as diretrizes legais.

Resultado Estratégico:

O resultado final é o desenvolvimento nacional sustentável, proporcionado pela viabilização de uma infraestrutura pública essencial (Aterro Sanitário) que atenda às normas ambientais, garantindo que o investimento resulte em um benefício funcional e perene para a população de Alto Alegre do Pindaré.

DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Considerando que o serviço é essencial para a viabilidade da obra pública (Aterro Sanitário), e que a contratação por terceiros especializados é a única forma de garantir a conformidade legal e a qualidade dos estudos exigidos, esta contratação é declarada viável.

PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Possíveis providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato:

1. Elaboração de Termo de Referência (TR) detalhando o escopo dos serviços.
2. Abertura de Procedimento Licitatório – Escolha da modalidade mais adequada com base na Lei nº 14.133/2021, assegurando a competitividade, legalidade e eficiência da seleção do fornecedor.
3. Verificação da Disponibilidade Orçamentária e Financeira, comprovando a compatibilidade da previsão de recursos.
4. Realização de análise de riscos que possam comprometer a boa execução contratual (ex: atraso na entrega de informações pelo contratante).
5. Definição de critérios de acompanhamento e fiscalização do contrato (Gestão Contratual).

Essas são algumas das providências operacionais e estruturais que devem ser consideradas antes da contratação. É importante garantir que todos os passos sejam seguidos corretamente para assegurar uma aquisição eficiente e dentro das normas legais.

IMPACTOS AMBIENTAIS

Em conformidade com o artigo 11, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, este estudo contempla a análise dos possíveis impactos ambientais.

Em se tratando de contratação de serviços intelectuais (Consultoria Ambiental), os impactos ambientais diretos são baixos. No entanto, a contratação é crucial para o controle dos impactos ambientais do empreendimento principal (Aterro Sanitário).

O objetivo direto do serviço é garantir que a implantação do aterro e sua operação sejam conduzidas com a devida mitigação e compensação ambiental, conforme as exigências do procedimento de licenciamento ambiental.

A elaboração de documentos como o Plano de Controle Ambiental (PCA) e o Plano de Encerramento e Recuperação de Área Degradada são as medidas mitigadoras previstas e inerentes ao próprio objeto contratual.

CONCLUSÃO

Após avaliar as alternativas, a recomendação é a realização de uma licitação para selecionar fornecedores. Essa alternativa permite que o município tenha acesso a um leque maior de opções, garantindo a qualidade, segurança e preço competitivo.

Recomenda-se que a licitação seja conduzida de acordo com os dispositivos da Lei 14.133/21, estabelecendo critérios objetivos de seleção, como capacidade técnica, preço, prazo de entrega e garantia dos produtos.

Além disso, é importante estabelecer cláusulas contratuais que garantam a conformidade com as normas de segurança e qualidade estabelecidas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
Av. João XXIII, S/N - Centro
CNPJ: 01.612.832/0001-21

ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº ***
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ***

SESSÃO PÚBLICA: ----/----/20**, ÀS ----H----MIN (----) HORAS.
LOCAL: *** **ÓRGÃO LICITANTE**

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

NOME DE FANTASIA:	
RAZÃO SOCIAL:	
CNPJ:	
INSC. EST.:	
OPTANTE PELO SIMPLES? SIM ( ) NÃO( )	
ENDEREÇO:	
BAIRRO:	**CIDADE:**
CEP:	**E-MAIL:**
TELEFONE:	**FAX:**
CONTATO DA LICITANTE:	**TELEFONE:**
BANCO DA LICITANTE:	**CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE:**
Nº DA AGÊNCIA:	

ITENS	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO R$	VALOR TOTAL R$
1.						
TOTAL POR EXTENSO:						

A EMPRESA: ..... DECLARA QUE:

1 ESTÃO INCLUSAS NO VALOR COTADO TODAS AS DESPESAS COM MÃO DE OBRA E, BEM COMO, TODOS OS TRIBUTOS E ENCARGOS FISCAIS, SOCIAIS, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E COMERCIAIS E, AINDA, OS GASTOS COM TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO DOS PRODUTOS EM EMBALAGENS ADEQUADAS.

2 VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS.

3 PRAZO DE INICIO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERENCIA (ANEXO I) DO EDITAL DESSE PROCESSO.

4 QUE NÃO INCIDE NAS VEDAÇÕES PREVISTAS NA LEI Nº 14.133/2021.

5 QUE O PRAZO DE INICIO DA ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS SERÁ DE ACORDO COM OS TERMOS ESTABELECIDOS NO ANEXO I, DESTE EDITAL A CONTAR DO RECEBIMENTO, POR PARTE DA CONTRATADA, DA ORDEM DE COMPRA OU DOCUMENTO SIMILAR, NA *** endereço, TODOS OS BENS SERÃO AVALIADOS, SOB PENA DE DEVOLUÇÃO DE NÃO ACEITE, CASO NÃO ATENDA A DESCRIMINAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA DO REFERIDO EDITAL OU DE MÁ QUALIDADE.

LOCAL E DATA

_____
CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

OBS. SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS QUE APRESENTAREM COTAÇÕES CONTENDO PREÇOS EXCESSIVOS, SIMBÓLICOS, DE VALOR ZERO OU INEXEQUÍVEIS, NA FORMA DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, OU AINDA, QUE OFEREÇAM PREÇOS OU VANTAGENS BASEADAS NAS OFERTAS DOS DEMAIS LICITANTES.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
Av. João XXIII, S/N - Centro
CNPJ: 01.612.832/0001-21

ANEXO III – DECLARAÇÃO CONJUNTA

Ilmo. Sr.
Pregoeiro
Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré/MA

DECLARAÇÃO CONJUNTA

CONCORRÊCIA ELETRÔNICA Nº ***
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ***

Prezado Senhor,

A empresa ....., inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a)....., portador (a) da CI nº..... e do CPF nº ....., DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

1) Quanto a inexistência de fato impeditivo de licitar; nos termos do artigo 156, inciso IV, da Lei Federal n.º 14.133/21, que até a presente data nenhum fato ocorreu que a inabilite a participar do PREGÃO em epígrafe, e que contra ela não existe nenhum pedido de falência ou concordata. Declara, outrossim, conhecer na íntegra o Edital e que se submete a todos os seus termos.

a) Declara ainda, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/21, que não possui em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

b) Declara também, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/21, que não incide em suas hipóteses vedadas.

c)Declara ainda, para fins do disposto na Lei Federal 14.133/21, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz

2) Quanto à elaboração independente de proposta:

a) A proposta anexa foi elaborada de maneira independente (pelo licitante), e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) A intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;

d) Que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

e) Que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas;

f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Local e data
Nome e assinatura do representante legal
[Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima - Esta declaração deverá ser emitida em papel que identifique o órgão (ou empresa) emissor]

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
Av. João XXIII, S/N - Centro
CNPJ: 01.612.832/0001-21

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E CONDIÇÕES (MODELO)

CONCORRÊCIA ELETRÔNICA Nº ***
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ***

A .....(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), CNPJ Nº....., LOCALIZADA À ....., DECLARA, que o licitante tomou conhecimento do local e das condições onde será executado os serviços, CONFORME INCISO VI DO ART. 67 DA LEI 14.133/2021 PARA ESTE CERTAME LICITATÓRIO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE _____ / UF – CONCORRÊCIA ELETRÔNICA Nº _____/_____.

....., ... DE ..... DE .....

_____
REPRESENTANTE LEGAL

_____
RESPONSÁVEL TÉCNICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
Av. João XXIII, S/N - Centro
CNPJ: 01.612.832/0001-21

ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO Nº xxx/xxx/PMAAP
PROCESSO Nº 315/2025

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº ...../...., QUE FAZEM ENTRE SI * ENTE PÚBLICO LICITANTE E A EMPRESA *****

O MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ/MA, através da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ/MA**, sediada na ....., inscrito(a) no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado pelo ....., Secretário Municipal de Educação, nomeado(a) pela Portaria nº ....., de ..... de ..... de 20..., publicada no de ..... de ..... de ....., inscrito(a) no CPF nº ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., doravante denominada **CONTRATANTE** e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo nº ..... **RESOLVEM** celebrar o presente Contrato decorrente da licitação na modalidade **Concorrência Eletrônica nº. 07/2025 – CPL/PMAAP** e do **Processo Administrativo n.º 315/2025,** com fundamento da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a **Contratação de Serviços Técnicos Especializados de Natureza Predominantemente Intelectual de Consultoria Ambiental para obtenção de Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO) relativas ao empreendimento de Aterro Sanitário no município de Alto Alegre do Pindaré/MA**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital da Concorrência, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

2.1. O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, mas vinculado à conclusão do escopo predefinido (obtenção das licenças LP, LI e LO).

2.2. O prazo de vigência será prorrogado quando o objeto não for concluído no período firmado no contrato, salvo se a não conclusão decorrer de culpa do contratado, sujeitando-o às sanções.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO.

3.1. O valor global do presente Termo de Contrato é de R$ ..... (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20***, na classificação abaixo:

022200 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
18 541 0017 2107 0000 MANUT. E FUNC. DESTE SETOR
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO E CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA.

5.1. **Critério de Pagamento:** O pagamento dos serviços ocorrerá por fases de licenciamento, de forma parcelada.

5.2. **Condições:**
- **50% (cinquenta por cento)** no início da fase de licenciamento correspondente (LP, LI ou LO);
- **50% (cinquenta por cento)** quando da entrega da licença referente àquela fase.

5.3. O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a data da entrega e do recebimento definitivo do produto referente à fase, mediante a apresentação da competente Nota Fiscal ou Fatura.

6. CLÁUSULA SÉTIMA – REPACTUAÇÃO E REEQUILÍBRIO

6.1. O prazo para resposta ao pedido do Contratado de repactuação de preços será de 10 dias úteis.

6.2. O prazo para resposta ao pedido do Contratado de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de preços será de 10 (dez) dias úteis.

7. CLÁUSULA OITAVA – EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO.

7.1. Os serviços devem ser iniciados no prazo improrrogável de 5 (cinco) dias úteis, contados da assinatura do contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive de rescisão contratual.

7.2. As condições de entrega e recebimento complementares do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

8. CLAÚSULA NONA – FISCALIZAÇÃO.

8.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração, que serão auxiliados pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno.

8.2. O Contratado deverá manter Preposto aceito pela Administração no local da execução do serviço (sede do Contratante) para representá-lo.

8.3. O fiscal anotará em registro próprio todas as ocorrências e informará aos seus superiores o que demandar decisão que ultrapasse sua competência.

8.4. O Contratado deverá manter, durante toda a execução, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

9. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E CONTRATADA

9.1. Deveres e Responsabilidades da Contratante, além de outras que poderão ser previstas no Edital e Contrato:

9.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnicos, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos.

9.1.2. Vetar o emprego de qualquer produto que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da CONTRATADA, que possa ser inadequado, nocivo ou danificar seus bens patrimoniais, ou:

9.1.3. ser prejudicial à saúde dos usuários/consumidores.

9.1.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA nas condições pactuadas.

9.1.5. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.

9.1.6. Preencher e enviar a Ordem de Fornecimento de Bens/serviços de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

9.1.7. Receber o objeto entregue pela CONTRATADA, que estejam em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções a serem realizadas, devendo assinar ao final o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

9.1.8. Solicitar a substituição imediata de produtos que julgar insuficientes, inadequados ou prejudiciais.

9.1.9. Recusar com a devida justificativa o objeto entregue fora das especificações constantes na proposta da CONTRATADA.

9.1.10. Assumir a responsabilidade pelos prejuízos eventualmente causados à CONTRATADA, decorrentes do mau uso ou operação imprópria, a partir do ato da recepção do produto fornecido para

teste até a sua aceitação final, desde que, na sua apresentação, objeto não tenha apresentado defeitos.

9.1.11. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento da fatura da emitida pela CONTRATADA dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato.

9.1.12. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento dos produtos.

9.1.13. Promover o acompanhamento e a fiscalização do objeto contratado, sob os aspectos quantitativos e qualificativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando por escrito à CONTRATADA, as ocorrências de imperfeições, falhas ou irregularidades, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades constatados no fornecimento dos produtos.

9.2. Deveres e Responsabilidades da CONTRATADA, além de outras que poderão ser previstas no Edital e Contrato.

9.2.1. Fornecer os produtos e os serviços conforme especificações definidas no presente Termo de Referência, não podendo nunca ser inferior a esta.

9.2.2. Manter capacidade mínima de entrega para atender as demandas contratadas.

9.2.3. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo Órgão Gerenciador da Ata, relacionados com as características dos produtos.

9.2.4. Entregar, nos locais determinados pelo CONTRATANTE nas Ordens de Fornecimento, os produtos e serviços objeto da presente contratação, às suas expensas, dentro do prazo de entrega estabelecido.

9.2.5. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente em relação aos produtos que forem objetos do Contrato e prestar os esclarecimentos necessários.

9.2.6. Indicar, formalmente, preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do Contrato.

9.2.7. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências dos Fiscais dos Contatos e/ou dos Gestores dos Contratos inerentes à execução do objeto contratual.

9.2.8. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do objeto pela CONTRATANTE.

a) Apurado o dano e caracterizada sua autoria por qualquer empregado da CONTRATADA, esta pagará à CONTRATANTE o valor correspondente, mediante o pagamento de Documento de Arrecadação Municipal - DAM, a ser emitida pelo Gestor do Contrato no valor correspondente ao dano, acrescido das demais penalidades constantes do instrumento convocatório e do contrato.

9.2.9. Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização da execução do objeto pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcialmente, a

qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária, e recusar os materiais empregados que julgar inadequados.

9.2.10. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.2.11. Emitir fatura no valor pactuado e nas condições do Contrato, apresentando à CONTRATANTE para pagamento.

9.2.12. Substituir os produtos reprovados na aceitação, dentro do prazo estabelecido neste Termo de Referência, sem ônus para a CONTRATANTE.

9.2.13. Substituir os produtos que apresentarem defeitos, sem ônus para a CONTRATANTE, no prazo de demais condições previstas neste Termo de Referência.

9.2.14. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.

9.2.15. A contratante poderá solicitar, a qualquer momento, amostras para análise, a fim de comprovar a qualidade do produto contratado. A DETENTORA DO REGISTRO deverá arcar com os custos da análise, caso o produto ofertado apresente suspeita de irregularidade. Os laudos emitidos serão considerados suficientes para exigir a substituição do produto quando o resultado da análise for desfavorável, ou seja, diferente das especificações prometidas pelo fabricante. Todo produto considerado impróprio ao uso será devolvido para a inutilização nos termos legais.

9.2.16. Entregar, nos locais determinados pelo CONTRATANTE na Ordem de Fornecimento de Bens, objeto da presente contratação, às suas expensas, dentro do prazo de entrega estabelecido.

9.2.17. Arcar com todas as despesas relacionadas à entrega do objeto, tais como frete, seguro, impostos, taxas e outros, inclusive em caso de troca, se houver.

9.2.18. Os Produtos deverão ser de primeira qualidade, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor. Deverão, ainda, conter especificações do INMETRO e outros Órgãos de controle de qualidade, quando houver, bem como as características peculiares de cada item e, quando for o caso, possuir em suas embalagens unitárias, especificações de peso, medida, quantidade, orientações de armazenamento, manuais de utilização, quando for o caso, prazo de validade de acordo com o fabricante, contado da data de entrega e demais informações que se fizerem necessárias para a perfeita utilização dos mesmos.

9.2.19. A contratada estará obrigada a comparecer, sempre que solicitada, à sede da Unidade Requisitante, a fim de receber instruções, participar de reuniões ou para qualquer outra finalidade relacionada ao cumprimento de suas obrigações.

9.2.20. Substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o(s) produtos/serviços, cuja qualidade, finalidade, eficácia procedência e eficiência, apresentem qualquer nível de desatendimento ao fim a que se presta, ou suspeita em relação a sua procedência, ou ainda, aquele em que se verificarem vícios, defeitos de fabricação, violação, transporte inadequado, incorreções ou falhas resultantes do fornecimento e fabricação.

10. CLÁUSULA DÉCIMA– EXTINÇÃO.

10.1. O PRESENTE TERMO DE CONTRATO PODERÁ SER EXTINTO:

10.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no inciso I do art. 138 da Lei nº 14.133/2021, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

10.1.2. Amigavelmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

10.2. A extinção contratual deverá ser formalmente motivada nos autos de processo administrativo assegurado à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa, verificada a ocorrência de um dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

10.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 115 da Lei nº 14.133/2021.

10.4. O TERMO DE RESCISÃO SERÁ PRECEDIDO DE RELATÓRIO INDICATIVO DOS SEGUINTES ASPECTOS, CONFORME O CASO:

10.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.4.3. Indenizações e multas.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – VEDAÇÕES.

11.1. É VEDADO À CONTRATADA:

11.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

11.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÕES.

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

12.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO.

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial, de acordo com o previsto na Lei nº 14.133/2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

15.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital e na Lei nº 14.133/2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO.

16.1. É eleito o Foro da Comarca de Santa Luzia/MA para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Alto Alegre do Pindaré/MA, ... de..... de 20XX.

_____
Responsável legal da CONTRATANTE

_____
Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____ CPF: _____
2. _____ CPF: _____

PROC. 182
FLS 315
RUB.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
Av. João XXIII, S/N - Centro
CNPJ: 01.612.832/0001-21

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 07/2025 – CPL/PMAAP. PROC. ADM. Nº. 315/2025. O Município de Alto Alegre do Pindaré/MA, através da sua Secretaria Municipal de Meio Ambiente, torna público que realizará no dia **05/01/2026** às **09:00h** licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO**, para **AMPLA CONCORRÊNCIA**, modo de disputa **ABERTO**, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021, visando a **Contratação de Serviços Técnicos Especializados de Natureza Predominantemente Intelectual de Consultoria Ambiental para obtenção de Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO) relativas ao empreendimento de Aterro Sanitário no município de Alto Alegre do Pindaré/MA**, cujas especificações encontram-se detalhadas no Edital e seus anexos. O certame será realizado em sessão pública, via Internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Local: http://www.licitaaap.com.br/. Recebimento das propostas: A partir da publicação do aviso de edital. O edital encontra-se disponível no portal acima mencionado.

Alto Alegre do Pindaré (MA), 19 de Novembro de 2025.

Edivan Pinho Pereira
Agente de Contratação

PROC. 183
FLS 315
RUB.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ

DIÁRIO OFICIAL

Caderno do Executivo

SUMÁRIO

AVISO
Comissão Permanente de Licitação - CPL.....1
EXTRATO
Comissão Permanente de Licitação - CPL.....1

AVISO

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 07/2025 – CPL/PMAAP. PROC. ADM. Nº. 315/2025. O Município de Alto Alegre do Pindaré/MA, através da sua Secretaria Municipal de Meio Ambiente, torna público que realizará no dia **05/01/2026** às **09:00h** licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO**, para **AMPLA CONCORRÊNCIA**, modo de disputa **ABERTO**, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021, visando a **Contratação de Serviços Técnicos Especializados de Natureza Predominantemente Intelectual de Consultoria Ambiental para obtenção de Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO) relativas ao empreendimento de Aterro Sanitário no município de Alto Alegre do Pindaré/MA**, cujas especificações encontram-se detalhadas no Edital e seus anexos. O certame será realizado em sessão pública, via Internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Local: http://www.licitaaap.com.br/. Recebimento das propostas: A partir da publicação do aviso de edital. O edital encontra-se disponível no portal acima mencionado. Alto Alegre do Pindaré (MA), 19 de Novembro de 2025. Edivan Pinho Pereira Agente de Contratação

EXTRATO

EXTRATO DO DISTRATO DO CONTRATO Nº 093/2025. O MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ/MA, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, doravante denominada DISTRATANTE e a DISTRATADA: MARIA DE JESUS MARQUES MACHADO, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Física n.º 625.786.423-20. OBJETO: Rescisão amigável do Contrato nº 093/2025-PMAAP, decorrente da Inexigibilidade, Processo de origem nº 034/2025, objeto: Contrato de locação de imóvel situado na Rua Nova, S/n, Centro, Alto Alegre do Pindaré – MA, CEP 65398-000, para o funcionamento do Restaurante Popular, ficando rescindido/distratado a partir do dia 31/10/2025, de comum acordo; FUNDAMENTO LEGAL: Art. 138, II, da Lei nº 14.133/2021; SIGNATÁRIOS: Pela Distratante: JOSÉ FRANCINETE BENTO LUNA , Pelo distratado: MARIA DE JESUS MARQUES MACHADO. Alto Alegre do Pindaré/MA, 31 de outubro de 2025. Francisco Tavares Leite Neto, Assessor Jurídico/PGM, OAB/MA 11.534.

Documento assinado eletronicamente. Verificação em http://portal.qualisign.com.br/login/dc-validar através do código POHZC-XJYQK-PHIDG-XVZQB ou em https://validar.iti.gov.br conforme instruções lá colocadas

PROC. 184
FLS 365
RUB.

Estado do Maranhão
Município de Alto Alegre do Pindaré

DIÁRIO OFICIAL
Poder Executivo

Secretaria de Administração e Finanças
Coordenação do Diário Oficial - DOM
Avenida João XIII, s/n, Centro
edomaap@gmail.com

José Francinete Bento Luna
Prefeito

Clay Regazzoni Ribeiro Torres
Coordenador do e-DOM

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Ao elaborar o seu texto para publicação no Diário Oficial Eletrônico, observe atentamente as instruções abaixo:

a) Edição dos textos enviados ao Diário por email;
b) Medida da página – 17cm de largura e 25cm de altura;
c) Editor de texto padrão: Word for Windows – Versão 6 ou Superior;
d) Tipo de fonte: Times New Roman;
e) Tamanho da letra: 8;
f) Entrelinhas: simples;
g) Excluir linhas em branco;
h) Tabelas/quadrados sem linhas de grade ou molduras;
i) Havendo erro na publicação, o usuário poderá manifestar reclamação por escrito até 30 dia após a circulação do Diário Oficial Eletrônico;
j) Se o erro for proveniente de falha do setor de publicação, a matéria será republicada sem ônus para o cliente, em caso de erro proveniente do email enviado, o ônus da retificação ficará a cargo do cliente;
k) As matérias que não atenderem as exigências acima serão devolvidas.

Informações: (98) 98612-9344

Documento assinado eletronicamente. Verificação em http://portal.qualisign.com.br/login/dc-validar através do código POHZC-XJYQK-PHIDG-XVZQB ou em https://validar.iti.gov.br conforme instruções lá colocadas

PROC. 185
FLS 315
RUB.

PROTOCOLO DE AÇÕES

Este é um documento assinado eletronicamente pelas partes, utilizando métodos de autenticações eletrônicas que comprovam a autoria e garantem a integridade do documento em forma eletrônica. Esta forma de assinatura foi admitida pelas partes como válida e deve ser aceito pela pessoa a quem o documento for apresentado. Todo documento assinado eletronicamente possui admissibilidade e validade legal garantida pela Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Data de emissão do Protocolo: 19/11/2025

Dados do Documento

Tipo de Documento	Contrato Genérico com Testemunhas-Acesso Rápido
Referência Contrato	Caderno do Executivo - Diário de 19 de Novembro de
Situação	Vigente / Ativo
Data da Criação	19/11/2025
Validade	19/11/2025 até Indeterminado
Hash Code do Documento	FB24C12EB85DEACB12DB25E38233F047FE6A2B5D51FC5F73F1155CB1D9DF904F

Assinaturas / Aprovações

Papel (parte) Contratadas

Relacionamento 01.612.832/0001-21 - MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARE

Representante			**CPF**
CLAY REGAZZONI RIBEIRO TORRES			720.235.972-34
Ação:	Assinado em 19/11/2025 06:14:17 com o certificado ICP-Brasil Serial - 7567A5267C81FF6F	**IP:**	170.239.141.39
Info.Navegador	Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/142.0.0.0 Safari/537.36		
Localização	Não Informada		
Tipo de Acesso	Normal		

As assinaturas digitais contidas neste documento possuem carimbos de tempo baseados na Hora Legal Brasileira, emitidos pela Autoridade de Carimbo de Tempo (ACT) Qualisign, homologada pelo Observatório Nacional (ON/MCTI) ou por uma ACT externa homologada pela ICP-Brasil.

A autenticidade, validade e detalhes de cada assinatura deste documento poderá ser verificada através do endereço http://portal.qualisign.com.br/login/dc-validar, utilizando o código de acesso (passcode) abaixo:

Código de Acesso (Passcode): **POHZC-XJYQK-PHIDG-XVZQB**

No caso de assinatura com certificado digital também pode ser verificado no site https://validar.iti.gov.br/, utilizando-se o documento original e o documento com extensão .p7s.

Os serviços de assinatura digital deste portal contam com a garantia e confiabilidade da **AR-QualiSign**, Autoridade de Registro vinculada à ICP-Brasil.

PROC. 186
FLS 318
RUB.

Validação de documento não armazenado no Portal QualiSign

Caso o documento já tenha sido excluído do Portal QualiSign, a verificação poderá ser feita conforme a seguir;

a.) Documentos assinados exclusivamente com Certificado Digital (CADES)

A verificação poderá ser realizada em http://portal.qualisign.com.br/login/dc-validar, desde que você esteja de posse do documento original e do arquivo que contém as assinaturas (.P7S). Você também poderá fazer a validação no site do ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação através do endereço https://validar.iti.gov.br/

b.) Documentos assinados exclusivamente com Certificado Digital (PADES)

Para documentos no formato PDF, cuja opção de assinatura tenha sido assinaturas autocontidas (PADES), a verificação poderá ser feita a partir do documento original (assinado), utilizando o Adobe Reader. Você também poderá fazer a validação no site do ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação através do endereço https://validar.iti.gov.br/

c.) Documentos assinados exclusivamente SEM Certificado Digital ou de forma híbrida (Assinaturas COM Certificado Digital e SEM Certificado Digital, no mesmo documento)

Para documento híbrido, as assinaturas realizadas COM Certificado Digital poderão ser verificadas conforme descrito em (a) ou (b), conforme o tipo de assinatura do documento (CADES ou PADES).

A validade das assinaturas SEM Certificado Digital é garantida por este documento, assinado e certificado pela QualiSign.

Validade das Assinaturas Digitais e Eletrônicas

No âmbito legal brasileiro e em também em alguns países do Mercosul que já assinaram os acordos bilaterais, as assinaturas contidas neste documento cumprem, plenamente, os requisitos exigidos na Medida Provisória 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil e transformou o ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia garantidora da autenticidade, integridade, não-repúdio e irretroatividade, em relação aos signatários, nas declarações constantes nos documentos eletrônicos assinados, como segue:

Art. 10. Consideram-se documentos públicos ou particulares, para todos os fins legais, os documentos eletrônicos de que trata esta Medida Provisória.

§ 1º. As declarações constantes dos documentos em forma eletrônica produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil presumem-se verdadeiros em relação aos signatários, na forma do art. 131 da Lei no 3.071, de 1o de janeiro de 1916 - Código Civil.

§ 2º. O disposto nesta Medida Provisória não obsta a utilização de outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica, inclusive os que utilizem certificados não emitidos pela ICP-Brasil, desde que admitido pelas partes como válido ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento.

Pelo exposto, o presente documento encontra-se devidamente assinado pelas Partes, mantendo plena validade legal e eficácia jurídica perante terceiros, em juízo ou fora dele.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ/MA
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 07/2025 – CPL/PMAAP. PROC. ADM. Nº. 315/2025. O Município de Alto Alegre do Pindaré/MA, através da sua Secretaria Municipal de Meio Ambiente, torna público que realizará no dia 05/01/2026 às 09:00h licitação na modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO, para AMPLA CONCORRÊNCIA, modo de disputa ABERTO, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021, visando a Contratação de Serviços Técnicos Especializados de Natureza Predominantemente Intelectual de Consultoria Ambiental para obtenção de Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO) relativas ao empreendimento de Aterro Sanitário no município de Alto Alegre do Pindaré/MA, cujas especificações encontram-se detalhadas no Edital e seus anexos. O certame será realizado em sessão pública, via Internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Local: http://www.licitaaap.com.br/. Recebimento das propostas: A partir da publicação do aviso de edital. O edital encontra-se disponível no portal acima mencionado. Alto Alegre do Pindaré (MA), 19 de Novembro de 2025. Edivan Pinho Pereira Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAME /MA
AVISO DE LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 013/2025. PROC. LICITATÓRIO Nº 00000061/2025. ORGÃO REALIZADOR: Pregoeiro/Agente de Contratação e equipe de apoio. BASE LEGAL: Lei Complementar nº 123 de 14 de Dezembro de 2006, Lei Complementar nº 147 de 07 de Agosto de 2014, Decreto Federal Nº 8.538/15 e alterações, Lei nº 14.133/2021 e suas alterações. TIPO: MENOR VALOR GLOBAL. OBJETO: Contratação de empresa para Retomada de obra ID (1016734), Escola 6 Salas - Povoado Lagoa Grande, Arame - MA (nova repactuação - FNDE). ORGÃO LICITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. LOCAL/SITE: https://www.licitanet.com.br/. DATA: 11/12/2025. HORÁRIO: 10:00h (DEZ HORAS). EDITAL: O Edital será disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: https://www.licitanet.com.br/ - https://www.arame.ma.gov.br/ e https://pncp.gov.br/. Dúvidas poderão ser retiradas junto ao Departamento de Contratações, situado na Rua Nova, s/n – Centro – Arame – MA, no horário das 08h00min (oito horas) às 12h00min (doze horas) e através do e-mail: licitarame2018@gmail.com. Arame - MA, 19 de novembro de 2025. Ingraciane Feitoza – Pregoeira/ Agente de Contratação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTANHEDE - MA
AVISO DE LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 013/2025. O Município de Cantanhede - MA, através da Secretaria Municipal de Educação, torna público, que realizará **às 08:15 (oito horas e quinze minutos) do dia 09 de dezembro de 2025,** licitação na modalidade Concorrência Eletrônica, na plataforma **LICITANET** www.licitanet.com.br. **OBJETO:** Contratação de empresa de engenharia especializada para execução dos serviços de Reforma e Ampliação da Escola Municipal João Evangelista Baima no Município de Cantanhede/MA. **EDITAL:** O presente edital estará à disposição dos interessados nos seguintes locais: Portal da Transparência do Município: www.cantanhede.ma.gov.br, Portal do PNCP https://pncp.gov.br plataforma **LICITANET** www.licitanet.com.br podendo ainda ser solicitado através do e-mail: cpl@cantahede.ma.gov.br, bem como ser retirado pessoalmente no Setor de Licitação, localizado na Praça Paulo Rodrigues, nº 01, Centro, CEP: 65.465-000. Cantanhede/MA, 19 de novembro de 2025. **Emerson Marques Costa** – Secretário Municipal de Educação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS (MA)
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2025 – CPL/PMC
OBJETO: Registro de preços para futura contratação de empresa na prestação de serviços de fornecimento de passagem terrestres. **DATA DA ABERTURA:** 04/12/2025 às 09h30min, horário de Brasília. **LOCAL DE REALIZAÇÃO:** Portal Licita Colinas – **www.licitacolinasma.com.br** Informações adicionais em **www.colinas.ma.gov.br, www.licitacolinasma.com.br** e **www.gov.br/pncp.**
Colinas (MA),12 de novembro de 2025.
Jerônimo Cardoso Rosa Neto
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS (MA)
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2025 – CPL/PMC
OBJETO: Registro de preços para futura contratação de empresa na prestação de serviços graficos
DATA DA ABERTURA: 04/12/2025 às 14h30min, horário de Brasília. **LOCAL DE REALIZAÇÃO:** Portal Licita Colinas – **www.licitacolinasma.com.br** Informações adicionais em **www.colinas.ma.gov.br, www.licitacolinasma.com.br** e **www.gov.br/pncp.**
Colinas (MA), 12 de novembro de 2025.
Jerônimo Cardoso Rosa Neto
Pregoeiro



FRANÇA MELO
(98) 3261-8021 / 9 8052-9273
E-mail: fmelo.am@gmail.com

Profissional

Federação confirma Campeonato Maranhense com 10 times

DIVULGAÇÃO

A interventora da FMF (Federação Maranhense de Futebol), Susan Lucena, confirmou que o Campeonato Maranhense voltará a ser disputado por 10 times a partir de 2028 e que no regulamento do Estadual de 2026 já vem constando essa mudança, um pedido da maioria dos clubes. No entanto, o aumento na elite será de forma gradual.

O Campeonato Maranhense de 2026 ainda será disputado por 8 clubes, caindo dois e subindo dois (da 2ª divisão). O Maranhense de 2027 também ainda será com 8 clubes, a diferença é que apenas um time vai cair e três sobem da 2ª divisão para poder o Estadual de 2028 finalmente voltar a contar com 10 equipes, como era antigamente.

O Campeonato Maranhense começou a ser disputado com 8 times a partir de 2016, que teve o Moto campeão e Sampaio vice, 5 anos depois de Antônio Américo ter assumido a Federação com o interventor em lugar de Alberto Ferreira. Já a última vez com 10 times foi em 2014, com Sampaio campeão e Moto vice, enquanto que Maranhão e Bacabal foram os últimos (rebaixados).

No Estadual de 2026, os 8 times se enfrentam em turno único (7 rodadas). Os 4 melhores se classificam para as semifinais (1°x4° e 2°x3°) e os vencedores decidem o certame (ida e volta). O quinto não sobe e nem desce e o oitavo será rebaixado automaticamente, enquanto que sexto e sétimo decidem (ida e volta) quem será o segundo rebaixado. Tabela e regulamento serão divulgados nesta quinta (20). O Estadual começará no dia 11 de janeiro e vai até 8 de março, com limite de 11 datas.



Interventora com o presidente do MAC, Carlos Eduardo

COMPETIÇÕES NACIONAIS 2026: Copa do Brasil: MAC, Imperatriz e IAPE//**Copa do Nordeste:** MAC e Imperatriz//**Série C:** MAC//**SÉRIE D:** Imperatriz, IAPE e Sampaio. O Moto torce pelo Brasil de Pelotas ser campeão da Copa Gaúcha ou Tocantinópolis ser finalista do seu Estadual, para ter chances de disputar a Série D pelo Ranking Nacional de Clubes.

A Série D 2026 deve iniciar no dia 5 de abril e será encerrada no dia 13 de setembro. Disputarão os quatro clubes que caíram da Série C (CSA/AL, ABC/RN, Retrô/PE e Tombense/MG), 28 que chegaram até a 2ª fase da Série D de 2025, 64 classificados via campeonatos estaduais. As vagas que sobrarem serão distribuídas via ranking nacional de clubes.

Na Série C, onde o MAC disputará, a novidade é que apenas duas equipes serão rebaixadas. A competição começará no dia 5 de abril e terminará no dia 25 de outubro.

A competição será ampliada, passando para 24 clubes em 2027, e 28 clubes em 2028. O formato será modificado a partir de 2028, com dois grupos de 14 e rebaixamento de seis equipes para a Série D.

A Copa do Brasil começará em 18 de fevereiro e termina em 6 de dezembro, encerrando o calendário do futebol nacional, já que o Brasileirão acabará em 2 de dezembro. Na Copa do Nordeste, a novidade é que equipes que disputam Libertadores e Sul-Americana não irão disputar a competição.

ELENCOS PROVISÓRIOS DOS TIMES:
SAMPAIO: 8 REFORÇOS: goleiro: Vinícius Fávero (ex-Mirassol e São José-SP)// laterais: Peu (direito), Izaldo Braz e Matheus Albino (esquerdos)//zagueiro: Clebson//meia: Neto Pacas (ex-Pinheiro)//atacantes: Histone e Nikollas Sena//**REMANESCENTES:** goleiro: Raynon (base)// zagueiro: Felipe Cauã (base)// volantes: Cavi, Dimas e Alecio Gabriel//Atacantes: Erik Carral e Adriano//Técnico: Luciano Quadros
MAC: REFORÇOS (9): zagueiro: Lucão//laterais: Negueba (D) e Lucas Santos (E)//volantes: Willyam Maranhão e Vander//atacantes: Nadson, Joelson Ferreira, Patrick Carvalho e Will Viana// **REMANESCENTES:** goleiros: Jean, Vitão e Cauê// zagueiros: Júlio Nascimento, Fernando, Keven e Almeida// meio-campo: Vagalume, Jorge e Breno Alan//atacantes: Kessinho e Rafael//Técnico: Marcinho Guerreiro
IAPE: zagueiro Dedé//volante: Eloir//atacantes: Pimentinha, Mikéias e Paulo Victor. Técnico: Wallace Lemos (falta ser oficializado)
LUMINENSE: REFORÇOS: lateral: Bruno Marrones// atacante: Rincon Teixeira// **REMANESCENTES:** goleiro: Fábio Deós//zagueiro: Mimica// lateral: Igor Tavares//volante: Juca Maranhão//atacantes: Klaivert e Micael.Técnico: Leandro Lago
IMPERATRIZ: goleiros: Mateus Machado e Júnior Conceição/lateral-esquerdo: Wyldson//zagueiro: Ronny// volantes: Gleidson e Felipe Macena//atacante: Café. Técnico: Sílvio Criciúma
ELENCOS INDEFINIDOS: Moto (Jairo Nascimento), Tuntum (técnico Vinícius Saldanha) e ITZ Sport (técnico Charles Guerreiro).

JOGOS DE HOJE (20)
BRASILEIRÃO - SÉRIE A
34ª RODADA (ATUAL)
16H00 Juventude x Cruzeiro
18H00 Bahia x Fortaleza
19H30 Corinthians x São Paulo
21H30 Ceará x Internacional
COPA FGF 2025
15H00 Aimoré x Pelotas
15H00 Brasil x Gaúcho

Amador

Envie notícias e fotos do seu time em competições de qualquer modalidade esportiva para nosso e-mail: jpesporteamador@gmail.com
Jonny Figueiredo (98) 98154-9643/(98) 98769-8015



Meio Dia FC vence Santos e conquista o título da Copa Society Totó Martins

JONNY FIGUEIREDO

DIVULGAÇÃO

No último sábado (15), o campo do São Pedro, no bairro da Vila Embratel foi palco da grande final da Copa Sub 50Tão de Futebol Society Totó Martins. A competição, organizada por Juscelino Almeida com apoio do vereador Wendel Martins, homenageou um dos maiores desportista do esporte maranhense, Antônio Martins, conhecido carinhosamente como "Totó Martins."

Na briga pelo título estava o Santos do Sá Viana e Meio Dia Futebol Clube da Vila Embratel. A partida foi equilibrada com os times buscando a vitória a todo instante. Com um melhor aproveitamento nas finalizações, o time do Meio Dia FC venceu pelo placar de 2 a 1, num dia inspirado do atacante Neto que marcou duas vezes e garantiu o título de campeão. O jogador "Oficina" descontou para o Santos.

Após a decisão, foi realizada a solenidade de premiação com Jucelino Almeida, coordenador da competição e pelo representante do vereador Wendel Martins, o radialista Manoel Martins, irmão do homenageado Totó Martins. O campeão recebeu a quantia de R$ 4.200,00 e o vice-campeão R$ 2.800,00. O artilheiro da competição foi o atacante Neto (Meio Dia FC) com 9 gols, e Sasá (Santos) eleito melhor goleiro. Ambos ganharam R$ 100,00. Todos os finalistas receberam troféus e medalhas.



Meio Dia Futebol Clube

CARTA PROPOSTA

PROC. 188
FLS 315
RUB.

Ref.: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA: 007/2025

Viemos por meio desta, apresentar nossa proposta de preços para a execução de serviços de engenharia para execução de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual de consultoria ambiental para obtenção de licença prévia (LP), licença de instalação (LI) e licença de operação (LO) relativas ao empreendimento de Aterro Sanitário no município de Alto Alegre do Pindaré/MA.

O valor total da proposta é de **R$ 113.804,99 (cento e treze mil, oitocentos e quatro reais e noventa e nove centavos).**

DECLARAMOS:

1. Que o prazo de validade da proposta é de 90 (noventa) dias consecutivos.

2. Que no preço proposto estão incluídos todos os impostos, taxas e encargos incidentes sobre os insumos e serviços utilizados para a prestação dos serviços.

3. Que nos submetemos a todas as condições estabelecidas no Edital, sujeitando-se totalmente às disposições nele contidas.

4. A mesma atende plenamente ao que dispõe o Inciso XXXIII do Artigo 7° da Constituição Federal, em cumprimento ao Inciso V do Artigo 27 da Lei nº 8.666/93, atestando que não possui em seu quadro, funcionários menores de dezoito anos que exerçam trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como não possui nenhum funcionário menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

5. Cumpre plenamente os requisitos de habilitação, nos termos do art. 4°, inciso VII, da Lei Federal nº 10.520/02, o que poderá ser comprovado, caso a empresa seja a detentora da melhor proposta neste Pregão.

6. Declara, para os devidos fins, que os serviços são prestados por empresas que comprovam cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendem às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, caso opte pelo benefício previsto no art. 3º, § 2º, inciso V, da Lei nº 8.666/1993.

PROC. 189
FLS 318
RUB.

7. Suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Os dados da nossa empresa são:

a) Razão Social: EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA

b) CNPJ (MF) n°: 30.065.139/0001-84

c) Endereço: R 26, QD.16,08, CONJUNTO HABITACIONAL VINHAIS – SÃO LUÍS – MA.

d) E-mail: MAYARAFONTENELE.ADV@GMAIL.COM

e) Dados Bancários: BANCO DO BRASIL, AG: 1611-0, C/C: 51673-2

São Luís, 19 de dezembro de 2025

EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA:30065139000184

Assinado de forma digital por EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA:30065139000184
Dados: 2025.12.19 12:10:46 -03'00'

EKO SOLUÇÕES AMBIENTAIS

PROC. 190
FLS 315
RUB.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
Av. João XXIII, S/N - Centro
CNPJ: 01.612.832/0001-21

ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 07/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 315/2025/PMAAP/MA

SESSÃO PÚBLICA: 05/01/2026 ÀS 9H00 (NOVE HORAS)
LOCAL: PREFEITURAMUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ/MA.

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

NOME DE FANTASIA: EKO SOLUÇÕES AMBIENTAIS	
RAZÃO SOCIAL: EKO CONSTRUÇÕES E SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA	
CNPJ: 30.065.139/0001-84	
INSC. EST.: 126467064	
OPTANTE PELO SIMPLES? SIM (X) NÃO( )	
ENDEREÇO: RUA 26, QUADRA 16, Nº08	
BAIRRO: CONJUNTO VINHAIS	**CIDADE:** SÃO LUÍS
CEP: 65.074-199	**E-MAIL:** MAYARAFONTENELE.ADV@GMAIL.COM
TELEFONE:	**FAX:**
CONTATO DA LICITANTE: MAYARA	**TELEFONE:** (98) 98826-1447
BANCO DA LICITANTE: Banco do Brasil	**CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE:** 51673-2
Nº DA AGÊNCIA: 1611-0	

ITENS	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO R$	VALOR TOTAL R$
1.	**1 Licença Prévia (LP)** • Elaboração das seguintes peças técnicas: Diagnóstico de Avaliação Preliminar; • Relatório Ambiental Simplificado (RAS); • Mapas Temáticos; • Eventuais processos secundários que envolvam a emissão de licença. Ficha de Caracterização de Atividade (FCA/IPHAN). • Protocolização do pedido e acompanhamento processual junto à SEMA do Estado do Maranhão. • Acompanhamento do processo junto aos órgãos ambientais; • Atendimento a exigências técnicas e diligências periódicas; • Realização de reuniões técnicas com os responsáveis pelo licenciamento; • Monitoramento e atualização constante do status do processo.		01		**R$ 26.408,00**	**R$ 26.408,00**
2.	**2 Licença de Instalação (LI)** • Elaboração das seguintes peças técnicas: Plano de Controle Ambiental (PCA); • Inventário Florestal; • Relatório Florestal; • Mapas Temáticos;					

	• Eventuais processos secundários que envolvam a emissão da licença. Parecer Técnico (IPHAN); • Autorização de Supressão Vegetal ou Autorização de Limpeza de área. • Acompanhamento do processo junto aos órgãos ambientais; • Atendimento a exigências técnicas e diligências periódicas; • Realização de reuniões técnicas com os responsáveis pelo licenciamento; • Monitoramento e atualização constante do status do processo.		01		**R$ 35.100,09**	**R$ 35.100,09**
3.	**3 Licença de Operação (LO)** • Elaboração das seguintes peças técnicas: Relatório de Desempenho Ambiental (RDA); • Plano de Encerramento e Recuperação de Área Degradada; • Anuência Final do IPHAN; • Mapas Temáticos. • Eventuais processos secundários que envolvam a emissão da licença. • Acompanhamento do processo junto aos órgãos ambientais até a emissão da licença; • Atendimento a eventuais notificações e exigências adicionais; • Participação em reuniões e audiências necessárias para agilização do licenciamento; • Emissão de relatórios de acompanhamento para o cliente.		01		**R$22.320,00**	**R$22.320,00**
TOTAL POR EXTENSO: OITENTA E TRÊS MIL E OITOCENTOS E VINTE E OITO REAIS						

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
Av. João XXIII, S/N - Centro
CNPJ: 01.612.832/0001-21

A EMPRESA: **EKO SOLUÇÕES AMBIENTAIS**, DECLARA QUE:

1 ESTÃO INCLUSAS NO VALOR COTADO TODAS AS DESPESAS COM MÃO DE OBRA E, BEM COMO, TODOS OS TRIBUTOS E ENCARGOS FISCAIS, SOCIAIS, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E COMERCIAIS E, AINDA, OS GASTOS COM TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO DOS PRODUTOS EM EMBALAGENS ADEQUADAS.
2 VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS.
3 PRAZO DE INICIO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERENCIA (ANEXO I) DO EDITAL DESSE PROCESSO.
4 QUE NÃO INCIDE NAS VEDAÇÕES PREVISTAS NA LEI Nº 14.133/2021.
5 QUE O PRAZO DE INICIO DA ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS SERÁ DE ACORDO COM OS TERMOS ESTABELECIDOS NO ANEXO I, DESTE EDITAL A CONTAR DO RECEBIMENTO, POR PARTE DA CONTRATADA, DA ORDEM DE COMPRA OU DOCUMENTO SIMILAR, NA *** endereço, TODOS OS BENS SERÃO AVALIADOS, SOB PENA DE DEVOLUÇÃO DE NÃO ACEITE, CASO NÃO ATENDA A DESCRIMINAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA DO REFERIDO EDITAL OU DE MÁ QUALIDADE.

São Luís/MA, 05 de Janeiro de 2026

EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA:30065139000184

Assinado de forma digital por EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA:30065139000184
Dados: 2026.01.05 09:39:52 -03'00'

EKO SOLUÇÕES AMBIENTAIS
MAYARA ABRANTES FONTENELE

DECLARAÇÃO CONJUNTA

PROC. 193
FLS 315
RUB.

Ilmo. Sr.
Pregoeiro
Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré/MA

DECLARAÇÃO CONJUNTA

CONCORRÊCIA ELETRÔNICA Nº 07/2025 CPL/PMAAP

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 315/2025/PMAAP/MA

Prezado Senhor,

A empresa EKO SOLUÇÕES AMBIENTAIS, inscrita no CNPJ nº 30.065.139/0001-84, por intermédio de seu representante legal a Sra. **MAYARA ABRANTES FONTENELE**, portadora da Carteira de Identidade 118380199-5 e do CPF nº 986.227.063-20, DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

1) Quanto a inexistência de fato impeditivo de licitar; nos termos do artigo 156, inciso IV, da Lei Federal n.º 14.133/21, que até a presente data nenhum fato ocorreu que a inabilite a participar do PREGÃO em epígrafe, e que contra ela não existe nenhum pedido de falência ou concordata.

Declara, outrossim, conhecer na íntegra o Edital e que se submete a todos os seus termos.

a) Declara ainda, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/21, que não possui em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

b) Declara também, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/21, que não incide em suas hipóteses vedadas.

c) Declara ainda, para fins do disposto na Lei Federal 14.133/21, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz

PROC. 815
FLS
RUB.

2) Quanto à elaboração independente de proposta:

a) A proposta anexa foi elaborada de maneira independente (pelo licitante), e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) A intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;

d) Que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

e) Que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas;

f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

São Luís/MA, 05 de Janeiro de 2026.

MAYARA ABRANTES FONTENELE:98622706320

Assinado de forma digital por MAYARA ABRANTES FONTENELE:98622706320
Dados: 2026.01.04 21:38:36 -03'00'

MAYARA ABRANTES FONTENELE
EKO SOLUÇÕES AMBIENTAIS

PROC. 195
FLS 815
RUB.

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E CONDIÇÕES

CONCORRÊCIA ELETRÔNICA Nº 07/2025 CPL/PMAAP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 315/2025/PMAAP/MA

A EKO CONSTRUÇÕES E SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA, CNPJ Nº 30.065.139/0001-84, LOCALIZADA À Rua Vinte e Seis, Qd. 16, nº 8, Bairro: Vinhais, Município de São Luis/MA DECLARA, que o licitante tomou conhecimento do local e das condições onde serão executados os serviços, CONFORME INCISO VI DO ART. 67 DA LEI 14.133/2021 PARA ESTE CERTAME LICITATÓRIO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ/MA CONCORRÊCIA ELETRÔNICA Nº 07/2025 CPL/PMAAP

São Luís/MA, 05 de Janeiro de 2026.

MAYARA ABRANTES FONTENELE:98622706320
Assinado de forma digital por MAYARA ABRANTES FONTENELE:98622706320
Dados: 2026.01.04 21:41:03 -03'00'

MAYARA ABRANTES FONTENELE
REPRESENTANTE LEGAL

gov.b
Documento assinado digitalmente
IGOR ARAUJO DE SOUSA
Data: 19/12/2025 12:15:11-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

IGOR ARAÚJO DE SOUSA
RESPONSÁVEL LEGAL

PROC. 196
FLS 315
RUB.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
30.065.139/0001-84 MATRIZ		28/03/2018

NOME EMPRESARIAL
EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
EKO SOLUCOES AMBIENTAIS	EPP

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
74.90-1-99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
02.20-9-06 - Conservação de florestas nativas
02.30-6-00 - Atividades de apoio à produção florestal
03.21-3-05 - Atividades de apoio à aqüicultura em água salgada e salobra
03.22-1-07 - Atividades de apoio à aqüicultura em água doce
36.00-6-02 - Distribuição de água por caminhões
37.02-9-00 - Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes
38.11-4-00 - Coleta de resíduos não-perigosos
38.12-2-00 - Coleta de resíduos perigosos
43.11-8-02 - Preparação de canteiro e limpeza de terreno
43.13-4-00 - Obras de terraplenagem
43.30-4-04 - Serviços de pintura de edifícios em geral
43.99-1-05 - Perfuração e construção de poços de água
71.11-1-00 - Serviços de arquitetura
71.12-0-00 - Serviços de engenharia
71.19-7-02 - Atividades de estudos geológicos
71.19-7-03 - Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia
71.19-7-04 - Serviços de perícia técnica relacionados à segurança do trabalho
71.20-1-00 - Testes e análises técnicas
77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador
81.30-3-00 - Atividades paisagísticas

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R 26, QD.16	08	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
65.074-199	CONJUNTO HABITACIONAL VINHAIS	SAO LUIS	MA

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
MAYARAFONTENELE.ADV@GMAIL.COM	(98) 8826-1447

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	28/03/2018

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **15/12/2025** às **16:20:37** (data e hora de Brasília).

Página: **1/2**

PROC. 197
FLS 315
RUB.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
30.065.139/0001-84 MATRIZ		28/03/2018

NOME EMPRESARIAL
EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R 26, QD.16	08	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
65.074-199	CONJUNTO HABITACIONAL VINHAIS	SAO LUIS	MA

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
MAYARAFONTENELE.ADV@GMAIL.COM	(98) 8826-1447

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	28/03/2018

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **15/12/2025** às **16:20:37** (data e hora de Brasília).

Página: **2/2**

PROC. 198
FLS 315
RUB.

PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL C. V. B. DE SOUSA SOLUÇÕES AMBIENTAIS

Carlos Victor Belo de Sousa, brasileira, solteiro, natural da cidade de São Luís - MA, nascido em 22/04/1983, identidade nº 20275694-7 SSP-MA, CPF nº 966.355.173-91, residente e domiciliado na Rua Timbaúba nº 36, Bairro Calhau, São Luís - MA, CEP. 65.071-440, Registrada na Junta Comercial do Estado do Maranhão – JUCEMA sob o nº 21102204940 em 27 de março de 2018, inscrita sob o número de CNPJ: 30.065.139/0001-84, resolvem alterar seu contrato mediante clausulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira - O capital que é de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), passará para R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), da seguinte forma: R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), em bem imóvel abaixo descrito:

a) Imóvel situado na Estrada de MA – 203, nº 421, Qd Y, condomínio Alphaville Araçagy, na estrada MA – 203, que vai do Araçagy a Raposa, Paço do Lumiar, Livro 2, área: 541,67 m², dados relativos a sua titulação: Carlos Victor Belo de Sousa e número de sua matrícula no Registro Imobiliário: Reg nº 12, Matrícula nº 22.446, integralizado pelo valor contábil de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Cláusula Segunda - A sociedade terá por finalidade os seguintes objetivos:

Atividade Principal:

7490199 - outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente, o serviço de previsão meteorológica, - os serviços de avaliação não-imobiliária (jóias, antiguidades, etc.), - as atividades de assessoria e consultoria técnica em áreas profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente, - inclusive as realizadas por profissionais autônomos ou constituídos como empresas individuais.

PROC. 199
FLS 315
RUB.

Atividades Secundárias:

0220906 - Conservação de florestas nativas, 0230600 - Atividades de apoio à produção florestal, 0321305 - Atividades de apoio à aquicultura em água salgada e salobra, 0322107 - Atividades de apoio à aquicultura em água doce, 3600602 - Distribuição de água por caminhões, 3702900 - Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes, 3811400 - Coleta de resíduos não-perigosos, 3812200 - Coleta de resíduos perigosos, 4311802 - Preparação de canteiro e limpeza de terreno, 4313400 - Obras de terraplenagem, 4330404 - Serviços de pintura de edifícios em geral, 4399105 - Perfuração e construção de poços de água, 7111100 - serviços de arquitetura, 7112000 - serviços de engenharia, 7119702 - atividades de estudos geológicos, 7119703 - serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia, 7119704 - serviços de perícia técnica relacionados à segurança do trabalho, 7120100 - testes e análises técnicas, 7739099 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador (motores, turbinas e máquinas-ferramenta, - geradores, guinchos, guindastes e empilhadeiras, - aparelhos de usos comerciais e industriais, - equipamentos cinematográficos, - equipamentos profissionais para rádio, televisão e comunicações, - equipamentos de teste, medição e controle, - contêineres), 8130300 - Atividades paisagísticas, 8599604 - treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial.

CONSOLIDAÇÃO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL C. V. B. DE SOUSA SOLUÇÕES AMBIENTAL

Cláusula Primeira - O Empresário Individual adota como nome empresarial a seguinte firma C. V. B. de Sousa Soluções Ambientais.

O capital que passou a ser de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), da seguinte forma: R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) em dinheiro, já subscrito e

PROC. 208
FLS. 315
RUB.

integralizado em moeda corrente do País, e R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), neste ato, em bem imóvel abaixo descrito:

a) Imóvel situado na Estrada de MA – 203, nº 421, Qd Y, condomínio Alphaville Araçagy, na estrada MA – 203, que vai do Araçagy a Raposa, Paço do Lumiar, Livro 2, área: 541,67 m², dados relativos a sua titulação: Carlos Victor Belo de Sousa e número de sua matrícula no Registro Imobiliário: Reg nº 12, Matrícula nº 22.446, integralizado pelo valor contábil de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Cláusula Terceira - O Empresário Individual tem sua sede no seguinte endereço: Rua Timbaúba nº 36, Bairro Calhau, São Luís - MA, CEP. 65.071-440.

Cláusula Quarta - O Empresário Individual tem por objeto o exercício das seguintes atividades econômicas:

Atividade Principal:

7490199 - outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente, o serviço de previsão meteorológica, - os serviços de avaliação não-imobiliária (jóias, antiguidades, etc.), - as atividades de assessoria e consultoria técnica em áreas profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente, - inclusive as realizadas por profissionais autônomos ou constituídos como empresas individuais.

Atividades Secundárias:

0220906 - Conservação de florestas nativas, 0230600 - Atividades de apoio à produção florestal, 0321305 - Atividades de apoio à aquicultura em água salgada e salobra, 0322107 - Atividades de apoio à aquicultura em água doce, 3600602 - Distribuição de água por caminhões, 3702900 - Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes, 3811400 - Coleta de resíduos não-perigosos, 3812200 - Coleta de resíduos perigosos, 4311802 - Preparação de canteiro e

PROC. 201
FLS 315
RUB.

limpeza de terreno, 4313400 - Obras de terraplenagem, 4330404 - Serviços de pintura de edifícios em geral, 4399105 - Perfuração e construção de poços de água, 7111100 - serviços de arquitetura, 7112000 - serviços de engenharia, 7119702 - atividades de estudos geológicos, 7119703 - serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia, 7119704 - serviços de perícia técnica relacionados à segurança do trabalho, 7120100 - testes e análises técnicas, 7739099 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador (motores, turbinas e máquinas-ferramenta, - geradores, guinchos, guindastes e empilhadeiras, - aparelhos de usos comerciais e industriais, - equipamentos cinematográficos, - equipamentos profissionais para rádio, televisão e comunicações, - equipamentos de teste, medição e controle, - contêineres), 8130300 - Atividades paisagísticas, 8599604 - treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial.

Cláusula Quinta - O empresário declara que a atividade se enquadra em Microempresa - ME, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei. (art. 3º, I, LC 123/2006).

Cláusula Sexta - O empresário declara, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária e não possuir outro registro como Empresário Individual no País.

E, por estar assim alterado, assino o presente instrumento.

São Luís – MA, 13 de maio de 2020.

PROC. 202
FLS 315
RUB.

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa C. V. B. DE SOUSA SOLUÇÕES AMBIENTAIS consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF	Nome
96635517391	CARLOS VICTOR BELO DE SOUSA

CERTIFICO O REGISTRO EM 04/06/2020 10:22 SOB Nº 20200357050.
PROTOCOLO: 200357050 DE 29/05/2020. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12002273780. NIRE: 21102204940.
C. V. B. DE SOUSA SOLUÇÕES AMBIENTAIS

JUCEMA

Lílian Theresa Rodrigues Mendonça
SECRETÁRIA-GERAL
SÃO LUÍS, 04/06/2020
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

PROC. 203
FL. 315
RUB.

TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL EM SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA.

C. V. B. DE SOUSA SOLUÇÕES AMBIENTAIS

CNPJ: 30.065.139/0001-84

Carlos Victor Belo de Sousa, brasileira, solteiro, natural da cidade de São Luís -MA, nascido em 22/04/1983, identidade nº 20275694-7 SSP-MA, CPF nº 966.355.173-91, residente e domiciliado na Rua Timbaúba nº 36, Bairro Calhau,São Luís - MA, CEP. 65.071-440, Empresário Individual da C V B DE SOUSA SOLUÇÕES AMBIENTAIS, registrada na Junta Comercial do Estado do Maranhão – JUCEMA sob o nº 21102204940 em 27 de março de 2018, inscrita sob o número de CNPJ: 30.065.139/0001-84, resolvem alterar seu contrato mediante clausulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira – A sociedade girará sob o nome empresárial EKO CONSTRUÇÕES E SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA, e nome de Fantasia EKO SOLUÇÕES AMBIENTAIS.

Cláusula Segunda – Admitido neste ato a sócia Mayara Abrantes Fontenele, brasileira, solteira, natural de São Luís – MA, nascido em 15/01/1986, identidade 1183801995 GEJUSPC MA, CPF nº 986.227.063-20, residente e domiciliada na Rua Marcelino Champagnat nº 21, Bairro Renascença, São Luís – MA, CEP 65.075-045.

Cláusula Terceira – O capital da empresa individual ora transformada, já integralizado no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) totalmente integralizado, passa a constituir o capital da Sociedade Limitada, divididos em 200.000 (duzentos mil cotas), no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, integralizadas, distribuindo-se entre os sócios da seguinte forma:

Sócios	Quotas	Participação (%)	Valor (R$)
Carlos Victor Belo de Sousa	100.000	50	100.000,00
Mayara Abrantes Fontenele	100.000	50	100.000,00
	200.000	100	200.000,00

Parágrafo Único: O sócio Carlos Victor Belo de Sousa que possui 200.000 (duzentas mil) quotas no valor de R$ 1,00 (Um real) cada uma, totalizando R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) totalmente integralizados em moeda corrente do pais, doa e transfere R$ 100.000 (cem mil) quotas no valor de R$ 1.,00 (um real) cada

uma, totalizando R$ 100.000,00 (cem mil reais) ao sócio ingressado Mayara Abrantes Fontenele.

PROC. 204
FLS 305
RUB.

CONTRATO SOCIAL POR TRANSFORMAÇÃO EM EMPRESÁRIO INDIVIDUAL EM SOCIEDADE LIMITADA

EKO CONSTRUÇÕES E SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA

CNPJ: 30.065.139/0001-84

DO NOME EMPRESARIAL, DA SEDE E DAS FILIAIS

Cláusula Primeira – A Sociedade adota como nome empresarial a seguinte firma EKO CONSTRUÇÕES E SOLUÇÕES LTDA. (art. 997, II, CC/2002)

Cláusula Segunda – A Sociedade tem sua sede no seguinte endereço: Rua Timbaúba nº 36, Bairro Calhau, São Luís - MA, CEP. 65.071-440.

Cláusula Terceira – A sociedade poderá, a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual, desde que aprovado pelos sócios, nos termos do art. 1.076 da Lei nº 10.406/2002.

DO OBJETO SOCIAL E DURAÇÃO

Cláusula Quarta – A Sociedade tem por objeto o exercício das seguintes atividades econômicas:

Atividade Principal:

7490199 - outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente, o serviço de previsão meteorológica, - os serviçosde avaliação não-imobiliária (jóias, antiguidades, etc.), - as atividades de assessoria e consultoria técnica em áreas profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente, - inclusive as realizadas por profissionaisautônomos ou constituídos como empresas individuais.

Atividades Secundárias:

0220906 - Conservação de florestas nativas, 0230600 - Atividades de apoio à produção florestal, 0321305 - Atividades de apoio à aquicultura em água salgada e salobra, 0322107 - Atividades de apoio à aquicultura em água doce, 3600602 - Distribuição de água por caminhões, 3702900 - Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de

redes, 3811400 - Coleta de resíduos não-perigosos,3812200 - Coleta de resíduos perigosos, 4311802 - Preparação de canteiro e limpeza de terreno, 4313400 - Obras de terraplenagem, 4330404 - Serviços de pintura de edifícios em geral, 4399105 - Perfuração e construção de poços de água, 7111100 - serviços de arquitetura, 7112000 - serviços de engenharia, 7119702 - atividades de estudos geológicos, 7119703 - serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia, 7119704 - serviços de perícia técnica relacionados à segurança do trabalho, 7120100 - testes e análises técnicas, 7739099 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador (motores, turbinas e máquinas-ferramenta, - geradores, guinchos, guindastes e empilhadeiras, -aparelhos de usos comerciais e industriais, - equipamentos cinematográficos, - equipamentos profissionais para rádio, televisão e comunicações, - equipamentos de teste, medição e controle, - contêineres), 8130300 - Atividadespaisagísticas, 8599604 - treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial.

PROC. 205
FLS 345
RUB.

Cláusula Quinta – O início da atividade empresarial ocorreu em 27/03/2018 e através deste instrumento prosseguirá transformada para sociedade empresáriaa partir da data de deferimento do presente instrumento pela JUCEMA.

DO CAPITAL SOCIAL E DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DAS QUOTAS

Cláusula Sexta – A sociedade tem capital social de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), divididos em 200.000 (duzentos mil) quotas no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, integralizadas, neste ato, em moeda corrente no País, pelos sócios, da seguinte forma: R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) em dinheiro, já subscrito e integralizado em moeda corrente do País, e R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), neste ato, em bem imóvel abaixo descrito:

a) Imóvel situado na Estrada de MA – 203, nº 421, Qd Y, condomínio Alphaville Araçagy, na estrada MA – 203, que vai do Araçagy a Raposa, Paço do Lumiar, Livro 2, área: 541,67 m², dados relativos a sua titulação: Carlos Victor Belo de Sousa e número de sua matrícula no Registro Imobiliário: Reg nº 12, Matrícula nº 22.446, integralizado pelo valor contábil de R$ 150.000,00 (cento e cinquentamil reais).

Sócios	Quotas	Participação (%)	Valor (R$)
Carlos Victor Belo de Sousa	100.000	50	100.000,00
Mayara Abrantes Fontenele	100.000	50	100.000,00
Total	200.000	100	200.000,00

Cláusula Sétima – As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição, se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente. (art. 1.056, art. 1.057, CC/2002).

Cláusula Oitava – A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas, todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. (art. 1.052, CC/2002).

DA ADMINISTRAÇÃO E DO PRO LABORE

Cláusula Nona – A administração da sociedade caberá ao sócio Mayara Abrantes Fontenele com poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizando o uso de nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio. (art. 997 VI; 1.013. 1.1015, 1064, CC/2022).

DO BALANÇO PATRIMONIAL DOS LUCROS E PERDAS

Cláusula Décima – Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proposrção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados. (art. 1.065, CC/2002).

DO FALECIMENTO DE SÓCIO

Cláusula Décima Primeira – Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará sua atividade com os herdeiros ou sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data de resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio. (art. 1.028 e 1.031, CC/2002)

PROC. 207
FLS 305
RUB.

ENQUADRAMENTO

Cláusula Décima Segunda - A sociedade declara que a atividade se enquadra em Microempresa - ME, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei. (art. 3º, I, LC 123/2006).

DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Cláusula Décima Terceira – O Administrador declara, sob as penas da lei, que não esta impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial ouem virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade. (art. 1.011, § 1º, CC/2002)

Cláusula Décima Quarta – Fica eleito o Foro da Comarca de São Luís – MA, para qualquer ação fundada neste contrato, renunciando-se a qualquer outro por muito epecial que seja.

E, por estar assim alterado, assino o presente instrumento.

São Luís , 28 de novembro de 2023.

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
96635517391	CARLOS VICTOR BELO DE SOUSA
98622706320	MAYARA ABRANTES FONTENELE

CERTIFICO O REGISTRO EM 28/12/2023 10:20 SOB Nº 21201467345.
PROTOCOLO: 231460864 DE 01/12/2023.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12318356630. CNPJ DA SEDE: 30065139000184.
NIRE: 21201467345. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 27/11/2023.
EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA

JUCEMA

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

ALTERAÇÃO DA SOCIEDADE LIMITADA
EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA
CNPJ: 30.065.139/0001-84.

PROC. 209
FLS 345
RUB.

MAYARA ABRANTES FONTENELE, brasileira, casada, comunhão parcial de bens, Advogada, natural da cidade de São Luís/MA, nascida em 15/01/1986, portadora da cédula de identidade (RG) nº 1183801995 GEJUSPC-MA, CPF: 986.227.063-20, residente e domiciliada a Avenida Jeronimo de Albuquerque Maranhão, S/N, bairro: Vinhais, Cidade/UF: São Luís/MA, CEP: 65.074-199.

CARLOS VICTOR BELO DE SOUSA, brasileiro, solteiro, Advogado, natural da cidade de São Luís - MA, nascido em 22/04/1983, portador da cédula de identidade (RG) nº 20275694-7 SSP-MA, CPF: 966.355.173-91, residente e domiciliado na Rua Timbaúba nº 36, Bairro: Calhau, Cidade/UF: São Luís - MA, CEP. 65.071-440.

Únicos Sócios da empresa denominada EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA, inscrito no cadastro nacional de pessoa jurídica – CNPJ, sob o nº 30.065.139/0001-84, sob o NIRE Nº 21201467345, com sede na Rua Timbaúba, Nº 36, Bairro: Calhau, Cidade/UF: São Luís/MA, CEP: 65.071-440, resolve alterar a sociedade limitada mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Retira-se da Sociedade CARLOS VICTOR BELO DE SOUSA, cedendo e transferindo, a totalidade de suas quotas de capital que possui na Sociedade, pelo valor de R$ 100.000,00 (Cem Mil reais) para a sócia MAYARA ABRANTES FONTENELE, brasileira, casada, comunhão parcial de bens, Advogada, natural da cidade de São Luís/MA, nascida em 15/01/1986, portadora da cédula de identidade (RG) nº 1183801995 GEJUSPC-MA, CPF: 986.227.063-20, residente e domiciliada a Avenida Jeronimo de Albuquerque Maranhão, S/N, bairro: Vinhais, Cidade/UF: São Luís/MA, CEP: 65.074-199.

CLÁUSULA SEGUNDA: O titular MAYARA ABRANTES FONTENELE, declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da SOCIEDADE LIMITADA, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA TERCEIRA: O Capital desta empresa é R$ 200.000,00 (Duzentos Mil Reais) dividido em 200.000 (Duzentos Mil) quotas de valor nominal R$ 1.00(Um Real) cada, integralizado neste ato em moeda corrente do país, ficando o capital distribuído da seguinte forma:

ALTERAÇÃO DA SOCIEDADE LIMITADA
EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA
CNPJ: 30.065.139/0001-84.

PROC. 210
FLS. 345
RUB.

SÓCIO	%	Nº DE QUOTAS	VALOR R$
MAYARA ABRANTES FONTENELE	100%	200.000	R$ 200.000,00
TOTAL	**100%**	**200.000**	**R$ 200.000,00**

CLÁUSULA QUARTA: Fica Alterado o endereço da sociedade limitada para Rua 26, Qd. 16, Nº 08, Bairro: Conjunto Habitacional Vinhais, Cidade/UF: São Luís/MA, CEP: 65.074-199.

CLÁUSULA QUINTA: Fica Alterado o porte da Sociedade limitada para Empresa de Pequeno Porte – EPP.

CLÁUSULA SEXTA: As demais cláusulas constantes no contrato social e que não tenham sido mencionadas na presente alteração continuam inalteradas.

E, por estar assim constituída, assina(m) o presente instrumento particular, em via única.

São Luís – MA, 19 de Março de 2025.

MAYARA ABRANTES FONTENELE

CARLOS VICTOR BELO DE SOUSA

PROC. 211
FLS 315
RUB.

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
96635517391	CARLOS VICTOR BELO DE SOUSA
98622706320	MAYARA ABRANTES FONTENELE

CERTIFICO O REGISTRO EM 13/05/2025 11:03 SOB Nº 20250334550.
PROTOCOLO: 250334550 DE 08/05/2025.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12507787413. CNPJ DA SEDE: 30065139000184.
NIRE: 21201467345. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 13/05/2025.
EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA

JUCEMA

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

PROC. 212
FLS 315
RUB.


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

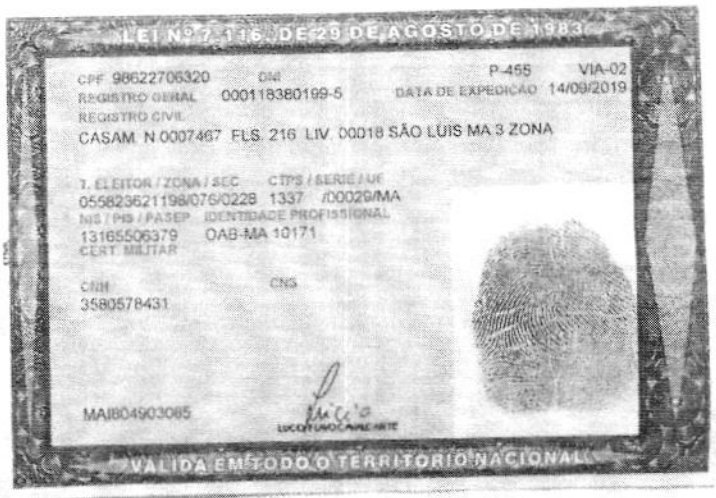
NOME MAYARA ABRANTES FONTENELE

FILIAÇÃO
JOSÉ DO CARMO FONTENELE E DIRLENE ABRANTES FONTENELE

DATA NASCIMENTO 15/01/1986
ÓRGÃO EXPEDIDOR SSP/MA
FATOR RH **
NATURALIDADE
SAO LUIS - MA
OBSERVAÇÃO
DOADOR DE ÓRGÃO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE


LEI Nº 7.116, DE 29 DE AGOSTO DE 1983

CPF 98622706320
DNI
P-455
VIA-02
REGISTRO GERAL 000118380199-5
DATA DE EXPEDIÇÃO 14/09/2019
REGISTRO CIVIL
CASAM. N 0007467 FLS. 216 LIV. 00018 SÃO LUIS MA 3 ZONA

T. ELEITOR / ZONA / SEC.
CTPS / SÉRIE / UF
055823621198/076/0228 1337 /00029/MA
NIS / PIS / PASEP
IDENTIDADE PROFISSIONAL
13165506379 OAB-MA 10171
CERT. MILITAR

CNH
CNS
3580578431

MAI804903065

LUCIO FLAVIO CAMPELO ARTE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

PROC. 213
FLS 315
RUB.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
30.065.139/0001-84 MATRIZ		28/03/2018

NOME EMPRESARIAL
EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
EKO SOLUCOES AMBIENTAIS	EPP

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
74.90-1-99 - Outras atividades profissionais, cientificas e técnicas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
02.20-9-06 - Conservação de florestas nativas
02.30-6-00 - Atividades de apoio à produção florestal
03.21-3-05 - Atividades de apoio à aqüicultura em água salgada e salobra
03.22-1-07 - Atividades de apoio à aqüicultura em água doce
36.00-6-02 - Distribuição de água por caminhões
37.02-9-00 - Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes
38.11-4-00 - Coleta de resíduos não-perigosos
38.12-2-00 - Coleta de resíduos perigosos
43.11-8-02 - Preparação de canteiro e limpeza de terreno
43.13-4-00 - Obras de terraplenagem
43.30-4-04 - Serviços de pintura de edifícios em geral
43.99-1-05 - Perfuração e construção de poços de água
71.11-1-00 - Serviços de arquitetura
71.12-0-00 - Serviços de engenharia
71.19-7-02 - Atividades de estudos geológicos
71.19-7-03 - Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia
71.19-7-04 - Serviços de perícia técnica relacionados à segurança do trabalho
71.20-1-00 - Testes e análises técnicas
77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador
81.30-3-00 - Atividades paisagísticas

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R 26, QD.16	08	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
65.074-199	CONJUNTO HABITACIONAL VINHAIS	SAO LUIS	MA

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
MAYARAFONTENELE.ADV@GMAIL.COM	(98) 8826-1447

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	28/03/2018

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **15/12/2025** às **16:20:37** (data e hora de Brasília).

Página: **1/2**

PROC. 214
FLS 365
RUB.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
30.065.139/0001-84 MATRIZ		28/03/2018

NOME EMPRESARIAL
EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R 26, QD.16	08	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
65.074-199	CONJUNTO HABITACIONAL VINHAIS	SAO LUIS	MA

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
MAYARAFONTENELE.ADV@GMAIL.COM	(98) 8826-1447

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	28/03/2018

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **15/12/2025** às **16:20:37** (data e hora de Brasília).

Página: **2/2**

MARANHÃO
SECRETARIA DA FAZENDA

FICHA CADASTRAL DO CONTRIBUINTE

USUÁRIO: 98622706320
DATA: 15/12/2025
HORA: 16:38

INSC. ESTADUAL: 12.646.706-4 — ÚLTIMA ALTERAÇÃO: 13/05/2025
RAZÃO SOCIAL: EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA

SITUAÇÃO FISCAL: REGULAR — SERASA: Não
MOTIVOS FISCAIS:

SITUAÇÃO CADASTRAL: ATIVO
MOTIVO CADASTRAL: --

DADOS GERAIS

CPF/CNPJ: 30.065.139/0001-84
RAZÃO SOCIAL: EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA
NIRE: 21201467345
INICIO DE ATIVIDADES: 04/06/2020
AGÊNCIA REGIONAL: 01 - AGÊNCIA DE SAO LUIS
TIPO DE SOCIEDADE: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
REGIME DE PAG.: SIMPLES NACIONAL
DATA OBRIG. NFE: --
CORREIO ELETRÔNICO: EKO.SA@OUTLOOK.COM

INSC. CENTRALIZADORA: --
TIPO PESSOA: JURÍDICA
CAPITAL SOCIAL: 200.000,00
UFRE: 46 - UFRE/SÃO LUÍS
CAT. DO ESTABELECIMENTO: MATRIZ OU UNICO
DATA OBRIG. EFD: --
ÁREA UTILIZADA: 20000

PROC. 215
FLS 315
RUB.

ENDEREÇO DE ESTABELECIMENTO

CEP: 65074-199
ENDEREÇO: RUA 26 QD 16
COMPLEMENTO: --
PONTO DE REFERENC.: --
CIDADE: SAO LUIS
TELEFONE: (98)8413-4829
CEP CAIXA POSTAL: --

NÚMERO: 8
BAIRRO: CONJUNTO HABITACIONAL VINHAIS
ESTADO: MA
FAX: --

ENDEREÇO FISCAL

CEP: --
ENDEREÇO: RUA 26, QD.16
COMPLEMENTO: QUADRA16
PONTO DE REFERENC.: --
CIDADE: SAO LUIS
TELEFONE: (98)8413-4829
CEP CAIXA POSTAL: 00000-000

NÚMERO: 08
BAIRRO: CONJUNTO HABITACIONAL VINHAIS
ESTADO: MA
FAX: --

CNAE - ATIVIDADES ECONÔMICAS

ORDEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO
1	7490199	OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
2	8599604	TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL
3	0321305	ATIVIDADES DE APOIO À AQÜICULTURA EM ÁGUA SALGADA E SALOBRA
4	0322107	ATIVIDADES DE APOIO À AQÜICULTURA EM ÁGUA DOCE
5	3600602	DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA POR CAMINHÕES
6	3702900	ATIVIDADES RELACIONADAS A ESGOTO, EXCETO A GESTÃO DE REDES
7	3811400	COLETA DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS
8	3812200	COLETA DE RESÍDUOS PERIGOSOS
9	4311802	PREPARAÇÃO DE CANTEIRO E LIMPEZA DE TERRENO
10	4313400	OBRAS DE TERRAPLENAGEM
11	4330404	SERVIÇOS DE PINTURA DE EDIFÍCIOS EM GERAL
12	4399105	PERFURAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE POÇOS DE ÁGUA
13	7111100	SERVIÇOS DE ARQUITETURA
14	7112000	SERVIÇOS DE ENGENHARIA
15	7119702	ATIVIDADES DE ESTUDOS GEOLÓGICOS
16	7119703	SERVIÇOS DE DESENHO TÉCNICO RELACIONADOS À ARQUITETURA E ENGENHARIA
17	7119704	SERVIÇOS DE PERÍCIA TÉCNICA RELACIONADOS À SEGURANÇA DO TRABALHO
18	7120100	TESTES E ANÁLISES TÉCNICAS
19	7739099	ALUGUEL DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS NÃO ESPECIFICADOS
20	8130300	ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS
21	0220906	CONSERVAÇÃO DE FLORESTAS NATIVAS
22	0230600	ATIVIDADES DE APOIO À PRODUÇÃO FLORESTAL

REPRESENTANTES LEGAIS

CNN/CPF	NOME/RAZÃO SOCIAL	TIPO DE RELAÇÃO

MARANHÃO
SECRETARIA DA FAZENDA

FICHA CADASTRAL DO CONTRIBUINTE

USUÁRIO: 98622706320
DATA: 15/12/2025
HORA: 16:38

REPRESENTANTES LEGAIS		
CNN/CPF	NOME/RAZÃO SOCIAL	TIPO DE RELAÇÃO
21533920397	JOSÉ MARCELINO SALAZAR FILHO	3 - CONTADOR
98622706320	MAYARA ABRANTES FONTENELE	205 - ADMINISTRADOR
98622706320	MAYARA ABRANTES FONTENELE	101 - SÓCIO

AÇÕES JUDICIAIS				
TIPO	DATA INCLUSÃO	DATA REVOGAÇÃO	DOC. CONCESSÃO	EFEITO

Não existem Ações Judiciais para essa inscrição estadual.

OBRIGATORIEDADE / CREDENCIAMENTO			
TIPO	DATA INÍCIO	DATA FIM	SITUAÇÃO
ICMS	04/06/2020	--	Ativo
NF-e	26/09/2024	--	Ativo

INCENTIVOS / REGIMES ESPECIAIS			
TIPO	DATA INÍCIO	DATA FIM	SITUAÇÃO

Não existem Incentivos/Regimes Especiais para essa inscrição

PROC. 216
FLS 315
RUB.

PROC. 217
FLS 315
RUB.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA
CNPJ: 30.065.139/0001-84

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 16:26:49 do dia 15/12/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 13/06/2026.
Código de controle da certidão: **4A61.C340.B470.1606**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

PROC. 218
FLS 305
RUB.

Voltar Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 30.065.139/0001-84
Razão Social: EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA
Endereço: AV JERONIMO DE ALBUQUERQUE MARANHAO 08 / VINHAIS / SAO LUIS / MA / 65074-199

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 24/12/2025 a 22/01/2026

Certificação Número: 2025122420555013335659

Informação obtida em 05/01/2026 09:23:46

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PROC. 219
FLS 315
RUB.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 30.065.139/0001-84
Certidão nº: 78411103/2025
Expedição: 15/12/2025, às 16:27:41
Validade: 13/06/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **30.065.139/0001-84**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

PROC. 220
FLS 815
RUB.

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

Nº Certidão: 118174/25 **Data da** 15/12/2025 16:26:21

Inscrição Estadual: 126467064 **CPF/CNPJ:** 30065139000184

Razão Social: EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA

Endereço: RUA 26 QD 16, 8 CEP: 65074199 - CONJUNTO HABITACIONAL VINHAIS

Telefone: (98)84134829 **Município:** SAO LUIS **UF:** MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156, da lei nº 2.231, de 29/12/1962, substanciado pelos artigos 240 a 242 da lei nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve o artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo acima identificado.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 15/03/2026.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:
http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Dívida Ativa".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 15/12/2025 16:26:21

PROC. 221
FLS 315
RUB.

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº Certidão: 399316/25 **Data da** 15/12/2025 16:25:55

Inscrição Estadual: 126467064 **CPF/CNPJ:** 30065139000184

Razão Social: EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA

Endereço: RUA 26 QD 16, 8 CEP: 65074199 - CONJUNTO HABITACIONAL VINHAIS

Telefone: (98)84134829 **Município:** SAO LUIS **UF:** MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria, substanciado pelos artigos 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002 e disposto no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos relativos aos tributos estaduais, administrados por esta Secretaria, em nome do sujeito passivo acima identificado. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Estadual o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 15/03/2026.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:
http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Débito".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 15/12/2025 16:25:55

CERTIFICADO
102025009218757 1

PREFEITURA DE SAO LUÍS

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

PROC. 222
FLS 305
RUB.

CERTIDÃO NEGATIVA

Número da Certidão: 00011891942025

Validade: 10/01/2026

Certificamos que até a presente data não consta débito fiscal relativo a pessoa jurídica, descrita abaixo, reserva-se o direito de a fazenda municipal cobrar dívidas posteriormente comprovadas, hipótese prevista nos artigos 80 e 146, da lei 6.289, de 28/12/2017 do código tributário municipal.

DADOS DA PESSOA JURÍDICA	
CNPJ: 30.065.139/0001-84	**Inscrição Municipal:** 98233983
Razão Social: EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA	
ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL	
749019900 – OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTIFICAS E TECNICAS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	
ENDEREÇO DE LOCALIZACAO	
Logradouro: RUA 26, QD.16	
Número: 08	**Complemento:**
Bairro: CONJUNTO HABITACIONAL VINHAIS	
Município: SAO LUIS – MA	**CEP:** 65074199

A presente certidão, sem conter rasuras, tem sua eficácia até a data de validade acima informada, tendo sido lavrada em São Luís (MA), em **12 de setembro de 2025 as 10:17**, sob o código de autenticidade nº **EBF60F60548CF89EF3F0C3AB8F7A03D4**.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na Internet, em https://stm.semfaz.saoluis.ma.gov.br/validacaocertidao.

"NÃO E VÁLIDA A CERTIDÃO QUE CONTIVER EMENDAS, RASURAS OU ENTRELINHAS."

PROC. 223
FLS 345
RUB.

FÁCIL GOVERNO DO MARANHÃO

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado de Indústria e comércio - SEINC
Junta Comercial do Estado do Maranhão

EMPRESA FÁCIL GOVERNO DO MARANHÃO

CERTIDÃO ESPECÍFICA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Certificamos que a EMPRESA: EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA; CNPJ: 30.065.139/0001-84	**Protocolo:** MAC2500788602
Não consta como empresário individual, titular, sócio,administrador e/ou participa de empresa registrada nesta Junta Comercial	

Esta certidão foi emitida automaticamente em 15/12/2025, às 16:34:08 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no **https://www.empresafacil.ma.gov.br**, com o código **NHAPAB56**.

MAC2500788602

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
Secretário Geral

FÁCIL GOVERNO DO MARANHÃO

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado de Indústria e comércio - SEINC
Junta Comercial do Estado do Maranhão

FÁCIL GOVERNO DO MARANHÃO

PROC. 224
FLS 315
RUB.

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA

Protocolo: MAC250788440

NIRE : 21201467345
Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada

NIRE (Sede)	CNPJ	Data de Ato Constitutivo	Início de Atividade
21201467345	30.065.139/0001-84	28/03/2018	27/03/2018

Endereco Completo
Rua 26, QD.16, Nº 08, CONJUNTO HABITACIONAL VINHAIS - São Luís/MA - CEP 65074-199

Objeto Social
7490199 OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTIFICAS E TECNICAS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE. - O SERVICO DE PREVISAO METEOROLOGICA. - OS SERVICOS DE AVALIACAO NAO-IMOBILIARIA (JOIAS, ANTIGUIDADES, ETC.). - AS ATIVIDADES DE ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA EM AREAS PROFISSIONAIS, CIENTIFICAS E TECNICAS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE. - INCLUSIVE AS REALIZADAS POR PROFISSIONAIS AUTONOMOS OU CONSTITUIDOS COMO EMPRESAS INDIVIDUAIS 0220906 CONSERVACAO DE FLORESTAS NATIVAS 0230600 ATIVIDADES DE APOIO A PRODUCAO FLORESTAL 0321305 ATIVIDADES DE APOIO A AQUICULTURA EM AGUA SALGADA E SALOBRA 0322107 ATIVIDADES DE APOIO A AQUICULTURA EM AGUA DOCE 3600602 DISTRIBUICAO DE AGUA POR CAMINHOES 3702900 ATIVIDADES RELACIONADAS A ESGOTO, EXCETO A GESTAO DE REDES 3811400 COLETA DE RESIDUOS NAO-PERIGOSOS 3812200 COLETA DE RESIDUOS PERIGOSOS 4311802 PREPARACAO DE CANTEIRO E LIMPEZA DE TERRENO 4313400 OBRAS DE TERRAPLENAGEM 4330404 SERVICOS DE PINTURA DE EDIFICIOS EM GERAL 4399105 PERFURACAO E CONSTRUCAO DE POCOS DE AGUA 7111100 SERVICOS DE ARQUITETURA 7112000 SERVICOS DE ENGENHARIA 7119702 ATIVIDADES DE ESTUDOS GEOLOGICOS 7119703 SERVICOS DE DESENHO TECNICO RELACIONADOS A AROUITETURA E ENGENHARIA 7119704 SERVICOS DE PERICIA TECNICA RELACIONADOS A SEGURANCA DO TRABALHO 7120100 TESTES E ANALISES TECNICAS 7739099 ALUGUEL DE OUTRAS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, SEM OPERADOR (MOTORES, TURBINAS E MAQUINAS-FERRAMENTA. - GERADORES, GUINCHOS, GUINDASTES E EMPILHADEIRAS. - APARELHOS DE USOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS. - EQUIPAMENTOS CINEMATOGRAFICOS. - EQUIPAMENTOS PROFISSIONAIS PARA RADIO, TELEVISAO E COMUNICACOES. - EQUIPAMENTOS DE TESTE, MEDICAO E CONTROLE. - CONTEINERES) 8130300 ATIVIDADES PAISAGISTICAS 8599604 TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL

Capital Social	Porte	Prazo de Duração
R$ 200.000,00 (duzentos mil reais)	EPP (Empresa de Pequeno Porte)	Indeterminado
Capital Integralizado R$ 200.000,00 (duzentos mil reais)		

Dados do Sócio

Nome	CPF/CNPJ	Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato
MAYARA ABRANTES FONTENELE	986.227.063-20	R$ 200.000,00	Socio	S	Indeterminado

Dados do Administrador

Nome	CPF	Término do mandato
MAYARA ABRANTES FONTENELE	986.227.063-20	Indeterminado

Ultimo Arquivamento

Data	Numero	Ato/eventos	Situação
05/09/2025	20250908093	223 / 223 - BALANCO	ATIVA
			Status SEM STATUS

Esta certidão foi emitida automaticamente em 15/12/2025, às 16:33:31 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no **https://www.empresafacil.ma.gov.br**, com o código **5GDKAPA8**.

CARLOS ANDRE DE MORAES PEREIRA
Secretário-Geral

Estado do Maranhão — **SINTEGRA/ICMS** — Consulta Pública ao Cadastro do Estado do Maranhão — Secretaria da Fazenda

PROC. 225
FLS 315
RUB.

Resultado da Consulta SINTEGRA/ICMS

IDENTIFICAÇÃO

CGC: 30.065.139/0001-84 **Inscrição Estadual:** 12.646706-4
Razão Social: EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA
Regime Apuração: SIMPLES NACIONAL

ENDEREÇO

Logradouro: RUA 26 QD 16
Número: 8 **Complemento:**
Bairro: CONJUNTO HABITACIONAL VINHAIS
Município: SAO LUIS **UF:** MA
CEP: 65074199 **DDD:** **Telefone:** 84134829

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

CNAE Principal: 7490199 - OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE

CNAEs Secundários

Código	Descrição CNAE
4313400	OBRAS DE TERRAPLENAGEM
4330404	SERVIÇOS DE PINTURA DE EDIFÍCIOS EM GERAL
4399105	PERFURAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE POÇOS DE ÁGUA
7111100	SERVIÇOS DE ARQUITETURA
7112000	SERVIÇOS DE ENGENHARIA
7119702	ATIVIDADES DE ESTUDOS GEOLÓGICOS
7119703	SERVIÇOS DE DESENHO TÉCNICO RELACIONADOS À ARQUITETURA E ENGENHARIA
7119704	SERVIÇOS DE PERÍCIA TÉCNICA RELACIONADOS À SEGURANÇA DO TRABALHO
7120100	TESTES E ANÁLISES TÉCNICAS
7739099	ALUGUEL DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, SEM OPERADOR
8599604	TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL
8130300	ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS
220906	CONSERVAÇÃO DE FLORESTAS NATIVAS
230600	ATIVIDADES DE APOIO À PRODUÇÃO FLORESTAL
321305	ATIVIDADES DE APOIO À AQUICULTURA EM ÁGUA SALGADA E SALOBRA
322107	ATIVIDADES DE APOIO À AQUICULTURA EM ÁGUA DOCE
3600602	DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA POR CAMINHÕES
3702900	ATIVIDADES RELACIONADAS A ESGOTO, EXCETO A GESTÃO DE REDES
3811400	COLETA DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS
3812200	COLETA DE RESÍDUOS PERIGOSOS
4311802	PREPARAÇÃO DE CANTEIRO E LIMPEZA DE TERRENO

Situação Cadastral Vigente: HABILITADO
Data desta Situação Cadastral: 18/10/2024

OBRIGAÇÕES

NFe a partir de (CNAE's): 26/09/2024 - (Devido emissão voluntária),
EDF a partir de:
CTE a partir de:

Observação: Os dados acima estão baseados em informações fornecidas pelo próprio contribuinte cadastrado. Não valem como certidão de sua efetiva existência de fato e de direito, não são oponíveis à Fazenda e nem excluem a responsabilidade tributária derivada de operações com ele ajustadas.

Data da Consulta: 15/12/2025
Número da Consulta:

Nova Consulta | Imprimir

Desenvolvido pela Sefaz/COTEC - 2005-2012

PROC. 026
FLS 815
RUB.

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:
30.065.139/0001-84
NOME EMPRESARIAL:
EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA
CAPITAL SOCIAL:
R$200.000,00 (Duzentos mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:
MAYARA ABRANTES FONTENELE
Qualificação:
49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia **15/12/2025** às **16:22** (data e hora de Brasília).

EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA
CNPJ: 30065139000184
Balanço Patrimonial de 01/01/2023 até 31/12/2023 NIRE: 21102204940 Diário: Folha: 1
rua timbauba, nº36, bairro: calhau, cep: 65071-440 São Luis - MA

PROC. 227
FLS 375
RUB.

Classificação	Descrição	Exercício Anterior	Exercício Atual
1	**ATIVO (7)**		
1.1	**ATIVO CIRCULANTE (14)**		
1.1.01	**Disponibilidades (21)**		
1.1.01.001	**Caixa e Equivalentes de Caixa (28)**		
1.1.01.001.00001	Caixa (35)	15.015,58D	5.642,06D
	=Caixa e Equivalentes de Caixa	*****15.015,58D**	******5.642,06D**
1.1.01.002	**Bancos Conta Movimento (42)**		
1.1.01.002.00003	Banco do Brasil S/A. (63)	3.941,88D	94.206,11D
	=Bancos Conta Movimento	******3.941,88D**	*****94.206,11D**
	=Disponibilidades	*****18.957,46D**	*****99.848,17D**
1.1.02	**Contas a Receber (91)**		
1.1.02.001	**Clientes (98)**		
1.1.02.001.00003	Clientes diversos (3199)	19.473,17D	19.473,17D
	=Clientes	*****19.473,17D**	*****19.473,17D**
	=Contas a Receber	*****19.473,17D**	*****19.473,17D**
	=T o t a l - ATIVO CIRCULANTE	*****38.430,63D**	****119.321,34D**
1.3	**ATIVO NÃO CIRCULANTE (322)**		
1.3.03	**Imobilizado (427)**		
1.3.03.003	**Máquinas e Equipamentos (469)**		
1.3.03.003.00001	Máquinas/Equipamentos (476)	49.387,50D	49.387,50D
	=Máquinas e Equipamentos	*****49.387,50D**	*****49.387,50D**
1.3.03.004	**Veículos (518)**		
1.3.03.004.00001	Veiculos (525)	133.800,00D	133.800,00D
	=Veículos	****133.800,00D**	****133.800,00D**
1.3.03.005	**Móveis e Utensílios (532)**		
1.3.03.005.00001	Móveis e Utensílios (539)	38.976,10D	38.976,10D
	=Móveis e Utensílios	*****38.976,10D**	*****38.976,10D**
1.3.03.006	**(-) Depreciação Acumulada (546)**		
1.3.03.006.00002	(-) Máquinas e Equipamentos (560)	4.938,75C	9.877,50C
1.3.03.006.00003	(-) Móveis e Utensílios (567)	3.597,61C	7.495,22C
1.3.03.006.00005	(-) Veículos (581)	0,00C	28.596,36C
1.3.03.006.00006	Depreciação acumulada (3206)	28.596,36C	0,00
	=(-) Depreciação Acumulada	*****37.132,72C**	*****45.969,08C**
	=Imobilizado	****185.030,88D**	****176.194,52D**
	=T o t a l - ATIVO NÃO CIRCULANTE	****185.030,88D**	****176.194,52D**
	=T o t a l - ATIVO	****223.461,51D**	****295.515,86D**
2	**PASSIVO (630)**		
2.1	**PASSIVO CIRCULANTE (637)**		
2.1.03	**Obrigações Fiscais (735)**		

MAYARA ABRANTES FONTENELE
Sócio - Administrador
CPF:98622706320

MAURO HENRIQUE BEZERRA MARTINS
Tec.Contabil
CPF:292.846.603-78 CRC/MA10656

EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA
CNPJ: 30065139000184
Balanço Patrimonial de 01/01/2023 até 31/12/2023 NIRE: 21102204940 Diário: Folha: 2
rua timbauba, nº36, bairro: calhau, cep: 65071-440 São Luís - MA

Classificação		Descrição	Exercício Anterior	Exercício Atual
2.1.03.001		**Impostos a Recolher (742)**		
2.1.03.001.00008		Simples Nacional a Recolher (798)	0,00C	653.36C
		=Impostos a Recolher	**********0,00C	********653,36C
		=Obrigações Fiscais	**********0,00C	********653,36C
		=T o t a l - PASSIVO CIRCULANTE	**********0,00C	********653,36C
2.3		**PATRIMÔNIO LÍQUIDO (1099)**		
2.3.01		**Capital Social (1106)**		
2.3.01.001		**Capital Subscrito (1113)**		
2.3.01.001.00001		Capital Social Subscrito- Sócio 1 (1120)	200.000,00C	100.000,00C
2.3.01.001.00002		Capital Social Subscrito - Sócio 2 (3234)	0.00	100.000,00C
2.3.01.001.00002		**=Capital Subscrito**	****200.000,00C	****200.000,00C
2.3.01.002	0	**=Capital Social**	****200.000,00C	****200.000,00C
2.3.02		**Reservas (1141)**		
2.3.02.002		**Reservas de Lucros (1162)**		
2.3.02.002.00001		Reservas de Lucros (1169)	7.779,33C	7.779,33C
2.3.02.002.00001		**=Reservas de Lucros**	******7.779,33C	******7.779,33C
2.3.02.002.00001		**=Reservas**	******7.779,33C	******7.779,33C
2.3.03		**Lucros/Prejuízos Acumulados (1176)**		
2.3.03.001		**Lucros Acumulados (1183)**		
2.3.03.001.00001		Lucros Acumulados (1190)	15.682,18C	87.083,17C
2.3.03.001.00001		**=Lucros Acumulados**	*****15.682,18C	*****87.083,17C
2.3.03.003	0	**=Lucros/Prejuízos Acumulados**	*****15.682,18C	*****87.083,17C
2.3.03.003	0	**=T o t a l - PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	****223.461,51C	****294.862,50C
		=T o t a l - PASSIVO	****223.461,51C	****295.515,86C

MAYARA ABRANTES FONTENELE
Sócio - Administrador
CPF:98622706320

MAURO HENRIQUE BEZERRA MARTINS
Tec.Contabil
CPF:292.846.603-78 CRC/MA10656

Eko Construções e Soluções Ambientais Ltda é uma sociedade empresária limitada, com fins econômicos e com sede na rua timbauba, nº 36, calhau, São Luis -MA Cep: 65071-440, foro juridico na cidade de São Luis / MA, tendo como objetivo social ATIVIDADE PRINCIPAL: Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente ATIVIDADES SECUNDARIAS: Conservação de florestas nativas, Atividades de apoio à produção florestal, Atividades de apoio à aqüicultura em água salgada e salobra, Atividades de apoio à aqüicultura em água doce, Distribuição de água por caminhões, Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes, Coleta de resíduos não- perigosos,Coleta de resíduos perigosos, Preparação de canteiro e limpeza de terreno, Obras de terraplenagem,Serviços de pintura de edifícios em geral, Perfuração e construção de poços de água, Serviços de arquitetura, Serviços de engenharia, Atividades de estudos geológicos, Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia, Serviços de perícia técnica relacionados à segurança do trabalho,Testes e análises técnicas, Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador, Atividades paisagísticas, Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial, com início de atividades em 28/03/2018 e sua regência se dá pelo Contrato Social com respaldo legal na Lei Federal nº 10.406/2002, com execução de atividade apenas no exercicio na prestação de serviços.

A empresa Eko Construções e Soluções Ambientais Ltda possui os seguintes registros e inscrições:

- Seu contrato social, foi registrado na JUCEMA e tem como NIRE: 211022049-40
- Cadastrada no CNPJ sob nº: 30.065.139-00001-84
- Cadastrada na Sefaz/MA, Inscrição Estadual sob nº: 12646706-4
- Cadastro Municipal (MA), CCM sob nº98233983

A empresa neste ano de 2023 esteve enquadrada no regime tributário SIMPLES NACIONAL e contabiliza os encargos tributários pelo regime de competência.

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas e adotadas no Brasil tomando-se como base a Lei nº 11.638/07 alterada pela lei 11.941/2009.
Foi obedecido também o Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (ITG 1000), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, Resoluções CFC nº: 750/1993, 1.255/2009, 1.282/2010 e 1.418/2012.

PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

O exercício social abrange os dados e documentos fornecidos no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro do ano de 2023.
A moeda funcional da empresa é o Real (R$).
Receitas: são apuradas por meio de notas fiscais de serviço emitidas no período de 01/01/2023 a 31/12/2023
Custos e Despesas tem como base as notas fiscais, recibos e guias de pagamento (DARFS, GPS, DAMS), em conformidade com as exigências fisco legais.
Direitos e obrigações: Os direitos e obrigações da empresa estão de acordo com seus efetivos valores reais.
Estimativas contábeis: A mensuração das provisões segue o critério de estimativas dos ativos e o dos passivos a possibilidade de execução de demandas judiciais.

MAYARA ABRANTES FONTENELE
Sócio - Administrador
CPF:98622706320

MAURO HENRIQUE BEZERRA MARTINS
Tec.Contabil
CPF:292.846.603-78 CRC/MA 10656
RG:769026

Apuração do resultado: o resultado de receitas, custos e despesas é apurado de acordo com o Regime Contábil de Competência, preceituado no art. 9º da resolução CFC nº 750, de 29 de dezembro de 1993, que dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade - (PFC).
É apresentado abaixo os valores totais apurados no ano em curso.

	1° TRIM	2° TRIM	3 ° TRIM	4°TRIM	SOMA
RECEITAS	9.725,86	33.604,42	23.639,34	27.317,88	94.287,50
DESP + CUSTOS	640,00	4.454,54	4.400,60	12.022,37	21.517,51
RESULTADO	9.085,86	29.149,88	19.238,74	15.295,51	72.769,99

Observa-se do 1º trimestre em relação ao 4º trimestre temos que
A) Aumento das receitas de 64,40 %;
B) A despesa e custos teve uma aumento de 94,67 %;
C) Um lucro de 72.769,99

ATIVOS
Caixa e equivalentes de caixa
Foi utilizada a Conta Caixa/Bancos para os recebimentos e pagamentos.

Caixa/Bancos :	1° TRIM	2° TRIM	3° TRIM	4°TRIM
	27.734,32	56.514,70	76.097,80	99.848,17

CAPITAL SOCIAL
O capital social é de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) dividido em 200.000 quotas no valor unitario de R$ 1,00 (um real) cada, totalmente integralizado, apresentando a seguinte composição:

Sócio 01 - 50% = R$ 100.000,00
Sócio 02 - 50% = R$ 100.000,00

EVENTOS SUBSEQUENTES
O administrador declara a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

MAYARA ABRANTES FONTENELE
Sócio - Administrador
CPF:98622706320

MAURO HENRIQUE BEZERRA MARTINS
Tec Contabil
CPF:292.846.603-78 CRC/MA10656
RG 769026

EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA
CNPJ : 30065139000184 Nire: 21102204940 Data: 28/03/2018
Balanço Patrimonial em 31/12/2023
rua timbauba, nº36, bairro: calhau, cep: 65071-440 São Luis - MA
Diário: 0 Folha: 5

IMPORTA O PRESENTE BALANÇO PATRIMONIAL SOMANDO NO ATIVO E NO PASSIVO 295.515,86 (DUZENTOS E NOVENTA E CINCO MIL, QUINHENTOS E QUINZE REAIS E OITENTA E SEIS CENTAVOS) DE ACORDO COM A DOCUMENTAÇÃO QUE NOS FOI APRESENTADA.

São Luis, 31 de dezembro de 2023

MAYARA ABRANTES FONTENELE
Sócio - Administrador
CPF: 98622706320

MAURO HENRIQUE BEZERRA MARTINS
TEC.CONTABIL
CPF: 292.846.603-78 CRC/MA 10656
RG: 769026 Orgão: SSP/MA

EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA(00002)
CNPJ: 30065139000184 NIRE: 21102204940 Data: 28/03/2018
Endereço: rua timbauba, nº36, cep: 65071-440 , calhau, São Luis, MA
Balanço de Resultado Econômico Sintética de 01/01/2023 até 31/12/2023

PROC. 232
FLS 315
RUB.

Diário :0 Folha: 6

Descrição	Classificação	Conta	Exercicio Atual
Receitas de Venda			
Receita bruta de serviços	3.1.01.004	3157	94.287,50C
=Receitas de Venda			*****94.287,50C
Despesas Operacionais			
Despesas Administrativas	3.2.02.001	2128	12.591,36I
Despesas Tributárias, Taxas e Contribuições	3.2.02.003	2660	8.926,15I
=Despesas Operacionais			*****21.517,51I

RESULTADO DO EXERCICIO

RECEITAS----------> 94.287,50C
DESPESAS + CUSTO----------> 21.517,51D
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO: ******72.769,99

MAYARA ABRANTES FONTENELE
Sócio - Administrador
CPF 98622706320

MAURO HENRIQUE BEZERRA MARTINS
Tec Contabil
CPF:292.846.603-78 CRC/MA 10656
RG:769026

PROC. 233
FLS 315
RUB.

IMPORTA A PRESENTE DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO COM LUCRO DE 72.769,99 (SETENTA E DOIS MIL, SETECENTOS E SESSENTA E NOVE Reais E NOVENTA E NOVE CENTAVOS) DE ACORDO COM A DOCUMENTAÇÃO QUE NOS FOI APRESENTADA.

SÃO LUÍS, 31 DE DEZEMBRO DE 2023

MAYARA ABRANTES FONTENELE
Sócio - Administrador
CPF: 98622706320

MAURO HENRIQUE BEZERRA MARTINS
TEC.CONTABIL
CPF: 292.846.603-78 CRC/MA 10656

MINISTÉRIO DO EMPREENDEDORISMO, DA MICROEMPRESA E PEQUENO PORTE
Secretaria Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno
Diretoria Nacional de Registro Empresarial e Integração

PROC. 234
FLS 315
RUB.

DECLARAÇÃO DE ARQUIVAMENTO DE BALANÇO COMO DOCUMENTO DE INTERESSE

Pelo presente instrumento eletrônico, os abaixo qualificados:

I – Mayara Abrantes Fontenele, brasileira, solteira, empresária, inscrito(a) no CPF sob o nº 986.227.063-20, representante legal da sociedade Eko Construções e Soluções Ltda , inscrito no CNPJ sob o nº 30.065.139/0001-84, com sede na rua timbauba, nº 36, bairro: calhau, São Luis/MA cep 65071-440, conforme poderes atribuídos pelo contrato requerimento do empresário;

II – Mauro Henrique Bezerra Martins, brasileiro, solteiro, Contador, inscrito(a) no CPF sob nº 292.846.603-78, e no CRC/MA sob o nº 010656, Contador(a) responsável pela elaboração e validação das demonstrações contábeis;

Apresentam a registro, como documento de interesse, o balanço patrimonial ou balanço de resultado economica, referente ao exercicio do 2023; e

DECLARAM, sob as penas da lei, que:

1. As informações cadastrais constantes nesta e ato são verdadeiras e poderão ser consultadas perante a Junta Comercial do Maranhão;
2. Foram observadas as disposições contidas no art.10- B da instrução Normativa DREI nº 81/2020 e no § 2º do art, 2º da Instrução Normativa DREI nº 82/2021;
3. O conteúdo refletido do balanço ora representado a registro foi aprovado pelo Mayara Abrantes Fontenele.

Reconhecem que a falsidade de qualquer das informações declaradas poderá ensejar responsalização civil, admistrativa e penal dos signatários, nos termos da legislação vigente, incluindo os artigos 299 a 304 do Código Penal Brasileiro, além das sanções previstas nas normas societárias, contábeis e tributárias.

Esta declaração será assinada eletronicamente com validade jurídica plena, por meio de qualquer plataforma de assinatura eletronica

PROC. 235
FLS 315
RUB.

legalmente reconhecida no Brasil, como o Portal Gov.br(contas com selo prata ou ouro), com validação garantida pelo governo federal), ou pelos portais de assinatura electronica das Autoriddaes Certificadoras (AR) credenciadas pelo ICP-Brasil, utilizando certificados digitais emitidos conforme os requisites legais,nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2/2001, do Decreto nº 10.543/2020, da Lei nº 14.063/2020 e demais dispositivos aplicáveis.

E, por estarem de pleno acordo com as claúsulas acima, firmam eletronicamente a presente Declaração, para que produza todos os seus efeitos legais.

São Luis - MA, 21 de julho de 2025.

gov.b Documento assinado digitalmente
MAYARA ABRANTES FONTENELE
Data: 21/07/2025 09:27:18-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Mayara Abrantes Fontenele
CPF: 986.227.063-20
Sócia Administradora

gov.b Documento assinado digitalmente
MAURO HENRIQUE BEZERRA MARTINS
Data: 24/07/2025 11:12:04-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Mauro Henrique Bezerra Martins
CPF: 292.846.603-78
Tec. Contador CRC/MA010656

PROC. 236
FLS 315
RUB.

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
29284660378	MAURO HENRIQUE BEZERRA MARTINS
98622706320	MAYARA ABRANTES FONTENELE

CERTIFICO O REGISTRO EM 05/08/2025 08:54 SOB Nº 20250908093.
PROTOCOLO: 250908093 DE 04/08/2025.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12512491535. CNPJ DA SEDE: 30065139000184.
NIRE: 21201467345. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 05/08/2025.
EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA

JUCEMA

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

Ministério da Indústria e Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração

JUCEMA

PROC. 237
FLS. 315
RUB.

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - LIVRO DIGITAL

Declaro exatos os Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Digital com características abaixo, conferido e autenticado por ANSELMO DIAS CARNEIRO LOPES FILHO, sob a autenticidade n° 12518625401 em 26/11/2025, protocolo 251378080. Para validação de Autenticação dos Termos, deverá ser acessado o Portal de Serviços / verificação de documentos do Empreendedor (http://www.empresafacil.ma.gov.br) e informar o código de verificação.

Identificação de Empresa

Nome Empresarial:	EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA
Número de Registro:	21201467345
CNPJ:	30065139000184
Município:	São Luís

Identificação de Livro Digital

Tipo de Livro:	DIÁRIO
Número de Ordem:	1
Período de Escrituração:	01/01/2023 - 31/12/2023

Assinante(s)	Nome	CRC/OAB
29284660378	MAURO HENRIQUE BEZERRA MARTINS	MA10656
98622706320	MAYARA ABRANTES FONTENELE	

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 26/11/2025 10:53 SOB N° 20251378080.
PROTOCOLO: 251378080 DE 26/11/2025. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12518625401. NIRE: 21201467345.
EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA

JUCEMA

ANSELMO DIAS CARNEIRO LOPES FILHO
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
SÃO LUÍS, 26/11/2025
empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

MINISTÉRIO DO EMPREENDEDORISMO, DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE
Secretaria Nacional de Ambiente de Negócios
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

JUCEMA

PROC. 238
FLS 345
RUB.

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - LIVRO DIGITAL

Declaro exatos os Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Digital com características abaixo, conferido e autenticado por ANSELMO DIAS CARNEIRO LOPES FILHO, sob a autenticidade n° 12519667752 em 12/12/2025, protocolo 251384454. Para validação de Autenticação dos Termos, deverá ser acessado o Portal de Serviços / verificação de documentos do Empreendedor (http://www.empresafacil.ma.gov.br) e informar o código de verificação.

Identificação de Empresa

Nome Empresarial:	EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA
Número de Registro:	21201467345
CNPJ:	30065139000184
Munícipio:	São Luís

Identificação de Livro Digital

Tipo de Livro:	DIÁRIO
Número de Ordem:	2
Período de Escrituração:	01/01/2024 - 31/12/2024

Assinante(s)	Nome	CRC/OAB
29284660378	MAURO HENRIQUE BEZERRA MARTINS	MA10656
98622706320	MAYARA ABRANTES FONTENELE	

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 12/12/2025 12:11 SOB N° 20251384454.
PROTOCOLO: 251384454 DE 27/11/2025. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12519667752. NIRE: 21201467345.
EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA

JUCEMA

ANSELMO DIAS CARNEIRO LOPES FILHO
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
SÃO LUÍS, 12/12/2025
empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA

Termo de Abertura Diário : 001 Folha: 001

T E R M O D E A B E R T U R A

CONTÉM ESTE CONJUNTO DE FORMULÁRIOS 14 (QUATORZE) FOLHAS NUMERADAS TIPOGRAFICAMENTE DE 1 (UM) À 14 (QUATORZE), E SERVIRÁ DE LIVRO DIÁRIO NÚMERO 1(UM) E REFERENTE AO PERÍODO DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO SOCIAL DE 31 / 12 / 2023 DA EMPRESA EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA, ESTABELECIDA À RUA TIMBAUBA, Nº36, CEP: 65071-440, CALHAU, SÃO LUÍS / MA, CEP 65071-440, REGISTRADA NA JUNTA COMERCIAL DO MESMO ESTADO SOB O NIRE NUM. 21201467345 POR DESPACHO DE 28/03/2018 E INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 30065139000184.

CONFORME DETERMINA A INSTRUÇÃO NORMATIVA DREI/SGD/EPP Nº 82 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021, DECLARAMOS QUE O PRESENTE LIVRO ENCONTRA-SE TOTALMENTE ESCRITURADO, DE ACORDO COM A DOCUMENTAÇÃO QUE NOS FOI APRESENTADA, CONTABILIZADA E DEVOLVIDA.

SÃO LUÍS, 01 DE JANEIRO DE 2023

MAYARA ABRANTES FONTENELE
Administrador
CPF 98622706320

MAURO HENRIQUE BEZERRA MARTINS
TÉCNICO(A)
CRC MA/10656

EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA (00002)
CNPJ : 30065139000184 NIRE: 21201467345 Data: 28/03/2018
Diário Geral de 01/01/2023 a 31/12/2023 Folha: 2

Débito	Crédito	Documento	Histórico	Valor
***** **01/01/2023**		*****		
3206	581		transf de contas	28.596,36
***** **05/01/2023**		*****		
3094	63	00778246	TARIFA PACOTE DE SERVIÇOS	103,00
***** **11/01/2023**		*****		
35	63	00036647	TRANSFERÊNCIA ENVIADA	50,00
35	63	00036647	TRANSFERÊNCIA ENVIADA	50,00
***** **12/01/2023**		*****		
35	63	11202	PIX - ENVIADO	28,00
35	63	11201	PIX - ENVIADO	28,00
63	35	00011479	TRANSFERÊNCIA RECEBIDA	5.000,00
***** **13/01/2023**		*****		
63	35	00011479	TRANSFERÊNCIA RECEBIDA	8.000,00
***** **19/01/2023**		*****		
35	63	11901	PIX - ENVIADO	62,00
63	35	59368166	PIX - RECEBIDO	2.000,00
***** **20/01/2023**		*****		
35	63	12001	PAGAMENTO DE BOLETO	96,62
***** **24/01/2023**		*****		
35	63	12401	PIX - ENVIADO	300,00
***** **06/02/2023**		*****		
35	63	20601	PIX - ENVIADO	2.500,00
35	63	20602	PIX - ENVIADO	2.500,00
35	63	20603	PIX - ENVIADO	2.500,00
3094	63	04518827	TARIFA PACOTE DE SERVIÇOS	103,00
***** **10/02/2023**		*****		
35	63	21001	IMPOSTOS	28,00
35	63	00036647	TRANSFERÊNCIA ENVIADA	50,00
***** **14/02/2023**		*****		
35	63	21402	PAGAMENTO DE BOLETO	799,01
35	63	21401	PIX - ENVIADO	350,00
35	63	00036647	TRANSFERÊNCIA ENVIADA	50,00
***** **15/02/2023**		*****		
35	63	21501	IMPOSTOS	28,00
***** **16/02/2023**		*****		
35	63	21604	IMPOSTOS	135,00
35	63	21603	IMPOSTOS	135,00
35	63	21602	PIX - ENVIADO	300,00
35	63	21601	IMPOSTOS	60,11
***** **27/02/2023**		*****		
35	63	22701	PIX - AGENDAMENTO	80,00
			Total de Débitos a Transportar:	53.932,10
			Total de Créditos a Transportar:	53.932,10

EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA (00002)
CNPJ : 30065139000184 NIRF: 21201467345 Data: 28/03/2018
Diário Geral de 01/01/2023 a 31/12/2023
Folha: 3

Débito	Crédito	Documento	Histórico	Valor
			Total de Débitos Transportado:	53.932.10
			Total de Créditos Transportado:	53.932.10
***** **27/02/2023**		*****		
***** **28/02/2023**		*****		
63	35	00011479	TRANSFERÊNCIA RECEBIDA	10.000,00
***** **01/03/2023**		*****		
35	63	30102	PIX - ENVIADO	2.000,00
35	63	30104	PIX - ENVIADO	2.000,00
35	63	30103	PIX - ENVIADO	2.000,00
2275	63	30101	PIX - ENVIADO	250,00
***** **06/03/2023**		*****		
3094	63	00791264	TARIFA PACOTE DE SERVIÇOS	103,00
***** **07/03/2023**		*****		
35	63	30701	PAGAMENTO DE BOLETO	96,62
***** **08/03/2023**		*****		
63	35	72744636	TED-CRÉDITO EM CONTA	1.726,36
63	35	72740310	TED-CRÉDITO EM CONTA	4.249,50
***** **14/03/2023**		*****		
2275	63	31401	PIX - ENVIADO	390,00
***** **22/03/2023**		*****		
63	35	00011479	TRANSFERÊNCIA RECEBIDA	2.500,00
63	35	00011479	TRANSFERÊNCIA RECEBIDA	2.500,00
***** **28/03/2023**		*****		
63	35	75559577	TED-CRÉDITO EM CONTA	3.750,00
***** **31/03/2023**		*****		
35	3164		Valor Ref a Receita de Serviço	9.725,86
***** **05/04/2023**		*****		
35	63	40504	PIX - ENVIADO - 05/04 09:14 ALICE NEGREIROS SOARES COE	500,00
35	63	40503	PIX - ENVIADO - 05/04 09:13 PEDRO FERNANDO LIMA FERNAN	2.500,00
35	63	40502	PIX - ENVIADO - 05/04 09:12 MAYARA ABRANTES FONTENELE	2.500,00
35	63	40501	PIX - ENVIADO - 05/04 09:12 CARLOS VICTOR BELO DE SOUS	2.500,00
***** **06/04/2023**		*****		
3094	63	01893694	TARIFA PACOTE DE SERVIÇOS - COBRANÇA REFERENTE 06/04/2023	103,00
***** **11/04/2023**		*****		
35	63	00036647	TRANSFERÊNCIA ENVIADA - 11/04 15:05 JORNAL E E G LTDA ME	50,00
35	63	00036647	TRANSFERÊNCIA ENVIADA - 11/04 14:39 JORNAL E E G LTDA ME	50,00
***** **12/04/2023**		*****		
35	63	41201	PIX - ENVIADO - 12/04 12:41 MARCELO LAGARES PEDROZA	30,00
2702	63	41203	IMPOSTOS - SEFAZ 762906	28,00
2702	63	41202	IMPOSTOS - SEFAZ 762906	28,00
			Total de Débitos a Transportar:	103.512.44
			Total de Créditos a Transportar:	103.512.44

EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA (00002)
CNPJ : 30065139000184 NIRE: 21201467345 Data: 28/03/2018
Diário Geral de 01/01/2023 a 31/12/2023 Folha: 4

Débito	Crédito	Documento	Histórico	Valor
			Total de Débitos Transportado:	103.512,44
			Total de Créditos Transportado:	103.512,44
***** **14/04/2023**		*****		
35	63	41401	PIX - ENVIADO - 14/04 10:30 STHEFANNIE LIA RAPOSO ROCH	350,00
***** **18/04/2023**		*****		
63	3164	00011479	TRANSFERÊNCIA RECEBIDA - 18/04 16:53 CARLOS VICTOR BELO SOUSA	5.000,00
***** **19/04/2023**		*****		
35	63	00036647	TRANSFERÊNCIA ENVIADA - 19/04 15:15 JORNAL E E G LTDA ME	50,00
2702	63	41901	IMPOSTOS - SEFAZ 762906	28,00
***** **24/04/2023**		*****		
35	63	00036647	TRANSFERÊNCIA ENVIADA - 24/04 16:31 JORNAL E E G LTDA ME	50,00
***** **25/04/2023**		*****		
2702	63	42501	IMPOSTOS - SEFAZ 762906	28,00
3094	63	01450932	TARIFA RENOVAÇÃO CADASTRO - COBRANÇA REFERENTE 05/04/2023	60,50
***** **27/04/2023**		*****		
35	63	00036647	TRANSFERÊNCIA ENVIADA - 27/04 11:50 JORNAL E E G LTDA ME	100,00
***** **28/04/2023**		*****		
2744	63	42801	PIX - ENVIADO - 28/04 14:26 MINISTERIO SIMPLES NACIONAL 03-2023	1.532,39
***** **30/04/2023**		*****		
35	3164		Valor Ref a Receita de Serviço	2.702,21
***** **02/05/2023**		*****		
35	63	50203	PIX - ENVIADO - 02/05 20:28 MATEUS SUPERMERCADOS LTDA	45,65
2702	63	50201	IMPOSTOS - SEFAZ 762906	28,00
2702	63	50202	IMPOSTOS - SEFAZ 762906	28,00
***** **03/05/2023**		*****		
35	63	50305	PIX - ENVIADO - 03/05 12:51 ALICE NEGREIROS SOARES COE	500,00
35	63	50304	PIX - ENVIADO - 03/05 12:50 STHEFANNIE LIA RAPOSO ROCH	350,00
35	63	50303	PIX - ENVIADO - 03/05 12:49 CARLOS VICTOR BELO DE SOUS	2.500,00
35	63	50302	PIX - ENVIADO - 03/05 12:49 MAYARA ABRANTES FONTENELE	2.500,00
35	63	50301	PIX - ENVIADO - 03/05 12:48 PEDRO FERNANDO LIMA FERNAN	2.500,00
63	35	00011479	TRANSFERÊNCIA RECEBIDA - 03/05 13:28 CARLOS VICTOR BELO SOUSA	10.000,00
***** **04/05/2023**		*****		
35	63	50401	PIX - ENVIADO - 04/05 21:22 MAYARA ABRANTES FONTENELE	5.000,00
***** **05/05/2023**		*****		
35	63	50501	PIX - ENVIADO - 05/05 11:53 CARLOS VICTOR BELO DE SOUS	5.000,00
3094	63	03197683	TARIFA PACOTE DE SERVIÇOS - COBRANÇA REFERENTE 05/05/2023	103,00
***** **08/05/2023**		*****		
35	63	50801	PIX - ENVIADO - 06/05 10:14 ATELIE DE PAI PRA FILHA	135,00
***** **09/05/2023**		*****		
35	63	50901	PIX - ENVIADO - 09/05 10:29 RAQUEL SILVA FONTELES	10.000,00
63	3164	83318529	TED-CRÉDITO EM CONTA - 104 4250 34227350000107 SPE PRAIA MARA	2.788,73
			Total de Débitos a Transportar:	154.891,92
			Total de Créditos a Transportar:	154.891,92

EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA (00002)
CNPJ : 30065139000184 NIRE: 21201467345 Data: 28/03/2018
Diário Geral de 01/01/2023 a 31/12/2023

Débito	Crédito	Documento	Histórico	Valor
			Total de Débitos Transportado:	154.891,92
			Total de Créditos Transportado:	154.891,92
***** 09/05/2023		*****		
63	3164	83308853	TED-CRÉDITO EM CONTA - 104 4250 46375856000142 SPE AMORIM COU	4.913,48
63	35	00011479	TRANSFERÊNCIA RECEBIDA - 09/05 18:09 CARLOS VICTOR BELO SOUSA	20.000,00
2744	63	50902	IMPOSTOS - DAS - SIMPLES NACIONAL 04-2023	462,14
***** 11/05/2023		*****		
35	63	00036647	TRANSFERÊNCIA ENVIADA - 11/05 15:30 JORNAL E E G LTDA ME	50,00
35	63	00036647	TRANSFERÊNCIA ENVIADA - 11/05 15:28 JORNAL E E G LTDA ME	50,00
2702	63	51102	PIX - ENVIADO - 11/05 15:53 SECRETARIA DE ESTADO DA FA	28,00
2702	63	51101	PIX - ENVIADO - 11/05 15:45 SECRETARIA DE ESTADO DA FA	28,00
***** 16/05/2023		*****		
35	63	51601	PIX - ENVIADO - 16/05 07:48 RAQUEL SILVA FONTELES	7.500,00
***** 18/05/2023		*****		
35	63	51803	PIX - ENVIADO - 18/05 14:37 MONICA MARIA ARAUJO DE OLI	70,00
35	63	00036647	TRANSFERÊNCIA ENVIADA - 18/05 11:03 JORNAL E E G LTDA ME	50,00
35	63	00036647	TRANSFERÊNCIA ENVIADA - 18/05 10:26 JORNAL E E G LTDA ME	50,00
2702	63	51802	IMPOSTOS - SEFAZ 762906	28,00
2702	63	51801	IMPOSTOS - SEFAZ 762906	28,00
***** 19/05/2023		*****		
35	63	51901	PIX - ENVIADO - 19/05 12:58 ATELIE DE PAI PRA FILHA	135,00
***** 22/05/2023		*****		
35	63	52201	PIX - ENVIADO - 21/05 19:12 MULTIDISPLAY COMÉRCIO E SE	30,00
***** 24/05/2023		*****		
63	3164	00072280	TRANSFERÊNCIA RECEBIDA - 24/05 11:43 JEFFERSON JEAN SANTI	10.750,00
***** 30/05/2023		*****		
35	63	53001	PIX - ENVIADO - 30/05 08:58 CARLOS VICTOR BELO DE SOUS	10.000,00
***** 31/05/2023		*****		
35	63	53101	PIX - ENVIADO - 31/05 13:39 MAYARA LUCYANNE SANTOS DE	5.000,00
***** 05/06/2023		*****		
35	63	00036647	TRANSFERÊNCIA ENVIADA - 05/06 12:11 JORNAL E E G LTDA ME	50,00
35	63	60502	PAGAMENTO DE BOLETO - CREA/MA - ART	96,62
2702	63	60501	IMPOSTOS - SEFAZ 762906	35,00
3094	63	00105152	TARIFA PACOTE DE SERVIÇOS - COBRANÇA REFERENTE 05/06/2023	103,00
***** 06/06/2023		*****		
63	3164	00015822	TRANSFERÊNCIA RECEBIDA - 06/06 10:18 PM SANTA HELENA ICMS	4.200,00
***** 07/06/2023		*****		
2744	63	60701	PIX - ENVIADO - 07/06 08:32 SECRETARIA DA RECEITA SIMPLES NACIONAL 05-2023	1.089,01
***** 09/06/2023		*****		
35	63	60906	PIX - ENVIADO - 09/06 14:29 MAYARA ABRANTES FONTENELE	4.600,00
35	63	60904	PIX - ENVIADO - 09/06 14:27 CARLOS VICTOR BELO DE SOUS	1.000,00
35	63	60903	PIX - ENVIADO - 09/06 14:25 ALICE NEGREIROS SOARES COE	500,00
			Total de Débitos a Transportar:	225.738,17
			Total de Créditos a Transportar:	225.738,17

EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA (00002)
CNPJ : 30065139000184 NIRE: 21201467345 Data: 28/03/2018
Diário Geral de 01/01/2023 a 31/12/2023

Débito	Crédito	Documento	Histórico	Valor
			Total de Débitos Transportado:	225.738.17
			Total de Créditos Transportado:	225.738.17
***** **09/06/2023**		*****		
35	63	60902	PIX - ENVIADO - 09/06 14:24 STHEFANNIE LIA RAPOSO ROCH	350,00
35	63	60901	PIX - ENVIADO - 09/06 14:17 TIM S A	26,99
63	35	00065844	TRANSFERÊNCIA RECEBIDA - 09/06 17:21 CENTRO E CEFA EDUCA LTDA	3.250,00
63	35	00034855	TRANSFERÊNCIA RECEBIDA - 09/06 17:19 GRUPO EDUCA LTDA	3.250,00
63	3164	00034855	TRANSFERÊNCIA RECEBIDA - 09/06 17:18 GRUPO EDUCA LTDA	3.250,00
2275	63	60905	PIX - ENVIADO - 09/06 14:28 PEDRO FERNANDO LIMA FERNAN	1.000,00
***** **12/06/2023**		*****		
35	63	61201	PIX - ENVIADO - 12/06 14:10 RAQUEL SILVA FONTELES	10.000,00
***** **13/06/2023**		*****		
35	63	61301	PIX - ENVIADO - 13/06 10:18 RAQUEL SILVA FONTELES	7.500,00
63	35	88635487	TED-CRÉDITO EM CONTA - 104 4250 32148660000193 AMORIM COUTINH	2.250,00
63	35	00011479	TRANSFERÊNCIA RECEBIDA - 13/06 19:59 CARLOS VICTOR BELO SOUSA	2.000,00
***** **15/06/2023**		*****		
35	63	00036647	TRANSFERÊNCIA ENVIADA - 15/06 10:57 JORNAL E E G LTDA ME	50,00
35	63	00036647	TRANSFERÊNCIA ENVIADA - 15/06 10:57 JORNAL E E G LTDA ME	50,00
2702	63	61502	IMPOSTOS - SEFAZ 762906	28,00
2702	63	61501	IMPOSTOS - SEFAZ 762906	28,00
***** **16/06/2023**		*****		
63	35	00011479	TRANSFERÊNCIA RECEBIDA - 16/06 17:31 CARLOS VICTOR BELO SOUSA	5.000,00
***** **27/06/2023**		*****		
63	35	00011479	TRANSFERÊNCIA RECEBIDA - 27/06 16:06 CARLOS VICTOR BELO SOUSA	2.000,00
***** **28/06/2023**		*****		
35	63	62801	PIX - ENVIADO - 28/06 09:04 MARCEL DE SOUSA CAVALCANTI	219,00
***** **03/07/2023**		*****		
35	63	70303	PIX - ENVIADO - 03/07 11:02 CARLOS VICTOR BELO DE SOUS	2.500,00
35	63	70304	PIX - ENVIADO - 03/07 11:04 ALICE NEGREIROS SOARES COE	600,00
35	63	70305	PIX - ENVIADO - 03/07 11:06 STHEFANNIE LIA RAPOSO ROCH	350,00
35	63	70302	PIX - ENVIADO - 03/07 11:02 PEDRO FERNANDO LIMA FERNAN	2.500,00
35	63	70301	PIX - ENVIADO - 03/07 11:01 MAYARA ABRANTES FONTENELE	2.500,00
***** **05/07/2023**		*****		
63	3164	00105800	TRANSFERÊNCIA RECEBIDA - 05/07 15:16 FERTGROW S.A.	1.500,00
63	35	00011479	TRANSFERÊNCIA RECEBIDA - 05/07 15:25 CARLOS VICTOR BELO SOUSA	2.000,00
63	35	00011479	TRANSFERÊNCIA RECEBIDA - 05/07 15:25 CARLOS VICTOR BELO SOUSA	10.000,00
3094	63	01523475	TARIFA PACOTE DE SERVIÇOS - COBRANÇA REFERENTE 05/07/2023	103,00
***** **06/07/2023**		*****		
35	63	70602	PIX - ENVIADO - 06/07 18:02 MAYARA LUCYANNE SANTOS DE	1.096,62
63	35	00101501	TRANSFERÊNCIA RECEBIDA - 06/07 15:23 MAYARA ABRANTES FONTENEL	651,00
2744	63	70601	IMPOSTOS - DAS - SIMPLES NACIONAL 06-2023	786,01
***** **07/07/2023**		*****		
35	63	70701	PIX - ENVIADO - 07/07 19:28 MAYARA ABRANTES FONTENELE	5.500,00
63	35	01205572	PIX - RECEBIDO - 07/07 16:33 00098622706320 MAYARA ABRA	1,00
63	35	01798997	PIX - RECEBIDO - 07/07 17:26 26969475000184 INSTITUTO B	5.500,00
			Total de Débitos a Transportar:	301.577.79
			Total de Créditos a Transportar:	301.577.79

EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA (00002)
CNPJ 30065139000184 NIRE: 21201467345 Data: 28/03/2018
Diario Geral de 01/01/2023 a 31/12/2023
Folha: 7

Débito	Crédito	Documento	Histórico	Valor
			Total de Débitos Transportado:	301.577,79
			Total de Créditos Transportado:	301.577,79
***** **07/07/2023**		*****		
***** **14/07/2023**		*****		
63	35	46910403	PIX - RECEBIDO - 14/07 15:18 00057712905053 ADRIANO REN	46.000,00
***** **17/07/2023**		*****		
63	35	00011479	TRANSFERÊNCIA RECEBIDA - 15/07 12:33 CARLOS VICTOR BELO SOUSA	8.000,00
***** **18/07/2023**		*****		
63	35	67610270	PIX - RECEBIDO - 18/07 12:19 00096635517391 CARLOS VICT	1.500,00
***** **19/07/2023**		*****		
35	63	00036647	TRANSFERÊNCIA ENVIADA - 19/07 12:30 JORNAL E E G LTDA ME	50,00
63	35	74065878	PIX - RECEBIDO - 19/07 12:50 00097608998334 SALOMAO JOS	8.000,00
2702	63	71901	IMPOSTOS - SEFAZ 762906	21,00
***** **21/07/2023**		*****		
35	63	72101	PIX - ENVIADO - 21/07 09:28 CARLOS VICTOR BELO DE SOUS	443,00
35	63	72102	PAGAMENTO DE BOLETO - CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA	100,59
35	63	72103	PAGAMENTO DE BOLETO - CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA	100,59
35	63	72104	PAGAMENTO DE BOLETO - CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA	100,59
35	63	72105	PAGAMENTO DE BOLETO - CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA	100,59
***** **24/07/2023**		*****		
2702	63	72401	IMPOSTOS - SEFAZ 762906	28,00
***** **26/07/2023**		*****		
35	63	72601	PAGAMENTO DE BOLETO - CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA	100,59
35	63	72602	PIX - ENVIADO - 26/07 13:11 ALICE NEGREIROS SOARES COE	50,00
35	63	72603	PIX - ENVIADO - 26/07 13:12 PEDRO FERNANDO LIMA FERNAN	50,00
***** **27/07/2023**		*****		
35	63	72701	PIX - ENVIADO - 27/07 18:15 CARLOS VICTOR BELO DE SOUS	7.000,00
63	3164	00018500	TRANSFERÊNCIA RECEBIDA - 27/07 15:54 HIDRAELE PROJ E SERV LTD	8.000,00
63	35	00072280	TRANSFERÊNCIA RECEBIDA - 27/07 16:50 JEFFERSON JEAN SANTI	2.000,00
***** **01/08/2023**		*****		
63	35	55161586	PIX - RECEBIDO - 01/08 10:36 00096635517391 CARLOS VICT	2.500,00
***** **02/08/2023**		*****		
35	63	80201	PIX - ENVIADO - 02/08 13:54 MAYARA ABRANTES FONTENELE	10.000,00
***** **03/08/2023**		*****		
35	63	00011479	TRANSFERÊNCIA ENVIADA - 03/08 10:59 CARLOS VICTOR BELO SOUSA	10.000,00
35	63	80301	PIX - ENVIADO - 03/08 10:47 PEDRO FERNANDO LIMA FERNAN	10.000,00
***** **04/08/2023**		*****		
35	63	80402	PIX - ENVIADO - 04/08 11:04 ALICE NEGREIROS SOARES COE	1.000,00
35	63	80403	PIX - ENVIADO - 04/08 11:08 STHEFANNIE LIA RAPOSO ROCH	350,00
2702	63	80404	IMPOSTOS - RFB-DARF CODIGO DE BARRAS	50,00
2744	63	80401	IMPOSTOS - DAS - SIMPLES NACIONAL 07-2023	1.503,51
			Total de Débitos a Transportar:	418.626,25
			Total de Créditos a Transportar:	418.626,25

EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA (00002)
CNPJ : 30065139000184 NIRE: 21201467345 Data: 28/03/2018
Diário Geral de 01/01/2023 a 31/12/2023 Folha: 8

Débito	Crédito	Documento	Histórico	Valor
			Total de Débitos Transportado:	418.626,25
			Total de Créditos Transportado:	418.626,25
***** 07/08/2023		*****		
3094	63	01764856	TARIFA PACOTE DE SERVIÇOS - COBRANÇA REFERENTE 07/08/2023	103,00
***** 08/08/2023		*****		
35	63	00036647	TRANSFERÊNCIA ENVIADA - 08/08 09:26 JORNAL E E G LTDA ME	50,00
***** 09/08/2023		*****		
63	35	16146292	PIX - RECEBIDO - 09/08 09:05 00098622706320 MAYARA ABRA	1.503,51
***** 10/08/2023		*****		
35	63	81001	PIX - ENVIADO - 10/08 07:42 MARIA AUXILIADORA ARAGAO P	300,00
***** 21/08/2023		*****		
35	63	82101	PIX - ENVIADO - 21/08 14:20 DEMERGE	75,00
***** 23/08/2023		*****		
35	63	00029809	TRANSFERÊNCIA ENVIADA - 23/08 14:45 PABLO V SOUSA AGUIAR	2.880,00
***** 24/08/2023		*****		
35	63	82401	PIX - ENVIADO - 24/08 12:46 STHEFANNIE LIA RAPOSO ROCH	120,00
35	63	82402	PAGAMENTO DE BOLETO - CREA/MA - ART	96,62
35	63	82403	PAGAMENTO DE BOLETO - CREA/MA - ART	96,62
35	63	82404	PAGAMENTO DE BOLETO - CREA/MA - ART	96,62
35	63	82405	PAGAMENTO DE BOLETO - CREA/MA - ANUIDADE	746,90
***** 30/08/2023		*****		
2702	63	83001	IMPOSTOS - SEFAZ 762906	28,00
2702	63	83002	IMPOSTOS - SEFAZ 762906	28,00
2702	63	83003	IMPOSTOS - SEFAZ 762906	28,00
***** 01/09/2023		*****		
35	63	00036647	TRANSFERÊNCIA ENVIADA - 01/09 10:04 JORNAL E E G LTDA ME	50,00
35	63	00036647	TRANSFERÊNCIA ENVIADA - 01/09 10:05 JORNAL E E G LTDA ME	50,00
35	63	00036647	TRANSFERÊNCIA ENVIADA - 01/09 10:07 JORNAL E E G LTDA ME	50,00
35	63	00011479	TRANSFERÊNCIA ENVIADA - 01/09 10:02 CARLOS VICTOR BELO SOUSA	5.000,00
35	63	90101	PIX - ENVIADO - 01/09 10:00 MAYARA ABRANTES FONTENELE	5.000,00
35	63	90102	PIX - ENVIADO - 01/09 10:01 PEDRO FERNANDO LIMA FERNAN	5.000,00
35	63	90103	PAGAMENTO DE BOLETO - CREA/MA - ART	96,62
***** 04/09/2023		*****		
35	63	00036647	TRANSFERÊNCIA ENVIADA - 04/09 15:04 JORNAL E E G LTDA ME	50,00
35	63	90403	PIX - ENVIADO - 04/09 15:06 STHEFANNIE LIA RAPOSO ROCH	350,00
2275	63	90402	PIX - ENVIADO - 04/09 15:05 ALICE NEGREIROS SOARES COE	1.000,00
2702	63	90401	IMPOSTOS - SEFAZ 762906	21,00
***** 05/09/2023		*****		
35	63	90501	PIX - ENVIADO - 05/09 14:37 NIC BR	40,00
35	63	90503	IMPOSTOS - CUSTAS JUDICIAIS FERJ	60,11
2744	63	90502	PIX - ENVIADO - 05/09 14:49 SECRETARIA DA RECEITA FEDE 08-2023	183,72
3094	63	00506441	TARIFA PACOTE DE SERVIÇOS - COBRANÇA REFERENTE 05/09/2023	103,00
***** 11/09/2023		*****		
			Total de Débitos a Transportar:	441.882,97
			Total de Créditos a Transportar:	441.882,97

EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA (00002)
CNPJ: 30065139000184 NIRE: 21201467345 Data: 28/03/2018
Diario Geral de 01/01/2023 a 31/12/2023
Folha: 9

Débito	Crédito	Documento	Histórico	Valor
			Total de Débitos Transportado:	441.882,97
			Total de Créditos Transportado:	441.882,97
***** **11/09/2023**		*****		
35	63	00036647	TRANSFERÊNCIA ENVIADA - 11/09 15:26 JORNAL E E G LTDA ME	50,00
2702	63	91101	IMPOSTOS - SEFAZ 762906	28,00
***** **13/09/2023**		*****		
35	63	00036647	TRANSFERÊNCIA ENVIADA - 13/09 14:46 JORNAL E E G LTDA ME	50,00
63	3164	00001176	TRANSFERÊNCIA RECEBIDA - 13/09 16:00 FACULDADE C T M LTDA	3.250,00
2702	63	91301	IMPOSTOS - SEFAZ 762906	21,00
***** **15/09/2023**		*****		
63	3164	01264557	TED-CRÉDITO EM CONTA - 104 4250 32148660000193 AMORIM COUTINH	10.889,34
***** **22/09/2023**		*****		
35	63	92201	PAGAMENTO DE BOLETO - CREA/MA - ART	96,62
***** **25/09/2023**		*****		
35	63	92501	PIX - ENVIADO - 25/09 15:30 JADSON NUNES DE ARAUJO TEI	400,00
***** **28/09/2023**		*****		
35	63	92801	PIX - ENVIADO - 28/09 18:45 PABLO VINICIUS DE SOUSA AG	1.920,00
***** **29/09/2023**		*****		
35	63	00036647	TRANSFERÊNCIA ENVIADA - 29/09 17:10 JORNAL E E G LTDA ME	50,00
2702	63	92902	IMPOSTOS - SEFAZ 762906	21,00
***** **30/09/2023**		*****		
2744	798			653,36
***** **04/10/2023**		*****		
35	63		valor ref debito em conta pix enviado - carlos	2.500,00
35	63		valor ref debito em conta pix enviado - pedro	2.500,00
35	63		valor ref debito em conta pix enviado - mayara	2.500,00
35	63		valor ref debito em conta pix enviado - alice	1.000,00
35	63		valor ref debito em conta pix enviado - shefannie	350,00
35	63		valor ref debito em conta crea-ma	96,62
***** **05/10/2023**		*****		
3094	63		valor ref debito em conta tarifa	103,00
***** **06/10/2023**		*****		
2702	63		valor ref debito em conta simples nacional	653,36
***** **09/10/2023**		*****		
35	63		valor ref debito em conta pix enviado - jose de ribamar	300,00
35	63		valor ref debito em conta facebbok serviços	80,00
***** **10/10/2023**		*****		
63	35		transferencia recebida -carlos victor	5.000,00
***** **11/10/2023**		*****		
35	63		valor ref debito em conta pix enviado - mayara abrantes	150,00
35	63		valor ref debito em conta pix enviado - jose de ribamar	300,00
			Total de Débitos a Transportar:	474.795,27
			Total de Créditos a Transportar:	474.795,27

EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA (00002)
CNPJ 30065139000184 NIRE: 21201467345 Data: 28/03/2018
Diario Geral de 01/01/2023 a 31/12/2023 Folha: 10

Débito	Crédito	Documento	Histórico	Valor
			Total de Débitos Transportado:	474.795,27
			Total de Créditos Transportado:	474.795,27
***** 11/10/2023		*****		
***** 16/10/2023		*****		
35	63		transferencia enviada - jornal r r g ltfa	50,00
35	63		transferencia enviada- jornal r r g ltfa	50,00
2702	63		transferencia enviada - sefaz	28,00
2702	63		transferencia enviada - sefaz	28,00
***** 17/10/2023		*****		
35	63		valor ref debito em conta - pix enviado - mayara	1.763,00
***** 18/10/2023		*****		
35	63		valor ref debito em conta - pix enviado - pedro	1.350,00
35	63		valor ref debito em conta - pontal madeira	1.763,00
35	63		valor ref debito em conta- pix -mayara	100,00
***** 20/10/2023		*****		
35	63		valor ref debito em conta - pix-joao batista	210,00
35	63		transferencia enviada jornal e e g ltda	50,00
2702	63		valor ref debito em conta sefaz	28,00
***** 24/10/2023		*****		
35	63		valor ref debito em conta pix - joao batista	280,00
63	3164		valor ref credito em conta	4.647,89
***** 25/10/2023		*****		
35	63		valor ref debito em conta pix - pedro	194,00
3094	63		valor ref debito em conta tarifa renovação	60,50
***** 30/10/2023		*****		
35	63		valor ref debito em conta alimentum	380,00
35	63		valor ref debito em conta pix- alimentum	735,00
***** 31/10/2023		*****		
35	63		valor ref debito em conta - pix- pedro	350,00
35	63		valor ref debito em conta - pix- alice	70,00
35	63		valor ref debito em conta - pix- pedro	105,00
63	35		valor ref credito em conta - carlos victor	10.000,00
2702	63		valor ref debito em conta - impostos	28,00
2702	63		valor ref debito em conta - impostos	28,00
***** 01/11/2023		*****		
35	63		valor ref debito em conta - pix - joao batista	840,00
35	63		transferencia enviada - fernanda comun	50,00
35	63		transferencia enviada- diario extra	50,00
***** 03/11/2023		*****		
35	63		valor ref debito em conta	3.000,00
35	63		valor ref debito em conta - pix - alice	1.000,00
35	63		valor ref debito em conta - pix - mayara	3.000,00
35	63		valor ref debito em conta - pix - pedro	3.000,00
			Total de Débitos a Transportar:	508.033,66
			Total de Créditos a Transportar:	508.033,66

EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA (00002)
CNPJ : 30065139000184 NIRF: 21201467345 Data: 28/03/2018
Diário Geral de 01/01/2023 a 31/12/2023

PROC. 249
FLS 013
RUB.

Débito	Crédito	Documento	Histórico	Valor
			Total de Débitos Transportado:	508.033,66
			Total de Créditos Transportado:	508.033,66
***** **06/11/2023**		*****		
35	63		valor ref debito em conta - pix - sthefannie	350,00
35	63		valor ref debito em conta - pix carlos victor	5.000,00
35	63		valor ref debito em conta - pix -mayara	5.000,00
35	63		valor ref debito em conta - pix -pedro	50,00
35	63		valor ref debito em conta - pix - joao	105,00
3094	63		valor ref debito em conta - pix - tarifa	103,00
***** **07/11/2023**		*****		
35	63		valor ref debito em conta - pix- alice	300,00
35	63		valor ref debito em conta - pix- joao b	105,00
35	63		valor ref debito em conta - pix	300,00
35	63		valor ref debito em conta - pagto boleto- crea - ma	96,62
2702	63		valor ref debito em conta - simples nacional	278,86
***** **09/11/2023**		*****		
63	35		valor ref credito em conta- mayara	350,00
***** **13/11/2023**		*****		
35	63		valor ref debito em conta pix - pedro	88,00
35	63		valor ref debito em conta pix - joao	140,00
***** **17/11/2023**		*****		
35	63		valor ref debito em conta - pix- joao	210,00
35	63		transferencia enviada - diario extra	50,00
35	63		transferencia enviada - diario extra	50,00
35	63		transferencia enviada - diario extra	50,00
35	63		transferencia enviada- diario extra	50,00
2702	63		valor ref debito em conta - impostos sefaz	21,00
2702	63		valor ref debito em conta - impostos sefaz	21,00
2702	63		valor ref debito em conta - impostos sefaz	21,00
2702	63		valor ref debito em conta - impostos sefaz	21,00
***** **20/11/2023**		*****		
35	63		valor ref debito em conta - pix- joao batista	105,00
***** **22/11/2023**		*****		
63	3164		valor ref credito em conta - faculdade	1.300,00
***** **23/11/2023**		*****		
35	63		valor ref debito em conta - pix- alice	50,00
***** **24/11/2023**		*****		
63	35		transferencia recebida - sousa pinheiro	50.000,00
***** **29/11/2023**		*****		
35	3164		Valor Ref a Receita de Serviço	817,23
63	3164		transferencia recebida - fertgrow	20.552,76
***** **30/11/2023**		*****		
35	63		valor ref debito em conta - pagto boleto - crea- ma	96,62
35	63		valor ref debito em conta - pix- daiane	3.000,00
35	63		valor ref debito em conta - pix- maria de jesus	904,00
			Total de Débitos a Transportar:	597.619,75
			Total de Créditos a Transportar:	597.619,75

EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA (00002)
CNPJ : 30065139000184 NIRE: 21201467345 Data: 28/03/2018
Diário Geral de 01/01/2023 a 31/12/2023 Folha: 12

Débito	Crédito	Documento	Histórico	Valor
			Total de Débitos Transportado:	597.619,75
			Total de Créditos Transportado:	597.619,75
***** **30/11/2023**		*****		
***** **01/12/2023**		*****		
35	63		valor ref debito em conta - pagto boleto - crea- ma	96,62
35	63		valor ref debito em conta - pix - ludimila	420,00
35	63		valor ref debito em conta- pix - mayara	12.815,00
***** **04/12/2023**		*****		
35	63		valor ref debito em conta - pix-costa e belo	300,00
35	63		valor ref debito em conta - pix- joao batista	175,00
***** **05/12/2023**		*****		
35	63		valor ref debito em conta - jadson nunes	400,00
2702	63		valor ref debito em conta - simples nacional	914,79
3094	63		valor ref debito em conta - tarifa pacote	115,00
***** **07/12/2023**		*****		
63	35		valor ref credito em conta - ted credito	75.129,81
***** **08/12/2023**		*****		
35	63		valor ref debito em conta - pix -sthefannie	350,00
35	63		valor ref debito em conta - pix -alice	1.500,00
35	63		valor ref debito em conta - pix -carlos victor	6.000,00
35	63		valor ref debito em conta - pix - mayara	6.000,00
35	63		valor ref debito em conta - pix - pedro	6.000,00
35	63		valor ref debito em conta - pix - joao batista	140,00
***** **11/12/2023**		*****		
35	63		valor ref debito em conta - pix - carlos victor	25.000,00
35	63		valor ref debito em conta - pix - joao batista	105,00
63	35		valor ref debito em conta - pix rejeitado	105,00
***** **12/12/2023**		*****		
35	63		valor ref debito em conta - pix - joao batista	105,00
***** **13/12/2023**		*****		
35	63		valor ref debito em conta - pix - carlos victor	96,62
35	63		valor ref debito em conta - pix - costa e belo	579,72
***** **15/12/2023**		*****		
35	63		valor ref debito em conta - pix - joao batista	140,00
***** **18/12/2023**		*****		
35	63		valor ref debito em conta - pix -alice	30,00
35	63		valor ref debito em conta - pix -fernanda	50,00
35	63		valor ref debito em conta - pix - mayara	21,00
35	63		valor ref debito em conta - pix - joao batista	105,00
***** **20/12/2023**		*****		
35	63		valor ref debito em conta - pagto boleto - crea-ma	96,62
35	63		valor ref debito em conta - pagto boleto - crea-ma	96,62
			Total de Débitos a Transportar:	734.506,55
			Total de Créditos a Transportar:	734.506,55

EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA (00002)
CNPJ : 30065139000184 NIRE: 21201467345 Data: 28/03/2018
Diario Geral de 01/01/2023 a 31/12/2023 Folha: 13

Débito	Crédito	Documento	Histórico		Valor
				Total de Débitos Transportado:	734.506,55
				Total de Créditos Transportado:	734.506,55
***** **21/12/2023**		*****			
35	63		valor ref debito em conta - pix -gwara		6,00
***** **22/12/2023**		*****			
63	35		valor ref credito em conta mayara		105,00
2275	63		valor ref debito em conta pix- isley		730,00
2275	63		valor ref debito em conta pix- joao		140,00
***** **26/12/2023**		*****			
63	35		transferencia recebida -pix rejeitado		105,00
63	35		transferencia recebida -carlos victor		125,00
2275	63		valor ref debito em conta -pix - joao batista		105,00
***** **27/12/2023**		*****			
35	63		valor ref debito em conta -pix - joao batista		105,00
***** **29/12/2023**		*****			
35	63		valor ref debito em conta -pix - stefannie		350,00
35	63		valor ref debito em conta -pix - pedro		3.000,00
35	63		valor ref debito em conta -pix - mayara		3.000,00
35	63		valor ref debito em conta -pix - carlos victor		3.000,00
35	63		valor ref debito em conta -pix - alice		1.000,00
2275	63		valor ref debito em conta -pix - joao batista		140,00
***** **31/12/2023**		*****			
1120	3234		transf de capital social		100.000,00
2254	567		Depreciação Acumulada		3.897,61
2254	560		Depreciação Acumulada		4.938,75
3164	3066		Encerramento Do Exercício		94.287,50
3066	1190		Encerramento Do Exercício		71.400,99
3066	2744		Encerramento Do Exercício		6.210,14
3066	2702		Encerramento Do Exercício		2.716,01
3066	2275		Encerramento Do Exercício		3.755,00
3066	2254		Encerramento Do Exercício		8.836,36
3066	3094		Encerramento Do Exercício		1.369,00
				Total de Débitos:	**1.043.828,91**
				Total de Créditos:	**1.043.828,91**

EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA

Termo de Encerramento Diário: 001 Folha: 014

T E R M O D E E N C E R R A M E N T O

CONTÉM ESTE CONJUNTO DE FORMULÁRIOS 14 (QUATORZE) FOLHAS NUMERADAS TIPOGRAFICAMENTE DE 1 (UM) À 14 (QUATORZE), E SERVIRÁ DE LIVRO DIÁRIO NÚMERO 1(UM) E REFERENTE AO PERÍODO DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO SOCIAL DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023 DA EMPRESA EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA, ESTABELECIDA À RUA TIMBAUBA, Nº36, CEP: 65071-440, CALHAU, SÃO LUÍS / MA, CEP 65071-440, REGISTRADA NA JUNTA COMERCIAL DO MESMO ESTADO SOB O NIRE NUM. 21201467345 POR DESPACHO DE 28/03/2018 E INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 30065139000184.

CONFORME DETERMINA A INSTRUÇÃO NORMATIVA DREI/SGD/EPP Nº 82 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021, DECLARAMOS QUE O PRESENTE LIVRO ENCONTRA-SE TOTALMENTE ESCRITURADO, DE ACORDO COM A DOCUMENTAÇÃO QUE NOS FOI APRESENTADA, CONTABILIZADA E DEVOLVIDA.

SÃO LUÍS, 31 DE DEZEMBRO DE 2023

MAYARA ABRANTES FONTENELE
Administrador
CPF 98622706320

MAURO HENRIQUE BEZERRA MARTINS
TÉCNICO(A)
CRC MA/10656

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
29284660378	MAURO HENRIQUE BEZERRA MARTINS
98622706320	MAYARA ABRANTES FONTENELE

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 26/11/2025 10:53 SOB Nº 20251378080.
PROTOCOLO: 251378080 DE 26/11/2025. NIRE: 21201467345.
EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA

JUCEMA

ANSELMO DIAS CARNEIRO LOPES FILHO
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
SÃO LUÍS, 26/11/2025
empresafacil.ma.gov.br

EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA

Termo de Abertura

Diário : 002 Folha: 001

TERMO DE ABERTURA

CONTÉM ESTE CONJUNTO DE FORMULÁRIOS 17 (DEZESSETE) FOLHAS NUMERADAS TIPOGRAFICAMENTE DE 1 (UM) À 17 (DEZESSETE), E SERVIRÁ DE LIVRO DIÁRIO NÚMERO 2(DOIS) E REFERENTE AO PERÍODO DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO SOCIAL DE 31 / 12 / 2024 DA EMPRESA EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA, ESTABELECIDA À RUA TIMBAUBA, Nº36, CEP: 65071-440, CALHAU, SÃO LUÍS / MA, CEP 65071-440, REGISTRADA NA JUNTA COMERCIAL DO MESMO ESTADO SOB O NIRE NUM. 212014673-45 POR DESPACHO DE 28/03/2018 E INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 30065139000184.

CONFORME DETERMINA A INSTRUÇÃO NORMATIVA DREI/SGD/EPP Nº 82 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021, DECLARAMOS QUE O PRESENTE LIVRO ENCONTRA-SE TOTALMENTE ESCRITURADO, DE ACORDO COM A DOCUMENTAÇÃO QUE NOS FOI APRESENTADA, CONTABILIZADA E DEVOLVIDA.

SÃO LUÍS, 01 DE JANEIRO DE 2024

MAYARA ABRANTES FONTENELE
Administrador
CPF 98622706320

MAURO HENRIQUE BEZERRA MARTINS
TÉCNICO(A)
CRC MA/10656

EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA (00002)
CNPJ : 30065139000184 NIRE: 21201467345 Data: 28/03/2018
Diário Geral de 01/01/2024 a 31/12/2024 Folha: 2

Débito	Crédito	Documento	Histórico	Valor
***** **03/01/2024**		*****		
3220	63		valor ref debito em conta - pix- daiane	11.250,00
3220	63		valor ref debito em conta - pix- fernanda	50,00
3220	63		valor ref debito em conta - pix- fernanda	50,00
3220	63		valor ref debito em conta - pix- joao	175,00
3220	63		valor ref debito em conta - pix- fernanda	50,00
3220	63		valor ref debito em conta - pix- fernanda	50,00
2702	63		valor ref debito em conta - pagto imposto sefaz	28,00
2702	63		valor ref debito em conta - pagto imposto sefaz	28,00
2702	63		valor ref debito em conta - pagto imposto sefaz	28,00
2702	63		valor ref debito em conta - pagto imposto sefaz	28,00
2702	63		valor ref debito em conta- pagto imposto sefaz	28,00
***** **04/01/2024**		*****		
2275	63		valor ref debito em conta fernanda comun	50,00
2275	63		valor ref debito em conta - fernanda comunicação	50,00
2275	63		valor ref debito em conta - pix- fernanda	50,00
3220	63		valor ref debito em conta - pix- fernada	50,00
2702	63		valor ref debito em conta - impostos	28,00
2702	63		valor ref debito em conta - pagto boleto - sefaz	28,00
2702	63		valor ref debito em conta - sefaz	28,00
***** **05/01/2024**		*****		
3094	63		valor ref debito em conta tarifa	115,00
***** **08/01/2024**		*****		
63	35		valor ref credito em conta - pix rejeitado	105,00
2275	63		valor ref debito em conta fernanda comunicação	50,00
3220	63		valor ref debito em conta - pix- joao	105,00
2702	63		valor ref debito em conta- imposto sefaz	28,00
***** **09/01/2024**		*****		
2275	63		valor ref debito em conta - pagto boleto- cre- ma	99,64
3220	63		valor ref debito em conta - pix - joao	105,00
***** **10/01/2024**		*****		
63	3164		valor ref credito em conta - pref mun santa helena	4.200,00
798	35		Valor ref pagamento	653,36
***** **11/01/2024**		*****		
3220	63		valor ref debito em conta - pix enviado - daiane	1.250,00
***** **16/01/2024**		*****		
2275	63		valor ref debito em conta - fernanda comun	50,00
2275	63		valor ref debito em conta - crea- ma	99,64
2275	63		valor ref debito em conta - crea- ma	99,64
2275	63		valor ref debito em conta - crea- ma	99,64
2275	63		valor ref debito em conta - crea- ma	99,64
2275	63		valor ref debito em conta - crea- ma	99,64
3220	63		valor ref debito em conta - pix enviado - joao	245,00
2702	63		valor ref debito em conta - imposto	28,00
***** **18/01/2024**		*****		
2275	63		valor ref debito em conta - fernanda comun	50,00
3220	63		valor ref debito em conta - pix -mayara	4.200,00
			Total de Débitos a Transportar:	23.831,20
			Total de Créditos a Transportar:	23.831,20

EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA (00002)
CNPJ : 30065139000184 NIRF: 21201467345 Data: 28/03/2018
Diário Geral de 01/01/2024 a 31/12/2024 Folha: 3

Débito	Crédito	Documento	Histórico	Valor
			Total de Débitos Transportado:	23.831,20
			Total de Créditos Transportado:	23.831,20
***** **18/01/2024**		*****		
2702	63		valor ref debito em conta - sefaz	21,00
***** **19/01/2024**		*****		
63	3164		valor ref credito em conta - pix recebido	2.250,00
63	3164		valor ref credito em conta - pix recebido	1.968,00
63	3164		valor ref credito em conta - pix recebido	4.032,00
2275	63		valor ref debito em conta - facebook	39,93
3220	63		valor ref debito em conta - pix - gustavo	450,00
***** **22/01/2024**		*****		
2275	63		valor ref debito em conta - pagto boleto - crea- ma	99,64
2275	63		valor ref debito em conta - pagto boleto - crea- ma	99,64
2275	63		valor ref debito em conta - pagto boleto - crea- ma	99,64
2275	63		valor ref debito em conta - pagto boleto - crea- ma	99,64
2275	63		valor ref debito em conta - pagto boleto - crea- ma	99,64
3220	63		valor ref debito em conta - pix - joao	140,00
***** **23/01/2024**		*****		
3220	63		valor ref debito em conta - pix- marcel	249,00
3220	63		valor ref debito em conta - pix- joao batista	105,00
***** **24/01/2024**		*****		
2275	63		valor ref debito em conta - fernanda comuni	50,00
2275	63		valor ref debito em conta - fernanda comun	50,00
2275	63		valor ref debito em conta - fernanda	28,00
2275	63		valor ref debito em conta - fernanda	50,00
2275	63		valor ref debito em conta - fernanda	50,00
2702	63		valor ref debito em conta - imposto sefaz	28,00
2702	63		valor ref debito em conta - imposto sefaz	28,00
2702	63		valor ref debito em conta - imposto sefaz	28,00
***** **25/01/2024**		*****		
63	3199		transferencia recebida - carlos victor	7.500,00
***** **29/01/2024**		*****		
3220	63		valor ref debito em conta - pix- joao	140,00
3220	63		valor ref debito em conta - pix- joao	140,00
***** **01/02/2024**		*****		
2275	63		valor ref debito em conta - pix fernanda comunic	50,00
2275	63		valor ref debito em conta - pix fernanda comunic	50,00
2275	63		valor ref debito em conta - pix fernanda comunic	50,00
2275	63		valor ref debito em conta - pix fernanda comunic	50,00
2702	63		valor ref debito em conta impostos sefaz	28,00
2702	63		valor ref debito em conta impostos sefaz	28,00
2702	63		valor ref debito em conta impostos sefaz	28,00
2702	63		valor ref debito em conta impostos sefaz	28,00
2702	63		valor ref debito em conta impostos sefaz	28,00
2702	63		valor ref debito em conta impostos sefaz	28,00
2702	63		valor ref debito em conta impostos sefaz	28,00
***** **02/02/2024**		*****		
			Total de Débitos a Transportar:	51.235,31
			Total de Créditos a Transportar:	51.235,31

EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA (00002)
CNPJ : 30065139000184 NIRE: 21201467345 Data: 28/03/2018
Diário Geral de 01/01/2024 a 31/12/2024 Folha: 4

Débito	Crédito	Documento	Histórico	Valor
			Total de Débitos Transportado:	51.235,31
			Total de Créditos Transportado:	51.235,31
***** **02/02/2024**		*****		
63	3164		valor ref credito em conta - sped cidade	9.162,98
2275	63		valor ref debito em conta - pix- fernanda comunic	50,00
2275	63		valor ref debito em conta - pix- fernanda comunic	50,00
2275	63		valor ref debito em conta - pix- fernanda comunic	50,00
***** **05/02/2024**		*****		
3220	63		valor ref debito em conta - pix- joao batista	175,00
3094	63		valor ref debito em conta - pix- tarifa	115,00
***** **06/02/2024**		*****		
2275	63		valor ref debito em conta - pix- costa e belo	250,00
3220	63		valor ref debito em conta - pix- sthefannie	350,00
3220	63		valor ref debito em conta - pix- alice	1.200,00
3220	63		valor ref debito em conta - pix- carlos	4.000,00
3220	63		valor ref debito em conta - pix- pedro	4.000,00
3220	63		valor ref debito em conta - pix- mayara	4.000,00
***** **07/02/2024**		*****		
63	3164		valor ref credito em conta - pix- fertgrow	9.383,50
63	3164		valor ref credito em conta - pix- fertgrow	4.116,00
2275	63		valor ref debito em conta - pagto - crea- ma	99,64
***** **08/02/2024**		*****		
2275	63		valor ref debito em conta - pagto boleto - crea- ma	99,64
3220	63		valor ref debito em conta - pagto - joao batista	105,00
***** **09/02/2024**		*****		
2275	63		valor ref debito em conta - pix- fernanda comunic	50,00
2275	63		valor ref debito em conta - pix- fernanda comunic	50,00
2275	63		valor ref debito em conta - pix- fernanda comunic	50,00
2702	63		valor ref debito em conta - pagto imposto- sefaz	28,00
2702	63		valor ref debito em conta - pagto imposto- sefaz	28,00
2702	63		valor ref debito em conta - pagto imposto- sefaz	28,00
***** **14/02/2024**		*****		
3220	63		valor ref debito em conta - pix-joao batista	105,00
3220	63		valor ref debito em conta - pix-joao batista	105,00
3220	63		valor ref debito em conta - pix-joao batista	105,00
***** **20/02/2024**		*****		
3220	63		valor ref debito em conta - pix-joao batista	105,00
***** **22/02/2024**		*****		
3220	63		valor ref debito em conta - pix-mayara	60,00
3220	63		valor ref debito em conta - pix-carlos victor	63,42
***** **23/02/2024**		*****		
2275	63		valor ref debito em conta - pagto boleto - crea-ma	99,64
***** **26/02/2024**		*****		
2275	63		valor ref debito em conta - pagto boleto - terra zoo	63,00
2744	63		valor ref debito em conta - pagto imposto- simples nacional	1.121,17
			Total de Débitos a Transportar:	81.340,32
			Total de Créditos a Transportar:	81.340,32

EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA (00002)
CNPJ : 30065139000184 NIRE: 21201467345 Data: 28/03/2018
Diário Geral de 01/01/2024 a 31/12/2024 Folha: 5

Débito	Crédito	Documento	Histórico	Valor
			Total de Débitos Transportado:	81.340,32
			Total de Créditos Transportado:	81.340,32
***** **26/02/2024**		*****		
***** **27/02/2024**		*****		
3220	63		valor ref debito em conta - pix - alice	60,00
***** **04/03/2024**		*****		
35	63		valor ref debito em conta simples nacional	250,00
63	3164		transferencia recebida	10.000,00
3220	63		valor ref debito em conta	450,00
2744	63		valor ref debito em conta simples nacional	167,59
3094	63		valor ref debito em conta tarifa	115,00
***** **06/03/2024**		*****		
63	3164		valor ref credito em conta fertgrow	4.116,00
2275	63		valor ref debito em conta - alimentum	200,00
2275	63		valor ref debito em conta despesas diversas	50,07
2275	63		valor ref debito em conta despesas diversas	50,09
2275	63		valor ref debito em conta despesas diversas	50,08
2275	63		valor ref debito em conta despesas diversas	50,06
2275	63		valor ref debito em conta despesas diversas	50,05
2275	63		valor ref debito em conta despesas diversas	50,04
2275	63		valor ref debito em conta despesas diversas	50,03
2275	63		valor ref debito em conta despesas diversas	50,01
2275	63		valor ref debito em conta despesas diversas	50,00
2275	63		valor ref debito em conta despesas diversas	350,00
3220	63		valor ref debito em conta serv prestado- sthefannie	1.000,00
3220	63		valor ref debito em conta serv prestado- vinicios carvalho	4.000,00
3220	63		valor ref debito em conta serv prestado- carlos victor	1.300,00
3220	63		valor ref debito em conta serv prestado- alice negreiros	4.000,00
3220	63		valor ref debito em conta serv prestado- pedro fernando	4.000,00
3220	63		valor ref debito em conta serv prestado- mayara abrantes	28,00
2702	63		valor ref debito em conta sefaz	28,00
2702	63		valor ref debito em conta sefaz	28,00
2702	63		valor ref debito em conta sefaz	28,00
2702	63		valor ref debito em conta sefaz	28,00
2702	63		valor ref debito em conta sefaz	28,00
2702	63		valor ref debito em conta sefaz	28,00
2702	63		valor ref debito em conta sefaz	28,00
2702	63		valor ref debito em conta sefaz	28,00
2702	63		valor ref debito em conta sefaz	28,00
***** **11/03/2024**		*****		
3220	63		valor ref debito em conta - geifance abreu	10.000,00
3220	63		valor ref debito em conta - raimunda nonata	360,00
***** **14/03/2024**		*****		
3220	63		valor ref debito em conta - vinicios	50,00
3220	63		valor ref debito em conta - raimunda nonata	180,00
***** **22/03/2024**		*****		
3220	63		valor ref debito em conta - raimunda nonata	180,00
***** **25/03/2024**		*****		
2275	63		valor ref debito em conta - fernanda comunicação	100,01
2275	63		valor ref debito em conta - fernanda comunicação	100,00
			Total de Débitos a Transportar:	123.021,35
			Total de Créditos a Transportar:	123.021,35

EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA (00002)
CNPJ : 30065139000184 NIRE: 21201467345 Data: 28/03/2018
Diário Geral de 01/01/2024 a 31/12/2024

PROC. 259
FLS 315
RUB.

Folha: 6

Débito	Crédito	Documento	Histórico	Valor
			Total de Débitos Transportado:	123.021,35
			Total de Créditos Transportado:	123.021,35
***** **25/03/2024**		*****		
3220	63		valor ref debito em conta - jadson nunes	600,00
2702	63		valor ref debito em conta - sefaz	28,00
2702	63		valor ref debito em conta - sefaz	28,00
2702	63		valor ref debito em conta - sefaz	28,00
2702	63		valor ref debito em conta - sefaz	28,00
***** **26/03/2024**		*****		
3220	63		valor ref debito em conta -jadson nunes	600,00
3227	63		valor ref debito em conta - CREA/MA	99,64
3227	63		valor ref debito em conta - CREA/MA	99,64
3227	63		valor ref debito em conta - CREA/MA	99,64
3227	63		valor ref debito em conta - CREA/MA	99,64
***** **27/03/2024**		*****		
3	3164		valor ref credito em conta -fertgrow	4.116,00
***** **01/04/2024**		*****		
35	63		pix enviado	1.200,00
3220	63		pix enviado	100,00
3220	63		pix enviado	150,00
3220	63		pix enviado	150,00
3220	63		pix enviado	150,00
2702	63		valor ref debito em conta sefaz	28,00
2702	63		valor ref debito em conta sefaz	28,00
***** **02/04/2024**		*****		
2702	63		valor ref debito em conta sefaz	21,00
2702	63		valor ref debito em conta sefaz	28,00
2702	63		valor ref debito em conta sefaz	28,00
2702	63		valor ref debito em conta sefaz	28,00
2702	63		valor ref debito em conta sefaz	28,00
2702	63		valor ref debito em conta sefaz	28,00
**** **03/04/2024**		*****		
35	63		valor ref debito em conta - costa e bela advogados	250,00
2275	63		pix enviado	50,06
2275	63		pix enviado	50,05
2275	63		pix enviado- fernanda comunicação	50,04
2275	63		pix enviado- fernanda comunicação	50,03
2275	63		pix enviado- fernanda comunicação	50,02
2275	63		pix enviado	50,01
2744	63		valor ref debito em conta - simples nacional	167,59
***** **04/04/2024**		*****		
2702	63		valor ref debito em conta - impostos	21,00
***** **05/04/2024**		*****		
3220	63		valor ref debito em conta - ted transf- pedro	4.000,00
3220	63		pix enviado- carlos victor	4.000,00
3220	63		pix enviado	4.000,00
3220	63		pix enviado	1.080,00
3220	63		pix enviado	1.000,00
			Total de Débitos a Transportar:	145.633,71
			Total de Créditos a Transportar:	145.633,71

EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA (00002)
CNPJ : 30065139000184 NIRE: 21201467345 Data: 28/03/2018
Diário Geral de 01/01/2024 a 31/12/2024
Folha: 7

Débito	Crédito	Documento	Histórico	Valor
			Total de Débitos Transportado:	145.633,71
			Total de Créditos Transportado:	145.633,71
***** **08/04/2024**		*****		
3220	63		pix enviado	60,00
3094	63		valor ref debito em conta - tarifa	115,00
***** **09/04/2024**		*****		
2275	63		valor ref debito em conta - fernanda comunic	50,04
2275	63		valor ref debito em conta - fernanda comunic	50,03
2275	63		valor ref debito em conta - fernanda comunic	50,02
2275	63		valor ref debito em conta- fernanda comunic	50,01
2702	63		valor ref debito em conta impostos	28,00
2702	63		valor ref debito em conta impostos	28,00
2702	63		valor ref debito em conta impostos	28,00
2702	63		valor ref debito em conta - sefaz	28,00
***** **12/04/2024**		*****		
3220	63		valor ref debito em conta - raimundo nonato	60,00
***** **15/04/2024**		*****		
3220	63		valor ref debito em conta - patrick	265,00
***** **16/04/2024**		*****		
63	3164		valor ref credito em conta	7.500,00
***** **17/04/2024**		*****		
3220	63		valor ref debito em conta - vinicios	180,00
3220	63		valor ref debito em conta - patrick	265,00
***** **18/04/2024**		*****		
2275	63		valor ref debito em conta - despesas diversas	50,01
2275	63		valor ref debito em conta - desp diversas	50,00
2275	63		valor ref debito em conta - impostos	50,00
2702	63		valor ref debito em conta - impostos	28,00
2702	63		valor ref debito em conta - impostos	28,00
2702	63		valor ref debito em conta - impostos	21,00
***** **19/04/2024**		*****		
3220	63		valor ref debito em conta -jamerson	500,00
3220	63		valor ref debito em conta -stefannic	350,00
***** **22/04/2024**		*****		
3220	63		valor ref debito em conta -raimunda nonata	120,00
***** **23/04/2024**		*****		
2275	63		valor ref debito em conta -fernanda comunic	50,01
2275	63		valor ref debito em conta -fernanda comunic	50,00
2702	63		valor ref debito em conta -sefaz	28,00
2702	63		valor ref debito em conta -sefaz	28,00
***** **24/04/2024**		*****		
63	3164		valor ref credito em conta	4.116,00
***** **25/04/2024**		*****		
			Total de Débitos a Transportar:	168.359,83
			Total de Créditos a Transportar:	168.359,83

EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA (00002)
CNPJ 30065139000184 NIRE: 21201467345 Data: 28/03/2018
Diário Geral de 01/01/2024 a 31/12/2024 Folha: 8

Débito	Crédito	Documento	Histórico	Valor
			Total de Débitos Transportado:	168.359,83
			Total de Créditos Transportado:	168.359,83
***** 25/04/2024		*****		
3220	63		pix enviado	8.500,00
3094	63		valor ref debito em conta- tarifa renov	63,20
***** 26/04/2024		*****		
3220	63		valor ref debito em conta - mayara abrantes	449,00
***** 29/04/2024		*****		
3220	63		valor ref debito em conta - raimunda nonata	180,00
***** 03/05/2024		*****		
35	63		pix enviado	250,00
3220	63		pix enviado- raimundo	150,00
***** 06/05/2024		*****		
3094	63		valor ref debito em conta tarifa	115,00
***** 07/05/2024		*****		
35	63		valor ref debito em conta municipio	1.015,07
3220	63		valor ref debito em conta pedro alice	1.200,00
3220	63		valor ref debito em conta pedro fernando	3.000,00
3220	63		valor ref debito em conta carlos victor	3.000,00
3220	63		valor ref debito em conta mayara abrantes	3.000,00
2744	63		valor ref debito em conta simples nacional	167,59
***** 09/05/2024		*****		
3220	63		valor ref debito em conta - jose de ribamar	100,00
3220	63		valor ref debito em conta pedro fernando	219,00
***** 10/05/2024		*****		
63	3164		transferencia recebida	4.200,00
3220	63		pix enviado	180,00
3220	63		pix enviado	100,00
***** 14/05/2024		*****		
3220	63		pix enviado- nagila	1.897,00
***** 16/05/2024		*****		
3220	63		pix enviado	1.100,00
3220	63		pix enviado	6.800,00
***** 17/05/2024		*****		
63	3164		valor ref credito em conta - fertgrow	4.116,00
3220	63		pix enviado	350,00
***** 20/05/2024		*****		
3220	63		pix enviado	150,00
3220	63		pix enviado	180,00
***** 24/05/2024		*****		
2275	63		valor ref debito em conta	108,00
3220	63		pix enviado	180,00
			Total de Débitos a Transportar:	200.629,69
			Total de Créditos a Transportar:	200.629,69

EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA (00002)
CNPJ : 30065139000184 NIRE: 21201467345 Data: 28/03/2018
Diário Geral de 01/01/2024 a 31/12/2024
Folha: 9

Débito	Crédito	Documento	Histórico	Valor
			Total de Débitos Transportado:	200.629,69
			Total de Créditos Transportado:	200.629,69
***** **24/05/2024**		*****		
***** **28/05/2024**		*****		
2275	63		pix enviado	50,01
2275	63		pix enviado	50,00
2702	63		valor ref debito em conta - impostos	28,00
2702	63		valor ref debito em conta- impostos	28,00
***** **29/05/2024**		*****		
3220	63		valor ref debito em conta serv prestado	800,00
***** **31/05/2024**		*****		
35	3164		Valor Ref a Receita de Serviço	34.366,33
63	3164		valor ref credito em conta ted credito	70.813,91
63	3164		valor ref credito em conta ted credito	8.897,39
3220	63		pix enviado	180,00
***** **03/06/2024**		*****		
35	63		pix enviado- costa e belo	250,00
63	3164		pix enviado	2.000,00
***** **05/06/2024**		*****		
3220	63		pix enviado- alice	1.500,00
3220	63		pix enviado	4.000,00
3220	63		pix enviado	4.000,00
3220	63		pix enviado- pedro fernando	4.000,00
3094	63		valor ref debito em conta - tarifa	115,00
***** **07/06/2024**		*****		
3220	63		pix enviado	180,00
***** **10/06/2024**		*****		
3220	63		pix enviado	4.200,00
1744	63		valor ref debito em conta - simples nacional	7.388,89
***** **11/06/2024**		*****		
2702	63		valor ref debito em conta - sefaz	28,00
***** **13/06/2024**		*****		
2275	63		pix enviado	50,01
2275	63		pix enviado	50,00
3220	63		pix enviado	150,00
2702	63		valor ref debito em conta sefaz	28,00
***** **14/06/2024**		*****		
3220	63		pix enviado- raimunda	120,00
***** **19/06/2024**		*****		
3220	63		pix enviado	6.000,00
***** **20/06/2024**		*****		
2275	63		pix enviado	50,01
			Total de Débitos a Transportar:	349.953,24
			Total de Créditos a Transportar:	349.953,24

EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA (00002)
CNPJ : 30065139000184 NIRE: 21201467345 Data: 28/03/2018
Diário Geral de 01/01/2024 a 31/12/2024 Folha: 10

Débito	Crédito	Documento	Histórico	Valor
			Total de Débitos Transportado:	349.953.24
			Total de Créditos Transportado:	349.953.24
***** **20/06/2024**		*****		
2275	63		pix enviado	50,00
3220	63		pix enviado	450,00
2702	63		valor ref debito em conta - sefaz	35,00
2702	63		valor ref debito em conta - sefaz	35,00
***** **21/06/2024**		*****		
3220	63		pix enviado- raimunda	180,00
***** **24/06/2024**		*****		
2275	63		pix enviado	50,00
2702	63		valor ref debito em conta - sefaz	28,00
***** **26/06/2024**		*****		
3227	63		valor ref debito em conta - CREA-MA	99,64
***** **28/06/2024**		*****		
63	3164		valor ref credito em conta -recebimento fornecedor	4.102,14
3220	63		valor ref debito em conta -raimunda nonata	180,00
***** **02/07/2024**		*****		
3220	63		pix enviado	4.000,00
***** **03/07/2024**		*****		
35	63		pix enviado	250,00
3220	63		pix enviado	375,00
3220	63		pix enviado	1.500,00
3220	63		pix enviado	4.000,00
3220	63		pix enviado	4.000,00
***** **04/07/2024**		*****		
63	3164		valor ref credito em conta	1.500,00
2744	63		valor ref debito em conta simples nacional	215,16
***** **05/07/2024**		*****		
3220	63		valor ref debito em conta raimunda nonato	180,00
3220	63		valor ref debito em conta alice negreiros	30,00
3220	63		valor ref debito em conta igor araujo	60,00
3094	63		valor ref debito em conta tarifa pacote	115,00
***** **09/07/2024**		*****		
63	3164		valor ref credito em conta ted credito	34.261,59
2275	63		valor ref debito em conta - fernanda comuni	50,00
2702	63		valor ref debito em conta sefaz	28,00
***** **10/07/2024**		*****		
63	3164		valor ref credito em conta - fertgrow	4.102,98
***** **12/07/2024**		*****		
63	3164		valor ref credito em conta - pedro ivo	6.000,00
3220	63		valor ref debito em conta - raimunda	180,00
			Total de Débitos a Transportar:	416.010.75
			Total de Créditos a Transportar:	416.010.75

EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA (00002)
CNPJ : 30065139000184 NIRE: 21201467345 Data: 28/03/2018
Diário Geral de 01/01/2024 a 31/12/2024 Folha: 11

Débito	Crédito	Documento	Histórico	Valor
			Total de Débitos Transportado:	416.010.75
			Total de Créditos Transportado:	416.010.75
***** **15/07/2024**		*****		
2275	63		valor ref debito em conta - fernanda comunic	50,00
3220	63		valor ref debito em conta - igor araujo	30,00
2702	63		valor ref debito em conta - sefaz	21,00
***** **19/07/2024**		*****		
3220	63		valor ref debito em conta - raimunda nonata	180,00
3220	63		valor ref debito em conta - stefannie	450,00
***** **25/07/2024**		*****		
3227	63		valor ref debito em conta - CREA- MA	99,64
***** **26/07/2024**		*****		
3220	63		valor ref debito em conta - raimunda nonata	180,00
***** **30/07/2024**		*****		
63	3164		valor ref credito em conta - pix recebido	10.172,00
***** **31/07/2024**		*****		
3220	63		valor ref debito em conta - eduardo araujo	2.100,00
***** **01/08/2024**		*****		
3220	63		pix enviado	4.500,00
3220	63		pix enviado	4.500,00
3220	63		pix enviado	4.500,00
3220	63		pix enviado	250,00
3220	63		pix enviado	450,00
3220	63		pix enviado	1.500,00
3220	63		pix enviado	1.500,00
3220	63		pix enviado	1.600,00
***** **02/08/2024**		*****		
63	3164		valor ref credito em conta spe praia	25.366,20
63	3164		valor ref credito em conta spe praia	17.000,00
3220	63		pix enviado	180,00
3220	63		pix enviado	60,00
***** **05/08/2024**		*****		
3220	63		pix enviado	5.000,00
3220	63		pix enviado	5.000,00
3220	63		pix enviado	5.000,00
3094	63		valor ref debito em conta tarifa	122,30
***** **09/08/2024**		*****		
2275	63		valor ref debito em conta fernanda comunic	50,00
3220	63		pix enviado	180,00
3220	63		pix enviado	1.316,00
3220	63		pix enviado	526,00
3220	63		pix enviado	458,00
3220	63		pix enviado	778,60
3220	63		pix enviado	21,00
2702	63		valor ref debito em conta sefaz	
***** **12/08/2024**		*****		
			Total de Débitos a Transportar:	509.975.89
			Total de Créditos a Transportar:	509.975.89

EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA (00002)
CNPJ : 30065139000184 NIRE: 21201467345 Data: 28/03/2018
Diário Geral de 01/01/2024 a 31/12/2024 Folha: 12

Débito	Crédito	Documento	Histórico	Valor
			Total de Débitos Transportado:	509.975,89
			Total de Créditos Transportado:	509.975,89
***** **12/08/2024**		*****		
3220	63		pix enviado	824,40
3220	63		pix enviado	961,70
***** **13/08/2024**		*****		
2744	63		valor ref debito em conta simples nacional	4.657,81
***** **14/08/2024**		*****		
63	3164		transferencia recebida- fertgrow	4.102,98
63	3164		transferencia recebida	7.500,00
3220	63		pix enviado	1.053,40
3220	63		pix enviado	800,00
***** **15/08/2024**		*****		
3220	63		pix enviado	320,60
3220	63		pix enviado	1.316,00
3220	63		pix enviado	517,30
***** **16/08/2024**		*****		
3220	63		pix enviado	180,00
***** **20/08/2024**		*****		
2275	63		valor ref debito em conta - fernanda comunic	150,00
2702	63		valor ref debito em conta - sefaz	28,00
2702	63		valor ref debito em conta - sefaz	28,00
2702	63		valor ref debito em conta - sefaz	28,00
***** **22/08/2024**		*****		
3220	63		valor ref debito em conta - raimunda	180,00
3220	63		valor ref debito em conta - pablo	1.200,00
***** **26/08/2024**		*****		
3220	63		pix enviado	350,00
***** **27/08/2024**		*****		
3220	63		pix enviado	135,00
***** **30/08/2024**		*****		
3220	63		pix enviado	180,00
***** **02/09/2024**		*****		
3220	63		pix enviado	1.530,00
3220	63		pix enviado	450,00
3220	63		pix enviado	4.500,00
3220	63		pix enviado	4.500,00
3220	63		pix enviado	4.500,00
3220	63		pix enviado	1.500,00
***** **05/09/2024**		*****		
3094	63		valor ref debito em conta tarifa pacote	122,30
***** **06/09/2024**		*****		
			Total de Débitos a Transportar:	550.946,98
			Total de Créditos a Transportar:	550.946,98

EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA (00002)
CNPJ : 30065139000184 NIRE: 21201467345 Data: 28/03/2018
Diário Geral de 01/01/2024 a 31/12/2024 Folha: 13

Débito	Crédito	Documento	Histórico	Valor
			Total de Débitos Transportado:	550.946,98
			Total de Créditos Transportado:	550.946,98
***** **06/09/2024**		*****		
3220	63		pix enviado	180,00
3220	63		pix enviado	1.200,00
***** **10/09/2024**		*****		
35	63		pix enviado	250,00
2744	63		valor ref debito em conta simples nacional	237,41
***** **11/09/2024**		*****		
63	3164		valor ref credito em conta spe amorim	21.600,00
***** **12/09/2024**		*****		
35	63		valor ref debito em conta dahmen	10.500,00
2275	63		valor ref debito em conta - raimunda	50,00
3220	63		valor ref debito em conta - pablo	800,00
1702	63		valor ref debito em conta - sefaz	28,00
***** **13/09/2024**		*****		
3220	63		valor ref debito em conta - raimunda	180,00
***** **18/09/2024**		*****		
3220	63		valor ref debito em conta - pablo vinicios	1.600,00
***** **19/09/2024**		*****		
3220	63		valor ref debito em conta - patrick	50,00
***** **20/09/2024**		*****		
63	3164		transferencia recebida fertgrow	4.090,80
63	3164		transferencia recebida	5.000,00
3220	63		pix enviado	90,00
***** **25/09/2024**		*****		
63	3164		valor ref credito em contasped amorim	7.171,03
***** **01/10/2024**		*****		
63	3164		valor ref credito em conta - fertgrow	4.090,80
3220	63		pix enviado	2.500,00
3220	63		valor ref debito em conta - maria da conceição	240,00
3220	63		pix enviado	1.600,00
3220	63		pix enviado	1.600,00
3220	63		pix enviado	5.000,00
3220	63		pix enviado	5.000,00
3220	63		pix enviado	5.000,00
***** **02/10/2024**		*****		
35	63		valor ref debito em conta - dahmen	13.819,40
3220	63		valor ref debito em conta - stefannie	450,00
3220	63		pix enviado	250,00
3227	63		valor ref debito em conta crea-ma	99,64
3227	63		valor ref debito em conta crea-ma	99,64
3227	63		valor ref debito em cont crea-ma	99,64
			Total de Débitos a Transportar:	643.643,34
			Total de Créditos a Transportar:	643.643,34

EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA (00002)
CNPJ : 30065139000184 NIRF: 21201467345 Data: 28/03/2018
Diário Geral de 01/01/2024 a 31/12/2024 Folha: 14

Débito	Crédito	Documento	Histórico	Valor
			Total de Débitos Transportado:	643.643,34
			Total de Créditos Transportado:	643.643,34
***** **03/10/2024**		*****		
35	63		valor ref debito em conta - dahmen	10.000,00
***** **04/10/2024**		*****		
3220	63		pix enviado	240,00
***** **07/10/2024**		*****		
3094	63		valor ref debito em conta - tarifa	122,30
***** **08/10/2024**		*****		
2275	63		valor ref debito em conta - fernanda comunicação	50,00
2702	63		valor ref debito em conta - sefaz	28,00
***** **09/10/2024**		*****		
63	3164		valor ref credito em conta - arlindo	1.500,00
2275	63		valor ref debito em conta - fernanda comunic	50,00
2702	63		valor ref debito em conta - sefaz	28,00
***** **15/10/2024**		*****		
63	3164		transferencia recebida	1.500,00
63	3164		transferencia recebida	2.500,00
3220	63		pix enviado	1.600,00
***** **18/10/2024**		*****		
3220	63		pix enviado	240,00
***** **23/10/2024**		*****		
63	3164		transferencia recebida	2.500,00
***** **25/10/2024**		*****		
3220	63		pix enviado	240,00
3094	63		valor ref debito em conta tarifa	64,80
**** **31/10/2024**		*****		
3220	63		pix enviado	1.600,00
3220	63		pix enviado	1.600,00
3220	63		pix enviado	1.800,00
3220	63		pix enviado	4.500,00
3220	63		pix enviado	4.500,00
3220	63		pix enviado	4.500,00
3220	63		pix enviado	
***** **01/11/2024**		*****		
3220	63		pix enviado	240,00
***** **04/11/2024**		*****		
3220	63		pix enviado	450,00
***** **05/11/2024**		*****		
3164	63		valor ref debito em conta rfb- simples nacional	4.325,58
3164	63		valor ref debito em conta rfb - simples nacional	745,00
3094	63		valor ref debito em conta tarifa	122,30
			Total de Débitos a Transportar:	688.689,32
			Total de Créditos a Transportar:	688.689,32

EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA (00002)
CNPJ : 30065139000184 NIRE: 21201467345 Data: 28/03/2018
Diário Geral de 01/01/2024 a 31/12/2024
Folha: 15

Débito	Crédito	Documento	Histórico	Valor
			Total de Débitos Transportado:	688.689,32
			Total de Créditos Transportado:	688.689,32
***** **08/11/2024**		*****		
3220	63		pix enviado	240,00
***** **12/11/2024**		*****		
63	3164		transferencia recebida	3.000,00
***** **14/11/2024**		*****		
63	3164		valor ref credito em conta fertgrow	4.082,82
3220	63		pix enviado	240,00
***** **19/11/2024**		*****		
2275	63		valor ref debito em conta fernanda comuni	50,00
2702	63		valor ref debito em conta sefaz	21,00
***** **21/11/2024**		*****		
3227	63		valor ref debito em conta crea-ma	99,64
3227	63		valor ref debito em conta crea-ma	99,64
***** **22/11/2024**		*****		
3220	63		pix enviado	240,00
***** **26/11/2024**		*****		
2275	63		valor ref debito em conta fernanda comunicação	100,00
2702	63		valor ref debito em conta sefaz	28,00
2702	63		valor ref debito em conta sefaz	28,00
***** **02/12/2024**		*****		
3220	63		pix enviado	5.000,00
3220	63		pix enviado	5.000,00
3220	63		pix enviado	5.000,00
3220	63		pix enviado	1.560,00
3220	63		pix enviado	1.500,00
3220	63		pix enviado	240,00
***** **03/12/2024**		*****		
3220	63		pix enviado	35,00
***** **04/12/2024**		*****		
35	63		pix enviado	250,00
2744	63		valor ref debito em conta simples nacional	374,46
***** **05/12/2024**		*****		
3094	63		valor ref debito em conta tarifa	122,30
***** **06/12/2024**		*****		
3220	63		pix enviado	240,00
***** **11/12/2024**		*****		
3220	63		pix enviado	2.200,00
***** **13/12/2024**		*****		
3220	63		pix enviado	240,00
			Total de Débitos a Transportar:	718.680,18
			Total de Créditos a Transportar:	718.680,18

EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA (00002)
CNPJ: 30065139000184 NIRF: 21201467345 Data: 28/03/2018
Diário Geral de 01/01/2024 a 31/12/2024 Folha: 16

Débito	Crédito	Documento	Histórico		Valor
				Total de Débitos Transportado:	718.680.18
				Total de Créditos Transportado:	718.680.18
*****	**13/12/2024**	*****			
*****	**16/12/2024**	*****			
3220	63		pix enviado		450,00
*****	**18/12/2024**	*****			
3220	63		pix enviado		276,00
*****	**20/12/2024**	*****			
3220	63		pix enviado		240,00
*****	**23/12/2024**	*****			
63	3164		valor ref credito em conta		6.300,00
*****	**27/12/2024**	*****			
63	3164		valor ref credito em conta- fertgrow		3.112,96
3220	63		pix enviado		240,00
*****	**31/12/2024**	*****			
2254	567		Depreciação Acumulada		3.897,61
2254	560		Depreciação Acumulada		4.938,75
2254	581		Depreciação Acumulada		26.760,00
2744	798		apropriação de debito 12/2024		187,69
3164	3066		Encerramento Do Exercício		364.839,83
3066	1190		Encerramento Do Exercício		21.280,46
3066	3227		Encerramento Do Exercício		1.096,04
3066	3220		Encerramento Do Exercício		283.165,42
3066	3094		Encerramento Do Exercício		1.544,50
3066	2744		Encerramento Do Exercício		14.685,36
3066	2702		Encerramento Do Exercício		2.037,00
3066	2275		Encerramento Do Exercício		5.434,69
3066	2254		Encerramento Do Exercício		35.596,36
				Total de Débitos:	**1.494.762,85**
				Total de Créditos:	**1.494.762,85**

EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA

Termo de Encerramento — Diário : 002 Folha: 017

T E R M O D E E N C E R R A M E N T O

CONTÉM ESTE CONJUNTO DE FORMULÁRIOS 17 (DEZESSETE) FOLHAS NUMERADAS TIPOGRAFICAMENTE DE 1 (UM) À 17 (DEZESSETE), E SERVIRÁ DE LIVRO DIÁRIO NÚMERO 2(DOIS) E REFERENTE AO PERÍODO DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO SOCIAL DE 01 DE JANEIRO DE 2024 A 31 DE DEZEMBRO DE 2024 DA EMPRESA EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA, ESTABELECIDA À RUA TIMBAUBA, Nº36, CEP: 65071-440, CALHAU, SÃO LUÍS / MA, CEP 65071-440, REGISTRADA NA JUNTA COMERCIAL DO MESMO ESTADO SOB O NIRE NUM. 212014673-45 POR DESPACHO DE 28/03/2018 E INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 30065139000184.

CONFORME DETERMINA A INSTRUÇÃO NORMATIVA DREI/SGD/EPP Nº 82 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021, DECLARAMOS QUE O PRESENTE LIVRO ENCONTRA-SE TOTALMENTE ESCRITURADO, DE ACORDO COM A DOCUMENTAÇÃO QUE NOS FOI APRESENTADA, CONTABILIZADA E DEVOLVIDA.

SÃO LUÍS, 31 DE DEZEMBRO DE 2024

MAYARA ABRANTES FONTENELE
Administrador
CPF 98622706320

MAURO HENRIQUE BEZERRA MARTINS
TÉCNICO(A)
CRC MA/10656

PROC. 271
FLS 318
RUB.

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
29284660378	MAURO HENRIQUE BEZERRA MARTINS
98622706320	MAYARA ABRANTES FONTENELE

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 12/12/2025 12:11 SOB Nº 20251384454.
PROTOCOLO: 251384454 DE 27/11/2025. NIRE: 21201467345.
EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA

JUCEMA

ANSELMO DIAS CARNEIRO LOPES FILHO
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
SÃO LUÍS, 12/12/2025
empresafacil.ma.gov.br

EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA
CNPJ: 30065139000184
Balanço Patrimonial de 01/01/2024 até 31/12/2024 NIRE: 21102204940 Diario: Folha: 1
rua timbauba, nº36, bairro: calhau cep: 65071-440 São Luis- MA

PROC. 272
FLS 315
RUB.

Classificação	Nota	Descrição	Exercício Anterior	Exercício Atual
1		**ATIVO (7)**		
1.1		**ATIVO CIRCULANTE (14)**		
1.1.01		**Disponibilidades (21)**		
1.1.01.001		**Caixa e Equivalentes de Caixa (28)**		
1.1.01.001.00001		Caixa (35)	5.642,06D	77.534,50D
		=Caixa e Equivalentes de Caixa	******5.642,06D**	*****77.534,50D**
1.1.01.002		**Bancos Conta Movimento (42)**		
1.1.01.002.00003		Banco do Brasil S/A. (63)	94.206,11D	86.224,82D
		=Bancos Conta Movimento	*****94.206,11D**	*****86.224,82D**
		=Disponibilidades	*****99.848,17D**	****163.759,32D**
1.1.02		**Contas a Receber (91)**		
1.1.02.001		**Clientes (98)**		
1.1.02.001.00003		Clientes diversos (3199)	19.473,17D	11.973,17D
		=Clientes	*****19.473,17D**	*****11.973,17D**
		=Contas a Receber	*****19.473,17D**	*****11.973,17D**
		=T o t a l - ATIVO CIRCULANTE	****119.321,34D**	****175.732,49D**
1.3		**ATIVO NÃO CIRCULANTE (322)**		
1.3.03		**Imobilizado (427)**		
1.3.03.003		**Máquinas e Equipamentos (469)**		
1.3.03.003.00001		Máquinas/Equipamentos (476)	49.387,50D	49.387,50D
		=Máquinas e Equipamentos	*****49.387,50D**	*****49.387,50D**
1.3.03.004		**Veículos (518)**	133.800,00D	133.800,00D
1.3.03.004.00001		Veículos (525)	****133.800,00D**	****133.800,00D**
		=Veículos		
1.3.03.005		**Móveis e Utensílios (532)**	38.976,10D	38.976,10D
1.3.03.005.00001		Móveis e Utensílios (539)	*****38.976,10D**	*****38.976,10D**
		=Móveis e Utensílios		
1.3.03.006		**(-) Depreciação Acumulada (546)**	9.877,50C	14.816,25C
1.3.03.006.00002		(-) Máquinas e Equipamentos (560)	7.495,22C	11.392,83C
1.3.03.006.00003		(-) Móveis e Utensílios (567)	28.596,36C	55.356,36C
1.3.03.006.00005		(-) Veículos (581)	*****45.969,08C**	*****81.565,44C**
		=(-) Depreciação Acumulada	****176.194,52D**	****140.598,16D**
		=Imobilizado	****176.194,52D**	****140.598,16D**
		=T o t a l - ATIVO NÃO CIRCULANTE	****295.515,86D**	****316.330,65D**
		=T o t a l - ATIVO		
2		**PASSIVO (630)**		
2.1		**PASSIVO CIRCULANTE (637)**		
2.1.03		**Obrigações Fiscais (735)**		
2.1.03.001		**Impostos a Recolher (742)**		

MAYARA ABRANTES FONTENELE
Sócio - Administrador
CPF:98622706320

MAURO HENRIQUE BEZERRA MARTINS
Tec.Contabil
CPF:292.846.603-78 CRC/MA10656

EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA
CNPJ: 30065139000184
Balanço Patrimonial de 01/01/2024 até 31/12/2024 NIRE: 21102204940 Diário Folha 2
rua timbauba, nº36, bairro: calhau cep: 65071-440 São Luis- MA

Classificação	Nota	Descrição	Exercício Anterior	Exercício Atual
2.1.03.001.00008		Simples Nacional a Recolher (798)	653,36C	187,69C
		=Impostos a Recolher	********653,36C	********187,69C
		=Obrigações Fiscais	********653,36C	********187,69C
		=T o t a l - PASSIVO CIRCULANTE	********653,36C	********187,69C
2.3		**PATRIMÔNIO LÍQUIDO (1099)**		
2.3.01		**Capital Social (1106)**		
2.3.01.001		**Capital Subscrito (1113)**		
2.3.01.001.00001		Capital Social Subscrito- Sócio 1 (1120)	100.000,00C	100.000,00C
2.3.01.001.00002		Capital Social Subscrito - Sócio 2 (3234)	100.000,00C	100.000,00C
2.3.01.001.00002		**=Capital Subscrito**	****200.000,00C	****200.000,00C
2.3.01.002	0	**=Capital Social**	****200.000,00C	****200.000,00C
2.3.02		**Reservas (1141)**		
2.3.02.002		**Reservas de Lucros (1162)**		
2.3.02.002.00001		Reservas de Lucros (1169)	7.779,33C	7.779,33C
2.3.02.002.00001		**=Reservas de Lucros**	******7.779,33C	******7.779,33C
2.3.02.002.00001		**=Reservas**	******7.779,33C	******7.779,33C
2.3.03		**Lucros/Prejuízos Acumulados (1176)**		
2.3.03.001		**Lucros Acumulados (1183)**		
2.3.03.001.00001		Lucros Acumulados (1190)	87.083,17C	108.363,63C
2.3.03.001.00001		**=Lucros Acumulados**	*****87.083,17C	****108.363,63C
2.3.03.003	0	**=Lucros/Prejuízos Acumulados**	*****87.083,17C	****108.363,63C
2.3.03.003	0	**=T o t a l - PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	****294.862,50C	****316.142,96C
		=T o t a l - PASSIVO	****295.515,86C	****316.330,65C

MAYARA ABRANTES FONTENELE
Sócio - Administrador
CPF:98622706320

MAURO HENRIQUE BEZERRA MARTINS
Tec.Contabil
CPF:292.846.603-78 CRC/MA10656

EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA
CNPJ: 30065139000184 NIRE: 21102204940 Data: 28/03/2018
Notas Explicativas de 01/01/2024 até 31/12/2024 Diário: 0 Folha: 3

Eko Construções e Soluções Ambientais Ltda é uma sociedade empresária Limitada, com fins econômicos e com sede na rua timbauba, nº 36, calhau, São Luis -MA Cep: 65071-440, foro juridico na cidade de São Luis / MA, tendo como objetivo social ATIVIDADE PRINCIPAL: Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente ATIVIDADES SECUNDARIAS: Conservação de florestas nativas, Atividades de apoio à produção florestal, Atividades de apoio à aqüicultura em água salgada e salobra, Atividades de apoio à aqüicultura em água doce, Distribuição de água por caminhões, Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes, Coleta de resíduos não- perigosos,Coleta de resíduos perigosos, Preparação de canteiro e limpeza de terreno, Obras de terraplenagem,Serviços de pintura de edifícios em geral, Perfuração e construção de poços de água, Serviços de arquitetura, Serviços de engenharia, Atividades de estudos geológicos, Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia, Serviços de perícia técnica relacionados à segurança do trabalho,Testes e análises técnicas, Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador, Atividades paisagísticas, Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial, com início de atividades em 28/03/2018 e sua regência se dá pelo Contrato Social com respaldo legal na Lei Federal nº 10.406/2002, com execução de atividade apenas no exercicio na prestação de serviços.

A empresa Eko Construções e Soluções Ambientais Ltda possui os seguintes registros e inscrições:

- Seu contrato social, foi registrado na JUCEMA e tem como NIRE: 211022049-40
- Cadastrada no CNPJ sob nº: 30.065.139-00001-84
- Cadastrada na Sefaz/MA, Inscrição Estadual sob nº: 12646706-4
- Cadastro Municipal (MA), CCM sob nº98233983

A empresa neste ano de 2024 esteve enquadrada no regime tributário SIMPLES NACIONAL e contabiliza os encargos tributários pelo regime de competência.

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas e adotadas no Brasil tomando-se como base a Lei nº 11.638/07 alterada pela lei 11.941/2009.
Foi obedecido também o Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (ITG 1000), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, Resoluções CFC n°: 750/1993, 1.255/2009, 1.282/2010 e 1.418/2012.

PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

O exercício social abrange os dados e documentos fornecidos no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro do ano de 2024.
A moeda funcional da empresa é o Real (R$).
Receitas: são apuradas por meio de notas fiscais de serviço emitidas no período de 01/01/2024 a 31/12/2024
Custos e Despesas tem como base as notas fiscais, recibos e guias de pagamento (DARFS, GPS, DAMS), em conformidade com as exigências fisco legais.
Direitos e obrigações: Os direitos e obrigações da empresa estão de acordo com seus efetivos valores reais.
Estimativas contábeis: A mensuração das provisões segue o critério de estimativas dos ativos e o dos passivos a possibilidade de execução de demandas judiciais.

MAYARA ABRANTES FONTENELE
Sócio - Administrador
CPF:98622706320

MAURO HENRIQUE BEZERRA MARTINS
Tec Contabil
CPF:292.846.603-78 CRC/MA10656
RG:769026

EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA
CNPJ: 30065139000184 NIRE: 21102204940 Data: 28/03/2018
Notas Explicativas de 01/01/2024 até 31/12/2024 Diário: 0 Folha: 4

Apuração do resultado: o resultado de receitas, custos e despesas é apurado de acordo com o Regime Contábil de Competência, preceituado no art. 9º da resolução CFC nº 750, de 29 de dezembro de 1993, que dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade - (PFC).
É apresentado abaixo os valores totais apurados no ano em curso.

	1° TRIM	2° TRIM	3 ° TRIM	4°TRIM	SOMA
RECEITAS	53.344,48	140.111,77	147.867,58	23.516,00	364.839,83
DESP + CUSTOS	66.650,07	82.830,07	89.404,02	103.130,71	342.014,87
RESULTADO	(13.305,59)	57.281,70	58.463,56	(79.614,71)	22.824,96

Observa-se do 1º trimestre em relação ao 4º trimestre temos que
A) Aumento das receitas de 54,73 %;
B) A despesa e custos teve uma aumento de 126,84 %;
C) Um lucro de 22.824,96

ATIVOS
Caixa e equivalentes de caixa
Foi utilizada a Conta Caixa/Bancos para os recebimentos e pagamentos.

Caixa/Bancos :	1° TRIM	2° TRIM	3° TRIM	4°TRIM
	93.044,22	149.917,72	208.021,68	163.759,32

CAPITAL SOCIAL
O capital social é de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) dividido em 200.000 quotas no valor unitario de R$ 1,00 (um real) cada, totalmente integralizado, apresentando a seguinte composição:

Sócio 01 - 50% = R$ 100.000,00
Sócio 02 - 50% = R$ 100.000,00

EVENTOS SUBSEQUENTES
O administrador declara a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

MAYARA ABRANTES FONTENELE
Sócio - Administrador
CPF:98622706320

MAURO HENRIQUE BEZERRA MARTINS
Tec Contabil
CPF 292.846.603-78 CRC/MA10656
RG 769026

EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA
CNPJ : 30085139000184 Nire: 21102204940 Data: 28/03/2018
Balanço Patrimonial em 31/12/2024
rua timbauba, nº36, bairro: calhau cep: 65071-440 São Luis- MA
Diário: 0 Folha: 5

IMPORTA O PRESENTE BALANÇO PATRIMONIAL SOMANDO NO ATIVO E NO PASSIVO 316.330,65 (TREZENTOS E DEZESSEIS MIL, TREZENTOS E TRINTA REAIS E SESSENTA E CINCO CENTAVOS) DE ACORDO COM A DOCUMENTAÇÃO QUE NOS FOI APRESENTADA.

São Luís, 31 de dezembro de 2024

MAYARA ABRANTES FONTENELE
Sócio - Administrador
CPF: 98622706320

MAURO HENRIQUE BEZERRA MARTINS
TEC.CONTABIL
CPF: 292.846.603-78 CRC/MA 10656
RG: 769026 Orgão: SSP/MA

EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA(00002)
CNPJ: 30065139000184 NIRE: 21102204940 Data: 28/03/2018
Endereço: rua timbauba, nº36, cep: 65071-440 , calhau, São Luis, MA
Balanço de Resultado Econômico Sintética de 01/01/2024 até 31/12/2024 Diário :0 Folha: 6

Descrição	Classificação	Conta	Exercicio Atual
Receitas de Venda			
Receita bruta de serviços	3.1.01.004	3157	364.839,83
=Receitas de Venda			****364.839,83**
Despesas Operacionais			
Despesas Administrativas	3.2.02.001	2128	325.292,51
Despesas Tributárias, Taxas e Contribuições	3.2.02.003	2660	16.722,36
=Despesas Operacionais			****342.014,87**

RESULTADO DO EXERCÍCIO

RECEITAS----------> 364.839,83C
DESPESAS + CUSTO----------> 342.014,87D
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO: ******22.824,96

MAYARA ABRANTES FONTENELE
Sócio - Administrador
CPF:98622706320

MAURO HENRIQUE BEZERRA MARTINS
Tec.Contabil
CPF:292.846.603-78 CRC/MA10656
RG:769026

PROC. 278
FLS. 818
RUB.

IMPORTA A PRESENTE DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO COM LUCRO DE 22.824,96 (VINTE E DOIS MIL, OITOCENTOS E VINTE E QUATRO Reais E NOVENTA E SEIS CENTAVOS) DE ACORDO COM A DOCUMENTAÇÃO QUE NOS FOI APRESENTADA.

SÃO LUÍS, 31 DE DEZEMBRO DE 2024

MAYARA ABRANTES FONTENELE
Sócio - Administrador
CPF: 98622706320

MAURO HENRIQUE BEZERRA MARTINS
TEC.CONTABIL
CPF: 292.846.603-78 CRC/MA 10656

MINISTÉRIO DO EMPREENDEDORISMO, DA MICROEMPRESA E PEQUENO PORTE
Secretaria Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno
Diretoria Nacional de Registro Empresarial e Integração

PROC. 279
FLS 345
RUB.

DECLARAÇÃO DE ARQUIVAMENTO DE BALANÇO COMO DOCUMENTO DE INTERESSE

Pelo presente instrumento eletrônico, os abaixo qualificados:

I – Mayara Abrantes Fontenele, brasileira, solteira, empresária, inscrito(a) no CPF sob o nº 986.227.063-20, representante legal da sociedade Eko Construções e Soluções Ltda , inscrito no CNPJ sob o nº 30.065.139/0001-84, com sede na rua timbauba, nº 36, bairro: calhau, São Luis/MA cep 65071-440, conforme poderes atribuídos pelo contrato requerimento do empresário;

II – Mauro Henrique Bezerra Martins, brasileiro, solteiro, Contador, inscrito(a) no CPF sob nº 292.846.603-78, e no CRC/MA sob o nº 010656, Contador(a) responsável pela elaboração e validação das demonstrações contábeis;

Apresentam a registro, como documento de interesse, o balanço patrimonial ou balanço de resultado economica, referente ao exercicio do 2024; e

DECLARAM, sob as penas da lei, que:

1. As informações cadastrais constantes nesta e ato são verdadeiras e poderão ser consultadas perante a Junta Comercial do Maranhão;
2. Foram observadas as disposições contidas no art.10- B da instrução Normativa DREI nº 81/2020 e no § 2º do art, 2º da Instrução Normativa DREI nº 82/2021;
3. O conteúdo refletido do balanço ora representado a registro foi aprovado pelo Mayara Abrantes Fontenele.

Reconhecem que a falsidade de qualquer das informações declaradas poderá ensejar responsalização civil, admistrativa e penal dos signatários, nos termos da legislação vigente, incluindo os artigos 299 a 304 do Código Penal Brasileiro, além das sanções previstas nas normas societárias, contábeis e tributárias.

Esta declaração será assinada eletronicamente com validade jurídica plena, por meio de qualquer plataforma de assinatura eletronica

legalmente reconhecida no Brasil, como o Portal Gov.br(contas com selo prata ou ouro), com validação garantida pelo governo federal), ou pelos portais de assinatura electronica das Autoriddaes Certificadoras (AR) credenciadas pelo ICP-Brasil, utilizando certificados digitais emitidos conforme os requisites legais,nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2/2001, do Decreto nº 10.543/2020, da Lei nº 14.063/2020 e demais dispositivos aplicáveis.

E, por estarem de pleno acordo com as claúsulas acima, firmam eletronicamente a presente Declaração, para que produza todos os seus efeitos legais.

São Luis - MA, 21 de julho de 2025.

gov.br Documento assinado digitalmente
MAYARA ABRANTES FONTENELE
Data: 21/07/2025 09:24:33-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Mayara Abrantes Fontenele
CPF: 986.227.063-20
Sócia Administradora

gov.br Documento assinado digitalmente
MAURO HENRIQUE BEZERRA MARTINS
Data: 24/07/2025 11:27:02-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Mauro Henrique Bezerra Martins
CPF: 292.846.603-78
Tec. Contador CRC/MA010656

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
29284660378	MAURO HENRIQUE BEZERRA MARTINS
98622706320	MAYARA ABRANTES FONTENELE

CERTIFICO O REGISTRO EM 04/08/2025 12:16 SOB Nº 20250908174.
PROTOCOLO: 250908174 DE 04/08/2025.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12512444294. CNPJ DA SEDE: 30065139000184.
NIRE: 21201467345. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 04/08/2025.
JUCEMA EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito a comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

PROC. 282
FLS 315
RUB.

EMPRESA FÁCIL GOVERNO DO MARANHÃO

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado de Indústria e comércio - SEINC
Junta Comercial do Estado do Maranhão

EMPRESA FÁCIL GOVERNO DO MARANHÃO

CERTIDÃO DE LIVROS

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que os livros da empresa EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA encontram-se autenticados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição, como segue:	**Protocolo: MAC2500788540**
Nire: 21201467345 **CNPJ:** 30.065.139/0001-84	**Situação** ATIVA **Status**

Histórico de Livros Autenticados

Tipo de Livro	Código de Autenticidade	Número de Ordem	Número de Folhas	Data da Autenticação	Data da Abertura	Data do Encerramento
DIÁRIO	20251378080	1	7	26/11/2025	01/01/2023	31/12/2023
DIÁRIO	20251384454	2	9	12/12/2025	01/01/2024	31/12/2024

Esta certidão foi emitida automaticamente em 15/12/2025, às 16:34:41 (horário de Brasilia).
Se impressa, verificar sua autenticidade no **https://www.empresafacil.ma.gov.br**, com código **IPEVOGEZ**.

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
Secretário(a) Geral

PROC. 283
FLS 313
RUB.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

CERTIDÃO ESTADUAL - PRIMEIRO GRAU

FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Data emissão: 15/12/2025
Data de validade: 15/02/2026

Nº da certidão: 12504436602
Código de Validação: f342fc11f2

NOME: EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA

CNPJ: 30.065.139/0001-84

Os dados dos documentos constantes nessa certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc.)

Certifico que NADA CONSTA nos registros de distribuição do 1o GRAU DE JURISDIÇÃO do Poder Judiciário do Estado do Maranhão sobre ocorrência de ações de pedido de Falência, Concordata e Recuperação Judicial distribuída(s) que esteja(m) em tramitação em face da pessoa acima identificada.

A Certidão de Falência, Concordata e Recuperação Judicial contempla ações de Falência, Recuperação Judicial/Extrajudicial e Insolvência Civil.

Observações:

a) Os dados do(a) solicitante acima informado são de sua responsabilidade, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário;

b) A validade desta certidão é de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova certidão;

c) Esta certidão é válida apenas para maiores de 18 anos;

d) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Maranhão - www.tjma.jus.br - menu - Certidão Estadual, utilizando o código de validação acima identificado;

e) Fonte da pesquisa: sistema PJE (1o grau);

PROC. 284
FLS 315
RUB.

CRCMA
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO MARANHÃO

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : MAURO HENRIQUE BEZERRA MARTINS
REGISTRO..... : MA-010656/O-3
CATEGORIA..... : TÉCNICO EM CONTABILIDADE
CPF..... : ***.846.603-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: MARANHÃO, 15/12/2025 as 16:50:22.
Válido até: 15/03/2026.
Código de Controle: 6292360.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCMA.

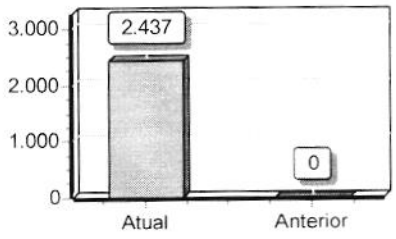
PROC. 285
FLS 315
RUB.

EKO CONSTRUÇÕES E SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA
CNPJ: 300651390001/84 NIRE: 21102204940
Endereço: R Timbauba nº 36 bairro: calhau, cep: 65071-440 São Luis, MA
Análise Econômica e Financeira de 01/01/2023 até 31/12/2023

Solvência Geral

Ativo	295.515,86	
Passivo Circulante + Passivo não Circulante (Obrigações a LP)	653,36	=452,30

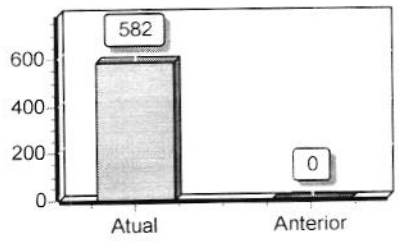
Quanto maior, melhor. O investimento total equivale a 452,30 % do capital de terceiros.



Liquidez Geral

Ativo Circulante + Ativo Realizável a LP	119.321,34	
Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante (Obrigações a LP)	653,36	=182,63

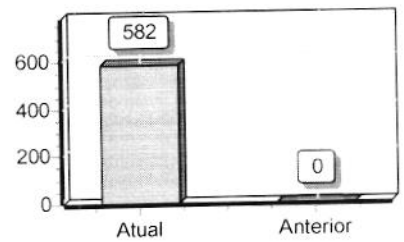
Quanto maior, melhor. A empresa possui R$182,63 de ativo Circulante e ativo realizável a longo prazo para cada R$1,00 de ...ida total



Liquidez Corrente

Ativo Circulante	119.321,34	
Passivo Circulante	653,36	= 182,63

Quanto maior, melhor. A empresa possui R$182,63 de ativo circulante para cada R$1,00 de divida de curto prazo.



EKO CONSTRUÇÕES E SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA
CNPJ 30065139000184 NIRE: 21102204940
Endereço R Timbauba nº 36 bairro: calhau, cep 65071-440 São Luis, MA
Análise Econômica e Financeira de 01/01/2023 até 31/12/2023

Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por todas elas de acordo com a documentação que nos foi apresentada.

MAYARA ABRANTES FONTENELE:98622706320 Assinado de forma digital por MAYARA ABRANTES FONTENELE:98622706320 Dados: 2025.12.18 09:29:28 -03'00'

São Luis, 31 de dezembro de 2023

MAURO HENRIQUE BEZERRA MARTINS:29284660378 Assinado de forma digital por MAURO HENRIQUE BEZERRA MARTINS:29284660378 Dados: 2025.12.18 09:21:34 -03'00'

MAYARA ABRANTES FONTENELE
Administrador
CPF:98622706320

MAURO HENRIQUE BEZERRA MARTINS
Tec.Contabil
CPF:29284660378 CRC:MA 10656

PROC. 286
FLS 345
RUB.

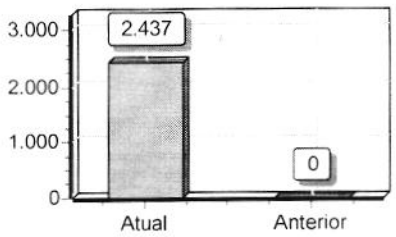
PROC. 287
FLS 515
RUB.

EKO CONSTRUÇÕES E SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA
CNPJ: 300651390001/84 NIRE: 21102204940
Endereço: R Timbauba nº 36 bairro: calhau, cep: 65071-440 São Luís, MA
Analise Econômica e Financeira de 01/01/2024 até 31/12/2024

Solvência Geral

Ativo	316.330,65	
Passivo Circulante + Passivo não Circulante (Obrigações a LP)	187,69	= 1.685,38

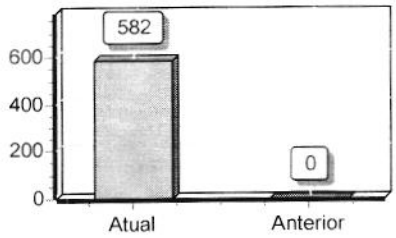
Quanto maior, melhor. O investimento total equivale a 1.685,38% do capital de terceiros.



Liquidez Geral

Ativo Circulante + Ativo Realizável a LP	175.732,49	
Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante (Obrigações a LP)	187,69	=936,29

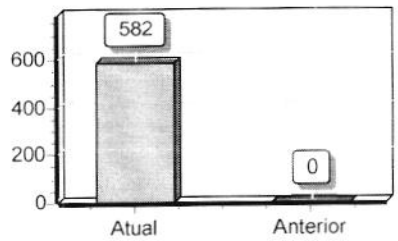
Quanto maior, melhor. A empresa possui R$936,29 de ativo circulante e ativo realizável a longo prazo para cada R$1,00 de dívida total.



Liquidez Corrente

Ativo Circulante	175.732,49	
Passivo Circulante	187,69	= 936,29

Quanto maior, melhor. A empresa possui R$936,29 de ativo circulante para cada R$1,00 de dívida de curto prazo.



EKO CONSTRUÇÕES E SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA
CNPJ: 30065139000184 NIRE: 21102204940
Endereço: R Timbauba nº 36 bairro: calhau, cep: 65071-440 São Luís, MA
Análise Econômica e Financeira de 01/01/2024 até 31/12/2024

PROC. 288
FLS 315
RUB.

Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por todas elas de acordo com a documentação que nos foi apresentada.

MAYARA ABRANTES FONTENELE:98622706320 Assinado de forma digital por MAYARA ABRANTES FONTENELE:98622706320 Dados: 2025.12.18 09:28:24 -03'00'

São Luís, 31 de dezembro de 2024.

MAURO HENRIQUE BEZERRA MARTINS:29284660378 Assinado de forma digital por MAURO HENRIQUE BEZERRA MARTINS:29284660378 Dados: 2025.12.18 09:22:16 -03'00'

MAYARA ABRANTES FONTENELE
Administrador
CPF:98622706320

MAURO HENRIQUE BEZERRA MARTINS
Tec Contabil
CPF:29284660378 CRC:MA 10656

CERTIFICADO
10202500921224344

PROC. 289
FLS 345
RUB.

PREFEITURA DE SÃO LUÍS

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

2025

ALVARÁ DE LICENÇA E FUNCIONAMENTO

FINALIDADE: FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTO

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	CPF/CNPJ	NÚMERO DE CONTROLE
98233983	30.065.139/0001-84	92120253449709

RAZÃO SOCIAL

EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA

NOME FANTASIA

EKO SOLUCOES AMBIENTAIS

LOCALIZAÇÃO

R TIMBAÃºBA Nº 36, CALHAU
65071440 -SAO LUIS-MA

INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA

CNAE Principal e Secundários

749019900 - OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTIFICAS E TECNICAS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
711110000 - SERVICOS DE ARQUITETURA
711200000 - SERVICOS DE ENGENHARIA
711970200 - ATIVIDADES DE ESTUDOS GEOLOGICOS
711970300 - SERVICOS DE DESENHO TECNICO RELACIONADOS A ARQUITETURA E ENGENHARIA

RESTRIÇÕES

Este contribuinte está autorizado a desenvolver as atividades acima elencadas e firma compromisso, sob as penas da lei, de que conhece e atende os requisitos legais exigidos para funcionamento e exercício das atividades econômicas constantes do objeto social, no que respeita ao uso e ocupação do solo, as atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos, acessibilidade e de segurança sanitária, ambiental e de prevenção contra incêndios e pânico. O contribuinte reconhece que o não atendimento a estes requisitos acarretará a suspensão e a cassação subsequente do Alvará de Funcionamento, nos termos da legislação vigente.

NOTA: ESTE ALVARÁ DEVE SER AFIXADO EM LOCAL VISÍVEL E ACESSÍVEL À FISCALIZAÇÃO.

VALIDADE: 31/12/2025

CÓDIGO DE AUTENTICIDADE:
C8C3C1B248FE75964C6F9C3807B5CC11

PROC. 290
FLS 313
RUB.

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MA

ART CARGO-FUNÇÃO
Nº MA20250939765

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

SUBSTITUIÇÃO à MA20250934510

1. Responsável Técnico

IGOR ARAUJO DE SOUSA
Titulo profissional: **ENGENHEIRO AMBIENTAL**
RNP: **1119212545**
Registro: **1119212545MA**

2. Contratante

Contratante: **EKO CONSTRUÇÕES E SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA**
CPF/CNPJ: **30.065.139/0001-84**
RUA 26
Nº: **08**
Complemento: **QUADRA- 08**
Bairro: **VINHAIS**
Cidade: **SÃO LUÍS**
UF: **MA**
CEP: **65074199**
Pais: **Brasil**
Tipo de contratante: **Pessoa Juridica de Direito Privado**
Ação Institucional: **Outros**

3. Vinculo Contratual

Unidade administrativa: **ESCRITORIO**
RUA BOM JESUS
Nº: **200**
Complemento:
Bairro: **TURU**
Cidade: **SÃO LUÍS**
UF: **MA**
CEP: **65066210**
Data de Inicio: **18/07/2025**
Previsão de término: **Não especificado**
Tipo de vinculo: **PRESTADOR DE SERVIÇOS**
Identificação do cargo/função: **Consultor(a) técnico(a)**

4. Atividade Técnica

	Quantidade	Unidade
1000 - OUTRA 44 - DESEMPENHO DE CARGO TÉCNICO > OBRAS E SERVIÇOS - CARGO/FUNÇÃO > #3367 - VÍNCULO TÉCNICO COM A EMPRESA (DESEMPENHO DE CARGO/FUNÇÃO TÉCNICA DENTRO DA EMPRESA)	30,00	h/sem

A mudança de cargo ou função exige o registro de nova ART

5. Observações

Inclusao do profissional IGOR ARAUJO DE SOUSA, RNP 119212545, como responsavel técnico pela empresa EKO SOLUÇÕES AMBIENTAIS, Reg. 0000542823DDMA, com 30hs/sem.

6. Declarações

- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação especifica e no decreto n. 5296/2004 e 9451/2018.

7. Entidade de Classe

ASSOCIAÇÃO MARANHENSE DOS ENGENHEIROS AMBIENTAIS

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

SÃO LUIS, 21 de JULHO de 2025
Local — data

Documento assinado eletronicamente com credenciais de login e senha
IGOR ARAUJO DE SOUSA
RNP: 1119212545
Data: 21/07/2025 09:37:14

IGOR ARAUJO DE SOUSA - CPF: *.323.833-****

EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA:30065139000184
Assinado de forma digital por EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA:30065139000184
Dados: 2025.07.21 09:44:56 -03'00'

EKO CONSTRUÇÕES E SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA - CNPJ: 30.065.139/0001-84

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor

Esta ART é isenta de taxa — Registrada em: **21/07/2025**

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: https://crea-ma.sitac.com.br/publico/, com a chave: 2zx11
Impresso em: 21/07/2025 às 09:37:14 por: , ip: 45.190.123.86

PROC. 291
FLS 315
RUB.

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009

CREA-MA

CAT SEM REGISTRO DE ATESTADO
928623/2025

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

CERTIFICAMOS, para os devidos fins, que consta em nossos arquivos a(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ARTs abaixo discriminada(s):

Profissional: **IGOR ARAUJO DE SOUSA**
Registro: **1119212545MA** RNP: **1119212545**
Título profissional: ENGENHEIRO AMBIENTAL, ENGENHEIRO DE SEGURANCA DO TRABALHO

Número da ART: **MA20200366786** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 09/11/2020 Baixada em: 02/03/2021
Forma de registro: INICIAL Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada:

Contratante: **A. B** CPF/CNPJ: *****.711.203-****
Endereço do contratante: RUA 26 Nº: 102
Complemento: Bairro: Tresidela
Cidade: BALSAS UF: MA CEP: 65800000
Contrato: 02 Celebrado em: 01/10/2020
Valor do contrato: R$ 1.000,00 Tipo de contratante: Pessoa Física
Ação institucional: Outros
Endereço da obra/serviço: FAZENDA Lote 22 Sequeiro Nº: 22
Complemento: Data Caracol, Gerais de Balsas Bairro: Zona Rural
Cidade: BALSAS UF: MA CEP: 65800000
Coordenadas Geográficas: -7.533030, -46.035885
Data de início: 05/10/2020 Previsão de término: 05/02/2021
Finalidade: Ambiental
Proprietário: A. B CPF/CNPJ: ***.711.203-**

Atividade Técnica: **4 - ASSESSORIA, CONSULTORIA OU ASSISTENCIA** #A0832 - RELATÓRIO DE DESEMPENHO AMBIENTAL-RDA 10 - ESTUDO 1.00 unidade;

Observações
Elaboração do Plano Básico de Regularização (PBR), Fazenda Lote 22 Sequeiro, localizado na Data Caracol município de Balsas/MA.

Número da ART: **MA20200366788** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 06/11/2020 Baixada em: 02/03/2021
Forma de registro: INICIAL Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada:

Contratante: **A. B** CPF/CNPJ: *****.711.203-****
Endereço do contratante: RUA 26 Nº: 102
Complemento: Bairro: Tresidela
Cidade: BALSAS UF: MA CEP: 65800000
Contrato: 02 Celebrado em: 01/10/2020
Valor do contrato: R$ 1.000,00 Tipo de contratante: Pessoa Física
Ação institucional: Outros
Endereço da obra/serviço: FAZENDA Lote 18 Sequeiro Nº: 18
Complemento: Data Caracol, Gerais de Balsas Bairro: Zona Rural
Cidade: BALSAS UF: MA CEP: 65800000
Coordenadas Geográficas: 08°39'22.90"S, 46°45'12.35"W
Data de início: 05/10/2020 Previsão de término: 05/02/2021
Finalidade: Ambiental
Proprietário: A. B CPF/CNPJ: ***.711.203-**

Atividade Técnica: **4 - ASSESSORIA, CONSULTORIA OU ASSISTENCIA** #A0899 - SERVICO NAO RELACIONADO 10 - ESTUDO 1.00 unidade;

Observações
Elaboração do Plano Básico de Regularização (PBR), da Fazenda Lote 18 Sequeiro, localizado na Data Caracol município de Balsas/MA.

Número da ART: **MA20200374517** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 06/11/2020 Baixada em: 02/03/2021
Forma de registro: INICIAL Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada:

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009

CREA-MA

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

CAT SEM REGISTRO DE ATESTADO

928623/2025

Contratante: **A. B** CPF/CNPJ: *****.711.203-****
Endereço do contratante: RUA 26 Nº: 102
Complemento: Bairro: Tresidela
Cidade: BALSAS UF: MA CEP: 65800000
Contrato: 10 Celebrado em: 01/10/2020
Valor do contrato: R$ 1.000,00 Tipo de contratante: Pessoa Fisica
Ação institucional: Outros
Endereço da obra/serviço: FAZENDA Serra Nº: xxx
Complemento: Data Figuras Bairro: Zona Rural
Cidade: BALSAS UF: MA CEP: 65800000
Coordenadas Geográficas: 08°10'19.41"S, 46°18'44.93"W
Data de início: 05/10/2020 Previsão de término: 05/02/2021
Finalidade: Ambiental
Proprietário: A. B CPF/CNPJ: ***.711.203-**

Atividade Técnica: **4 - ASSESSORIA, CONSULTORIA OU ASSISTENCIA** #A0899 - SERVICO NAO RELACIONADO 10 - ESTUDO 1.00 unidade;

Observações

Elaboração do Plano Básico de Regularização (PBR), da Fazenda Serra, localizado na Data Figura município de Balsas/MA.

Número da ART: **MA20200374534** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 09/11/2020 Baixada em: 02/03/2021
Forma de registro: INICIAL Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada:

Contratante: **G. J. C** CPF/CNPJ: *****.013.350-****
Endereço do contratante: RUA Coelho Neto Nº: 20
Complemento: xx Bairro: Centro
Cidade: BALSAS UF: MA CEP: 65800000
Contrato: 09 Celebrado em: 05/11/2020
Valor do contrato: R$ 1.000,00 Tipo de contratante: Pessoa Fisica
Ação institucional: Outros
Endereço da obra/serviço: FAZENDA Lote 18 Irrigada Nº: 18
Complemento: Data Caracol, Gerais de Balsas Bairro: Zona Rural
Cidade: BALSAS UF: MA CEP: 65800000
Coordenadas Geográficas: 83.643550, 46.413644
Data de início: 05/11/2020 Previsão de término: 05/02/2021
Finalidade: Ambiental
Proprietário: G. J. C CPF/CNPJ: ***.013.350-**

Atividade Técnica: **4 - ASSESSORIA, CONSULTORIA OU ASSISTENCIA** #A0832 - RELATÓRIO DE DESEMPENHO AMBIENTAL-RDA 10 - ESTUDO 1.00 unidade;

Observações

Elaboração do Plano Básico de Regularização (PBR), Fazenda Lote 18 Irrigada, localizado na Data Caracol município de Balsas/MA.

Número da ART: **MA20200374535** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 09/11/2020 Baixada em: 02/03/2021
Forma de registro: INICIAL Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada:

Contratante: **A. B** CPF/CNPJ: *****.711.203-****
Endereço do contratante: RUA 26 Nº: 102
Complemento: Bairro: Tresidela
Cidade: BALSAS UF: MA CEP: 65800000
Contrato: 02 Celebrado em: 05/11/2020
Valor do contrato: R$ 500,00 Tipo de contratante: Pessoa Fisica
Ação institucional: Outros
Endereço da obra/serviço: FAZENDA Lote 21 Irrigado Nº: 21
Complemento: Data Caracol, Gerais de Balsas Bairro: Zona Rural
Cidade: BALSAS UF: MA CEP: 65800000
Coordenadas Geográficas: 83.409660, 46.365659
Data de início: 05/11/2020 Previsão de término: 05/02/2021
Finalidade: Ambiental

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009

CREA-MA

CAT SEM REGISTRO DE ATESTADO
928623/2025

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

Proprietário: A. B CPF/CNPJ: ***.711.203-**

Atividade Técnica: **4 - ASSESSORIA, CONSULTORIA OU ASSISTENCIA** #A0832 - RELATÓRIO DE DESEMPENHO AMBIENTAL-RDA 10 - ESTUDO 1.00 unidade;

Observações

Elaboração do Plano Básico de Regularização (PBR), Fazenda Lote 21 Irrigado, localizado na Data Caracol municipio de Balsas/MA.

Número da ART: **MA20200374538** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 09/11/2020 Baixada em: 02/03/2021
Forma de registro: INICIAL Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada:

Contratante: **A. B** CPF/CNPJ: *****.711.203-****
Endereço do contratante: RUA 26 Nº: 102
Complemento: Bairro: Tresidela
Cidade: BALSAS UF: MA CEP: 65800000
Contrato: 02 Celebrado em: 05/11/2020
Valor do contrato: R$ 1.000,00 Tipo de contratante: Pessoa Física
Ação institucional: Outros
Endereço da obra/serviço: FAZENDA Lote 22 Irrigada Nº: 22
Complemento: Data Caracol, Gerais de Balsas Bairro: Zona Rural
Cidade: BALSAS UF: MA CEP: 65800000
Coordenadas Geográficas: -7.533030, -46.035885
Data de inicio: 05/11/2020 Previsão de término: 05/02/2021
Finalidade: Ambiental
Proprietário: A. B CPF/CNPJ: ***.711.203-**

Atividade Técnica: **4 - ASSESSORIA, CONSULTORIA OU ASSISTENCIA** #A0832 - RELATÓRIO DE DESEMPENHO AMBIENTAL-RDA 10 - ESTUDO 1.00 unidade;

Observações

Elaboração do Plano Básico de Regularização (PBR), Fazenda Lote 22 Irrigada, localizado na Data Caracol municipio de Balsas/MA.

Número da ART: **MA20200374541** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 09/11/2020 Baixada em: 02/03/2021
Forma de registro: INICIAL Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada:

Contratante: **A. B** CPF/CNPJ: *****.711.203-****
Endereço do contratante: RUA 26 Nº: 102
Complemento: Bairro: Tresidela
Cidade: BALSAS UF: MA CEP: 65800000
Contrato: 07 Celebrado em: 05/11/2020
Valor do contrato: R$ 1.000,00 Tipo de contratante: Pessoa Física
Ação institucional: Outros
Endereço da obra/serviço: FAZENDA Lote 2, 3 e 4 Nº: 2
Complemento: Data Caracol, Gerais de Balsas Bairro: Zona Rural
Cidade: BALSAS UF: MA CEP: 65800000
Coordenadas Geográficas: -8.331037, -4.639439
Data de inicio: 05/11/2020 Previsão de término: 05/02/2021
Finalidade: Ambiental
Proprietário: A. B CPF/CNPJ: ***.711.203-**

Atividade Técnica: **4 - ASSESSORIA, CONSULTORIA OU ASSISTENCIA** #A0832 - RELATÓRIO DE DESEMPENHO AMBIENTAL-RDA 10 - ESTUDO 1.00 unidade;

Observações

Elaboração do Plano Básico de Regularização (PBR), Fazenda Lote 2, 3 e 4, localizado na Data Caracol município de Balsas/MA.

Número da ART: **MA20200374542** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 09/11/2020 Baixada em: 02/03/2021
Forma de registro: INICIAL Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada:

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009

CREA-MA

CAT SEM REGISTRO DE ATESTADO
928623/2025

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

Contratante: **A. B** CPF/CNPJ: ***.711.203-**
Endereço do contratante: RUA 26 Nº: 102
Complemento:
Cidade: BALSAS Bairro: Tresidela
Contrato: 04 UF: MA CEP: 65800000
Valor do contrato: R$ 1.000,00 Celebrado em: 05/11/2020
Ação institucional: Outros Tipo de contratante: Pessoa Fisica
Endereço da obra/serviço: FAZENDA Lote 21 Sequeiro Nº: 21
Complemento: Data Caracol, Gerais de Balsas Bairro: Zona Rural
Cidade: BALSAS UF: MA CEP: 65800000
Coordenadas Geográficas: -84.009960, -46.472278
Data de início: 05/11/2020 Previsão de término: 05/02/2021
Finalidade: Ambiental
Proprietário: A. B CPF/CNPJ: ***.711.203-**

Atividade Técnica: **4 - ASSESSORIA, CONSULTORIA OU ASSISTENCIA** #A0832 - RELATÓRIO DE DESEMPENHO AMBIENTAL-RDA 10 - ESTUDO 1.00 unidade;

Observações

Elaboração do Plano Básico de Regularização (PBR), Fazenda Lote 21 Sequeiro, localizado na Data Caracol município de Balsas/MA.

Número da ART: **MA20200374544** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 09/11/2020 Baixada em: 02/03/2021
Forma de registro: INICIAL Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada:

Contratante: **G. J. C** CPF/CNPJ: ***.013.350-**
Endereço do contratante: RUA Coelho Neto Nº: 20
Complemento: xx
Cidade: BALSAS Bairro: Centro
Contrato: 08 UF: MA CEP: 65800000
Valor do contrato: R$ 1.000,00 Celebrado em: 05/11/2020
Ação institucional: Outros Tipo de contratante: Pessoa Física
Endereço da obra/serviço: FAZENDA Lote 17 Irrigada Nº: 17
Complemento: Data Caracol, Gerais de Balsas Bairro: Zona Rural
Cidade: BALSAS UF: MA CEP: 65800000
Coordenadas Geográficas: -83.507870, -46.404698
Data de início: 05/11/2020 Previsão de término: 05/02/2021
Finalidade: Ambiental
Proprietário: G. J. C CPF/CNPJ: ***.013.350-**

Atividade Técnica: **4 - ASSESSORIA, CONSULTORIA OU ASSISTENCIA** #A0832 - RELATÓRIO DE DESEMPENHO AMBIENTAL-RDA 10 - ESTUDO 1.00 unidade;

Observações

Elaboração do Plano Básico de Regularização (PBR), Fazenda Lote 17 Irrigada, localizado na Data Caracol município de Balsas/MA.

Número da ART: **MA20200374545** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 09/11/2020 Baixada em: 30/03/2022
Forma de registro: INICIAL Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada:

Contratante: **A. B** CPF/CNPJ: ***.711.203-**
Endereço do contratante: RUA 26 Nº: 102
Complemento:
Cidade: BALSAS Bairro: Tresidela
Contrato: 02 UF: MA CEP: 65800000
Valor do contrato: R$ 1.000,00 Celebrado em: 05/11/2020
Ação institucional: Outros Tipo de contratante: Pessoa Física
Endereço da obra/serviço: FAZENDA Lote 20 Sequeiro Nº: 20
Complemento: Data Caracol, Gerais de Balsas Bairro: Zona Rural
Cidade: BALSAS UF: MA CEP: 65800000
Coordenadas Geográficas: 8.401111, 46.464089
Data de início: 05/11/2020 Previsão de término: 05/02/2021
Finalidade: Ambiental

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009

CREA-MA

CAT SEM REGISTRO DE ATESTADO
928623/2025

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

Proprietário: A. B CPF/CNPJ: ***.711.203-**

Atividade Técnica: **4 - ASSESSORIA, CONSULTORIA OU ASSISTENCIA** #A0899 - SERVICO NAO RELACIONADO 10 - ESTUDO 1.00 unidade;

Observações

Elaboração do Plano Básico de Regularização (PBR), da Fazenda Lote 20 Sequeiro, localizado na Data Caracol município de Balsas/MA.

Número da ART: **MA20200374719** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 09/11/2020 Baixada em: 02/03/2021
Forma de registro: INICIAL
Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada:

Contratante: **A. B** CPF/CNPJ: ***.711.203-**
Endereço do contratante: RUA 26 Nº: 102
Complemento:
Cidade: BALSAS Bairro: Tresidela
Contrato: 02 UF: MA CEP: 65800000
Valor do contrato: R$ 1.000,00 Celebrado em: 05/11/2020
Ação institucional: Outros Tipo de contratante: Pessoa Física
Endereço da obra/serviço: FAZENDA Lote 17 Sequeiro Nº: 17
Complemento: Data Caracol, Gerais de Balsas Bairro: Zona Rural
Cidade: BALSAS UF: MA CEP: 65800000
Coordenadas Geográficas: -83.507870, -46.404698
Data de inicio: 05/11/2020 Previsão de término: 05/02/2021
Finalidade: Ambiental
Proprietário: A. B CPF/CNPJ: ***.711.203-**

Atividade Técnica: **4 - ASSESSORIA, CONSULTORIA OU ASSISTENCIA** #A0832 - RELATÓRIO DE DESEMPENHO AMBIENTAL-RDA 10 - ESTUDO 1.00 unidade;

Observações

Elaboração do Plano Básico de Regularização (PBR), Fazenda Lote 17 Sequeiro, localizado na Data Caracol município de Balsas/MA.

Número da ART: **MA20200383924** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 15/12/2020 Baixada em: 02/03/2021
Forma de registro: INICIAL
Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada:

Contratante: **A. B** CPF/CNPJ: ***.711.203-**
Endereço do contratante: RUA 26 Nº: 102
Complemento:
Cidade: BALSAS Bairro: Tresidela
Contrato: 02 UF: MA CEP: 65800000
Valor do contrato: R$ 1.000,00 Celebrado em: 14/12/0020
Ação institucional: Outros Tipo de contratante: Pessoa Física
Endereço da obra/serviço: FAZENDA Lote 24 Sequeiro Nº: 24
Complemento: Data Caracol, Gerais de Balsas Bairro: Zona Rural
Cidade: BALSAS UF: MA CEP: 65800000
Coordenadas Geográficas: 8.380009, 4.646165
Data de inicio: 14/12/2020 Previsão de término: 05/02/2021
Finalidade: Ambiental
Proprietário: A. B CPF/CNPJ: ***.711.203-**

Atividade Técnica: **4 - ASSESSORIA, CONSULTORIA OU ASSISTENCIA** #A0899 - SERVICO NAO RELACIONADO 10 - ESTUDO 1.00 unidade;

Observações

Elaboração do Plano Básico de Regularização (PBR), da Fazenda Lote 24 Sequeiro, localizado na Data Caracol município de Balsas/MA.

Número da ART: **MA20200383927** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 15/12/2020 Baixada em: 02/03/2021
Forma de registro: INICIAL
Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada:

Contratante: **A. B** CPF/CNPJ: ***.711.203-**
Endereço do contratante: RUA 26 Nº: 102
Complemento:
Cidade: BALSAS Bairro: Tresidela
Contrato: 02 UF: MA CEP: 65800000
Valor do contrato: R$ 1.000,00 Celebrado em: 14/12/0020
Ação institucional: Outros Tipo de contratante: Pessoa Física

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009

CREA-MA

CAT SEM REGISTRO DE ATESTADO
928623/2025

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

Endereço da obra/serviço: FAZENDA Lote 24 Irrigada Nº: 24
Complemento: Data Caracol, Gerais de Balsas Bairro: Zona Rural
Cidade: BALSAS UF: MA CEP: 65800000
Coordenadas Geográficas: 8.343458, 46.363676
Data de início: 14/12/2020 Previsão de término: 05/02/2021
Finalidade: Ambiental
Proprietário: A. B CPF/CNPJ: ***.711.203-**

Atividade Técnica: **4 - ASSESSORIA, CONSULTORIA OU ASSISTENCIA** #A0899 - SERVICO NAO RELACIONADO 10 - ESTUDO 1.00 unidade;

Observações

Elaboração do Plano Básico de Regularização (PBR), da Fazenda Lote 24 Irrigada, localizado na Data Caracol município de Balsas/MA.

Número da ART: **MA20220507621** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 08/03/2022 Baixada em: 06/05/2023
Forma de registro: INICIAL Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada:

Contratante: **R. M. A. F. D. S** CPF/CNPJ: *****.837.973-****
Endereço do contratante: AVENIDA ALICE BRANDÃO Nº: 319
Complemento: Bairro: VILA BRANDÃO II
Cidade: COLINAS UF: MA CEP: 65690000
Contrato: 01 Celebrado em: 07/03/2022
Valor do contrato: R$ 1.000,00 Tipo de contratante: Pessoa Física
Ação institucional: Outros
Endereço da obra/serviço: POVOADO MIMOSO Nº: S/N
Complemento: FAZENDA MIMOSO Bairro: ZONA RURAL
Cidade: COLINAS UF: MA CEP: 65690000
Coordenadas Geográficas: 6.071013, 44.080389
Data de início: 07/03/2022 Previsão de término: 12/05/2022
Finalidade: Ambiental
Proprietário: R. M. A. F. D. S CPF/CNPJ: ***.837.973-**

Atividade Técnica: **1 - Assessoria** MEIO AMBIENTE > GESTÃO AMBIENTAL > #7.6.6 - DE ESTUDOS AMBIENTAIS 40 - Estudo 1.00 unidade;

Observações

Elaboração do Plano Básico de Regularização (PBR), da Fazenda Mimoso, localizado no Povoado Mimoso, Zona rural do município de Colinas/MA.

Número da ART: **MA20220509597** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 14/03/2022 Baixada em: 06/05/2023
Forma de registro: INICIAL Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada:

Contratante: **M. D. F. V. N** CPF/CNPJ: *****.542.343-****
Endereço do contratante: POVOADO SERRINHA Nº: S/N
Complemento: CASA 03 Bairro: ZONA RURAL
Cidade: BURITI BRAVO UF: MA CEP: 65685000
Contrato: 01 Celebrado em: 11/03/2022
Valor do contrato: R$ 1.000,00 Tipo de contratante: Pessoa Física
Ação institucional: Outros
Endereço da obra/serviço: POVOADO CASTANHAS SERRINHA, GLEBA SERRINHA Nº: S/N
Complemento: Bairro: ZONA RURAL
Cidade: BURITI BRAVO UF: MA CEP: 65685000
Coordenadas Geográficas: 5.442118, 4.351163
Data de início: 11/03/2022 Previsão de término: 17/05/2022
Finalidade: Ambiental
Proprietário: M. D. F. V. N CPF/CNPJ: ***.542.343-**

Atividade Técnica: **1 - Assessoria** MEIO AMBIENTE > GESTÃO AMBIENTAL > #7.6.6 - DE ESTUDOS AMBIENTAIS 40 - Estudo 1.00 unidade;

Observações

Elaboração do Plano Básico de Regularização (PBR), do Castanhas Serrinha, localizado na Gleba Serrinha, Zona rural do município de Buriti Bravo/ma.

Número da ART: **MA20220515919** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 01/04/2022 Baixada em: 06/05/2023
Forma de registro: INICIAL Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada:

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009

CREA-MA

CAT SEM REGISTRO DE ATESTADO
928623/2025

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

Contratante: **J. O. D. S. C. R** CPF/CNPJ: ***.053.277-**
Endereço do contratante: POVOADO SÃO PEDRO Nº: S/N
Complemento: PAVIO ENTRONCAMENTO Bairro: ZONA RURAL
Cidade: COLINAS UF: MA CEP: 65690000
Contrato: 01 Celebrado em: 30/03/2022
Valor do contrato: R$ 1.000,00 Tipo de contratante: Pessoa Física
Ação institucional: Outros
Endereço da obra/serviço: FAZENDA SOLO FERTIL Nº: S/N
Complemento: DATA SANTO ANTONIO Bairro: ZONA RURAL
Cidade: COLINAS UF: MA CEP: 65690000
Coordenadas Geográficas: 05°59'07.09"S, 44°25'33.23"W
Data de início: 30/03/2022 Previsão de término: 26/05/2022
Finalidade: Ambiental
Proprietário: J. O. D. S. C. R CPF/CNPJ: ***.053.277-**

Atividade Técnica: **1 - Assessoria** MEIO AMBIENTE > GESTÃO AMBIENTAL > #7.6.6 - DE ESTUDOS AMBIENTAIS 40 - Estudo 1.00 unidade;

Observações

Elaboração do Plano Básico de Regularização (PBR), da Fazenda Solo Fertil, localizado no Data Santo Antonio, Zona rural do município de Colinas/MA.

Número da ART: **MA20220519144** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 11/04/2022 Baixada em: 06/05/2023
Forma de registro: INICIAL Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada:

Contratante: **V. P. C. R** CPF/CNPJ: ***.694.943-**
Endereço do contratante: POVOADO SÃO PEDRO Nº: S/N
Complemento: DATA SANTO ANTONIO Bairro: ZONA RURAL
Cidade: COLINAS UF: MA CEP:
Contrato: 01 Celebrado em: 11/04/2022
Valor do contrato: R$ 1.000,00 Tipo de contratante: Pessoa Física
Ação institucional: Outros
Endereço da obra/serviço: FAZENDA SÃO PEDRO Nº: S/N
Complemento: DATA SANTO ANTONIO Bairro: ZONA RURAL
Cidade: COLINAS UF: MA CEP: 65690000
Coordenadas Geográficas: 05°57'38.81"S, 44°25'44.68"W
Data de início: 11/04/2022 Previsão de término: 06/06/2022
Finalidade: Ambiental
Proprietário: V. P. C. R CPF/CNPJ: ***.694.943-**

Atividade Técnica: **1 - Assessoria** MEIO AMBIENTE > GESTÃO AMBIENTAL > #7.6.6 - DE ESTUDOS AMBIENTAIS 40 - Estudo 1.00 unidade;

Observações

Elaboração do Plano Básico de Regularização (PBR), da Fazenda São Pedro, localizado no Data Santo Antonio povoado São Pedro, Zona rural do município de Colinas/MA.

Número da ART: **MA20220522816** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 27/04/2022 Baixada em: 06/05/2023
Forma de registro: INICIAL Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada:

Contratante: **A. L. M. D. S** CPF/CNPJ: ***.384.253-**
Endereço do contratante: RUA JOSE LIRA Nº: 287
Complemento: Bairro: CENTRO
Cidade: PARAIBANO UF: MA CEP: 65670000
Contrato: 01 Celebrado em: 25/04/2022
Valor do contrato: R$ 1.000,00 Tipo de contratante: Pessoa Física
Ação institucional: Outros
Endereço da obra/serviço: FAZENDA MALHADA Nº: S/N
Complemento: PEDRA PEDRA, DATA SITIO DO MEIO Bairro: ZONA RURAL
Cidade: COLINAS UF: MA CEP: 65690000
Coordenadas Geográficas: 06°17'23.66"S, 44°08'23.14"W
Data de início: 25/04/2022 Previsão de término: 20/06/2022
Finalidade: Ambiental

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009

CREA-MA

CAT SEM REGISTRO DE ATESTADO
928623/2025

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

Proprietário: A. L. M. D. S CPF/CNPJ: ***.384.253-**

Atividade Técnica: **1 - Assessoria** MEIO AMBIENTE > GESTÃO AMBIENTAL > #7.6.6 - DE ESTUDOS AMBIENTAIS 40 - Estudo 1.00 unidade;

Observações

Elaboração do Plano Básico de Regularização (PBR), da Fazenda Malhada, localizado na Pedra Preta Data Sitio do Meio, Zona rural do município de Colinas/MA.

Número da ART: **MA20220522919** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 27/04/2022 Baixada em: 06/05/2023
Forma de registro: INICIAL Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada:

Contratante: **A. L. M. D. S** CPF/CNPJ: *****.384.253-****
Endereço do contratante: RUA JOSE LIRA Nº: 287
Complemento: Bairro: CENTRO
Cidade: PARAIBANO UF: MA CEP: 65670000
Contrato: 01 Celebrado em: 25/04/2022
Valor do contrato: R$ 1.000,00 Tipo de contratante: Pessoa Física
Ação institucional: Outros
Endereço da obra/serviço: FAZENDA MALHADA DA AREIA Nº: S/N
Complemento: PEDRA PRETA,DATA SITIO DO MEIO Bairro: ZONA RURAL
Cidade: COLINAS UF: MA CEP: 65690000
Coordenadas Geográficas: 06°17'49.91"S, 44°07'35.59"W
Data de início: 25/04/2022 Previsão de término: 20/06/2022
Finalidade: Ambiental
Proprietário: A. L. M. D. S CPF/CNPJ: ***.384.253-**

Atividade Técnica: **1 - Assessoria** MEIO AMBIENTE > GESTÃO AMBIENTAL > #7.6.6 - DE ESTUDOS AMBIENTAIS 40 - Estudo 1.00 unidade;

Observações

Elaboração do Plano Básico de Regularização (PBR), da Malhada Da Areia, localizado na Pedra Preta Data Sitio do Meio, Zona rural do município de Colinas/MA.

Número da ART: **MA20220522932** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 27/04/2022 Baixada em: 24/06/2024
Forma de registro: INICIAL Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada:

Contratante: **A. L. M. D. S** CPF/CNPJ: *****.384.253-****
Endereço do contratante: RUA JOSE LIRA Nº: 287
Complemento: Bairro: CENTRO
Cidade: PARAIBANO UF: MA CEP: 65670000
Contrato: 03 Celebrado em: 25/04/2022
Valor do contrato: R$ 1.000,00 Tipo de contratante: Pessoa Física
Ação institucional: Outros
Endereço da obra/serviço: FAZENDA GLEBA MALHADA DA AREIA Nº: S/N
Complemento: PEDRA PRETA,DATA SITIO DO MEIO Bairro: ZONA RURAL
Cidade: COLINAS UF: MA CEP: 65690000
Coordenadas Geográficas: 06°17'42.05"S, 44°07'50.05"W
Data de início: 25/04/2022 Previsão de término: 20/06/2022
Finalidade: Ambiental
Proprietário: A. L. M. D. S CPF/CNPJ: ***.384.253-**

Atividade Técnica: **1 - Assessoria** MEIO AMBIENTE > GESTÃO AMBIENTAL > #7.6.6 - DE ESTUDOS AMBIENTAIS 40 - Estudo 1.00 unidade;

Observações

Elaboração do Plano Básico de Regularização (PBR),da Gleba Malhada de Areia, localizado na Pedra Preta Data Sitio do Meio, Zona rural do município de Colinas/MA.

Número da ART: **MA20220522941** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 27/04/2022 Baixada em: 06/05/2023
Forma de registro: INICIAL Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada:

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009

CREA-MA

CAT SEM REGISTRO DE ATESTADO
928623/2025

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

Contratante: **A. L. M. D. S** CPF/CNPJ: ***.384.253-**
Endereço do contratante: RUA JOSE LIRA Nº: 287
Complemento: Bairro: CENTRO
Cidade: PARAIBANO UF: MA CEP: 65670000
Contrato: 04 Celebrado em: 25/04/2022
Valor do contrato: R$ 1.000,00 Tipo de contratante: Pessoa Fisica
Ação institucional: Outros
Endereço da obra/serviço: FAZENDA PEDRA PRETA / FAZENDA PEDRA PRETA I Nº: S/N
Complemento: Bairro: ZONA RURAL
Cidade: COLINAS UF: MA CEP: 65690000
Coordenadas Geográficas: 06°18'00.43"S, 44°07'10.23"W
Data de inicio: 25/04/2022 Previsão de término: 20/06/2022
Finalidade: Ambiental
Proprietário: A. L. M. D. S CPF/CNPJ: ***.384.253-**

Atividade Técnica: **1 - Assessoria** MEIO AMBIENTE > GESTÃO AMBIENTAL > #7.6.6 - DE ESTUDOS AMBIENTAIS 40 - Estudo 1.00 unidade;

Observações

Elaboração do Plano Básico de Regularização (PBR), da Fazenda Pedra Preta/ Fazenda Pedra Preta I, localizado na, Zona rural do município de Colinas/MA.

Número da ART: **MA20220528284** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 12/05/2022 Baixada em: 06/05/2023
Forma de registro: INICIAL Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada:

Contratante: **D. D. R. D. P** CPF/CNPJ: ***.525.313-**
Endereço do contratante: FAZENDA AGUA LIMPA Nº: S/N
Complemento: Bairro: ZONA RURAL
Cidade: COLINAS UF: MA CEP: 65690000
Contrato: 01 Celebrado em: 11/05/2022
Valor do contrato: R$ 1.000,00 Tipo de contratante: Pessoa Fisica
Ação institucional: Outros
Endereço da obra/serviço: FAZENDA ALIANÇA Nº: S/N
Complemento: DATA FAZENDA GRANDE Bairro: ZONA RURAL
Cidade: COLINAS UF: MA CEP: 65690000
Coordenadas Geográficas: 06°02'32.33"S, 44°12'58.07"W
Data de inicio: 11/05/2022 Previsão de término: 11/07/2022
Finalidade: Ambiental
Proprietário: D. D. R. D. P CPF/CNPJ: ***.525.313-**

Atividade Técnica: **1 - Assessoria** MEIO AMBIENTE > GESTÃO AMBIENTAL > #7.6.6 - DE ESTUDOS AMBIENTAIS 40 - Estudo 1.00 unidade;

Observações

Elaboração do Plano Básico de Regularização (PBR), da Fazenda Aliança, localizado na Data Fazenda Grande, Zona rural do municipio de Colinas/MA.

Número da ART: **MA20220531811** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 24/05/2022 Baixada em: 24/06/2024
Forma de registro: INICIAL Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada:

Contratante: **A. J. F. D. S** CPF/CNPJ: ***.294.033-**
Endereço do contratante: AVENIDA DOUTOR ANÍSIO CHAVES Nº: 250
Complemento: Bairro: JARDIM SANTARÉM
Cidade: SANTARÉM UF: PA CEP: 68030360
Contrato: 01 Celebrado em: 23/05/2022
Valor do contrato: R$ 1.000,00 Tipo de contratante: Pessoa Física
Ação institucional: Outros
Endereço da obra/serviço: FAZENDA SUSPIRO Nº: S/N
Complemento: DATA SÃO DOMINGOS NOVOS Bairro: ZONA RURAL
Cidade: BURITI BRAVO UF: MA CEP: 65685000
Coordenadas Geográficas: 05°57'39.07"S, 43°56'00.61"W
Data de inicio: 23/05/2022 Previsão de término: 25/07/2022
Finalidade: Ambiental

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009

CREA-MA

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

CAT SEM REGISTRO DE ATESTADO
928623/2025

Proprietário: A. J. F. D. S CPF/CNPJ: ***.294.033-**

Atividade Técnica: **1 - Assessoria** MEIO AMBIENTE > GESTÃO AMBIENTAL > #7.6.6 - DE ESTUDOS AMBIENTAIS 40 - Estudo 1.00 unidade;

Observações

Elaboração do Plano Básico de Regularização (PBR), da Fazenda Suspiro, localizado na Data São Domingos Novos, Zona rural do município de Buriti Bravo/MA.

Número da ART: **MA20220541927** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 22/06/2022 Baixada em: 24/06/2024
Forma de registro: INICIAL Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada:

Contratante: **J. F. D. S** CPF/CNPJ: *****.860.153-****
Endereço do contratante: RUA BOA VISTA Nº: 458
Complemento: Bairro: CENTRO
Cidade: PARAIBANO UF: MA CEP: 65670000
Contrato: 01 Celebrado em: 21/06/2022
Valor do contrato: R$ 1.000,00 Tipo de contratante: Pessoa Física
Ação institucional: Outros
Endereço da obra/serviço: FAZENDA MUCAMBO Nº: S/N
Complemento: DATA TABOLEIRÃO- GLEBA A Bairro: ZONA RURAL
Cidade: PARAIBANO UF: MA CEP: 65670000
Coordenadas Geográficas: 06°19'24.54"S, 43°52'43.16"W
Data de início: 21/06/2022 Previsão de término: 29/08/2022
Finalidade: Ambiental
Proprietário: J. F. D. S CPF/CNPJ: ***.860.153-**

Atividade Técnica: **1 - Assessoria** MEIO AMBIENTE > GESTÃO AMBIENTAL > #7.6.6 - DE ESTUDOS AMBIENTAIS 40 - Estudo 1.00 unidade;

Observações

Elaboração do Plano Básico de Regularização (PBR), da Fazenda Mucanbo, localizado na Data Taboleirão- Gleba A, Zona rural do município de Buriti Paraibano/MA.

Número da ART: **MA20220547614** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 12/07/2022 Baixada em: 24/06/2024
Forma de registro: INICIAL Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada:

Contratante: **E. D. S. F** CPF/CNPJ: *****.113.081-****
Endereço do contratante: AVENIDA FRANCISCO LUIZ DA FONSECA Nº: S/N
Complemento: Bairro: CENTRO
Cidade: MIRADOR UF: MA CEP: 65850000
Contrato: 01 Celebrado em: 08/07/2022
Valor do contrato: R$ 1.000,00 Tipo de contratante: Pessoa Física
Ação institucional: Outros
Endereço da obra/serviço: FAZENDA BURITI E VÃO DOS CURRAIS Nº: S/N
Complemento: DATAS PEDRA E BOA ESPERANÇA Bairro: ZONA RURAL
Cidade: MIRADOR UF: MA CEP: 65850000
Coordenadas Geográficas: 06°25'30.05"S, 44°34'08.74"W
Data de início: 08/07/2022 Previsão de término: 12/09/2022
Finalidade: Ambiental
Proprietário: E. D. S. F CPF/CNPJ: ***.113.081-**

Atividade Técnica: **1 - Assessoria** MEIO AMBIENTE > GESTÃO AMBIENTAL > #7.6.6 - DE ESTUDOS AMBIENTAIS 40 - Estudo 1.00 unidade;

Observações

Elaboração do Plano Básico de Regularização (PBR), da Fazenda Buriti e Vão dos Currais, localizado na Data Pedra e Boa Esperança, Zona rural do município de Mirador/MA.

Número da ART: **MA20220550325** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 19/07/2022 Baixada em: 24/06/2024
Forma de registro: INICIAL Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada:

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009

CREA-MA

CAT SEM REGISTRO DE ATESTADO

928623/2025

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

Contratante: **A. N. D. S** CPF/CNPJ: ***.787.793-**
Endereço do contratante: VILA BRANDÃO Nº: S/N
Complemento: Bairro: QUANABARA
Cidade: COLINAS UF: MA CEP: 65690000
Contrato: 01 Celebrado em: 18/07/2022
Valor do contrato: R$ 1.000,00 Tipo de contratante: Pessoa Física
Ação institucional: Outros
Endereço da obra/serviço: FAZENDA 3 IRMÃO Nº: S/N
Complemento: GLEBA SALOBRO Bairro: ZONA RURAL
Cidade: COLINAS UF: MA CEP: 65690000
Coordenadas Geográficas: 06°07'40.75"S, 44°09'18.59"W
Data de início: 18/07/2022 Previsão de término: 26/09/2022
Finalidade: Ambiental
Proprietário: A. N. D. S CPF/CNPJ: ***.787.793-**

Atividade Técnica: **1 - Assessoria** MEIO AMBIENTE > GESTÃO AMBIENTAL > #7.6.6 - DE ESTUDOS AMBIENTAIS 40 - Estudo 1.00 unidade;

Observações

Elaboração do Plano Básico de Regularização (PBR), da Fazenda 3 Irmãos, localizado na Gleba Salobro, Zona rural do município de Colinas/MA.

Número da ART: **MA20220551206** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 20/07/2022 Baixada em: 24/06/2024
Forma de registro: INICIAL Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada:

Contratante: **R. A. F** CPF/CNPJ: ***.956.343-**
Endereço do contratante: TRAVESSA JOÃO PARAIBANO Nº: 92
Complemento: Bairro: CENTRO
Cidade: PARAIBANO UF: MA CEP: 65670000
Contrato: 01 Celebrado em: 21/07/2022
Valor do contrato: R$ 1.000,00 Tipo de contratante: Pessoa Física
Ação institucional: Outros
Endereço da obra/serviço: FAZENDA OLHO D' ÁGUA Nº: S/N
Complemento: POVOADO OLHO D'ÁGUA Bairro: ZONA RURAL
Cidade: PARAIBANO UF: MA CEP: 65670000
Coordenadas Geográficas: 06°22'20.06"S, 43°59'53.66"W
Data de início: 21/07/2022 Previsão de término: 30/09/2022
Finalidade: Ambiental
Proprietário: R. A. F CPF/CNPJ: ***.956.343-**

Atividade Técnica: **1 - Assessoria** MEIO AMBIENTE > GESTÃO AMBIENTAL > #7.6.6 - DE ESTUDOS AMBIENTAIS 40 - Estudo 1.00 unidade;

Observações

Elaboração do Plano Básico de Regularização (PBR), da Fazenda Olho D'água, localizado no Povoado Olho D'água, Zona rural do município de Paraibano/MA.

Número da ART: **MA20220561447** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 23/08/2022 Baixada em: 24/06/2024
Forma de registro: INICIAL Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada:

Contratante: **E. L. D. S** CPF/CNPJ: ***.841.723-**
Endereço do contratante: FAZENDA SANTA RITA Nº: S/N
Complemento: Bairro: CENTRO
Cidade: COLINAS UF: MA CEP: 65690000
Contrato: 01 Celebrado em: 22/08/2022
Valor do contrato: R$ 1.000,00 Tipo de contratante: Pessoa Física
Ação institucional: Outros
Endereço da obra/serviço: FAZENDA SANTA RITA Nº: S/N
Complemento: POVOADO SANTA RITA Bairro: ZONA RURAL
Cidade: JATOBÁ UF: MA CEP: 65693000
Coordenadas Geográficas: 05°54'49.05"S, 44°12'27.49"W
Data de início: 22/08/2022 Previsão de término: 07/11/2022
Finalidade: Ambiental

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009

CREA-MA

CAT SEM REGISTRO DE ATESTADO
928623/2025

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

Proprietário: E. L. D. S CPF/CNPJ: ***.841.723-**

Atividade Técnica: **1 - Assessoria** MEIO AMBIENTE > GESTÃO AMBIENTAL > #7.6.6 - DE ESTUDOS AMBIENTAIS 40 - Estudo 1.00 unidade;

Observações

Elaboração do Plano Básico de Regularização (PBR), da Fazenda Santa Rita, localizado no Povoado Santa Rita, Zona rural do município de Jatobá/MA.

Número da ART: **MA20220569742** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 20/09/2022 Baixada em: 24/06/2024
Forma de registro: INICIAL Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada:

Contratante: **A. L. D. C** CPF/CNPJ: *****.964.563-****
Endereço do contratante: POVOADO CENTRO Nº: S/N
Complemento: Bairro: CENTRO
Cidade: PARAIBANO UF: MA CEP: 65670000
Contrato: 01 Celebrado em: 16/09/2022
Valor do contrato: R$ 1.000,00 Tipo de contratante: Pessoa Fisica
Ação institucional: Outros
Endereço da obra/serviço: FAZENDA CENTRO DATA SITIO DO MEIO Nº: S/N
Complemento: POVOADO CENTRO, DATA SITIO DO MEIO Bairro: ZONA RURAL
Cidade: COLINAS UF: MA CEP: 65690000
Coordenadas Geográficas: 06°18'49.23"S, 44°03'38.97"W
Data de inicio: 16/09/2022 Previsão de término: 21/12/2022
Finalidade: Ambiental
Proprietário: A. L. D. C CPF/CNPJ: ***.964.563-**

Atividade Técnica: **1 - Assessoria** MEIO AMBIENTE > GESTÃO AMBIENTAL > #7.6.6 - DE ESTUDOS AMBIENTAIS 40 - Estudo 1.00 unidade;

Observações

Elaboração do Plano Básico de Regularização (PBR), da Fazenda Centro Data Sitio do Meio, localizado no Povoado Centro, Data Sitio do Meio, Zona rural do município de Colinas/MA.

Número da ART: **MA20220571224** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 23/09/2022 Baixada em: 24/06/2024
Forma de registro: INICIAL Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada:

Contratante: **J. G. P. D. O** CPF/CNPJ: *****.512.213-****
Endereço do contratante: TRAVESSA STO ANTONIO Nº: 20
Complemento: Bairro: STANTONIO TRIZIDELA
Cidade: COLINAS UF: MA CEP: 65690000
Contrato: 01 Celebrado em: 21/09/2022
Valor do contrato: R$ 1.000,00 Tipo de contratante: Pessoa Fisica
Ação institucional: Outros
Endereço da obra/serviço: FAZENDA FAZENDA SÃO JOSÉ Nº: S/N
Complemento: GLLEBA LAGOA DA SERRA, POVOADO LAGOA DA SERRA Bairro: ZONA RURAL
Cidade: JATOBÁ UF: MA CEP: 65693000
Coordenadas Geográficas: 05°51'40.26"S, 44°25'15.56"W
Data de inicio: 21/09/2022 Previsão de término: 28/12/2022
Finalidade: Ambiental
Proprietário: J. G. P. D. O CPF/CNPJ: ***.512.213-**

Atividade Técnica: **1 - Assessoria** MEIO AMBIENTE > GESTÃO AMBIENTAL > #7.6.6 - DE ESTUDOS AMBIENTAIS 40 - Estudo 1.00 unidade;

Observações

Elaboração do Plano Básico de Regularização (PBR), da Fazenda São José, localizado na Gleba Lagoa da Serra, Povoado Lagoa da Serra, Zona rural do município de Jatobá/MA.

Número da ART: **MA20230609372** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 23/01/2023 Baixada em: 24/06/2024
Forma de registro: INICIAL Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada:

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009

CREA-MA

CAT SEM REGISTRO DE ATESTADO

928623/2025

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

Contratante: **L. R. P** CPF/CNPJ: *****.058.163-****
Endereço do contratante: RUA RIO BRANCO Nº: 799
Complemento: Bairro: CENTRO
Cidade: COLINAS UF: MA CEP: 65690000
Contrato: 01 Celebrado em: 17/01/2023
Valor do contrato: R$ 1.000,00 Tipo de contratante: Pessoa Física
Ação institucional: Outros
Endereço da obra/serviço: FAZENDA FAZENDA TERRA BOA I Nº: S/N
Complemento: Bairro: ZONA RURAL
Cidade: COLINAS UF: MA CEP: 65690000
Coordenadas Geográficas: 05°56'54.07"S, 44°08'04.71"W
Data de início: 17/01/2023 Previsão de término: 21/02/2023
Finalidade: Ambiental
Proprietário: L. R. P CPF/CNPJ: ***.058.163-**

Atividade Técnica: **1 - Assessoria** MEIO AMBIENTE > GESTÃO AMBIENTAL > #7.6.6 - DE ESTUDOS AMBIENTAIS 40 - Estudo 1.00 unidade;

Observações

Elaboração do Plano Básico de Regularização (PBR), da Fazenda Terra Boa I, localizado na Zona rural do município de Colinas/MA.

Número da ART: **MA20230644203** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 12/05/2023 Baixada em: 24/06/2024
Forma de registro: INICIAL Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada:

Contratante: **E. J. R** CPF/CNPJ: *****.944.829-****
Endereço do contratante: RUA LAUDELINO ROCHA Nº: S/N
Complemento: ED MANOEL AFONSO PORTO, AP 301 Bairro: MAURÍCIO DE NASSAU
Cidade: CARUARU UF: PE CEP: 55012690
Contrato: 01 Celebrado em: 11/05/2023
Valor do contrato: R$ 1.000,00 Tipo de contratante: Pessoa Física
Ação institucional: Outros
Endereço da obra/serviço: FAZENDA FAZENDA JENIPAPO Nº: S/N
Complemento: Bairro: ZONA RURAL
Cidade: BURITI BRAVO UF: MA CEP: 65685000
Coordenadas Geográficas: 05°47'27.82"S, 43°53'46.09"W
Data de início: 11/05/2023 Previsão de término: 19/06/2023
Finalidade: Ambiental
Proprietário: E. J. R CPF/CNPJ: ***.944.829-**

Atividade Técnica: **1 - Assessoria** MEIO AMBIENTE > GESTÃO AMBIENTAL > #7.6.6 - DE ESTUDOS AMBIENTAIS 40 - Estudo 1.00 unidade;

Observações

Elaboração do Plano Básico de Regularização (PBR), da Fazenda Jenipapo, localizado na Zona rural do município de Buriti Bravo/MA.

Número da ART: **MA20230671593** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 03/08/2023 Baixada em: 24/06/2024
Forma de registro: INICIAL Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada:

Contratante: **COMPAV ACUCAR E ALCOOL LTDA** CPF/CNPJ: **05.343.207/0001-82**
Endereço do contratante: FAZENDA FAZ SITIO Nº: S/N
Complemento: Bairro: ZONA RURAL
Cidade: UNIÃO UF: PI CEP: 64120000
Contrato: 01 Celebrado em: 02/08/2023
Valor do contrato: R$ 1.000,00 Tipo de contratante: Pessoa Juridica de Direito Privado
Ação institucional: Outros
Endereço da obra/serviço: FAZENDA TABULEIRO DO SONO Nº: S/N
Complemento: Bairro: ZONA RURAL
Cidade: TIMON UF: MA CEP: 65630780
Coordenadas Geográficas: 04°56'31.58"S, 42°53'42.53"W
Data de início: 02/08/2023 Previsão de término: 27/09/2023
Finalidade: Ambiental
Proprietário: COMPAV ACUCAR E ALCOOL LTDA CPF/CNPJ: 05.343.207/0001-82

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009

CREA-MA

CAT SEM REGISTRO DE ATESTADO

928623/2025

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

Atividade Técnica: **1 - Assessoria** MEIO AMBIENTE > GESTÃO AMBIENTAL > #7.6.6 - DE ESTUDOS AMBIENTAIS 40 - Estudo 1.00 unidade;

Observações

Elaboração de Relatório de Viabilidade Ambiental (RVA), da Fazenda Tabuleiro do Sono, localizado na Zona rural do município de Timon/MA.

Informações Complementares

Certidão de Acervo Técnico nº 928623/2025
20/05/2025, 14:37
4xx4y

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://crea-ma.sitac.com.br/publico/, com a chave: 4xx4y

PROC. 305
FLS 315
RUB.

CNH Digital

Departamento Nacional de Trânsito



QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
< http://www.serpro.gov.br/assinador-digital >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN

PROC. 306
FLS 305
RUB.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS S TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Pelo presente Instrumento, de um lado **Igor Araujo de Sousa**, brasileiro, solteiro, engenheiro ambiental, portador do CPF n° 051.323.83360 e registrado no CREA-MA sob nº 1119212545, com endereço, Rua Bom Jesus, N° 200, Condomínio Ana Luz, Bloco 04, Ap. 102, Bairro: Turu, Município de São Luís, Estado do Maranhão, CEP: 65.066-210, doravante denominado simplesmente **CONTRATADO**, e de outro lado a empresa **EKO CONSTRUÇÕES E SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA**, CNPJ nº 30.065.139/0001-84, com endereço a Rua 26, QD 16, Nº 08, Bairro: Conjunto Habitacional Vinhais, São Luís, Estado do Maranhão, CEP: 65.075-441, neste ato representada por **MAYARA ABRANTES FONTENELE**, inscrito no CPF nº 966.227.063-20, residente e domiciliado a Rua Vinte e Seis, Qd.16, Casa 07, Bairro: Vinhais, Município de São Luís, Estado do Maranhão, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, resolvem de comum acordo firmar o presente **Contrato de Prestação de Serviços Técnicos**, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Contrato o desenvolvimento, pelo CONTRATADO, de atividades de engenheiro ambiental como Responsável Técnico pela empresa CONTRATANTE junto ao CREA, conforme suas atribuições profissionais, com atuação na área de consultoria ambiental e compatíveis com os objetivos sociais da empresa.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

O CONTRATADO se obriga a:

1. Assumir a responsabilidade técnica da empresa junto aos conselhos de classe e demais órgãos reguladores;
2. Atuar tecnicamente na elaboração, análise, revisão e validação de documentos técnicos e relatórios ambientais;
3. Assinar documentos técnicos exigidos pela legislação vigente, sempre que solicitado pela CONTRATANTE;
4. Comparecer, quando necessário, às reuniões e diligências técnicas em órgãos ambientais;

5. Manter-se regularmente inscrito no conselho profissional competente e em dia com suas obrigações.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE se compromete a:

1. Fornece ao CONTRATADO todas as informações e documentos necessários ao pleno exercício de suas funções;
2. Pagar ao CONTRATADO o valor mensal de **R$ 7.725,00**, até o dia 05 de cada mês, mediante transferência bancária;
3. Reembolsar eventuais despesas autorizadas previamente e comprovadamente realizadas pelo CONTRATADO em nome da CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA – DA NATUREZA JURÍDICA

Este contrato tem natureza **cível**, não existindo qualquer vínculo empregatício entre as partes. O CONTRATADO atuará com total autonomia técnica e profissional, assumindo integral responsabilidade pelos atos praticados no exercício da função de responsável técnico.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO

Os serviços objeto do presente Contrato deverá ser executados pelo CONTRATADO a partir da data de sua assinatura, por prazo indeterminado.

CLÁUSULA SEXTA – RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes, a qualquer tempo, mediante notificação por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem ônus para as partes.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

Quanto à fixação de multa para as situações de atraso na execução dos trabalhos, no pagamento ou na rescisão antecipada, deverá o percentual ser fixado pelas partes, de acordo com a situação específica.

PROC. 308
FLS 315
RUB.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO EXERCÍCIO DOS DIREITOS

7.1 - Qualquer omissão ou tolerância das partes em exigir o estrito cumprimento dos termos e condições do presente contrato, ou em exercer uma prerrogativa dele decorrente, não constituirá renúncia, nem afetará o direito da parte de exercê-lo a qualquer tempo.

7.2- Aplicam-se ao presente Contrato as disposições do Código Civil, naquilo em que lhe forem compatíveis.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO DE ELEIÇÃO

8 - As partes de comum acordo, elegem o Fórum da Comarca de São Luís, para dirimir qualquer lide oriunda do presente Contrato, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam as partes o presente Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para os mesmos efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas.

São Luís - MA, 17 de julho de 2025.

EKO SOLUÇÕES AMBIENTAL
Mayara Abrantes Fontenele
Contratante

gov.br Documento assinado digitalmente
MAYARA ABRANTES FONTENELE
Data: 17/07/2025 14:39:14-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

ENGENHEIRO AMBIENTAL
Igor Araujo de Sousa
Contratado

IGOR ARAUJO DE SOUSA:05132383360
Assinado de forma digital por IGOR ARAUJO DE SOUSA:05132383360
Dados: 2025.07.17 13:59:32 -03'00'

TESTEMUNHAS:

gov.br Documento assinado digitalmente
ALICE NEGREIROS SOARES COELHO DE SOUSA
Data: 17/07/2025 15:18:16-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

1)_____
Nome: Alice Negreiros Soares Coelho Sousa
CPF: 608.784.893-20

gov.br Documento assinado digitalmente
PEDRO FERNANDO LIMA FERNANDES
Data: 17/07/2025 14:46:50-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

_____
Nome: Pedro Fernando Lima Fernandes
CPF: 013.959.162-17

PROC. 809
FLS. 815
RUB.

Comprovante de vinculo funcional emitido por CREA-MA

Nome
IGOR ARAUJO DE SOUSA

Registro Nacional
1119212545

Título Profissional
ENGENHEIRO AMBIENTAL

Data Registro
04/03/2020

Data Emissão
25/06/2024

CPF
051.323.833-60

Data Nascimento
01/03/1998

Num RG
0294650720059

Emissor RG
SSP

UF RG
MA

Nome da Mãe
NOREAN ARAUJO DE SOUSA

Nome do Pai
JOAO DE SOUSA FILHO

Naturalidade
BALSAS

Estado
MA

Nacionalidade
BRASILEIRA

Título Eleitor
073875561120

PIS PASEP
13269328159

Registro CREA-MA
1119212545MA



Comprovante emitido em 07/10/2025 16:58
Sujeito a modificações pelo emissor

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DO QR CODE COM O APP VIO

Caso precise verificar o status desse documento, entre em contato diretamente com o orgão emissor.

Sugerimos solicitar a emissão desse documento com a mesma data do dia de sua verificação.

O SERPRO não se responsabiliza por eventuais alterações de status do documento emitido em virtude de futuras necessidades internas do órgão emissor.

Contate o órgão emissor para validação

PROC. 310
FLS 313
RUB.

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA JURIDICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-MA

Nº 933413/2025
Emissão: 21/07/2025
Validade: 17/01/2026
Chave: 96c0A

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

CERTIFICAMOS que a Empresa mencionada encontra-se registrada neste Conselho, nos Termos da Lei 5.194/66, conforme os dados impressos nesta certidão. CERTIFICAMOS, ainda, que até a presente data, a referida pessoa juridica e seu(s) responsável(is) técnico(s) estão quites com suas anuidades e demais obrigações junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Maranhão - CREA-MA, estando habilitada a exercer suas atividades, circunscrita à(s) atribuição(ções) de seu(s) responsável(veis) técnico(s).

Interessado(a)

Empresa: EKO CONSTRUÇÕES E SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA

CNPJ: 30.065.139/0001-84

Registro: 0005427312

Categoria: Outros

Capital Social: R$ 200.000,00

Data do Capital: 13/05/2020

Faixa: 2

Objetivo Social: OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE, O SERVIÇO DE PREVISÃO METEOROLÓGICA, - OS SERVIÇOS DE AVALIAÇÃO NÃO-IMOBILIÁRIA (JÓIAS, ANTIGUIDADES, ETC.), - AS ATIVIDADES DE ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA EM ÁREAS PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE, - INCLUSIVE AS REALIZADAS POR PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS OU CONSTITUÍDOS COMO EMPRESAS INDIVIDUAIS. CONSERVAÇÃO DE FLORESTAS NATIVAS; ATIVIDADES DE APOIO A PRODUÇÃO FLORESTAL; ATIVIDADES DE APOIO A AGRICULTURA EM ÁGUA SALGADA E SALOBA; ATIVIDADES DE APOIO A AGRICULTURA EM ÁGUA DOCE; DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA POR CAMINHÕES; ATIVIDADES RELACIONADAS A ESGOTO, EXCETO A GESTÃO DE REDES;COLETA DE RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS COLETA DE RESÍDUOS PERIGOSOS; PREPARAÇÃO DE CANTEIRO E LIMPEZA DE TERRENO; OBRAS DE TERRAPLENAGEM; SERVIÇOS DE PINTURA DE EDIFÍCIOS EM GERAL; PERFURAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE POÇOS DE ÁGUA SERVIÇOS DE ARQUITETURA; SERVIÇOS DE ENGENHARIA; ATIVIDADES DE ESTUDOS GEOLÓGICOS; SERVIÇOS DE DESENHO TÉCNICO RELACIONADOS A ARQUITETURA E ENGENHARIA;SERVIÇOS DE PERÍCIA TÉCNICA RELACIONADOS A SEGURANÇA DO TRABALHO; TESTES E ANÁLISES TÉCNICAS; ALUGUEL DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, SEM OPERADOR; MOTORES TURBINAS E MÁQUINAS-FERRAMENTAS, GERADORES, GUINCHOS, GUINDASTES E EMPILHADEIRAS, APARELHOS DE USOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS EQUIPAMENTOS CINEMATOGRÁFICOS, EQUIPAMENTOS PROFISSIONAIS PARA RÁDIO, TELEVISÃO E COMUNICAÇÕES, EQUIPAMENTOS DE TESTES, MEDIÇÃO E CONTROLE, CONTÊINERES), ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL.

Endereço: RUA 26, 08, QUADRA 16, VINHAIS, SÃO LUÍS, MA, 65070730

Tipo de Registro: Registro Definitivo de Empresa

Data Inicial: 15/07/2020

Data Final: Indefinido

Registro Regional: 0000542823DDMA

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA JURIDICA

Informações / Notas

- A capacidade técnico-profissional da empresa é comprovada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais constantes de seu quadro técnico.

- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos

Última Anuidade Paga

Ano: 2025 (1/1)

Autos de Infração

Nada consta

Responsáveis Técnicos

Profissional: IGOR ARAUJO DE SOUSA

Registro: 1119212545

CPF: ***.323.833-**

Data Inicio: 21/07/2025

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Titulos do Profissional:

ENGENHEIRO AMBIENTAL

Atribuição: RESOLUÇÃO CONFEA Nº.447, DE 2000

ENGENHEIRO DE SEGURANCA DO TRABALHO

Atribuição: Artigo 4º da Resolução 359/91

Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA JURIDICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-MA

Nº 933413/2025
Emissão: 21/07/2025
Validade: 17/01/2026
Chave: 96c0A

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

PROC. 311
FLS 315
RUB.

Sócios

Sócio: MAYARA ABRANTES FONTENELE
CPF: ***.227.063-**
Função: SÓCIA ADMINISTRADORA

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://crea-ma.sitac.com.br/publico/, com a chave: 96c0A
Impresso em: 17/12/2025 às 16:01:29 por: adapt, ip: 177.24.245.218

PROC. 342
FLS 343
RUB.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa/instituição **EKO CONSTRUÇÕES E SOLUÇÕES AMNBIENTAIS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.065.139/0001-84 por meio do consultor **IGOR ARAUJO DE SOUSA** prestou serviços de Consultoria para a empresa **SPE AMORIM COUTINHO BE LIFE CLUB 3 S.A**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **46.375.856/0001-42**, na área **Consultoria Ambiental**, subárea **Construção Civil**, desenvolvendo, no período de **11/01/2023 a 13/04/2023**, as seguintes atividades:

Descrição detalhada da(s) consultoria(s) e/ou instrutoria(s) realizadas:

a) **Diagnóstico:**

Verificação da viabilidade de implantação de uma estação elevatória de esgoto e bacia de detenção para atendimento de um condomínio residencial.

b) **Ações sugeridas e desenvolvidas:**

Elaboração de estudos ambientais visando subsidiar a solicitação de licenciamento ambiental estação elevatória de esgoto e bacia de detenção de um condomínio residencial. Além do protocolo e acompanhamento do processo de licenciamento junto ao órgão ambiental.

c) **Resultados alcançados:**

Aquisição das Licenças Ambientais da fase Prévia e de Instalação aprovadas junto ao órgão ambiental competente, referentes à viabilidade e instalação da estação elevatória de esgoto e bacia de detenção.

d) **Carga horária:**

a. A carga horária de acordo com a natureza do serviço prestado é de **Quarenta e Quatro horas**. Abaixo, segue o detalhamento da carga horária:

incorporação de empreendimentos imobiliários

PROC. 313
FLS. 315
RUB.

b. Consultor/Instrutor: **Igor Araujo de Sousa** – 44 horas

e) Nº total de horas trabalhadas:

a. O total de horas trabalhadas foi de **Quarenta e Quatro horas**.

Declaramos ainda que os compromissos contratuais assumidos foram cumpridos de forma satisfatória. Não consta, até a presente data, nenhum registro que desabone comercial ou tecnicamente a empresa/instituição **EKO CONSTRUÇÕES E SOLUÇÕES AMBIENTAIS** e seus serviços prestados à empresa **SPE AMORIM COUTINHO BE LIFE CLUB 3 S.A.**

Em conformidade com a legislação vigente e a prática contratual, todas as atividades desenvolvidas estão de acordo com os padrões exigidos para a área de **Construção Civil**, e a empresa **EKO CONSTRUÇÕES E SOLUÇÕES AMBIENTAIS** mantém compromisso com a excelência e integridade nos serviços prestados.

São Luís/MA, 23 de setembro de 2025.

Antonio Augusto Araujo Coutinho Filho:46142584334

Assinado de forma digital por Antonio Augusto Araujo Coutinho Filho:46142584334
Dados: 2025.09.23 11:22:08 -03'00'

SPE AMORIM COUTINHO BE LIFE CLUB 3 S.A
ANTÔNIO AUGUSTO ARAÚJO COUTINHO FILHO
461.425.843-34
Representante Legal
administrativo03@amorimcoutinho.com.br e (98) 98612-6358

Incorporação de empreendimentos imobiliários.

S P E

PROC. 312
FLS 313
RUB.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa/instituição **EKO CONSTRUÇÕES E SOLUÇÕES AMNBIENTAIS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.065.139/0001-84 por meio do consultor **IGOR ARAUJO DE SOUSA** prestou serviços de Consultoria para a empresa **SPE CIDADE JARDIM EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **24.701.205/0001-62**, na área **Consultoria Ambiental**, subárea **Construção Civil**, desenvolvendo, no período de **21/08/2023 a 31/01/2024**, as seguintes atividades:

Descrição detalhada da(s) consultoria(s) e/ou instrutoria(s) realizadas:

a) **Diagnóstico:**

Verificação da viabilidade de implantação de uma estação elevatória de esgoto e bacia de detenção para atendimento de um condomínio residencial.

b) **Ações sugeridas e desenvolvidas:**

Elaboração de estudos ambientais visando subsidiar a solicitação de licenciamento ambiental estação elevatória de esgoto e bacia de detenção de um condomínio residencial. Além do protocolo e acompanhamento do processo de licenciamento junto ao órgão ambiental.

c) **Resultados alcançados:**

Aquisição das Licenças Ambientais da fase Prévia e de Instalação aprovadas junto ao órgão ambiental competente, referentes à viabilidade e instalação da estação elevatória de esgoto e bacia de detenção.

incorporação de empreendimentos imobiliários

PROC. 315
FLS 315
RUB.

d) Carga horária:

a. A carga horária de acordo com a natureza do serviço prestado é de **Quarenta e Quatro horas**. Abaixo, segue o detalhamento da carga horária:

b. Consultor/Instrutor: **Igor Araujo de Sousa** – 44 horas

e) Nº total de horas trabalhadas:

a. O total de horas trabalhadas foi de **Quarenta e Quatro horas**.

Declaramos ainda que os compromissos contratuais assumidos foram cumpridos de forma satisfatória. Não consta, até a presente data, nenhum registro que desabone comercial ou tecnicamente a empresa/instituição **EKO CONSTRUÇÕES E SOLUÇÕES AMBIENTAIS** e seus serviços prestados à empresa **SPE CIDADE JARDIM EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO LTDA**.

Em conformidade com a legislação vigente e a prática contratual, todas as atividades desenvolvidas estão de acordo com os padrões exigidos para a área de **Construção Civil**, e a empresa **EKO CONSTRUÇÕES E SOLUÇÕES AMBIENTAIS** mantém compromisso com a excelência e integridade nos serviços prestados.

São Luís/MA, 23 de setembro de 2025.

Antonio Augusto Araujo Coutinho Filho:46142584334

Assinado de forma digital por Antonio Augusto Araujo Coutinho Filho:46142584334
Dados: 2025.09.23 11:22:41 -03'00'

SPE CIDADE JARDIM EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO LTDA,
ANTÔNIO AUGUSTO ARAÚJO COUTINHO FILHO
461.425.843-34
Representante Legal
administrativo03@amorimcoutinho.com.br e (98) 98612-6358

incorporação de empreendimentos imobiliários.

PROC. 316
FLS 315
RUB.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa/instituição **EKO CONSTRUÇÕES E SOLUÇÕES AMNBIENTAIS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.065.139/0001-84 por meio do consultor **IGOR ARAUJO DE SOUSA** prestou serviços de Consultoria para a empresa **SPE AMORIM COUTINHO ENGENHARIA E CONSTRUCOES MCMV S.A**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **51.969.216/0001-09**, na área **Consultoria Ambiental**, subárea **Construção Civil**, desenvolvendo, no período de **20/12/2023 a 15/03/2024**, as seguintes atividades:

Descrição detalhada da(s) consultoria(s) e/ou instrutoria(s) realizadas:

a) **Diagnóstico:**

Verificação da viabilidade de implantação de uma estação elevatória de esgoto e bacia de detenção para atendimento de um condomínio residencial.

b) **Ações sugeridas e desenvolvidas:**

Elaboração de estudos ambientais visando subsidiar a solicitação de licenciamento ambiental estação elevatória de esgoto e bacia de detenção de um condomínio residencial. Além do protocolo e acompanhamento do processo de licenciamento junto ao órgão ambiental.

c) **Resultados alcançados:**

Aquisição das Licenças Ambientais da fase Prévia e de Instalação aprovadas junto ao órgão ambiental competente, referentes à viabilidade e instalação da estação elevatória de esgoto e bacia de detenção.

d) **Carga horária:**

incorporação de empreendimentos imobiliários

PROC. 317
FLS 318
RUB.

a. A carga horária de acordo com a natureza do serviço prestado é de **Quarenta e Quatro horas**. Abaixo, segue o detalhamento da carga horária:

b. Consultor/Instrutor: **Igor Araujo de Sousa** – 44 horas

e) Nº total de horas trabalhadas:

a. O total de horas trabalhadas foi de **Quarenta e Quatro horas**.

Declaramos ainda que os compromissos contratuais assumidos foram cumpridos de forma satisfatória. Não consta, até a presente data, nenhum registro que desabone comercial ou tecnicamente a empresa/instituição **EKO CONSTRUÇÕES E SOLUÇÕES AMBIENTAIS** e seus serviços prestados à empresa **SPE AMORIM COUTINHO ENGENHARIA E CONSTRUCOES MCMV S.A.**

Em conformidade com a legislação vigente e a prática contratual, todas as atividades desenvolvidas estão de acordo com os padrões exigidos para a área de **Construção Civil**, e a empresa **EKO CONSTRUÇÕES E SOLUÇÕES AMBIENTAIS** mantém compromisso com a excelência e integridade nos serviços prestados.

São Luís/MA, 23 de setembro de 2025.

SPE AMORIM COUTINHO ENGENHARIA E CONSTRUCOES MCMV:51969216000109

Assinado de forma digital por SPE AMORIM COUTINHO ENGENHARIA E CONSTRUCOES MCMV:51969216000109
Dados: 2025.09.23 11:21:46 -03'00'

SPE AMORIM COUTINHO ENGENHARIA E CONSTRUCOES MCMV S.A
EUGÊNIO DE SÁ COUTINHO JÚNIOR
006.016.663-05
Representante Legal
administrativo03@amorimcoutinho.com.br e (98) 98612-6358

incorporação de empreendimentos imobiliários

S P E

PROC. 318
FLS 315
RUB.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa/instituição **EKO CONSTRUÇÕES E SOLUÇÕES AMNBIENTAIS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.065.139/0001-84 por meio do consultor **IGOR ARAUJO DE SOUSA** prestou serviços de Consultoria para a empresa **SPE PRAIA DE MARAGOGI EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO LTDA** inscrita no CNPJ/MF sob o nº **34.227.350/0001-07,** na área **Consultoria Ambiental**, subárea **Construção Civil**, desenvolvendo, no período de **11/01/2023 a 13/04/2023,** as seguintes atividades:

Descrição detalhada da(s) consultoria(s) e/ou instrutoria(s) realizadas:

a) **Diagnóstico:**

Verificação da viabilidade de implantação de uma estação elevatória de esgoto e bacia de detenção para atendimento de um condomínio residencial.

b) **Ações sugeridas e desenvolvidas:**

Elaboração de estudos ambientais visando subsidiar a solicitação de licenciamento ambiental estação elevatória de esgoto e bacia de detenção de um condomínio residencial. Além do protocolo e acompanhamento do processo de licenciamento junto ao órgão ambiental.

c) **Resultados alcançados:**

Aquisição das Licenças Ambientais da fase Prévia e de Instalação aprovadas junto ao órgão ambiental competente, referentes à viabilidade e instalação da estação elevatória de esgoto e bacia de detenção.

incorporação de empreendimentos imobiliários

d) Carga horária:

a. A carga horária de acordo com a natureza do serviço prestado é de **Quarenta e Quatro horas**. Abaixo, segue o detalhamento da carga horária:

b. Consultor/Instrutor: **Igor Araujo de Sousa** – 44 horas

e) Nº total de horas trabalhadas:

a. O total de horas trabalhadas foi de **Quarenta e Quatro horas**.

Declaramos ainda que os compromissos contratuais assumidos foram cumpridos de forma satisfatória. Não consta, até a presente data, nenhum registro que desabone comercial ou tecnicamente a empresa/instituição **EKO CONSTRUÇÕES E SOLUÇÕES AMBIENTAIS** e seus serviços prestados à empresa **SPE PRAIA DE MARAGOGI EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO LTDA**.

Em conformidade com a legislação vigente e a prática contratual, todas as atividades desenvolvidas estão de acordo com os padrões exigidos para a área de **Construção Civil**, e a empresa **EKO CONSTRUÇÕES E SOLUÇÕES AMBIENTAIS** mantém compromisso com a excelência e integridade nos serviços prestados.

São Luís/MA, 23 de setembro de 2025.

Antonio Augusto Araujo Coutinho Filho:46142584334

Assinado de forma digital por Antonio Augusto Araujo Coutinho Filho:46142584334
Dados: 2025.09.23 11:22:25 -03'00'

SPE PRAIA DE MARAGOGI EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO LTDA
ANTÔNIO AUGUSTO ARAÚJO COUTINHO FILHO
461.425.843-34
Representante Legal
administrativo03@amorimcoutinho.com.br e (98) 98612-6358

incorporação de empreendimentos imobiliários

Docusign Envelope ID: AC185D0D-AFBC-4947-9A62-D3C3186E759C

PROC. 320
FLS 318
RUB.

Fertgrow

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa/instituição **EKO CONSTRUÇÕES E SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.065.139/0001-84 por meio do consultor **Igor Araujo de Sousa** prestou serviços de Consultoria para a empresa **FERTGROW S.A**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **14.267.717/0001-09**, na área **Consultoria Ambiental**, subárea **Fabricação de adubos e fertilizantes, exceto organo-minerais**, desenvolvendo, no período de **10/2023 a 07/2025**, as seguintes atividades:

Descrição detalhada da(s) consultoria(s) e/ou instrutoria(s) realizadas:

a) **Diagnóstico:**
Consultoria e execução do plantio de mudas com finalidade de compensação ambiental.

b) **Ações sugeridas e desenvolvidas:**

Consultoria ambiental e elaboração do Plano de Recuperação de Área Degradada, bem como sua execução e monitoramento conforme aprovação do órgão ambiental competente, para o plantio compensatório de mudas nativas.

c) **Resultados alcançados:**

Cumprimento das exigências do órgão ambiental competente referentes ao Plano de Recuperação de Área Degradada, bem como instrutoria sobre boas práticas relacionadas ao cumprimento da legislação ambiental vigente.

d) **Carga horária:**

a. A carga horária de acordo com a(s) área(s) e subárea(s) de conhecimento e natureza do serviço prestado é de **Trezentos e cinquenta horas**. Abaixo, segue o detalhamento da carga horária:

b. Consultor/Instrutor: **Igor Araujo de Sousa** – 350 horas

e) **Nº total de horas trabalhadas:**
a. O total de horas trabalhadas foi de **Trezentos e cinquenta horas**.

Docusign Envelope ID: AC185D0D-AFBC-4947-9A62-D3C3186E759C

Fertgrow

PROC. 371
FLS 315
RUB.

Declaramos ainda que os compromissos contratuais assumidos foram cumpridos de forma satisfatória. Não consta, até a presente data, nenhum registro que desabone comercial ou tecnicamente a empresa/instituição **EKO CONSTRUÇÕES E SOLUÇÕES AMBIENTAIS** e seus serviços prestados à empresa **FERTGROW S.A**.

Em conformidade com a legislação vigente e a prática contratual, todas as atividades desenvolvidas estão de acordo com os padrões exigidos para a área de **Fabricação de adubos e fertilizantes, exceto organo-minerais**, e a empresa **EKO CONSTRUÇÕES E SOLUÇÕES AMBIENTAIS** mantém compromisso com a excelência e integridade nos serviços prestados.

São Luís, 30 de julho de 2025.

Assinatura e dados do responsável pela empresa cliente:

Nome: Aylla Karoline dos Santos Facundo Aragão
CPF: 013.679.743-13
Cargo: Gerente Administrativo e RH
Contato (e-mail e telefone): aylla.facundo@fertgrow.com.br; +55 (98) 99139-0217.
Assinatura Eletrônica:

Assinado por:
Aylla Facunda
37D621F5BB19484...

ALVIVERE SOLUCOES

PROC. 322
FLS 315
RUB.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa/instituição **EKO CONSTRUÇÕES E SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.065.139/0001-84 por meio do consultor **Igor Araujo de Sousa** prestou serviços de Consultoria para a empresa **ALVIVERE SOLUCOES FARMACEUTICAS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **12.844.060/0001-70**, na área de **Comércio Atacadista de Medicamentos e Drogas de Uso Humano**, subárea **Transporte Rodoviário de Cargas, Exceto Produtos Perigosos e mudanças, Intermunicipal, Interestadual e Internacional**, desenvolvendo, no período de **17/04/2025 a 17/05/2025**, as seguintes atividades:

Descrição detalhada da(s) consultoria(s) e/ou instrutoria(s) realizadas:

- **a)Diagnóstico:**
  Consultoria e assessoria em licenciamento ambiental para aquisição de isenção de licenciamento ambiental junto ao órgão licenciador competente.

- **b) Ações sugeridas e desenvolvidas:**

  Consultoria ambiental sobre procedimento administrativo a ser adotado junto ao órgão licenciador.

  Elaboração de checklist, conforme legislação ambiental do órgão licenciador.

  Assessoria na elaboração de estudos ambientais adequados.

  Assessoria na abertura de processo licenciatório junto ao órgão competente.

  Acompanhamento processual junto ao órgão competente.

  Instrutoria sobre boas práticas ambientais em cumprimento às condicionantes estabelecidas na Isenção ambiental.

- **c) Resultados alcançados:**

  Aquisição de isenção de licenciamento ambiental para o transporte rodoviário de cargas não perigosas, intermunicipal junto ao órgão ambiental licenciador, bem como instrutoria sobre boas práticas relacionadas ao cumprimento da legislação ambiental vigente.

ALVIVERE
SOLUCOES

PROC. 372
FLS 315
RUB.

- **d) Carga horária:**

  A carga horária de acordo com o serviço prestado é de **Quarenta e Seis horas**. Abaixo, segue o detalhamento da carga horária:

  - Consultor/Instrutor: **Igor Araujo de Sousa** – 46 horas

- **e) Nº total de horas trabalhadas:**

  O total de horas trabalhadas foi de **Quarenta e Seis horas**.

Declaramos ainda que os compromissos contratuais assumidos foram cumpridos de forma satisfatória. Não consta, até a presente data, nenhum registro que desabone comercial ou tecnicamente a empresa/instituição **EKO CONSTRUÇÕES E SOLUÇÕES AMBIENTAIS** e seus serviços prestados à empresa **ALVIVERE SOLUCOES FARMACEUTICAS LTDA.**

Em conformidade com a legislação vigente e a prática contratual, todas as atividades desenvolvidas estão de acordo com os padrões exigidos para a área de **Comércio Atacadista de Medicamentos e Drogas de Uso Humano**, e a empresa **EKO CONSTRUÇÕES E SOLUÇÕES AMBIENTAIS** mantém compromisso com a excelência e integridade nos serviços prestados.

São Luís, 30 de julho de 2025.

Assinatura e dados do responsável pela empresa cliente:

Nome: Joselany Gomes Martins Santos
CPF: 619.240.323-68
Cargo: Diretora
Contato (e-mail e telefone): financeiro@alvivere.com.br
Telefone; (98) 98409-5846

JOSELANY GOMES MARTINS SANTOS
SERPRO

Assinatura Eletrônica
[Representante legal da Pessoa Jurídica - Cliente]

Alvivere Soluções Farmacêuticas Ltda

PROC. 323
FLS 315
RUB.

MSI HOSPITALAR

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa/instituição **EKO CONSTRUÇÕES E SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.065.139/0001-84 por meio do consultor/instrutor **Igor Araujo de Sousa** prestou serviços de Consultoria/Instrutoria para a empresa **MSI COMERCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **29.544.048/0001-42**, na área de **Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças**, subárea **Transporte Rodoviário de Cargas, Exceto Produtos Perigosos e mudanças, Intermunicipal, Interestadual e Internacional**, desenvolvendo, no período de **17/04/2025 a 17/05/2025**, as seguintes atividades:

Descrição detalhada da(s) consultoria(s) e/ou instrutoria(s) realizadas:

- **a)Diagnóstico:**
  Consultoria e assessoria em licenciamento ambiental para aquisição de isenção de licenciamento ambiental junto ao órgão licenciador competente.

- **b) Ações sugeridas e desenvolvidas:**

  Consultoria ambiental sobre procedimento administrativo a ser adotado junto ao órgão licenciador.
  Elaboração de checklist, conforme legislação ambiental do órgão licenciador.
  Assessoria na elaboração de estudos ambientais adequados.
  Assessoria na abertura de processo licenciatório junto ao órgão competente.
  Acompanhamento processual junto ao órgão competente.
  Instrutoria sobre boas práticas ambientais em cumprimento às condicionantes estabelecidas na Isenção ambiental.

- **c) Resultados alcançados:**

  Aquisição de isenção de licenciamento ambiental para o transporte rodoviário de cargas não perigosas, intermunicipal junto ao órgão ambiental licenciador, bem como instrutoria sobre boas práticas relacionadas ao cumprimento da legislação ambiental vigente.

- **d) Carga horária:**

  A carga horária de acordo com a natureza do serviço prestado é de **Quarenta e Seis horas**.
  Abaixo, segue o detalhamento da carga horária:
  - Consultor/Instrutor: **Igor Araujo de Sousa** – 46 horas

- **e) Nº total de horas trabalhadas:**

  O total de horas trabalhadas foi de **Quarenta e Seis horas**.

Declaramos ainda que os compromissos contratuais assumidos foram cumpridos de forma satisfatória. Não consta, até a presente data, nenhum registro que desabone comercial ou

PROC. 324
FLS 345
RUB.

MSI HOSPITALAR

tecnicamente a empresa/instituição **EKO CONSTRUÇÕES E SOLUÇÕES AMBIENTAIS** e seus serviços prestados à empresa **MSI COMERCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA.** Em conformidade com a legislação vigente e a prática contratual, todas as atividades desenvolvidas estão de acordo com os padrões exigidos para a área de **Comércio Atacadista de Medicamentos e Drogas de Uso Humano**, e a empresa **EKO CONSTRUÇÕES E SOLUÇÕES AMBIENTAIS** mantém compromisso com a excelência e integridade nos serviços prestados.

São Luís, 22 de Setembro de 2025.

MARCO ANTONIO ALMEIDA SANTOS:00530357399

Assinado de forma digital por MARCO ANTONIO ALMEIDA SANTOS:00530357399
Dados: 2025.09.22 11:58:36 -03'00'

Assinatura e dados do responsável pela empresa cliente:
Nome: MARCO ANTONIO ALMEIDA SANTOS
CPF:005.303.573-99
Cargo: DIRETOR
Contato diretoria@msihospitalar.com
(98)991214-2004
Assinatura Eletrônica

PROC. 325
FLS 315
RUB.

GM DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS
PARA SAUDE

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa/instituição **EKO CONSTRUÇÕES E SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.065.139/0001-84 por meio do consultor **Igor Araujo de Sousa** prestou serviços de Consultoria para a empresa **GM DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **69.554.434/0001-30**, na área de **Comércio Atacadista de Medicamentos e Drogas de Uso Humano**, subárea **Transporte Rodoviário de Cargas, Exceto Produtos Perigosos e mudanças, Intermunicipal, Interestadual e Internacional**, desenvolvendo, no período de **23/06/2025 a 23/07/2025**, as seguintes atividades:

Descrição detalhada da(s) consultoria(s) e/ou instrutoria(s) realizadas:

- **a)Diagnóstico:** Consultoria e assessoria em licenciamento ambiental para aquisição de isenção de licenciamento ambiental junto ao órgão licenciador competente.

- b) Ações sugeridas e desenvolvidas:

Consultoria ambiental sobre procedimento administrativo a ser adotado junto ao órgão licenciador.
Elaboração de check list, conforme legislação ambiental do órgão licenciador.
Assessoria na elaboração de estudos ambientais adequados.
Assessoria na abertura de processo licenciatório junto ao órgão competente.
Acompanhamento processual junto ao órgão competente.
Instrutoria sobre boas práticas ambientais em cumprimento às condicionantes estabelecidas na Isenção ambiental.

- c) Resultados alcançados:

Aquisição de isenção de licenciamento ambiental para o transporte rodoviário de cargas não perigosas, intermunicipal junto ao órgão ambiental licenciador, bem como instrutoria sobre boas práticas relacionadas ao cumprimento da legislação ambiental vigente.

- d) Carga horária: ○ Consultor/Instrutor: **Igor Araujo de Sousa** – 46 horas

A carga horária de acordo com a natureza do serviço prestado é de **Quarenta e Seis horas**.
Abaixo, segue o detalhamento da carga horária:

- e) Nº total de horas trabalhadas:

O total de horas trabalhadas foi de **Quarenta e Seis horas**.

PROC. 326
FLS 315
RUB.

GM DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS
PARA SAUDE

Declaramos ainda que os compromissos contratuais assumidos foram cumpridos de forma satisfatória. Não consta, até a presente data, nenhum registro que desabone comercial ou tecnicamente a empresa/instituição **EKO CONSTRUÇÕES E SOLUÇÕES AMBIENTAIS** e seus serviços prestados à empresa **GM DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA.**
Em conformidade com a legislação vigente e a prática contratual, todas as atividades desenvolvidas estão de acordo com os padrões exigidos para a área de **Comércio Atacadista de Medicamentos e Drogas de Uso Humano**, e a empresa **EKO CONSTRUÇÕES E SOLUÇÕES AMBIENTAIS** mantém compromisso com a excelência e integridade nos serviços prestados.

São Luís, 30 de julho de 2025.

Assinatura e dados do responsável pela empresa cliente:
Nome: Maria Delurdes Gomes Martins
CPF: 234.476.133-00
Cargo: Diretora
Contato (e-mail e telefone): financeiro@gmdistribuidora.net
Telefone: (98) 98409-5846

ASSINADO DIGITALMENTE
MARIA DELURDES GOMES MARTINS
http://serpro.gov.br/assinador-digital
SERPRO

Assinatura Eletrônica
[Representante legal da Pessoa Jurídica - Cliente]

PROC. 327
FLS 318
RUB.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa/instituição **EKO CONSTRUÇÕES E SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.065.139/0001-84 por meio do consultor **Igor Araujo de Sousa** prestou serviços de Consultoria para a empresa **SOUSA PINHEIRO SERVICOS E CONSTRUCOES LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **08.770.415/0001-56**, na área **Consultoria Ambiental**, subárea **Atividade Agrossilvipastoril**, desenvolvendo, no período de **24/08/2024 a 10/05/2025**, as seguintes atividades:

Descrição detalhada da(s) consultoria(s) e/ou instrutoria(s) realizadas:

a) **Diagnóstico:**
Consultoria e assessoria em licenciamento ambiental para aquisição de licença ambiental para Atividade Agrossilvipastoril, junto ao órgão ambiental competente.

b) **Ações sugeridas e desenvolvidas:**

Consultoria ambiental sobre procedimento administrativo a ser adotado junto ao órgão licenciador. Retificação do Cadastro Ambiental Rural. Elaboração de estudos e mapas ambientais, visando subsidiar a solicitação de licenciamento ambiental. Além do protocolo e acompanhamento do processo de licenciamento junto ao órgão ambiental e Instrutoria sobre boas práticas ambientais em cumprimento às condicionantes estabelecidas na licença ambiental.

c) **Resultados alcançados:**

Aquisição da Licença Ambiental de Regularização para Atividade Agrossilvipastoril aprovada junto ao órgão ambiental competente, referente à e regularização e continuidade das atividades realizadas, em conformidade com as normas e legislações ambientais.

d) **Carga horária:**

a. A carga horária de acordo com a natureza do serviço prestado é de **Cinquenta e Duas horas**. Abaixo, segue o detalhamento da carga horária:

b. Consultor/Instrutor: **Igor Araujo de Sousa** – 52 horas

e) **Nº total de horas trabalhadas:**

a. O total de horas trabalhadas foi de **Cinquenta e Duas horas**.

Declaramos ainda que os compromissos contratuais assumidos foram cumpridos de forma satisfatória. Não consta, até a presente data, nenhum registro que desabone comercial ou tecnicamente a empresa/instituição **EKO CONSTRUÇÕES E SOLUÇÕES**

PROC. 328
FLS. 315
RUB.

AMBIENTAIS e seus serviços prestados à empresa **SOUSA PINHEIRO SERVICOS E CONSTRUCOES LTDA**.

Em conformidade com a legislação vigente e a prática contratual, todas as atividades desenvolvidas estão de acordo com os padrões exigidos para a área de **Atividade Agrossilvipastoril**, e a empresa **EKO CONSTRUÇÕES E SOLUÇÕES AMBIENTAIS** mantém compromisso com a excelência e integridade nos serviços prestados.

São Luís, 30 de julho de 2025.

Assinatura e dados do responsável pela empresa cliente:

Nome: Antônio Marcos de Sousa Pinheiro
CPF: 030.441.553-71
Cargo: Sócio Administrador
Contatos: e-mail : sppconstrutora@hotmail.com **e** contasapagar.spp@hotmail.com
telefone: (98) 9 8405-1578 e (99) 9 9193-8264
Assinatura Eletrônica
Representante legal da Pessoa Jurídica - Cliente

ANTONIO MARCOS DE SOUSA PINHEIRO:03044155371

Assinado de forma digital por ANTONIO MARCOS DE SOUSA PINHEIRO:03044155371
Dados: 2025.09.23 09:36:17 -03'00'

Alto Alegre do Pindaré | Portal de Compras

PROC. 329
FLS 345
RUB.

Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Propostas Iniciais
N° 7

LOTES / ITENS

N° 1

Descrição: Serviços Técnicos Especializados de Natureza Predominantemente Intelectual de

Quantidade: 1 Valor: 113.804,99

PROPOSTAS INICIAIS

Empresa	Valor Unitário	Valor Total	Data/Hora Registro	Situação
Fornecedor 51118	113.804,99	113.804,99	19/12/2025 14:05:10	CLASSIFICADA
Fornecedor 5587	113.804,99	113.804,99	05/01/2026 08:01:09	CLASSIFICADA

Alto Alegre do Pindaré | Portal de Compras

PROC. 330
FLS 315
RUB.

Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Ata de Sessão Pública
N° 7

Às 09:00 horas do dia 05/01/2026, reuniram-se o encarregado Oficial e membros da Equipe de Apoio para este processo, designados pela PORTARIA N" 075/2025, de 09 de janeiro de 2025. em atendimento às disposições contidas na Lei nº 14.133 de 1 de abril de 2021, referente ao Processo nº 315/2025, para realizar os procedimentos relativos à Concorrência nº 7. O encarregado abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

LOTES / ITENS

N° 1

Descrição: Serviços Técnicos Especializados de Natureza Predominantemente Intelectual de

Quantidade: 1

Valor: R$ 113.804,99

Vencedor Fornecedor 51118 Valor: R$ 83.828,00

PROPOSTAS INICIAIS

Empresa	Valor Unitário	Valor Total	Data/Hora Registro	Situação
Fornecedor 51118	R$ 113.804,99	R$ 113.804,99	19/12/2025 14:05:10	CLASSIFICADA
Fornecedor 5587	R$ 113.804,99	R$ 113.804,99	05/01/2026 08:01:09	CLASSIFICADA

DISPUTA

Data/Hora Lance	Valor	Empresa
05/01/2026 09:08:22	R$ 83.828,00	Fornecedor 51118
05/01/2026 09:10:40	R$ 100.000,00	Fornecedor 5587
05/01/2026 09:02:29	R$ 113.804,99	Fornecedor 51118
05/01/2026 09:02:29	R$ 113.804,99	Fornecedor 5587

MENSAGENS

Data/Hora	Origem	Mensagem
19/11/2025 10:07:32	Sistema	Processo publicado no PNCP: https://pncp.gov.br/pncp-api/v1/orgaos/01612832000121/compras/2025/85
05/01/2026 08:53:27	EDIVAN PINHO	Bom dia, Senhores licitantes. Estamos iniciando a sessão pública da Concorrência Eletrônica n.º 07/2025, promovida pelo Município de Alto Alegre do Pindaré/MA.
05/01/2026 08:54:11	EDIVAN PINHO	Antes de iniciar a fase competitiva, peço a atenção de todos para alguns breves avisos a respeito da presente licitação.
05/01/2026 08:54:38	EDIVAN PINHO	É importante deixar claro que são de responsabilidade do licitante todas as transações efetuadas em seu nome, especialmente o cadastramento de proposta e o oferecimento de lances, ainda que o acesso ao sistema seja

PROC. 336
FLS 343
RUB.

Ata de Sessão Pública
N° 7

Data/Hora	Origem	Mensagem
		realizado por terceiros.
05/01/2026 08:54:52	EDIVAN PINHO	Na presente licitação será adotado o modo de disputa aberto, previsto no art. 56, I, da Lei nº 14.133/2021.
05/01/2026 08:55:04	EDIVAN PINHO	O envio de lances, sejam eles intermediários ou destinados a cobrir a melhor oferta, devem respeitar o intervalo previsto, de modo que as ofertas em desacordo com este critério não serão processadas pelo sistema.
05/01/2026 08:55:15	EDIVAN PINHO	Após a etapa de lances, o agente de contratação poderá realizar diligência, com fundamento no art. 56, §2º, e art. 64 da Lei nº 14.133/2021, destinada a esclarecer ou complementar informações sobre a proposta ajustada ao lance vencedor e/ou documentos de habilitação, vedada a inclusão de documentos que deveriam ter sido apresentados juntamente com a proposta.
05/01/2026 08:55:28	EDIVAN PINHO	Desta feita, nos termos do art. 155, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, o fornecedor que não mantiver sua proposta ficará impedido de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 3 (três) anos, razão pela qual os licitantes devem formular seus lances com prudência e responsabilidade.
05/01/2026 08:56:38	EDIVAN PINHO	A exclusão de lance pelo pregoeiro durante a fase competitiva é medida excepcional e somente será promovida quando houver fortes indícios de inexequibilidade do preço.
05/01/2026 08:56:50	EDIVAN PINHO	As eventuais suspensões da sessão pública serão comunicadas pelo agente de contratação no sistema (chat), com indicação da data e horário para a sua retomada, assegurando a todos condições de acompanhar os atos praticados durante a licitação.
05/01/2026 08:57:03	EDIVAN PINHO	No caso de problemas ocorridos durante este certame com o sistema Compras Públicas, os interessados devem entrar em contato com o referido portal que gerencia o sistema através do link www.licitaaap.com.br, eis que cabe ao agente de contratação apenas a operacionalização deste certame.
05/01/2026 09:01:46	Sistema	Sessão pública aberta!
05/01/2026 09:02:29	Sistema	Disputa do Lote/Item 1 - Serviços Técnicos Especializados de Natureza Predominantemente Intelectual de Co... aberta! O fornecedor pode checar as propostas classificadas e o motivo da desclassificação das propostas no botão "Propostas Inicias" de cada Lote/Item.
05/01/2026 09:12:30	Sistema	O lote/item n° 1 - Serviços Técnicos Especializados de Natureza Predominantemente Intelectual de Co... entrou em PRORROGAÇÃO, para um fornecedor ser declarado arrematante, o seu lance deve permanecer vencedor por 2 minutos!
05/01/2026 09:14:33	Sistema	Disputa do lote/item n° 1 - Serviços Técnicos Especializados de Natureza Predominantemente Intelectual de Co... encerrada!
05/01/2026 09:14:33	Sistema	O arrematante do item/lote n° 1 - Serviços Técnicos Especializados de Natureza Predominantemente Intelectual de Co... foi o fornecedor com valor R$ 83.828,0000 !
05/01/2026 09:14:33	Sistema	Fase de disputa encerrada
05/01/2026 09:15:03	Sistema	Aberta a negociação do item 1 - Serviços Técnicos Especializados de Natureza Predominantemente Intelectual de Co...!
05/01/2026 09:15:03	Sistema	O licitante EKO CONSTUÇÕES E SOLUÇÕES AMBIENTAIS pode enviar uma nova proposta para o lote/item 1 - Serviços Técnicos Especializados de Natureza Predominantemente Intelectual de Co... no local de envio de lances!
05/01/2026 09:16:26	Sistema	O Fornecedor EKO CONSTUÇÕES E SOLUÇÕES AMBIENTAIS pode enviar mensagens.
05/01/2026 09:16:31	EKO CONSTUÇÕES	Bom dia, Sr. Pregoeiro. Estamos no nosso melhor valor.
05/01/2026 09:17:13	EDIVAN PINHO	Tendo em a recusa da licitante quanto à possibilidade de negociação, damos continuidade ao certame.
05/01/2026 09:17:25	Sistema	O Fornecedor EKO CONSTUÇÕES E SOLUÇÕES AMBIENTAIS não pode enviar mensagens.
05/01/2026 09:19:14	Sistema	A autoridade responsável pelo processo solicitou o envio de documentos do fornecedor EKO CONSTUÇÕES E SOLUÇÕES AMBIENTAIS. Documento: Senhor licitante, solicito o envio, no prazo de 2 (duas) horas, da proposta de preços adequada ao seu último lance, em arquivo único, por meio da opção enviar anexo do sistema, sob pena de ter o lance desclassificado. . Agora o

PROC. 332
FLS 345
RUB.

Data/Hora	Origem	Mensagem
		fornecedor pode clicar no botão ENVIAR ARQUIVOS na área de solicitação de documentos, havendo a necessidade de enviar mais de 1 (um) arquivo o mesmo deve enviar os arquivos em extensão .ZIP. Data Limite para o envio: 05/12/2026 11:20:00
05/01/2026 09:20:23	EDIVAN PINHO	Senhores licitantes, a sessão será suspensa neste momento em função da abertura de prazo para envio da proposta ajustada por parte da empresa melhor classificada, retornando os trabalhos no dia de hoje, às 11:40hs, ocasião em que será divulgado o resultado da análise da proposta orçamentária. Não deixem de acompanhar as sessões. Até lá!
05/01/2026 09:42:36	Sistema	Documento enviado pelo fornecedor EKO CONSTUÇÕES E SOLUÇÕES AMBIENTAIS!
05/01/2026 11:41:04	EDIVAN PINHO	Senhores licitantes, estamos dando continuidade a Concorrência Eletrônica n.° 07/2025.
05/01/2026 11:41:27	EDIVAN PINHO	De início informo que a licitante EKO CONSTUÇÕES E SOLUÇÕES AMBIENTAIS detentora do menor preço, apresentou sua proposta readequada no sistema, razão pela qual recebo e promovo a aceitação da proposta.
05/01/2026 11:42:12	EDIVAN PINHO	Em ato sucessivo, abro o prazo de 10 (dez) minutos para registro de eventual intenção recursal quando a classificação da proposta.
/01/2026 11:42:19	Sistema	Fica aberto prazo de intenção de recurso até às 05/01/2026 11:52:19
05/01/2026 11:54:48	EDIVAN PINHO	Informo que não houve manifestação de intenção de recurso quanto a classificação da proposta da Licitante EKO CONSTUÇÕES E SOLUÇÕES AMBIENTAIS.
05/01/2026 11:54:56	EDIVAN PINHO	Outrossim, tendo em vista a classificação da proposta, convoco a empresa para juntar no prazo de 2 (duas) horas a documentação de habilitação, conforme previsto no instrumento convocatório, caso já tenha juntada a documentação de habilitação no cadastramento da sua proposta ou momento da convocação para apresentação da proposta readequada não será necessário fazer a juntada de novos documento, contudo não poderá em momento posterior alegar que não foi convocada para apresentação da documentação de habilitação.
05/01/2026 11:55:32	Sistema	A autoridade responsável pelo processo solicitou o envio de documentos do fornecedor EKO CONSTUÇÕES E SOLUÇÕES AMBIENTAIS. Documento: Outrossim, tendo em vista a classificação da proposta, convoco a empresa para juntar no prazo de 2 (duas) horas a documentação de habilitação, conforme previsto no instrumento convocatório, caso já tenha juntada a documentação de habilitação no cadastramento da sua proposta ou momento da convocação para apresentação da proposta readequada não será necessário fazer a juntada de novos documento, contudo não poderá em momento posterior alegar que não foi convocada para apresentação da documentação de habilitação. . Agora o fornecedor pode clicar no botão ENVIAR ARQUIVOS na área de solicitação de documentos, havendo a necessidade de enviar mais de 1 (um) arquivo o mesmo deve enviar os arquivos em extensão .ZIP. Data Limite para o envio: 05/12/2026 13:56:00
05/01/2026 11:55:50	EDIVAN PINHO	Senhores licitantes, a sessão será suspensa neste momento em função da abertura de prazo para envio da documentação de habilitação por parte da empresa classificada, retornando os trabalhos hoje às 16h00min, ocasião em que será divulgado o resultado da análise da documentação de habilitação. Não deixem de acompanhar as sessões. Até lá!
05/01/2026 12:45:27	Sistema	Documento enviado pelo fornecedor EKO CONSTUÇÕES E SOLUÇÕES AMBIENTAIS!
05/01/2026 16:00:41	EDIVAN PINHO	Senhores fornecedores, retomando os trabalhos da Concorrência n.° 7/2025.
05/01/2026 16:00:59	EDIVAN PINHO	Informo que a licitante EKO CONSTUÇÕES E SOLUÇÕES AMBIENTAIS apresentou a sua documentação de habilitação, razão pela qual passaremos nesse ato a fazer a sua análise.
05/01/2026 16:09:41	EDIVAN PINHO	Senhores fornecedores, informo que a empresa EKO CONSTUÇÕES E SOLUÇÕES AMBIENTAIS apresentou a documentação de habilitação de acordo com o previsto no Edital, sendo assim, tendo em vista a aceitação da proposta formulada pela empresa supracitada, procedo na sequência, sua habilitação no sistema.

PROC. 333
FLS 318
RUB.

Ata de Sessão Pública
N° 7

Data/Hora	Origem	Mensagem
05/01/2026 16:09:52	Sistema	Fase de negociação do Lote/Item n° 1 - Serviços Técnicos Especializados de Natureza Predominantemente Intelectual de Co... encerrada.
05/01/2026 16:09:52	Sistema	O fornecedor EKO CONSTUÇÕES E SOLUÇÕES AMBIENTAIS foi declarado VENCEDOR do Lote/Item n° 1 - Serviços Técnicos Especializados de Natureza Predominantemente Intelectual de Co....
05/01/2026 16:10:33	EDIVAN PINHO	Isto posto, tendo em vista a aceitação da proposta formulada pela Licitante EKO CONSTUÇÕES E SOLUÇÕES AMBIENTAIS e, na sequência, sua habilitação no sistema, abro o prazo de 10 (dez) minutos para registro de eventual intenção recursal.
05/01/2026 16:10:36	Sistema	Fica aberto prazo de intenção de recurso até às 05/01/2026 16:20:36
05/01/2026 16:10:57	EDIVAN PINHO	Na hipótese de alguma empresa manifestar interesse recursal, será realizado o exame de admissibilidade da intenção. Caso o pregoeiro aceite a intenção, será aberto o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões recursais no sistema, seguido de igual prazo para as contrarrazões.
05/01/2026 16:11:05	EDIVAN PINHO	Se o pregoeiro julgar procedente o recurso, será realizado o retorno do pregão para a fase de julgamento, retificando-se os atos inquinados de irregularidades/ilegalidades, repetindo-se as fases subsequentes.
05/01/2026 16:11:12	EDIVAN PINHO	Desde já, gostaria de agradecer a todos pela participação neste pregão. Até a próxima.
05/01/2026 16:22:56	EDIVAN PINHO	Ante o exposto, tomando por base que não houve manifestação de interposição de recurso, remeta-se aos autos ao setor competente para dar prosseguimento.

EDIVAN PINHO PEREIRA/Pregoeiro/Agente de Contrataçao

MARCIO HENRIQUE PIMENTA SOARES/Equipe de Apoio

MARIA ALICE NASCIMENTO DOS SANTOS/Equipe de Apoio

Alto Alegre do Pindaré
fazer muito mais
Portal de Compras

PROC. 334
FLS 315
RUB.

Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré

Relatório de Economicidade

Edital	Objeto	Data Abertura
7	Contratação de Serviços Técnicos Especializados de Natureza Predominantemente Intelectual de Consultoria Ambiental para obtenção de Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO) relativas ao empreendimento de Aterro Sanitário no município de Alto Alegre do Pindaré/MA.	05/01/26 09:00

Lote/Item		Quantidade	Valor Estimado	Valor Vencedor	Economicidade
1	Serviços Técnicos Especializados de Natureza Predominantemente	1,00	113.804,990	83.828,000	26,34 %
	Total:R$ 113.804,990		83.828,000		26,341 %

Total Geral Previsto: 113.804,990

Total Geral Finalizado: 83.828,000

Economicidade Total: 26,34 %

Alto Alegre do Pindaré | Portal de Compras

PROC. 335
FLS 315
RUB.

Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Relatório por Vencedor / Lotes Fracassados/Cancelados/Desertos

Processo N° 7

FORNECEDOR: EKO CONSTUÇÕES E SOLUÇÕES AMBIENTAIS 30.065.139/0001-84

LOTE/ITEM		QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR GLOBAL	DESCONTO
1	Serviços Técnicos Especializados de Natureza Predominantemente	1,00	83.828,000	83.828,000	26,34%

QTD: **1**

VALOR TOTAL: **83.828,000**

PROC. 336
FLS 815
RUB.

Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Ata de Realização - Concorrência Pública

N° 7

Unidade Gestora:	Prefeitura Municipal		
Tipo de Disputa:	Aberto	Número do Processo	315/2025
Tipo de Lance:	Valor Global	Critério de Disputa:	MENORVALOR
Data Disputa:	05/01/2026 09:00:00	Tipo da disputa:	Por Item
Data Impug./Escl.:	30/12/2025 23:59:00	Data Fim Propostas:	05/01/2026 08:59:00
Intervalo Lances:	500,0000	Prazo Int. Recurso:	10 minutos

Objeto:

Contratação de Serviços Técnicos Especializados de Natureza Predominantemente Intelectual de Consultoria Ambiental para obtenção de Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO) relativas ao empreendimento de Aterro Sanitário no município de Alto Alegre do Pindaré/MA.

Às 09:00 horas do dia 05/01/2026, reuniram-se o encarregado Oficial e membros da Equipe de Apoio para este processo, designados pela PORTARIA N" 075/2025, de 09 de janeiro de 2025. em atendimento às disposições contidas na Lei nº 14.133 de 1 de abril de 2021, referente ao Processo nº 315/2025, para realizar os procedimentos relativos à Concorrência nº 7. O encarregado abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

As empresas que apresentaram proposta eletrônica para essa licitação declararam no ato do cadastro da proposta inicial que: 1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores; 2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49; 3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos; 4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras; 5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91; 6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição.

SITUAÇÃO DA DISPUTA: ABERTO

EMPRESAS QUE SE DECLARARAM ME/EPP

Razão Social	Nome Fantasia	CNPJ
ECO CERRADO SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA	O CERRADO SOLUÇÕES	20.540.782/0001-69
EKO CONSTUÇÕES E SOLUÇÕES AMBIENTAIS	EKO SOLUÇÕES AMBIENTAIS	30.065.139/0001-84
M S H MORAES LTDA	LUZ E MAGIA	45.008.601/0001-89

PROC. 337
FLS 315
RUB.

LOTES / ITENS

Nº 1 Situação: VENCEDOR

Descrição: Serviços Técnicos Especializados de Natureza Predominantemente Intelectual de

Quantidade: 1

Valor: 113.804,99

Vencedor EKO CONSTUÇÕES E SOLUÇÕES 30.065.139/0001-84 Valor: 83.828,000

PROPOSTAS INICIAIS

Empresa	Valor Unitário	Valor Total	Data/Hora Registro	Situação
EKO CONSTUÇÕES E SOLUÇÕES	113.804,990	113.804,990	19/12/2025 14:05:10	CLASSIFICAD
ECO CERRADO SOLUÇÕES	113.804,990	113.804,990	05/01/2026 08:01:09	CLASSIFICAD

CLASSIFICAÇÃO

	Empresa	Situação	null
1	EKO CONSTUÇÕES E SOLUÇÕES AMBIENTAIS	VENCEDOR	83.828,000
2	ECO CERRADO SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA	CLASSIFICADO	100.000,000

DISPUTA

Data/Hora Lance	Valor	Empresa
05/01/2026 09:08:22	83.828,000	EKO CONSTUÇÕES E SOLUÇÕES AMBIENTAIS
05/01/2026 09:10:40	100.000,000	ECO CERRADO SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA
05/01/2026 09:02:29	113.804,990	EKO CONSTUÇÕES E SOLUÇÕES AMBIENTAIS
05/01/2026 09:02:29	113.804,990	ECO CERRADO SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA

PROC. 338
FLS 315
RUB.

Ata de Realização - Concorrência Pública

N° 7

MENSAGENS

Data/Hora	Origem	Item	Mensagem
19/11 10:07	Sistema		Processo publicado no PNCP: https://pncp.gov.br/pncp-api/v1/orgaos/01612832000121/compras/2025/85
05/01 08:53	EDIVAN PINHO PEREIRA		Bom dia, Senhores licitantes. Estamos iniciando a sessão pública da Concorrência Eletrônica n.º 07/2025, promovida pelo Município de Alto Alegre do Pindaré/MA.
05/01 08:54	EDIVAN PINHO PEREIRA		Antes de iniciar a fase competitiva, peço a atenção de todos para alguns breves avisos a respeito da presente licitação.
05/01 08:54	EDIVAN PINHO PEREIRA		É importante deixar claro que são de responsabilidade do licitante todas as transações efetuadas em seu nome, especialmente o cadastramento de proposta e o oferecimento de lances, ainda que o acesso ao sistema seja realizado por terceiros.
05/01 08:54	EDIVAN PINHO PEREIRA		Na presente licitação será adotado o modo de disputa aberto, previsto no art. 56, I, da Lei nº 14.133/2021.
05/01 08:55	EDIVAN PINHO PEREIRA		O envio de lances, sejam eles intermediários ou destinados a cobrir a melhor oferta, devem respeitar o intervalo previsto, de modo que as ofertas em desacordo com este critério não serão processadas pelo sistema.
05/01 08:55	EDIVAN PINHO PEREIRA		Após a etapa de lances, o agente de contratação poderá realizar diligência, com fundamento no art. 56, §2º, e art. 64 da Lei nº 14.133/2021, destinada a esclarecer ou complementar informações sobre a proposta ajustada ao lance vencedor e/ou documentos de habilitação, vedada a inclusão de documentos que deveriam ter sido apresentados juntamente com a proposta.
05/01 08:55	EDIVAN PINHO PEREIRA		Desta feita, nos termos do art. 155, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, o fornecedor que não mantiver sua proposta ficará impedido de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 3 (três) anos, razão pela qual os licitantes devem formular seus lances com prudência e responsabilidade.
05/01 08:56	EDIVAN PINHO PEREIRA		A exclusão de lance pelo pregoeiro durante a fase competitiva é medida excepcional e somente será promovida quando houver fortes indícios de inexequibilidade do preço.
05/01 08:56	EDIVAN PINHO PEREIRA		As eventuais suspensões da sessão pública serão comunicadas pelo agente de contratação no sistema (chat), com indicação da data e horário para a sua retomada, assegurando a todos condições de acompanhar os atos praticados durante a licitação.
05/01 08:57	EDIVAN PINHO PEREIRA		No caso de problemas ocorridos durante este certame com o sistema Compras Públicas, os interessados devem entrar em contato com o referido portal que gerencia o sistema através do link www.licitaaap.com.br, eis que cabe ao agente de contratação apenas a operacionalização deste certame.
05/01 09:01	Sistema		Sessão pública aberta!
05/01 09:02	Sistema	1	Disputa do Lote/Item 1 - Serviços Técnicos Especializados de Natureza Predominantemente Intelectual de Co... aberta! O fornecedor pode checar as propostas classificadas e o motivo da desclassificação das propostas no botão "Propostas Inicias" de cada Lote/Item.
05/01 09:12	Sistema	1	O lote/item n° 1 - Serviços Técnicos Especializados de Natureza Predominantemente Intelectual de Co... entrou em PRORROGAÇÃO, para um fornecedor ser declarado arrematante, o seu lance deve permanecer vencedor por 2 minutos!
05/01 09:14	Sistema	1	Disputa do lote/item n° 1 - Serviços Técnicos Especializados de Natureza Predominantemente Intelectual de Co... encerrada!
05/01 09:14	Sistema	1	O arrematante do item/lote n° 1 - Serviços Técnicos Especializados de Natureza Predominantemente Intelectual de Co... foi o fornecedor com valor R$ 83.828,0000 !
05/01 09:14	Sistema		Fase de disputa encerrada
05/01 09:15	Sistema	1	Aberta a negociação do item 1 - Serviços Técnicos Especializados de Natureza Predominantemente Intelectual de Co...!
05/01 09:15	Sistema	1	O licitante EKO CONSTUÇÕES E SOLUÇÕES AMBIENTAIS pode enviar uma nova proposta para o lote/item 1 - Serviços Técnicos Especializados de Natureza Predominantemente Intelectual de Co... no local de envio de lances!
05/01 09:16	Sistema		O Fornecedor EKO CONSTUÇÕES E SOLUÇÕES AMBIENTAIS pode enviar mensagens.
05/01 09:16	EKO CONSTUÇÕES E		Bom dia, Sr. Pregoeiro. Estamos no nosso melhor valor.
05/01 09:17	EDIVAN PINHO PEREIRA		Tendo em a recusa da licitante quanto à possibilidade de negociação, damos continuidade ao certame.
05/01 09:17	Sistema		O Fornecedor EKO CONSTUÇÕES E SOLUÇÕES AMBIENTAIS não pode enviar mensagens.
05/01 09:19	Sistema		A autoridade responsável pelo processo solicitou o envio de documentos do fornecedor EKO CONSTUÇÕES E SOLUÇÕES AMBIENTAIS. Documento: Senhor licitante, solicito o envio, no prazo de 2 (duas) horas, da proposta de preços adequada ao seu último lance, em arquivo único, por meio da opção enviar anexo do sistema, sob pena de ter o lance desclassificado. . Agora o fornecedor pode clicar no botão ENVIAR ARQUIVOS na área de solicitação de documentos, havendo a necessidade de enviar mais de 1 (um) arquivo o mesmo deve enviar os arquivos em extensão .ZIP. Data Limite para o envio: 05/12/2026 11:20:00
05/01 09:20	EDIVAN PINHO PEREIRA		Senhores licitantes, a sessão será suspensa neste momento em função da abertura de prazo para envio da proposta ajustada por parte da empresa melhor classificada, retornando os trabalhos no dia de hoje, às 11:40hs, ocasião em que será divulgado o resultado da análise da proposta orçamentária. Não deixem de acompanhar as sessões. Até lá!
05/01 09:42	Sistema		Documento enviado pelo fornecedor EKO CONSTUÇÕES E SOLUÇÕES AMBIENTAIS!

Ata de Realização - Concorrência Pública

N° 7

PROC. 339
FLS 315
RUB.

Data/Hora	Origem	Item	Mensagem
05/01 11:41	EDIVAN PINHO PEREIRA		Senhores licitantes, estamos dando continuidade a Concorrência Eletrônica n.º 07/2025.
05/01 11:41	EDIVAN PINHO PEREIRA		De início informo que a licitante EKO CONSTUÇÕES E SOLUÇÕES AMBIENTAIS detentora do menor preço, apresentou sua proposta readequada no sistema, razão pela qual recebo e promovo a aceitação da proposta.
05/01 11:42	EDIVAN PINHO PEREIRA		Em ato sucessivo, abro o prazo de 10 (dez) minutos para registro de eventual intenção recursal quando a classificação da proposta.
05/01 11:42	Sistema		Fica aberto prazo de intenção de recurso até às 05/01/2026 11:52:19
05/01 11:54	EDIVAN PINHO PEREIRA		Informo que não houve manifestação de intenção de recurso quanto a classificação da proposta da Licitante EKO CONSTUÇÕES E SOLUÇÕES AMBIENTAIS.
05/01 11:54	EDIVAN PINHO PEREIRA		Outrossim, tendo em vista a classificação da proposta, convoco a empresa para juntar no prazo de 2 (duas) horas a documentação de habilitação, conforme previsto no instrumento convocatório, caso já tenha juntada a documentação de habilitação no cadastramento da sua proposta ou momento da convocação para apresentação da proposta readequada não será necessário fazer a juntada de novos documento, contudo não poderá em momento posterior alegar que não foi convocada para apresentação da documentação de habilitação.
05/01 11:55	Sistema		A autoridade responsável pelo processo solicitou o envio de documentos do fornecedor EKO CONSTUÇÕES E SOLUÇÕES AMBIENTAIS. Documento: Outrossim, tendo em vista a classificação da proposta, convoco a empresa para juntar no prazo de 2 (duas) horas a documentação de habilitação, conforme previsto no instrumento convocatório, caso já tenha juntada a documentação de habilitação no cadastramento da sua proposta ou momento da convocação para apresentação da proposta readequada não será necessário fazer a juntada de novos documento, contudo não poderá em momento posterior alegar que não foi convocada para apresentação da documentação de habilitação. . Agora o fornecedor pode clicar no botão ENVIAR ARQUIVOS na área de solicitação de documentos, havendo a necessidade de enviar mais de 1 (um) arquivo o mesmo deve enviar os arquivos em extensão .ZIP. Data Limite para o envio: 05/12/2026 13:56:00
05/01 11:55	EDIVAN PINHO PEREIRA		Senhores licitantes, a sessão será suspensa neste momento em função da abertura de prazo para envio da documentação de habilitação por parte da empresa classificada, retornando os trabalhos hoje às 16h00min, ocasião em que será divulgado o resultado da análise da documentação de habilitação. Não deixem de acompanhar as sessões. Até lá!
05/01 12:45	Sistema		Documento enviado pelo fornecedor EKO CONSTUÇÕES E SOLUÇÕES AMBIENTAIS!
05/01 16:00	EDIVAN PINHO PEREIRA		Senhores fornecedores, retomando os trabalhos da Concorrência n.º 7/2025.
05/01 16:00	EDIVAN PINHO PEREIRA		Informo que a licitante EKO CONSTUÇÕES E SOLUÇÕES AMBIENTAIS apresentou a sua documentação de habilitação, razão pela qual passaremos nesse ato a fazer a sua análise.
05/01 16:09	EDIVAN PINHO PEREIRA		Senhores fornecedores, informo que a empresa EKO CONSTUÇÕES E SOLUÇÕES AMBIENTAIS apresentou a documentação de habilitação de acordo com o previsto no Edital, sendo assim, tendo em vista a aceitação da proposta formulada pela empresa supracitada, procedo na sequência, sua habilitação no sistema.
05/01 16:09	Sistema	1	Fase de negociação do Lote/Item n° 1 - Serviços Técnicos Especializados de Natureza Predominantemente Intelectual de Co... encerrada.
05/01 16:09	Sistema	1	O fornecedor EKO CONSTUÇÕES E SOLUÇÕES AMBIENTAIS foi declarado VENCEDOR do Lote/Item n° 1 - Serviços Técnicos Especializados de Natureza Predominantemente Intelectual de Co....
05/01 16:10	EDIVAN PINHO PEREIRA		Isto posto, tendo em vista a aceitação da proposta formulada pela Licitante EKO CONSTUÇÕES E SOLUÇÕES AMBIENTAIS e, na sequência, sua habilitação no sistema, abro o prazo de 10 (dez) minutos para registro de eventual intenção recursal.
05/01 16:10	Sistema		Fica aberto prazo de intenção de recurso até às 05/01/2026 16:20:36
05/01 16:10	EDIVAN PINHO PEREIRA		Na hipótese de alguma empresa manifestar interesse recursal, será realizado o exame de admissibilidade da intenção. Caso o pregoeiro aceite a intenção, será aberto o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões recursais no sistema, seguido de igual prazo para as contrarrazões.
05/01 16:11	EDIVAN PINHO PEREIRA		Se o pregoeiro julgar procedente o recurso, será realizado o retorno do pregão para a fase de julgamento, retificando-se os atos inquinados de irregularidades/ilegalidades, repetindo-se as fases subsequentes.
05/01 16:11	EDIVAN PINHO PEREIRA		Desde já, gostaria de agradecer a todos pela participação neste pregão. Até a próxima.
05/01 16:22	EDIVAN PINHO PEREIRA		Ante o exposto, tomando por base que não houve manifestação de interposição de recurso, remeta-se aos autos ao setor competente para dar prosseguimento.

PROPONENTES

Razão Social	Nome Fantasia	CNPJ
ECO CERRADO SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA	O CERRADO SOLUÇÕES	20.540.782/0001-69

Contato: BRUNO PERES OLIVEIRA (38)34084213 comercial@ecocerrado.com

Ata de Realização - Concorrência Pública

N° 7

PROC. 340
FLS 315
RUB.

Razão Social	Nome Fantasia	CNPJ
EKO CONSTUÇÕES E SOLUÇÕES AMBIENTAIS	EKO SOLUÇÕES AMBIENTAIS	30.065.139/0001-84

Contato: MAYARA ABRANTES (98)988261447 geovannaazevedo36@gmail.com

EDIVAN PINHO PEREIRA/Pregoeiro/Agente de Contrataçao

MARCIO HENRIQUE PIMENTA SOARES/Equipe de Apoio

MARIA ALICE NASCIMENTO DOS SANTOS/Equipe de Apoio

Alto Alegre do Pindaré | Portal de Compras

PROC. 341
FLS 315
RUB.

Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Termo de Adjudicação
Processo N° 7

Após análise da documentação apresentada e julgados todos os recursos referentes ao presente processo, adjudico as empresas vencedoras conforme indicado abaixo:

FORNECEDOR: EKO CONSTUÇÕES E SOLUÇÕES AMBIENTAIS — 30.065.139/0001-84

LOTE/ITEM		FABRICANTE/MARCA	VALOR UNIT.	QTD	VALOR FINAL
1	Serviços Técnicos Especializados de Natureza Predominantemente Intelectual		83.828,00	1	83.828,00

QTD: 1 — **VALOR TOTAL: 83.828,00**

VALOR GERAL: 83.828,00

Alto Alegre do Pindaré/MA, 06 de janeiro de 2026.

José Francinete Bento Luna
Prefeito do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA

PROC. 342
FLS 315
RUB.

Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré – MA
Av. João XXIII, S/N - Centro, CEP nº 65.398-000,
CNPJ nº 01.612.832/0001-21

Nº do processo	315/2025
Requerente	Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Veio a conhecimento desta consultoria técnica na área jurídica e contábil, processo licitatório, para análise quanto à legalidade e verificações das demais formalidades, bem como no que tange a atuação do Agente de Contratações na execução das atribuições e atos realizados pela referida comissão.

Pois bem.

Trata-se de solicitação formulada pela Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento visando a **Contratação de Serviços Técnicos Especializados de Natureza Predominantemente Intelectual de Consultoria Ambiental para obtenção de Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO) relativas ao empreendimento de Aterro Sanitário no município de Alto Alegre do Pindaré/MA.**, oriunda do Processo Administrativo em epígrafe e Concorrência Eletrônica nº. 07/2025, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme ainda, especificações constantes da documentação colacionada aos autos, cuja vencedora foi à empresa **EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA**, CNPJ: 30.065.139/0001-84.

O processo veio instruído com: Documento de formalização da demanda; Despacho do setor de pesquisa de preços; Estudo técnico preliminar; Termo de referência; Despacho de autorização; despacho do Setor Contábil; despacho do Agente de Contratação juntando minuta do edital; Parecer Jurídico; Despacho do Ordenador de Despesa Autorizando.

Portanto, diante da instrução processual, e exclusivamente em relação a sua formalidade, não foi detectada irregularidade que impeça a continuidade do mesmo, razão pela qual declaramos sua conformidade de acordo com o disposto na Lei Federal nº. 14.133/2021.

Ressalvamos que todos os despachos e pareceres técnicos acostados no processo são de única e exclusiva responsabilidade dos respectivos setores e seus signatários. Sem mais formalidades, manifestamo-nos pelo prosseguimento do certame.

É o parecer. Salvo melhor juízo.

Alto Alegre do Pindaré/MA, 07 de janeiro de 2026.

Agapto Cardoso da Cunha
Controlador Geral

PROC. 343
FLS 315
RUB.

Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré – MA
Av. João XXIII, S/N - Centro, CEP nº 65.398-000,
CNPJ nº 01.612.832/0001-21

HOMOLOGAÇÃO

Processo nº 315/2025
Concorrência Eletrônica: 7/2025
Objeto: Contratação de Serviços Técnicos Especializados de Natureza Predominantemente Intelectual de Consultoria Ambiental para obtenção de Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO) relativas ao empreendimento de Aterro Sanitário no município de Alto Alegre do Pindaré/MA.

HOMOLOGO o procedimento licitatório na modalidade Concorrência Eletrônica nº. 7/2025/PMAAP, para que a Adjudicação datada de 06/01/2026 em favor da empresa **EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA**, CNPJ nº 30.065.139/0001-84, sediada na Rua nº 26, Quadra nº 16, Casa nº 08, Conjunto Habitacional Vinhais, São Luís/MA, no valor de R$ 83.828,00 (oitenta e três mil e oitocentos e vinte e oito reais) que produza seus efeitos jurídicos.

Alto Alegre do Pindaré/MA, 09 de janeiro de 2026.

JOSE FRANCINETE BENTO LUNA:46729410353

Assinado de forma digital por JOSE FRANCINETE BENTO LUNA:46729410353
Dados: 2026.01.09 10:10:35 -03'00'

José Francinete Bento Luna
Prefeito do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA

PROC. 344
FLS 315
RUB.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ

DIÁRIO OFICIAL

Caderno do Executivo

SUMÁRIO

HOMOLOGAÇÃO
Comissão Permanente de Licitação - CPL 1

HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO. Processo nº 315/2025. Concorrência Eletrônica: 7/2025. **Objeto**: Contratação de Serviços Técnicos Especializados de Natureza Predominantemente Intelectual de Consultoria Ambiental para obtenção de Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO) relativas ao empreendimento de Aterro Sanitário no município de Alto Alegre do Pindaré/MA. **HOMOLOGO** o procedimento licitatório na modalidade Concorrência Eletrônica nº. 7/2025/PMAAP, para que a Adjudicação datada de 06/01/2026 em favor da empresa **EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA**, CNPJ nº 30.065.139/0001-84, sediada na Rua nº 26, Quadra nº 16, Casa nº 08, Conjunto Habitacional Vinhais, São Luís/MA, no valor de R$ 83.828,00 (oitenta e três mil e oitocentos e vinte e oito reais) que produza seus efeitos jurídicos. Alto Alegre do Pindaré/MA, 09 de janeiro de 2026. **José Francinete Bento Luna** Prefeito do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 14.063/2020 e Lei nº 11.419/2006 - http://www.altoalegredopindare.ma.gov.br/diario-oficial-eletronico - Página 1 - Alto Alegre do Pindaré
através do código RBD6N-0RCEK-QRXGW-ZXH5F ou em https://validar.iti.gov.br conforme instruções lá colocadas

PROC. 345
FLS 315
VB.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
Av. João XXIII, S/N - Centro
CNPJ: 01.612.832/0001-21

CONTRATO Nº 23/2026/PMAAP
PROCESSO Nº 315/2025

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ, POR MEIO DA SUA PREFEITURA MUNICIPAL E A EMPRESA EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA, CNPJ nº 30.065.139/0001-84, CUJO OBJETO É A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE NATUREZA PREDOMINANTEMENTE INTELECTUAL DE CONSULTORIA AMBIENTAL, NA FORMA ABAIXO:

O MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ/MA, através da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ– PMAAP/MA**, sediada na Av. João XXIII, S/N - Centro, Alto Alegre do Pindaré/MA, CNPJ nº 01.612.832/0001-21, doravante designada **CONTRATANTE**, neste ato representado respectivamente por seu Prefeito, Sr. **JOSÉ FRANCINETE BENTO LUNA,** brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 0000065717937 SESP/MA e inscrito no CPF sob o nº 467.294.103-53, residente e domiciliado, nesta Cidade e a empresa **EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA**, CNPJ nº 30.065.139/0001-84, sediada na Rua nº 26, Quadra nº 16, Casa nº 08, Conjunto Habitacional Vinhais, São Luís/MA, CEP nº CEP 65.070-730, Telefone (98) 98826-1447, e-mail: mayarafontenele.adv@gmail.com, doravante denominada **CONTRATADA** neste ato representado por sua sócia Sra. **MAYARA ABRANTES FONTENELE**, portadora da Carteira de Identidade 118380199-5 e do CPF nº 986.227.063-20, **RESOLVEM** celebrar o presente Contrato decorrente da licitação na modalidade **Concorrência Eletrônica nº. 07/2025 – CPL/PMAAP** e do **Processo Administrativo n.º 315/2025,** com fundamento da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a **Contratação de Serviços Técnicos Especializados de Natureza Predominantemente Intelectual de Consultoria Ambiental para obtenção de Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO) relativas ao empreendimento de Aterro Sanitário no município de Alto Alegre do Pindaré/MA**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital da Concorrência, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

2.1. O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, mas vinculado à conclusão do escopo predefinido (obtenção das licenças LP, LI e LO).

2.2. O prazo de vigência será prorrogado quando o objeto não for concluído no período firmado no contrato, salvo se a não conclusão decorrer de culpa do contratado, sujeitando-o às sanções.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO.

3.1. O valor global do presente Termo de Contrato é de **R$ 83.828,00 (oitenta e três mil e oitocentos e vinte e oito reais).**

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

022200 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
18 541 0017 2107 0000 MANUT. E FUNC. DESTE SETOR
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO E CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA.

5.1. **Critério de Pagamento:** O pagamento dos serviços ocorrerá por fases de licenciamento, de forma parcelada.

5.2. **Condições:**
• **50% (cinquenta por cento)** no início da fase de licenciamento correspondente (LP, LI ou LO);
• **50% (cinquenta por cento)** quando da entrega da licença referente àquela fase.

5.3. O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a data da entrega e do recebimento definitivo do produto referente à fase, mediante a apresentação da competente Nota Fiscal ou Fatura.

PROC. 547
FLS 315
RUB.

6. CLÁUSULA SÉTIMA – REPACTUAÇÃO E REEQUILÍBRIO

6.1. O prazo para resposta ao pedido do Contratado de repactuação de preços será de 10 dias úteis.

6.2. O prazo para resposta ao pedido do Contratado de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de preços será de 10 (dez) dias úteis.

7. CLÁUSULA OITAVA – EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO.

7.1. Os serviços devem ser iniciados no prazo improrrogável de 5 (cinco) dias úteis, contados da assinatura do contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive de rescisão contratual.

7.2. As condições de entrega e recebimento complementares do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

8. CLAÚSULA NONA – FISCALIZAÇÃO.

8.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração, que serão auxiliados pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno.

8.2. O Contratado deverá manter Preposto aceito pela Administração no local da execução do serviço (sede do Contratante) para representá-lo.

8.3. O fiscal anotará em registro próprio todas as ocorrências e informará aos seus superiores o que demandar decisão que ultrapasse sua competência.

8.4. O Contratado deverá manter, durante toda a execução, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

9. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E CONTRATADA

9.1. Deveres e Responsabilidades da Contratante, além de outras que poderão ser previstas no Edital e Contrato:

9.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnicos, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos.

9.1.2. Vetar o emprego de qualquer produto que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da CONTRATADA, que possa ser inadequado, nocivo ou danificar seus bens patrimoniais, ou:

9.1.3. ser prejudicial à saúde dos usuários/consumidores.

9.1.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA nas condições pactuadas.

9.1.5. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.

9.1.6. Preencher e enviar a Ordem de Fornecimento de Bens/serviços de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

9.1.7. Receber o objeto entregue pela CONTRATADA, que estejam em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções a serem realizadas, devendo assinar ao final o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

9.1.8. Solicitar a substituição imediata de produtos que julgar insuficientes, inadequados ou prejudiciais.

9.1.9. Recusar com a devida justificativa o objeto entregue fora das especificações constantes na proposta da CONTRATADA.

9.1.10. Assumir a responsabilidade pelos prejuízos eventualmente causados à CONTRATADA, decorrentes do mau uso ou operação imprópria, a partir do ato da recepção do produto fornecido para teste até a sua aceitação final, desde que, na sua apresentação, objeto não tenha apresentado defeitos.

9.1.11. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento da fatura da emitida pela CONTRATADA dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato.

9.1.12. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento dos produtos.

9.1.13. Promover o acompanhamento e a fiscalização do objeto contratado, sob os aspectos quantitativos e qualificativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando por escrito à CONTRATADA, as ocorrências de imperfeições, falhas ou irregularidades, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades constatados no fornecimento dos produtos.

9.2. Deveres e Responsabilidades da CONTRATADA, além de outras que poderão ser previstas no Edital e Contrato.

9.2.1. Fornecer os produtos e os serviços conforme especificações definidas no presente Termo de Referência, não podendo nunca ser inferior a esta.

9.2.2. Manter capacidade mínima de entrega para atender as demandas contratadas.

9.2.3. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo Órgão Gerenciador da Ata, relacionados com as características dos produtos.

9.2.4. Entregar, nos locais determinados pelo CONTRATANTE nas Ordens de Fornecimento, os produtos e serviços objeto da presente contratação, às suas expensas, dentro do prazo de entrega estabelecido.

9.2.5. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente em relação aos produtos que forem objetos do Contrato e prestar os esclarecimentos necessários.

9.2.6. Indicar, formalmente, preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do Contrato.

9.2.7. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências dos Fiscais dos Contatos e/ou dos Gestores dos Contratos inerentes à execução do objeto contratual.

9.2.8. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do objeto pela CONTRATANTE.

a) Apurado o dano e caracterizada sua autoria por qualquer empregado da CONTRATADA, esta pagará à CONTRATANTE o valor correspondente, mediante o pagamento de Documento de Arrecadação Municipal - DAM, a ser emitida pelo Gestor do Contrato no valor correspondente ao dano, acrescido das demais penalidades constantes do instrumento convocatório e do contrato.

9.2.9. Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização da execução do objeto pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcialmente, a qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária, e recusar os materiais empregados que julgar inadequados.

9.2.10. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.2.11. Emitir fatura no valor pactuado e nas condições do Contrato, apresentando à CONTRATANTE para pagamento.

9.2.12. Substituir os produtos reprovados na aceitação, dentro do prazo estabelecido neste Termo de Referência, sem ônus para a CONTRATANTE.

9.2.13. Substituir os produtos que apresentarem defeitos, sem ônus para a CONTRATANTE, no prazo de demais condições previstas neste Termo de Referência.

9.2.14. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.

9.2.15. A contratante poderá solicitar, a qualquer momento, amostras para análise, a fim de comprovar a qualidade do produto contratado. A DETENTORA DO REGISTRO deverá arcar com os custos da análise, caso o produto ofertado apresente suspeita de irregularidade. Os laudos emitidos serão considerados suficientes para exigir a substituição do produto quando o resultado da análise for desfavorável, ou seja, diferente das especificações prometidas pelo fabricante. Todo produto considerado impróprio ao uso será devolvido para a inutilização nos termos legais.

9.2.16. Entregar, nos locais determinados pelo CONTRATANTE na Ordem de Fornecimento de Bens, objeto da presente contratação, às suas expensas, dentro do prazo de entrega estabelecido.

9.2.17. Arcar com todas as despesas relacionadas à entrega do objeto, tais como frete, seguro, impostos, taxas e outros, inclusive em caso de troca, se houver.

9.2.18. Os Produtos deverão ser de primeira qualidade, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor. Deverão, ainda, conter especificações do INMETRO e outros Órgãos de controle de qualidade, quando houver, bem como as características peculiares de cada item e, quando for o caso, possuir em suas embalagens unitárias, especificações de peso, medida, quantidade, orientações de armazenamento, manuais de utilização, quando for o caso, prazo de validade de acordo com o fabricante, contado da data de entrega e demais informações que se fizerem necessárias para a perfeita utilização dos mesmos.

9.2.19. A contratada estará obrigada a comparecer, sempre que solicitada, à sede da Unidade Requisitante, a fim de receber instruções, participar de reuniões ou para qualquer outra finalidade relacionada ao cumprimento de suas obrigações.

9.2.20. Substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o(s) produtos/serviços, cuja qualidade, finalidade, eficácia procedência e eficiência, apresentem qualquer nível de desatendimento ao fim a que se presta, ou suspeita em relação a sua procedência, ou ainda, aquele em que se verificarem vícios, defeitos de fabricação, violação, transporte inadequado, incorreções ou falhas resultantes do fornecimento e fabricação.

10. CLÁUSULA DÉCIMA– EXTINÇÃO.

10.1. O PRESENTE TERMO DE CONTRATO PODERÁ SER EXTINTO:

10.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no inciso I do art. 138 da Lei nº 14.133/2021, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

10.1.2. Amigavelmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

10.2. A extinção contratual deverá ser formalmente motivada nos autos de processo administrativo assegurado à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa, verificada a ocorrência de um dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

10.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 115 da Lei nº 14.133/2021.

10.4. O TERMO DE RESCISÃO SERÁ PRECEDIDO DE RELATÓRIO INDICATIVO DOS SEGUINTES ASPECTOS, CONFORME O CASO:

10.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.4.3. Indenizações e multas.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – VEDAÇÕES.

11.1. É VEDADO À CONTRATADA:

11.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

11.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÕES.

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

12.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO.

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial, de acordo com o previsto na Lei nº 14.133/2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

15.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital e na Lei nº 14.133/2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO.

16.1. É eleito o Foro da Comarca de Santa Luzia/MA para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Alto Alegre do Pindaré/MA, 12 de janeiro de 2026.

JOSE FRANCINETE BENTO LUNA:46729410353

Assinado de forma digital por JOSE FRANCINETE BENTO LUNA:46729410353
Dados: 2026.01.12 15:09:14 -03'00'

JOSÉ FRANCINETE BENTO LUNA
Prefeito do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA

gov.br Documento assinado digitalmente
MAYARA ABRANTES FONTENELE
Data: 12/01/2026 13:09:26-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

MAYARA ABRANTES FONTENELE
EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA
CNPJ Nº 30.065.139/0001-84
Pela CONTRATADA

PROC. 353
FLS 359
RUB.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
Av. João XXIII, S/N - Centro
CNPJ: 01.612.832/0001-21

TESTEMUNHAS:

1. _____ CPF: 604008944819
2. _____ CPF: 043.327.803 05

PROC. 354
FLS 315
RUB.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
Av. João XXIII, S/N - Centro
CNPJ: 01.612.832/0001-21

EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 23/2026. REF.: Processo nº. 315/2025 - PARTES: MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ (MA), através de sua **PREFEITURA MUNICIPAL** e a empresa EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA, CNPJ nº 30.065.139/0001-84 – **OBJETO**: Contratação de Serviços Técnicos Especializados de Natureza Predominantemente Intelectual de Consultoria Ambiental para obtenção de Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO) relativas ao empreendimento de Aterro Sanitário no município de Alto Alegre do Pindaré/MA, originária da Concorrência nº 07/2025 – **VALOR GLOBAL:** R$ 83.828,00 (oitenta e três mil e oitocentos e vinte e oito reais) – **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 022200 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE 18 541 0017 2107 0000 MANUT. E FUNC. DESTE SETOR 3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA – **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, a contar da assinatura deste contrato, independente de emissão de ordem de serviços - **BASE LEGAL**: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais normas pertinentes à espécie – **SIGNATÁRIOS: JOSÉ FRANCINETE BENTO LUNA**, Prefeito do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA, pela **CONTRATANTE** e **MAYARA ABRANTES FONTENELE,** pela **CONTRATADA**.

Alto Alegre do Pindaré/MA, 12 de janeiro de 2026.

Francisco Tavares Leite Neto
Assessor Jurídico do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA
OAB/MA nº 11.534.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ

DIÁRIO OFICIAL

Caderno do Executivo

PROC. 355
FLS 315
RUB.

SUMÁRIO

EXTRATO
Comissão Permanente de Licitação - CPL.....1
DECRETO Nº 0263/2025 - GABPREF
Gabinete do Prefeito - GABPREF.....1
PROCESSO ADMINISTRATIVO
Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMEA.....4

EXTRATO

EXTRATO DO CONTRATO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 23/2026. REF.: Processo nº. 315/2025 - PARTES: MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ (MA), através de sua PREFEITURA MUNICIPAL e a empresa EKO CONSTRUCOES E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA, CNPJ nº 30.065.139/0001-84 – OBJETO: Contratação de Serviços Técnicos Especializados de Natureza Predominantemente Intelectual de Consultoria Ambiental para obtenção de Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO) relativas ao empreendimento de Aterro Sanitário no município de Alto Alegre do Pindaré/MA, originária da Concorrência nº 07/2025 – VALOR GLOBAL: R$ 83.828,00 (oitenta e três mil e oitocentos e vinte e oito reais) – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 022200 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE 18 541 0017 2107 0000 MANUT. E FUNC. DESTE SETOR 3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA – PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar da assinatura deste contrato, independente de emissão de ordem de serviços - BASE LEGAL: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais normas pertinentes à espécie – SIGNATÁRIOS: JOSÉ FRANCINETE BENTO LUNA, Prefeito do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA, pela CONTRATANTE e MAYARA ABRANTES FONTENELE, pela CONTRATADA. Alto Alegre do Pindaré/MA, 12 de janeiro de 2026. Francisco Tavares Leite Neto Assessor Jurídico do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA OAB/MA nº 11.534.

DECRETO Nº 0263/2025 - GABPREF

DECRETO nº 0263/2025 - GAB, 23 de outubro de 2025.

Dispõe sobre os procedimentos referentes às consignações em folha de pagamento dos servidores públicos ativos e inativos, e dos pensionistas dos órgãos da administração direta e indireta, das autarquias e fundações do Poder Executivo Municipal, e dá outras providências.

O Exmo. Sr. José Francinete Bento Luna, Prefeito Municipal de Alto Alegre do Pindaré - MA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº 12/1997, do art. 5º da Lei nº 102/2008, e do art. 8º, VI, da Lei Federal nº 12.608/2012,

DECRETA

Art. 1º - Os servidores públicos, ativos, inativos, e os pensionistas, dos órgãos da administração direta e indireta, das autarquias e fundações do Poder Executivo Municipal, além dos descontos obrigatórios estabelecidos em lei ou decorrentes de decisão judicial, poderão ter consignadas em folha de pagamento importâncias destinadas à satisfação de compromissos assumidos, desde que autorizadas mediante contratos ou outros instrumentos firmados com as entidades consignatárias para esse fim.

Art. 2º - Para fins deste Decreto, consideram-se:

I - consignatária: destinatária dos créditos resultantes dasconsignações compulsórias e facultativas;

II - consignante: órgão ou entidade da administração direta e indireta, do Poder Executivo Municipal, participantes do Sistema Integrado de Recursos Humanos ou sistema equivalente, que efetiva os descontos relativos às consignações compulsórias e facultativas na folha de pagamento do servidor ativo ou inativo e pensionista emfavor da consignatária;

III - consignado: servidor público ativo, inativo e pensionista de que trata o caput do art. 1º, deste Decreto;

IV - margem total: representa o valor total que pode ser averbado na folha do mês de pagamento do consignado, em se tratando de consignaçõesfacultativas;

V - margem disponível: representa o valor disponível para averbaçãona folha do mês de pagamento do consignado, obtidomediante a subtração damargem total pelas consignações facultativas existentes.

VI – empresa gestora da carteira de consignados, empresa contratada pela consignante, sem custos para o erário, mediante licitação ou Termo de Cooperação Técnica para administrar, controlar e prospectar a carteira de consignados na modalidade facultativa.

Art. 3º - São consideradas consignações compulsórias:

I – contribuição para a previdência social;

II - pensão alimentícia e outras decorrentes de decisão judicial;

III – imposto sobre rendimento do trabalho;

IV – reposição e indenização ao erário ou aos fundos municipais de previdência;

V – outros descontos incidentes sobre a remuneração do servidor, efetuados por força de lei ou mandado judicial.

Art. 4º - Consignação facultativa é o desconto incidente sobre a remuneração do servidor, mediante sua autorização prévia e formal, nas seguintes modalidades:

I - contribuições para prêmios de seguro de vida;

II - contribuições para planos de saúde e/ou odontológico;

III - contribuições para planos de pecúlio, renda mensal, ou previdência

Documento assinado eletronicamente via Plataforma Assinatura Digital - http://portal.assinaturadigital.com.br/assinatura/verificar
através do código A9PVU-RCW9F-MIXAJ-9JEEH ou em https://validar.iti.gov.br conforme instruções lá colocadas

complementar;

IV - amortização de empréstimos em geral por instituição autorizada pelo Banco Central;

V – amortização de empréstimos ou financiamentos concedidos para fins de aquisição de imóvel próprio;

VI - contribuições para sindicatos, associações representativas de classe e/ou cooperativas de crédito;

VII - amortização de despesas realizadas mediante cartões de serviço destinados à aquisição de medicamentos;

VIII – pensão alimentícia decorrente de acordo extrajudicial referendado pela Defensoria Pública ou Ministério Público Estadual ou advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil;

IX - amortização de empréstimo ou financiamentos realizados mediante cartões de crédito concedidos e administrados por instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central, e outras modalidades de cartão;

X – amortização de antecipações concedidas por empresas administradoras de cartão convênio, a título de adiantamento salarial, e/ou reembolsos decorrentes da utilização de cartões de compra, realizadas por empresas administradoras de convênios diversos.

Art. 5° - A gestão das consignações facultativas em folha de pagamento poderá ser promovida por empresa gestora da carteira de consignados.

Parágrafo único: A empresa a que se refere o *caput* deste artigo será contratada pela consignante, sem custos para o erário, mediante licitação ou Termo de Cooperação Técnica, para administrar, controlar e prospectar a carteira de consignados, na modalidade facultativa, incluindo o credenciamento das consignatárias. Os ônus decorrentes da prestação dos serviços prestados pela empresa gestora da carteira de consignados, ocorrerão à conta das empresas consignatárias credenciadas com movimentação no âmbito da folha de pagamento do Município de Alto Alegre do Pindaré-MA.

Art. 6° - Para efeito das consignações facultativas serão admitidas como consignatárias, exclusivamente:

I - órgãos e entidades do Poder Executivo criados para assistir os servidores e empregados públicos municipais;

II - sindicatos e associações representativas de servidores e empregados públicos municipais;

III - entidades fechadas ou abertas de previdência privada que operem com planos de pecúlio, renda mensal e previdência complementar;

IV - entidades administradoras de planos de saúde e/ou odontológico;

V - entidades seguradoras de prêmios de seguro de vida;

VI – instituições financeiras e cooperativas de crédito conveniadas e autorizadas pelo Banco Central;

VII - Empresas administradoras de cartões de crédito e cartões de compra utilizados para reembolsos diversos.

VIII - Pessoa jurídica de direito privado especializadas em meios eletrônicos ou arranjos de pagamentos.

Art. 7° - A soma mensal das consignações facultativas de cada servidor não poderá exceder ao valor equivalente a 40% (quarenta por cento) da soma dos vencimentos com os adicionais de caráter individual e demais vantagens, compreendidas a vantagem pessoal ou outra paga sob o mesmo fundamento.

§ 1°. Ficam excluídos para o cômputo da margem consignável prevista neste Decreto a verba constante no art. 4°, inciso X, deste Decreto, bem como parcelas referentes a diárias, férias, décimo terceiro, auxílio transporte, auxílio alimentação, ajudas de custos, diferenças remuneratórias, e outras parcelas que não integrem a remuneração do servidor.

§ 2°. O percentual de antecipação salarial previsto no art. 4°, inciso X, deste Decreto, será de 40% (quarenta por cento) incidente sobre o salário bruto do servidor.

§ 3°. A Secretaria de Administração do Município publicará ato normativo regulamentando as verbas que devem ser consideradas para o cálculo da margem consignável, inclusive com exemplo.

Art. 8° - As consignações compulsórias terão prioridade de desconto sobre as facultativas.

§ 1°. Caso a soma das consignações facultativas exceda o limite definido art. 7° deste Decreto, serão suspensos os descontos das consignações facultativas, respeitada a seguinte ordem de prioridade dos descontos:

I – financiamento de casa própria através da Prefeitura;

PROC. 356
FLS 315
RUB.

II – empréstimo pessoal;

III –empréstimo ou financiamentos rotativos feitos por intermédio de cartões de crédito;

IV – seguro de vida;

V – contribuição de plano de saúde e odontológico;

VI – Contribuição para previdência privada;

VII – Contribuição para entidade de classes, associações, clubes e sindicatos dos servidores do Município;

Art. 9° - Não havendo saldo disponível para desconto facultativo será observada a seguinte ordem de prioridade:

I – maior nível de prioridade de acordo com o §1 do artigo anterior

II - antiguidade de averbação do desconto;

Art. 10 - A consignação em folha de pagamento não implica responsabilidade do Estado por dívida, inadimplência, desistência ou pendência de qualquer natureza assumida pelo consignado perante a entidade consignatária.

§ 1° O Município não integra qualquer relação de consumo originada, direta ou indiretamente, entre consignatária e consignado, limitando-se a permitir os descontos previstos neste Decreto.

§ 2° As consignatárias serão responsáveis solidariamente pelos prejuízos causados por atos de correspondentes bancários e empresas terceirizadas que as representem, no montante de suas operações e consignações.

§3°. Nos casos dos servidores de cargos comissionados ou por tempo determinado, fica estabelecida a responsabilidade da Prefeitura Municipal, de integralmente realizar a retenção dos valores devidos a empresa Administradora de Cartão de Antecipação Salarial detentora do crédito, diretamente da rescisão do Contrato de trabalho dos respectivos servidores, e repassar tempestivamente os valores retidos para liquidação das obrigações existentes.

Art. 11 - A entidade consignatária será suspensa temporariamente, enquanto não regularizada a causa da suspensão, quando:

I - constatar-se irregularidade no cadastramento, recadastramento ou no processamento da consignação;

II - deixar de prestar informações ou esclarecimentos nos prazos solicitados pela Consignante;

Documento assinado eletronicamente em 12/01/2026 às 10:07:20 (GMT -03:00) por Portal Transparência (Assinatura avançada)
através do código A9PVU-RCW9F-MIXAJ-9JEEH ou em https://validar.iti.gov.br conforme instruções lá colocadas

III - não comprovar ou deixar de atender às exigências legais ou normas estabelecidas pela Administração;

IV - não fornecer, quando notificada, documentos necessários à análise de apuração de irregularidades no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis;

V - não providenciar, no prazo até 2 (dois) dias úteis, contados da data do pagamento, a liquidação do contrato e liberação da margem consignável após quitação antecipada efetuada pelo servidor;

VI - recusar-se a receber o pagamento, no caso de compra de dívida, sem justificativa plausível.

VII – Não efetivar dentro dos prazos contratados, o pagamento realizado em contrapartida dos serviços prestados pela empresa gestora da carteira de consignados.

Art. 12 - A entidade consignatária será suspensa pelo período de 30 (trinta) a 180 (cento e oitenta) dias quando:

I - ceder a terceiros, a qualquer título, rubricas de consignação;

II - permitir que terceiros procedam à averbação de consignações;

III - utilizar rubricas para descontos não previstos neste Decreto;

Art. 13 - A entidade consignatária será descredenciada, e conseqüentemente perderá o código de desconto, nas seguintes hipóteses:

I - reincidência ou habitualidade em práticas que impliquem a suspensão de que trata o artigo anterior;

II - atuação ilícita ou em desacordo com as suas finalidades estatutárias, no caso de sindicato ou associação representativa de classe;

III - prática comprovada de ato lesivo a empresa gestora da carteira de consigados, ao servidor ou à administração, mediante fraude, simulação ou dolo;

IV - omissão na realização de novas operações por período igual ou superior a 6 (seis) meses.

Parágrafo único. As sanções previstas nos arts. 11 a 23 deste Decreto não impedem a continuidade de promover os descontos junto aos seus servidores, nem o repasse em favor das consignatárias, relativas às consignações já contratadas e efetivadas, até a sua integral liquidação.

Art. 14 - A consignatária ficará impedida, pelo período de até 60 (sessenta) meses, de incluir novas consignações em folha de pagamento quando constatada, em processo administrativo, a prática de irregularidade consistente em fraude, simulação ou dolo, relativa ao sistema de consignações.

Art. 15 - Cabe ao Secretário de Administração, através de Portaria, estabelecer os procedimentos para instauração de processo administrativo visando ao cumprimento do disposto nos arts. 11 a 13 deste Decreto, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

Art. 16 - A consignação facultativa pode ser cancelada:

I – pela administração Pública Municipal, no resguardo do seu interesse;

II – por interesse da consignatária;

III – a pedido do servidor, mediante requerimento à empresa gestora, quando se tratar de contribuição para entidades de classe, associações, clubes e sindicatos;

IV – a pedido do servidor, diretamente à consignatária quando se tratar de financiamento da casa própria, seguro de vida e plano de saúde e odontológico.

Art. 17 – A documentação necessária para as consignatárias que tiverem interesse em se cadastrar no Cadastro Central de Consignatárias do Poder Executivo Municipal, devem apresentar os seguintes documentos:

I - ato constitutivo em vigor, acompanhado das alterações e, no caso de sociedades por ações, também documentos de eleição de seus administradores e atos das assembléias, registradas na Junta Comercial, depois de publicados no Diário Oficial da União ou do Estado;

II - cópia do documento de identidade, CPF e comprovantes de endereço atualizados dos seus representantes legais;

III - ata da última eleição ou termo de investidura dos seus dirigentes.

IV - prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

V - prova de regularidade com a Fazenda Federal conjunta, a Fazenda Estadual e a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do fornecedor

PROC. 357
FLS 365
RUB.

VI - prova de regularidade com FGTS e INSS (CND);

VII - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa (cópias extraídas do livro contábil diário, devidamente autenticado na Junta Comercial ou no Cartório de Títulos, Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas, incluindo Termo de Abertura e Termo de Encerramento e Declaração de Habilitação profissional – DHP, emitida pelo Conselho Regional de Contabilidade, de acordo com a Resolução CFC nº 871/2000);

VIII - cópia do extrato bancário de conta corrente em nome da entidade, na qual serão feitos os repasses;

IX - certidão Negativa de Falência e Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica e/ou de suas filiais;

X - certidão do Conselho Regional de Medicina do Estado do Maranhão - CRM, ou Certidão do Conselho Regional de Odontologia – CRO, para as entidades que administrem planos de assistência à saúde e/ou assistência odontológica;

XI - certidão que comprove o registro perante a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, para as entidades que administrem planos de assistência à saúde e/ou assistência odontológica;

XII - certidão que comprove a autorização para funcionamento concedida pelo Banco Central do Brasil, para as instituições financeiras com sede, agência ou sucursal no Município de Alto Alegre do Pindaré ou responsável por este;

XIII - carta patente expedida pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, para as entidades que administrem seguros pessoais, previdência aberta complementar e/ou pecúlio;

XIV- certidões de regularidade e de administradores expedidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, para as entidades que administrem seguros pessoais, previdência aberta complementar e/ou pecúlio.

Parágrafo único - Os documentos de que tratam este artigo só poderão ser apresentados em original ou em cópia devidamente autenticada.

Art. 18 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLICA-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Alto Alegre do Pindaré, Estado do Maranhão, 23 de outubro de 2025.

JOSÉ FRANCINETE BENTO LUNA

Prefeito Municipal

Documento assinado eletronicamente. Verificação em http://portal.tcm.ma.gov.br/login/verificar
através do código A9PVU-RCW9F-MIXAJ-9JEEH ou em https://validar.iti.gov.br conforme instruções lá colocadas

PROCESSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 329/2020

AUTUADO: FÁBIO DA CONCEIÇÃO MARTINS

CPF: 039.990.003-08

DECISÃO FINAL

RELATÓRIO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apuração de infração ambiental cometida por **FÁBIO DA CONCEIÇÃO MARTINS**, que, nos dias 24 de agosto e 02 de setembro de 2020, promoveu o desvio de um córrego perene, sem autorização dos órgãos competentes, nas proximidades do Povoado Auzilândia, Município de Alto Alegre do Pindaré – MA.

2. Conforme laudo técnico e relatório de fiscalização ficaram comprovados que o autuado realizou escavações com retroescavadeira hidráulica, alterando o curso natural do corpo hídrico por aproximadamente 250 metros, causando:
   a) Assoreamento do canal e do Rio Pindaré;
   b) Supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente (APP);
   c) Risco de erosão e comprometimento da estabilidade da Estrada do Arroz;
   d) Prejuízo ao abastecimento hídrico de propriedades a jusante.

3. O autuado foi notificado verbalmente em 24/08/2020, mas persistiu na conduta, concluindo o desvio de forma clandestina. Em 16/12/2020, foi lavrado **Auto de Infração nº 022/2020**, com aplicação de multa no valor de **R$ 25.920,00 (vinte e cinco mil, novecentos e vinte reais)**, fundamentado nos artigos 38, 54, 58 e 60 da Lei Federal nº 9.605/98, bem como na Lei Municipal nº 003/2017.

4. O autuado apresentou defesa escrita em 21/12/2020, alegando necessidade de evitar alagamentos em sua residência. No entanto, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMEA) refutou os argumentos com base em imagens de satélite que demonstram a expansão irregular de tanques para piscicultura na APP, configurando o desvio como ato intencional para beneficiar sua atividade econômica.

5. Não houve pagamento voluntário da multa nem aceitação de acordo de compensação ambiental proposto pela SEMMEA, mantendo-se a dívida em aberto.

FUNDAMENTAÇÃO

A conduta do autuado caracteriza infração ambiental grave, nos termos da Lei Federal nº 9.605/98 (Lei de Crimes Ambientais) e da Lei Municipal nº 003/2017. A multa aplicada foi devidamente calculada com base no custo das horas-máquina utilizadas para o desvio (72 horas x R$ 360,00/hora), conforme previsão legal e critérios técnicos.

Diante da inadimplência, aplica-se o disposto na legislação tributária e ambiental, que autoriza a inscrição do débito na **Dívida Ativa do Município**, conforme Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e legislação municipal pertinente.

DECISÃO

Ante o exposto, **DECIDO**:

I. **MANTER** a multa aplicada no valor de R$ 25.920,00 (vinte e cinco mil, novecentos e vinte reais), por todos os fundamentos expostos no auto de infração e no relatório técnico.

II. **DETERMINAR** a **INSCRIÇÃO DO DÉBITO NA DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ**, para fins de cobrança judicial e inclusão no cadastro de inadimplentes, com os acréscimos legais.

III. **ORDENAR** que o autuado **APRESENTE PLANO DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL** no prazo de 30 (trinta) dias, com restauração do curso hídrico e recomposição da APP degradada, sob pena de novas sanções.

IV. **ENCAMINHAR** cópia desta decisão ao **Ministério Público Estadual** para as medidas cabíveis, inclusive criminais.

V. **CONSIDERAR** esgotadas as vias administrativas, podendo o autuado recorrer à via judicial no prazo legal.

CERTIFIQUE-SE e **CUMPRA-SE**.

Alto Alegre do Pindaré – MA, 09 de janeiro de 2026.

FLS. 358
FLS. 359
RUB.

CLEOMAR FERRO SILVA

Secretário Municipal de Meio Ambiente

Portaria nº 006/2021

Documento assinado eletronicamente. Verificação em http://portal.tce.ma.gov.br/assinatura/validar
através do código A9PVU-RCW9F-MIXAJ-9JEEH ou em https://validar.iti.gov.br conforme instruções lá colocadas

PROC. 359
FLS 315
RUB.

Documento assinado eletronicamente. Verificação em http://portal.queiroz.com.br/login.aspx validar através do código A9PVU-RCW9F-MIXAJ-9JEEH ou em https://validar.iti.gov.br conforme instruções lá colocadas

PROC. 380
FLS. 315
RUB.

Estado do Maranhão
Município de Alto Alegre do Pindaré

DIÁRIO OFICIAL
Poder Executivo

Secretaria de Administração e Finanças
Coordenação do Diário Oficial - DOM
Avenida João XIII, s/n, Centro
edomaap@gmail.com

José Francinete Bento Luna
Prefeito

Clay Regazzoni Ribeiro Torres
Coordenador do e-DOM

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Ao elaborar o seu texto para publicação no Diário Oficial Eletrônico, observe atentamente as instruções abaixo:

a) Edição dos textos enviados ao Diário por email;
b) Medida da página – 17cm de largura e 25cm de altura;
c) Editor de texto padrão: Word for Windows – Versão 6 ou Superior;
d) Tipo de fonte: Times New Roman;
e) Tamanho da letra: 8;
f) Entrelinhas: simples;
g) Excluir linhas em branco;
h) Tabelas/quadrados sem linhas de grade ou molduras;
i) Havendo erro na publicação, o usuário poderá manifestar reclamação por escrito até 30 dia após a circulação do Diário Oficial Eletrônico;
j) Se o erro for proveniente de falha do setor de publicação, a matéria será republicada sem ônus para o cliente, em caso de erro proveniente do email enviado, o ônus da retificação ficará a cargo do cliente;
k) As matérias que não atenderem as exigências acima serão devolvidas.

Informações: (98) 98612-9344

Documento assinado eletronicamente. Verificação em https://portal.qualisign.com.br/login/da-validar através do código A9PVU-RCW9F-MIXAJ-9JEEH ou em https://validar.iti.gov.br conforme instruções lá colocadas

PROC. 361
FLS 515
RUB.

PROTOCOLO DE AÇÕES

Este é um documento assinado eletronicamente pelas partes, utilizando métodos de autenticações eletrônicas que comprovam a autoria e garantem a integridade do documento em forma eletrônica. Esta forma de assinatura foi admitida pelas partes como válida e deve ser aceito pela pessoa a quem o documento for apresentado. Todo documento assinado eletronicamente possui admissibilidade e validade legal garantida pela Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Data de emissão do Protocolo: 12/01/2026

Dados do Documento

Tipo de Documento	Contrato Genérico com Testemunhas-Acesso Rápido
Referência Contrato	Caderno do Executivo - Diário de 12 de Janeiro de
Situação	Vigente / Ativo
Data da Criação	12/01/2026
Validade	12/01/2026 até Indeterminado
Hash Code do Documento	1E148F2B6E09D847FBCA00FB5B78DB1D6357719AA94D00211375C7D61CB28179

Assinaturas / Aprovações

Papel (parte) Contratadas

Relacionamento 01.612.832/0001-21 - MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARE

Representante			CPF
CLAY REGAZZONI RIBEIRO TORRES			720.235.972-34
Ação:	Assinado em 12/01/2026 05:20:15 com o certificado ICP-Brasil Serial - 7567A5267C81FF6F	**IP:**	170.239.141.42
Info.Navegador	Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/143.0.0.0 Safari/537.36		
Localização	Não Informada		
Tipo de Acesso	Normal		

As assinaturas digitais contidas neste documento possuem carimbos de tempo baseados na Hora Legal Brasileira, emitidos pela Autoridade de Carimbo de Tempo (ACT) Qualisign, homologada pelo Observatório Nacional (ON/MCTI) ou por uma ACT externa homologada pela ICP-Brasil.

A autenticidade, validade e detalhes de cada assinatura deste documento poderá ser verificada através do endereço http://portal.qualisign.com.br/login/dc-validar, utilizando o código de acesso (passcode) abaixo:

Código de Acesso (Passcode): **A9PVU-RCW9F-MIXAJ-9JEEH**

No caso de assinatura com certificado digital também pode ser verificado no site https://validar.iti.gov.br/, utilizando-se o documento original e o documento com extensão .p7s.

Os serviços de assinatura digital deste portal contam com a garantia e confiabilidade da **AR-QualiSign**, Autoridade de Registro vinculada à ICP-Brasil.

PROC. 362
FLS 315
RUB.

Validação de documento não armazenado no Portal QualiSign

Caso o documento já tenha sido excluído do Portal QualiSign, a verificação poderá ser feita conforme a seguir;

a.) Documentos assinados exclusivamente com Certificado Digital (CADES)

A verificação poderá ser realizada em http://portal.qualisign.com.br/login/dc-validar, desde que você esteja de posse do documento original e do arquivo que contém as assinaturas (.P7S). Você também poderá fazer a validação no site do ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação através do endereço https://validar.iti.gov.br/

b.) Documentos assinados exclusivamente com Certificado Digital (PADES)

Para documentos no formato PDF, cuja opção de assinatura tenha sido assinaturas autocontidas (PADES), a verificação poderá ser feita a partir do documento original (assinado), utilizando o Adobe Reader. Você também poderá fazer a validação no site do ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação através do endereço https://validar.iti.gov.br/

c.) Documentos assinados exclusivamente SEM Certificado Digital ou de forma híbrida (Assinaturas COM Certificado Digital e SEM Certificado Digital, no mesmo documento)

Para documento híbrido, as assinaturas realizadas COM Certificado Digital poderão ser verificadas conforme descrito em (a) ou (b), conforme o tipo de assinatura do documento (CADES ou PADES).

A validade das assinaturas SEM Certificado Digital é garantida por este documento, assinado e certificado pela QualiSign.

Validade das Assinaturas Digitais e Eletrônicas

No âmbito legal brasileiro e em também em alguns países do Mercosul que já assinaram os acordos bilaterais, as assinaturas contidas neste documento cumprem, plenamente, os requisitos exigidos na Medida Provisória 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil e transformou o ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia garantidora da autenticidade, integridade, não-repúdio e irretroatividade, em relação aos signatários, nas declarações constantes nos documentos eletrônicos assinados, como segue:

Art. 10. Consideram-se documentos públicos ou particulares, para todos os fins legais, os documentos eletrônicos de que trata esta Medida Provisória.

§ 1º. As declarações constantes dos documentos em forma eletrônica produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil presumem-se verdadeiros em relação aos signatários, na forma do art. 131 da Lei no 3.071, de 1o de janeiro de 1916 - Código Civil.

§ 2º. O disposto nesta Medida Provisória não obsta a utilização de outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica, inclusive os que utilizem certificados não emitidos pela ICP-Brasil, desde que admitido pelas partes como válido ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento.

Pelo exposto, o presente documento encontra-se devidamente assinado pelas Partes, mantendo plena validade legal e eficácia jurídica perante terceiros, em juízo ou fora dele.